



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DOUTORADO ACADÊMICO EM LETRAS:
ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA**

TÉSSIA GOMES CARNEIRO

**PROMOÇÃO DO ACESSO À LEITURA E À JUSTIÇA PÚBLICA AOS
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: A REFORMA DA BIBLIOTECA
PARA O CENTRO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA,
TO**

Araguaína (TO)

2021

TÉSSIA GOMES CARNEIRO

**PROMOÇÃO DO ACESSO À LEITURA E À JUSTIÇA PÚBLICA AOS
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: A REFORMA DA BIBLIOTECA
PARA O CENTRO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA,
TO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura, da Universidade Federal do Norte do Tocantins, como um dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Valéria da Silva Medeiros

Coorientador: Prof. Dr. Braz Batista Vas

ARAGUAÍNA (TO)

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C289p Carneiro, Téssia Gomes.

Promoção do acesso à leitura e à justiça pública aos adolescentes em conflito com a lei: a reforma da biblioteca para o centro de internação provisória de Santa Fé do Araguaia, TO. / Téssia Gomes Carneiro. – Araguaína, TO, 2021.

247 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Letras Ensino de Língua e Literatura, 2021.

Orientadora : Valéria da Silva Medeiros

Coorientador: Braz Batista Vas

1. Socioeducação. 2. Leitura. 3. Biblioteca. 4. Políticas públicas.
I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÉSSIA GOMES CARNEIRO

**PROMOÇÃO DO ACESSO À LEITURA E À JUSTIÇA PÚBLICA
AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: A REFORMA
DA BIBLIOTECA PARA O CENTRO DE INTERNAÇÃO
PROVISÓRIA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA, TO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura, da Universidade Federal do Norte do Tocantins, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Letras.

Data de aprovação 28/08/2021

Banca examinadora:

Prof. Dra. Valéria da Silva Medeiros – Orientadora
(PPGL/UFNT)

Prof. Dr. Braz Batista Vas – Participação por videoconferência
(PPGCULT/UFNT)

Prof. Dra. Janete Silva dos Santos – Participação por videoconferência
(PPGL/UFNT)

Prof. Dra. Eliana Madureira Yunes – Participação por videoconferência
(IILER/PUC-Rio)

Prof. Dr. Luiz Milaré de Carvalho – Participação por videoconferência
(FACDO)

À minha filha, muito amada.

*Que coisa é o livro? Que contém na sua
frágil arquitetura aparente?
São palavras, apenas, ou é a nua
exposição de uma confidente?
De que lenho brotou? Que nobre instinto
da prensa fez surgir esta obra de arte
que vive junto a nós, sente o que sinto
e vai clareando o mundo em toda parte?
Carlos Drummond de Andrade¹.*

¹ DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1973, p. 586.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que, por sua fortaleza, concedeu-me forças para ingressar e trilhar mais um desafio acadêmico.

Aos meus pais: James e Marinalva pela educação e carinho. Vocês são luz no meu caminho.

Aos meus irmãos: Lana, Renato e Mariana pelos laços de amor e confiança.

Ao meu esposo Rogério, exemplo de estudo e dedicação, a quem me espelho.

À minha filha Heloísa, que desde a barriga (gravidez) me acompanhou neste projeto acadêmico. Nosso laço eterno me faz viver cada dia com mais leveza.

À babá, Tia Corina, e à funcionária Ana Célia, as quais com muito carinho e dedicação me ajudaram com os afazeres domésticos para que eu pudesse concluir os créditos.

Aos meus vizinhos de Araguaína: Sueli, Toninho, Sheila Maria, Carol, Lalá, Ana Castiglioni, Do Carmo, Maria e Fabiano, pelos momentos de amizade e de escuta!

Aos amigos: Suzana, Camila e Leonardo, pela presença. Muito obrigada pelos momentos agradáveis de convivência!

Aos Professores Orientadores: Valéria e Braz, pela paciência e ensinamentos.

Aos professores do PPGL João de Deus, Janete, Lia Testa e Walace. Muito obrigada pelos momentos agradáveis em sala de aula.

Aos colegas do PPGL: Daniel, Núbia, Márcia, Gislene, Nilo, Edileuza, Leomar e Ana Cláudia com os quais dividi angústias e alegrias na UFNT.

Aos amigos da Defensoria Pública do Tocantins: Rubismark, Pollyana, Aline Mendes, Karine, Cristiane, Luiz Alberto, Karla, Hildebrando, Sandro, Fabrício Brito, Napociane, Tiana, Keliane, Júlia Aires, Franciane, Carolline e Margarete. Muito obrigada por acreditarem neste propósito acadêmico.

Aos professores externos ao programa: professora Eliana Yunes e professor Fulvio Torres Fores, por aceitarem o convite de participação para a banca de defesa deste trabalho. Obrigada pelas valiosas colaborações.

À Dra. Cecília, ao SENAI, aos entrevistados, aos adolescentes da unidade CEIP Norte e aos professores da Escola Estadual Castro Alves, pelo engajamento, tempo e disposição em colaborarem com a pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender como as condições de vulnerabilidade social tendem a produzir uma vulnerabilidade escolar, não assegurando a educação como uma liberdade substantiva. Mostraremos, analiticamente, que apesar das condições de vulnerabilidade social a que os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa do Centro de Internação Provisória (CEIP Norte) estão imersos, o projeto Leitura: Espaço de Liberdade produziu efeitos na rede de identificação dos alunos internados. Apresentaremos o projeto e sua execução que ao efetuar melhorias estruturais na biblioteca Monteiro Lobato, atendeu os adolescentes internados no CEIP Norte e também os demais alunos da Escola Castro Alves, com o fim de promover o encontro dos internados com um espaço de leitura, quando até então a distância física era um dos obstáculos de acesso. O projeto, desenvolvido pela Defensoria Pública do Tocantins em parceria com o Ministério Público do Trabalho, sob a supervisão dos professores orientadores da Tese, ampliou o catálogo de obras literárias da biblioteca, bem como permitiu o deslocamento dos adolescentes ao espaço reformado durante as atividades externas de leitura, as quais são anotadas nos respectivos Planos Individuais de Atendimento. A inclusão digital da biblioteca, até então não informatizada, deu-se durante a execução do projeto por meio do software gratuito BIBLIVRE, que permitiu a automatização do acervo e facilitou a circulação pelo controle de consultas, reservas, empréstimos e devoluções de seus exemplares. Para dizermos do foco deste trabalho, interessou-nos analisar e problematizar a formação de leitores no CEIP Norte; apontando quais os desdobramentos práticos da leitura no cotidiano da internação para os adolescentes e suas percepções acerca das práticas de leitura desenvolvidas pelo professor de língua portuguesa e pela pedagoga da unidade. Ou seja, o modo como as ações de leitura foi aplicado em suas diversas formas (literatura, computação, cinema) oferecidas a partir da intervenção da DPE e seus parceiros, no intuito de conhecer o jovem leitor internado naquela unidade precária no norte do Tocantins. Para nortear nossas ações e pesquisa, numa abordagem qualitativa, utilizamos da observação participante e a entrevista semiestruturada (aplicada a um grupo de adolescentes, ao professor de língua portuguesa e a pedagoga da unidade CEIP Norte) na perspectiva etnográfica. Com esta pesquisa, esperamos contribuir para que tais jovens se familiarizem e se aproximem dos textos escritos e, com isso, construam um espaço próprio e íntimo, permitindo-lhes o encontro com a experiência ímpar da leitura

atendendo a nossa necessidade humana de simbolizar. Ademais, esperamos contribuir para a reflexão a respeito da atual situação do sistema socioeducativo no Tocantins, apontando para a necessidade de se repensar o processo de internação para cumprimento de medida em ambiente desconforme com as leis e políticas públicas em vigor.

Palavras-chave: Leituras. Biblioteca. Socioeducação. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research sought to understand how conditions of social vulnerability tend to produce school vulnerability, not ensuring education as a substantive freedom. We will show, analytically, that despite the conditions of social vulnerability in which teenagers in compliance with the socio-educational measure of the Centro de Internação Provisória (CEIP Norte) are immersed, the project Reading: Space of freedom produced effects in the identification network of interned students. We will present the project and its execution, which, by making structural improvements to the Monteiro Lobato library, served teenagers interned at CEIP Norte and also other students from Escola Castro Alves, in order to promote the meeting of internees with a reading space, when even so physical distance was one of the obstacles to access. The project, developed by the Public Defender of Tocantins in partnership with the Public Ministry of Labor, under the supervision of professors who advise the Thesis, expanded the library's catalog of literary works, as well as allowing the displacement of teenagers to the renovated space during external activities of reading, which are noted in the respective Individual Service Plans. The digital inclusion of the library, until then not informatized, took place during the execution of the project through the free software BIBLIVRE, which allowed the automation of the collection and facilitated circulation by controlling queries, reservations, loans and returns of its copies. To say about the focus of this work, we were interested in analyzing and problematizing the formation of readers at CEIP Norte; pointing out the practical consequences of reading in daily internment for adolescents and their perceptions about the reading practices developed by the Portuguese language teacher and the unit's pedagogue professional. In other words, the way reading actions were applied in their various forms (literature, computing, cinema) offered through the intervention of the DPE and its partners, in order to get to know the young reader interned in that precarious unit in the north of Tocantins. To guide our actions and research, in a qualitative approach, we used participant observation and semi-structured interviews (applied to a group of teenagers, the Portuguese language teacher and the pedagogue professional from the CEIP Norte unit) in an ethnographic perspective. With this research, we hope to contribute so that these young people become familiar with and get closer to the written texts and, with that, build their own intimate space, allowing them to encounter the unique experience of reading, meeting our human need to symbolize. Furthermore, we

hope to contribute to the reflection on the current situation of the socio-educational system in Tocantins, pointing to the need to rethink the internment process in order to comply with measures in an environment that does not comply with current laws and public policies.

Keywords: Readings. Library. Socioeducation. Public Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foto da Praça do Boi, localizada no centro de Santa Fé do Araguaia.	54
Figura 2 - Mapa da localização do município de Santa Fé do Araguaia na microrregião de Araguaína.....	55
Figura 3 - Foto da fachada da entrada da Escola Castro Alves, em Santa Fé do Araguaia.....	60
Figura 4 - Foto do alojamento da unidade CEIP Norte.....	63
Figura 5 - lavadora de roupas, capacidade 15 quilos, marca Brastemp	64
Figura 6 - Foto da fachada CEIP Norte.....	65
Figura 7 - Foto: reunião realizada na sala da equipe multidisciplinar	79
Figura 8 - Foto da sala de aula utilizada como 'seguro'	81
Figura 9 - Foto do acervo de livros no CEIP Norte	82
Figura 10 - Documento de aprovação do projeto	84
Figura 11 - Logo do projeto elaborada pela DICOM da DPE	84
Figura 12 - Cartaz para divulgação do projeto elaborado pela DICOM da DPE	85
Figura 13 - Foto: reunião realizada com os professores da Escola Castro Alves	86
Figura 14 - Foto: Visita na biblioteca Monteiro Lobato antes da reforma.....	88
Figura 15 - Fac-símile do Ofício nº 15/2019/SECIJU/CEIP Norte	90
Figura 16 - Fac-símile do Ofício nº 008/2019/NUDECA/DPE-TO (parte 1)	91
Figura 17 - Fac-símile do Ofício nº 008/2019/NUDECA/DPE-TO (parte 2)	92
Figura 18 - Foto: Entrega de materiais no CEIP Norte, pedagoga Edna O. de Sousa	93
Figura 19 - Foto da entrega de materiais e notebook, Escola Castro Alves, Diretora Thamine B. Rodrigues	94
Figura 20 – Print do cadastro da Biblioteca Monteiro Lobato no BIBLIVRE	95
Figura 21 - Orçamento para a reforma da Biblioteca Monteiro Lobato.....	97
Figura 22 - Foto: Apoio da Procuradoria do Trabalho de Araguaína - MPT.....	98
Figura 23 - Visita ao alojamento, CEIP Norte, em Santa Fé do Araguaia.....	99
Figura 24 - Livros arrecadados na campanha de doação.....	101
Figura 25 - Alunos da Escola Estadual Castro Alves na Biblioteca	102
Figura 26 - Foto do mural da biblioteca reformada	103
Figura 27 - Visita à biblioteca reformada	104
Figura 28 - Reunião MPT, SENAI e DPE	107
Figura 29 - SENAI e DPE no CEIP Norte	108
Figura 30 - E-mail 1 enviado pela DPE ao SENAI	110
Figura 31 - Carreta da Informática -SENAI.....	111
Figura 32 - Aulas ministradas para os adolescentes na carreta do SENAI	112
Figura 33 - Cine Defensoria realizado na unidade CEIP Norte.....	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ALE	Acompanhamento de Leitura e Escrita
CASE	Centro de Atendimento Socioeducativo
CEP	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade
CEIP NORTE	Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia
CF	Constituição Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNMPT	Conselho Nacional do Ministério Público do Trabalho
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DPE	Defensoria Pública Estadual
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Ensino à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EGP	Escritório de Gestão de Projetos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MPT	Ministério Público do Trabalho
MSE	Medida Socioeducativa
MJ	Ministério da Justiça
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIA	Plano Individual de Atendimento
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAETO	Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins
SGD	Sistema de Garantias e de Direitos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SECIJU	Secretaria da Cidadania e Justiça
SINASE	Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINE	Sistema Nacional de Emprego
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância.

CÓDIGOS DE TRANSCRIÇÃO²

- (()) Comentários da pesquisadora
- (...) Silêncio
- (?) Fala incompreensível
- (+) Pequena pausa no segmento de fala
- (++) Pausa média no segmento de fala
- (+++) Longa pausa no segmento de fala
- /.../ Indicação de transcrição parcial
- :: Alongamento de vogal
- ? Pergunta no segmento de fala
- MAIÚSCULA Ênfase e alteração no tom de voz
- Sublinhado Grifo nosso
- ((risos)) Risos

²De acordo com: MARCUSHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	DEFENSORIA PÚBLICA	27
3	DO RECONHECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITOS	32
3.1	Paradigmas e socioeducação	35
3.2	Debate sobre o rebaixamento da maioria penal	37
3.3	Cárcere: Dados INFOPEN	41
3.4	Juventude segregada.....	46
4	CAMINHOS QUE SE ENTRELACAM: LEITURAS, BIBLIOTECA E EDUCAÇÃO	50
4.1	Apresentação do Município de Santa Fé do Araguaia	54
4.2	Escola Estadual Castro Alves	59
4.3	Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte)	62
4.4	Plano Individual de Atendimento (PIA).....	68
5	CAMINHOS METODOLÓGICOS	73
5.1	Reunião no CEIP Norte: 17 de dezembro de 2018	79
5.2	Protocolo no Escritório de Gestão de Projetos da DPE.....	83
5.3	Reunião na Escola Estadual Castro Alves: 25 de janeiro de 2019	86
5.4	Levantamento de materiais escolares e de <i>notebook</i>	89
5.5	Ministério Público do Trabalho apoia o projeto.....	96
5.6	Visita à biblioteca reformada: 02 de agosto de 2019.....	99
5.7	Curso de Informática Básica: Parceria MPT, SENAI e DPE	105
5.8	Reunião no CEIP Norte: apresentação do plano de ensino.....	107
5.9	Curso de Informática Básica: matrículas e aulas na carreta	109
6	OS LUGARES SOCIAIS DOS ENTREVISTADOS	113
6.1	Roteiro das entrevistas	116
6.2	Leituras e retratos da vida no CEIP Norte	118
6.2.1	Entrevista realizada com A1, em 23 de setembro de 2019	119
6.2.2	Entrevista realizada com A2, em 23 de setembro de 2019	123
6.2.3	Entrevista realizada com A3 em 23 de setembro de 2019	126
6.2.4	Entrevista realizada com A4, em 23 de setembro de 2019	130
6.2.5	Entrevista realizada com o professor de língua portuguesa, em 23 de setembro de 2019.....	133
6.2.6	Entrevista realizada com a pedagoga do CEIP Norte, em 23 de setembro de 2019.....	140
7	CINE DEFENSORIA.....	148
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	REFERÊNCIAS.....	158
	APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS LIVROS DOADOS À BIBLIOTECA MONTEIRO LOBATO	173
	APÊNDICE B – ANUÊNCIA JUIZ DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUAÍNA	181
	APÊNDICE C – ANUÊNCIA DO DEFENSOR TITULAR DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA REGIONAL DE ARAGUAÍNA	182
	APÊNDICE D – ENTREVISTA COM A DRA. IRENE RIZZINI.....	184
	ANEXO A - INFOPEN - DEZEMBRO DE 2014, PÁGINA 14.....	196

ANEXO B - INFOPEN - ATUALIZAÇÃO JUNHO DE 2017, PÁGINA 7	197
ANEXO C – ETNIA/COR - INFOPEN – ATUALIZAÇÃO JUNHO DE 2017, PÁGINA 32.....	198
ANEXO D – FAIXA ETÁRIA - INFOPEN – ATUALIZAÇÃO JUNHO DE 2017, PÁGINA 30.....	199
ANEXO E – ESCOLARIDADE - INFOPEN - ATUALIZAÇÃO JUNHO DE 2017, PÁGINA 34.....	200
ANEXO F – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP/UFT)	201
ANEXO G – DIÁLOGOS EM UNIVERSIDADES NO NORTE E EXTREMO-NORTE DO ESTADO INTEGRAM O MAIO VERDE - 21.05.2018 (NOTÍCIAS VEICULADAS SOBRE O PROJETO ‘LEITURA: ESPAÇO DE LIBERDADE’)	207
ANEXO H – NOTÍCIA: EM PROGRAMAÇÕES EM ARAGUAÍNA, DEFENSORES PÚBLICOS DIALOGAM SOBRE GÊNERO E SISTEMA CARCERÁRIO - 21.09.2018	210
ANEXO I – NOTÍCIAS VEICULADAS SOBRE O PROJETO ‘LEITURA: ESPAÇO DE LIBERDADE’ - DPE-TO ARRECADA KITS DE MATERIAIS ESCOLARES QUE SERÃO DOADOS PARA INTERNOS DO CEIP NORTE - 21.02.2019	212
ANEXO J – NOTÍCIA: DPE-TO ENTREGA KITS DE MATERIAIS ESCOLARES PARA INTERNOS DO CEIP DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA - 25.02.2019.....	214
ANEXO K – NOTÍCIA: PROJETO DA DPE QUE BENEFICIA CENTRO DE INTERNAÇÃO DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA TEM APOIO DO MPT – 30.04.2019.....	216
ANEXO L – NOTÍCIA: OBRAS LITERÁRIAS PODEM SER DOADAS PARA O PROJETO DPE-TO QUE BENEFICIA CEIP NORTE, EM SANTA FÉ – 22.05.2019.....	218
ANEXO M – NOTÍCIA: #DPENAMIDIA – PROJETO DE LEITURA DA DEFENSORIA É DESTAQUE NA MÍDIA - 03.06.2019.....	221
ANEXO N – NOTÍCIA: PROJETO DPE-TO ARRECADA CENTENAS DE OBRAS LITERÁRIAS PARA FORMAR LEITORES NO CEIP NORTE - 29.07.2019.....	222
ANEXO O – NOTÍCIA: PROJETOS DA DEFENSORIA PÚBLICA E MPT VÃO INVESTIR NA EDUCAÇÃO DOS INTERNOS DO CEIP NORTE - 02.08.2019.....	223
ANEXO P – NOTÍCIA: #DPENAMIDIA - ENTREGA DE LIVROS DE PROJETO DA DPE GANHA ESPAÇO NA MÍDIA - 13.08.2019.....	227
ANEXO Q – NOTÍCIA: CORAL CANTO LIVRE REALIZA PRIMEIRA APRESENTAÇÃO EXTERNA DE REEDUCANDAS NO TOCANTINS [SEMINÁRIO MIRACEMA UFT] - 16.09.2019	228
ANEXO R – NOTÍCIA: POR MEIO DE PROJETO E PARCERIAS, DPE-TO PROMOVE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS NO CEIP NORTE [CARRETA INFORMÁTICA] - 18.11.2019	232
ANEXO S – NOTÍCIA: DEFENSORIA PÚBLICA REQUER CONTINUIDADE DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES NO CEIP NORTE – 15.06.2020	235
ANEXO T – NOTÍCIA: DEFENSORIA PÚBLICA REQUER CONTINUIDADE DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES NO CEIP NORTE – 15.06.2020	236

ANEXO U – NOTÍCIA: DEFENSORA FALA EM LIVE NESTA TERÇA, 4, SOBRE RESULTADOS DO PROJETO LEITURA ESPAÇO DE LIBERDADE – 04.08.2020.....	238
ANEXO V – NOTÍCIA: PARCERIA DA DPE-TO COM O MPT DOA KITS DE HIGIENE PARA INTERNOS DO CEIP NORTE - 25.08.2020	239
ANEXO W – NOTÍCIA: ADOLESCENTES PARTICIPAM DE CURSOS ONLINES NO CEIP NORTE, VIA PARCERIA DA DPE-TO E MPT-TO - 03.09.2020.....	240
ANEXO X – NOTÍCIA: CINE DEFENSORIA COLOCA A EDUCAÇÃO COMO PERSPECTIVA DE VIDA PARA ADOLESCENTES DO CEIP NORTE - 05.11.2020.....	241
ANEXO Y – NOTÍCIAS: CINE DEFENSORIA PRESENTS EDUCATION AS A PERSPECTIVE FOR LIFE FOR ADOLESCENTS AT CEIP NORTE, SANTA FÉ DO ARAGUAIA, BRAZIL - NOTÍCIA EPEA	243
ANEXO Z – SELO CÁTEDRA UNESCO – O BRASIL QUE LÊ.....	246

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discorrerá sobre algumas ações desenvolvidas por essa pesquisadora, por meio da Defensoria Pública do Tocantins, no ano de 2019, no Centro de Internação Provisória (CEIP Norte) e na Escola Estadual Castro Alves, extensão educacional daquela, destacando a importância da biblioteca como espaço de aprendizagem. O Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia é a unidade educacional situada na Região Norte do Estado do Tocantins, que deveria comportar somente os adolescentes apreendidos que aguardam o julgamento de seus processos. Todavia, num claro desrespeito aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o CEIP Norte atende, também, àqueles em cumprimento de medida socioeducativa definitiva³, ou seja, os adolescentes cujas demandas já foram decididas pelo julgador.

O estudo destaca a situação dos adolescentes e de suas famílias, a partir da entrevista com 4 (quatro) adolescentes internados no Centro de Internação Provisória (CEIP Norte) e junto ao professor de língua portuguesa e à pedagoga integrantes do quadro da referida unidade de internação localizada em Santa Fé do Araguaia – TO. Buscamos, também, dimensionar o contexto registrado nos relatórios pela equipe multidisciplinar com atuação no CEIP Norte, a fim de vislumbrar dados socioeconômicos e pedagógicos, mais precisamente o grau de instrução escolar e a participação nas atividades de leitura ofertados na unidade.

Assim, elencou-se, como objetivo geral desta tese, analisar e problematizar o projeto de leitura adotado na unidade de internação, sob a coordenação da pedagoga da equipe multidisciplinar do CEIP Norte e do professor de língua portuguesa da Escola Estadual Castro Alves, de modo a compreender como tem se dado o registro e o planejamento pedagógico na construção do Plano Individual de Atendimento dos adolescentes, nos moldes do que dispõe a Lei nº 12.594/2012, que instituiu o SINASE (BRASIL, 2012a), e alcançar melhorias estruturais da biblioteca Monteiro Lobato, para que os adolescentes possam ser apresentados ao seu espaço e acervo literário.

³ O Estado do Tocantins conta até o momento com apenas 1 (um) Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) com capacidade máxima de 42 (quarenta e dois) internos, o qual se localiza em Palmas e com estrutura predial danificada e insalubre. O CASE é o estabelecimento que comporta os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. Já existe condenação judicial determinando que o Executivo construa o CASE de Araguaína, a qual vem sendo morosamente descumprida pelos sucessivos governadores desde 2008.

Importante pontuar que, no início da pesquisa, em 2018, verificamos, em visita no local, que a biblioteca escolar, localizada no interior da Escola Estadual Castro Alves, não possuía mesas e cadeiras de estudos, computadores e impressora. Além disso, o seu pequeno acervo literário não era catalogado, não se sabendo ao certo a quantidade de obras existentes, as quais eram separadas em 3 (três) prateleiras. Deste modo, não havia registro sobre os empréstimos de livros, cujas saídas e devoluções eram anotadas de forma precária e sem uma classificação.

A partir do objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: identificar e descrever como tem ocorrido a formação de leitores no CEIP Norte; apontar quais são os desdobramentos práticos da leitura no cotidiano da internação para os adolescentes; identificar e descrever quais são as percepções dos adolescentes acerca das práticas de leitura desenvolvidas. Vinculados a esses objetivos específicos, trabalhamos com as seguintes perguntas de pesquisa: Quais ações de leitura foram desenvolvidas? Quem é esse leitor? O que gostou de ler?

Partindo dessas questões, a pesquisa desenvolvida analisa a formação de leitores no CEIP Norte ao falar, pensar e refletir sobre a leitura nesse local. Aponta-se como referencial empírico o interesse dos adolescentes internados em Santa Fé do Araguaia num espaço de escuta de suas vozes, muitas vezes silenciadas; afinal, “A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém (FREIRE, 1983, p. 28).

Os dados coletados, a partir das entrevistas realizadas no ano de 2019 complementam as ações desta pesquisadora por meio do projeto Leitura: Espaço de Liberdade, no que diz respeito à reforma da biblioteca Monteiro Lobato, localizada na Escola Estadual Castro Alves.

O acesso aos processos judiciais e permissão para entrevistas gravadas em áudio foram autorizadas pelo magistrado da Vara da Infância e Juventude da Comarca⁴ de Araguaína, Dr. Herisberto e Silva Furtado Caldas, por meio do Processo SEI 19.0. 000029664-6.

No que tange à pesquisa de campo, por envolver seres humanos, o projeto foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFT), em 31 de julho de 2018, que, por sua vez, emitiu o parecer final de aprovação da pesquisa em

⁴Comarca: divisão judicial, sob a alçada de um ou mais juízes.

14 de fevereiro de 2019, conforme se pode observar no parecer consubstanciado nº 3.146.672 (anexo F).

De posse do parecer consubstanciado, que concluiu ser relevante a pesquisa, cujos termos foram apresentados de maneira correta, no que se refere às exigências do CEP/UFT, iniciamos a pesquisa de campo a partir das visitas na unidade de internação e na Escola Estadual Castro Alves, onde está instalada a biblioteca Monteiro Lobato, todos localizados em Santa Fé do Araguaia - TO.

Os registros foram feitos por meio de anotações e de observações da pesquisadora em campo e da aplicação de entrevistas semiestruturadas a 4 (quatro) adolescentes internados, no mês de setembro de 2019, sendo 2 (dois) de cada alojamento, posto que a unidade conta com duas 'celas' e, no dia programado para a gravação, havia 14 (quatorze) adolescentes segregados. Entrevista-se, também, o professor de língua portuguesa e a pedagoga integrantes do quadro da referida instituição.

As entrevistas semiestruturadas tiveram como base questionários abertos e foram gravadas em áudio com os adolescentes e com a pedagoga nas dependências do CEIP/Norte, enquanto a entrevista realizada com o professor de língua portuguesa deu-se na Escola Estadual Castro Alves, em sala cedida pela Diretora. Este instrumento de coleta é consistente, pois permite aos participantes expor a realidade vivenciada por eles no contexto da socioeducação. As enunciações coletadas nas entrevistas deram vivacidade à pesquisa.

Os dados foram analisados de forma comparativa sobre o que orienta as teorias acerca da formação de leitores com a prática realizada no CEIP/Norte e o espaço reformado da biblioteca Monteiro Lobato. Eis que equipamentos culturais, a exemplo do espaço da biblioteca, são necessários para facilitar o envolvimento dos adolescentes internados com a leitura e a escrita. Outro fator de importância na pesquisa deve-se à organização do espaço físico e do acervo da biblioteca, de modo a permitir um lugar minimamente adequado aos alunos e aos adolescentes em visita durante a prática da atividade externa de leitura.

Apenas os nomes dos adolescentes entrevistados foram omitidos visando não os expor, o que inclusive é exigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, e foi condição essencial para que o Poder Judiciário permitisse as gravações. Para nomear os participantes, individualmente, foram utilizados códigos nos moldes da descrição das tabelas 1 e 2, a seguir:

Tabela 1 - Instituições participantes da pesquisa

Local	Código do Local
Centro de Internação Provisória (CEIP Norte)	CEIP Norte
Escola Estadual Castro Alves	Escola

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela um apresenta dados à respeito das instituições participantes da pesquisa. A tabela 2, a seguir, apresenta a descrição sobre os participantes da pesquisa, códigos do local e participantes.

Tabela 2 - Participantes da Pesquisa

Código do Local	Participante da Entrevista	Código do Participante
CEIP Norte	Adolescente	A1
CEIP Norte	Adolescente	A2
CEIP Norte	Adolescente	A3
CEIP Norte	Adolescente	A4
CEIP Norte	Pedagoga CEIP Norte	Pedagoga
Escola	Professor de Língua Portuguesa	Professor

Fonte: Dados da pesquisa.

Para uma breve compreensão sobre o público-alvo da pesquisa, os adolescentes em conflito com a lei internados no CEIP Norte, cite-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), que distingue criança e adolescente por meio da faixa etária, sendo criança a pessoa com até 12 (doze) anos incompletos; e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos⁵, bem como é orientado por princípios, como o do melhor interesse e o

⁵ Definição contida no art. 2º, da Lei nº 8.069/1990.

da municipalização, destacando-se, dentre eles, o da garantia prioritária, com previsão constitucional no artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL, [2010]).

Com a adoção da Doutrina da Proteção Integral pelo constituinte de 1988, em substituição à da Situação Irregular, além da mudança terminológica houve a de paradigma, conforme se verifica nas palavras da antropóloga Miraglia (2005, p. 6) “Nesse contexto, a criança e o adolescente adquirem status de cidadãos plenos, com direitos que devem ser respeitados e protegidos, e passam a ser encarados como prioridade absoluta da sociedade política e civilmente organizada.”

A doutrina garantista pauta-se pelo reconhecimento de que crianças e adolescentes são titulares de direitos fundamentais, vindo a ser adotada pelo Estado brasileiro com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990 (BRASIL, 1988; 1990).

Observe-se que, durante o governo militar no Brasil – 1964 a 1985 –, foi promulgada a Lei nº 6.697/79, denominada Código de Menores (BRASIL, 1979), cujo enfoque centralizador e repressivo visava as práticas correcionais. Assim, a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.069/90 são considerados marcos históricos, ao garantirem a todas as crianças e os adolescentes os direitos fundamentais previstos em lei, a exemplo da educação. Considere-se as palavras de Leal:

O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, regulamentou conquistas presentes na Constituição, e sua implementação, mesmo que morosa, dados os entraves e resistências de setores da sociedade brasileira, vem promovendo uma revolução nas áreas jurídica, social e política (LEAL, 2010, p. 148).

A revolução promovida pelo Estatuto, a partir das condições sociais e históricas que permitiram sua promulgação em 1990, parte da perspectiva de cidadania ao visualizar o público infanto-juvenil como sujeitos de direitos, que possuem absoluta prioridade e proteção integral, sem discriminação de nascimento, de situação familiar, de idade, de sexo, de raça, de etnia ou de cor, de religião ou de crença, de deficiência, dentre outras (ECA, artigo 3^o).

Nesse sentido, o ECA não só rompeu com a estigmatização formal da infância e adolescência pobres anteriormente categorizadas como a *menoridade*, como ainda buscou desjudicializar o atendimento a esses segmentos da população. (MENDES; MATOS, 2010, p. 245, grifo dos autores).

Também faz parte dessa revolução, a previsão de que o adolescente com idade entre 12 e 18 anos, não comete crime ou contravenção (ECA, artigos 103 e 104), posto que este pratica ato infracional, pois é penalmente inimputável. Considera-se, assim, a idade à data do fato, devendo o adolescente ser tratado com respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (BRASIL, 1990).

Nessa direção, considerando a necessidade de se pensar no papel mobilizador que problematize a situação do adolescente em conflito com a lei, o qual não perde o seu direito à educação com a internação e no intuito de que espaços de formação possam ser construídos mediante parcerias, é que propusemos o projeto *Leitura: Espaço de Liberdade*. Afinal, “a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados” (CHARTIER, 1998, p. 77).

O projeto *Leitura: Espaço de Liberdade* adveio de proposta protocolada pela Defensora Pública Tércia Gomes Carneiro junto ao Escritório de Gestão de Projetos do órgão, que, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o Ministério Público do Trabalho (MPT Araguaína), executaram-no a partir da anuência do juiz titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Araguaína - TO, de modo a efetuar melhorias estruturais na biblioteca da Escola Estadual Castro Alves e ampliar o catálogo de obras para consulta na unidade. A Escola, além dos alunos regulares do município de Santa Fé do Araguaia, atende os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa(MSE) no Centro de Internação Provisória (CEIP Norte).

Dificuldades econômicas e culturais que distanciam a leitura podem ser diminuídas pela oportunidade de se relacionar com obras até então pouco familiares. Nesse contexto, o projeto *Leitura: Espaço de Liberdade* tratou-se de um convite à promoção da leitura, no intuito de verem adquiridos livros junto à comunidade local para a disponibilização aos adolescentes internados no Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte), como meio de despertar a comunidade para o valor da leitura e do respeito ao semelhante, bem como dinamizar a biblioteca Monteiro Lobato, além de contribuir para a formação de leitores. Para tanto fez-se necessário:

- a) Desenvolver uma cultura de compartilhamento na comunidade por meio do incentivo à doação de livros ao Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte);
- b) Estimular a imaginação e a criatividade dos adolescentes internados por meio da leitura, enriquecendo a linguagem oral e a escrita com a consequente inclusão no Plano Individual de Atendimento (PIA), analisado por aqueles que acompanham a execução da medida socioeducativa;
- c) Reforçar a utilização dos livros no Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte) como veículo de mediação de leitura, lazer e cultura, partindo da observação de que a internação pela prática de ato infracional deverá observar o respeito ao processo educacional proposto no artigo 205, da Constituição Federal, e artigo 57, § 2º, inciso II, da Lei nº 12.594/2012, que instituiu o SINASE;
- d) E não menos, mas dentre um dos principais resultados esperados, temos que a melhora da autoestima dos adolescentes internados poderá ser alcançada no espaço de leitura e de escuta, posto que a necessidade de falar, de escrever e de se desnudar pela palavra ou por desenhos mobilizam vínculos de emoção por meio de forças criativas que demandam a imaginação e a percepção de si.

O projeto objetivou, portanto, que os adolescentes pudessem sair do CEIP Norte diferentes de quando entraram, motivados pela leitura e cientes de sua cidadania, com melhores perspectivas de vida e com um olhar respeitoso para com o próximo. Considere-se as palavras de Cosson:

A experiência literária não só nos permite saber da vida por meio da experiência do outro, como também vivenciar essa experiência. Ou seja, a ficção feita palavra na narrativa e a palavra feita matéria na poesia são processos formativos tanto da linguagem quanto do leitor e do escritor. Uma e outra permitem que se diga o que não sabemos expressar e nos falam de maneira mais precisa o que queremos dizer ao mundo, assim como nos dizem a nós mesmos. (COSSON, 2014, p. 17).

Em que pese alguns adolescentes sequer terem títulos literários em casa, sendo essa a primeira oportunidade de ingresso no mundo mágico da leitura, a experiência de contato com obras pode, sim, ser transformadora, principalmente por permitir uma interpretação da vida por outras lentes. Eis a seguir, as palavras de Sousa e Cosson:

Enfim, diante do uso efetivo das oficinas de leitura, do papel do professor em sala de aula, explicitando as habilidades de leitura, respeitando o texto literário em sua integridade, considerando o conhecimento prévio de cada aluno, bem como o ritmo de cada um, podemos vislumbrar leitores literários, que não só compreenderão o texto, mas também utilizarão a literatura em seu contexto social. (SOUZA; COSSON, 2011, p. 106).

A inquietação do projeto partiu da vontade de contribuir, socialmente, para a formação desses jovens segregados, mostrando-lhes outros rumos, apresentando-lhes outros espaços, para que possam trilhar a vida de outra maneira, a partir de uma atitude inédita para eles, quebrando, possivelmente, o círculo da violência. Sim, acreditar no jovem e investir em fase tão importante da vida implica redução da criminalidade e por consequência diminuição das estatísticas de ingresso no sistema penal adulto.

A aceitação e o apoio concedido pelo Poder Público foram fundamentais nesta empreitada, eis que a reforma da biblioteca da Escola Estadual Castro Alves contou com a participação direta do Ministério Público do Trabalho de Araguaína, por meio da procuradora Cecília Amália Cunha Santos, que de forma sensível destinou muitas trabalhistas para aquisição de materiais e melhoria do acervo escolar.

Sensibilizar a sociedade de que a punição pelo fato cometido difere-se do cumprimento da medida socioeducativa de internação foi um dos anseios durante a divulgação do projeto na mídia e no meio acadêmico, pois para além da reprimenda faz-se necessário acreditar no ser humano como forma de se romper o ciclo vicioso da reincidência e, para isso, a melhora no ambiente escolar por meio da reforma da biblioteca e das obras adquiridas, mostrou-se como alternativa na mudança de sentimento seja dos internados, seja da comunidade.

Por fim, ressalte-se que o projeto e a pesquisa desenvolvidos sob a escuta especializada dos professores orientadores pretendeu contribuir com os dados para o Observatório de Projetos, Programas, Planos e Políticas de Leitura no Brasil e na América Latina do Instituto Interdisciplinar de Letras PUC-Rio (iiLer Puc-Rio), cuja missão de promoção de leitura e de formação de leitores visa a superação progressiva das desigualdades de ordem educacional e social. Deste modo, o *Leitura: Espaço de Liberdade* vai ao encontro de tal missão ao viabilizar que obras literárias chegassem ao público internado em um número amplo de livros que puderam ser lidos e

interpretados pelos adolescentes, despertando nestes a paixão pela leitura e assim marcando suas vidas num outro contexto.

2 DEFENSORIA PÚBLICA

O processo de reabertura política à democracia no Brasil teve como marco a promulgação da Constituição Federal de 1988, que já em seu artigo 3^o, elencou dentre os objetivos principais da República, a erradicação da pobreza e da marginalização, assim como a redução das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1980).

Não há como pensar em democracia sem considerar que “há fatores que são fundamentais para um padrão de vida digno e satisfatório, como dieta balanceada, vestimentas adequadas, acesso a serviços de saúde e educação, ambiente sadio, dentre outros.” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE], 2019, p. 47).

De acordo com Rocha (2003, p. 13), “pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade.” Assim, num Brasil desigual, em que expressiva parte da população⁶ encontra-se privada materialmente de bens necessários à subsistência e “as necessidades mais básicas são, sem dúvida, aquelas relacionadas à sobrevivência física das pessoas” (ROCHA, 2003, p. 19), vê-se o desrespeito aos direitos sociais listados no artigo 6^o da CF/1988, quais sejam, educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, assistência aos desamparados e proteção à maternidade e à infância (BRASIL, 1988). Estes direitos são importantes ao bem-estar⁷ populacional e ao atendimento da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que aponta como primeiro, dentre os 17 (dezesete) Objetivos do

⁶ De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE que analisou as condições de vida da população brasileira em 2019, ao tratar do padrão de vida e distribuição de renda aponta que: “Ressalte-se que 57,6% dos rendimentos domiciliares *per capita* observados em 2018 ainda eram iguais ou inferiores ao valor do salário mínimo vigente nesse mesmo ano. Isso significa que mais da metade das pessoas possuíam rendimento domiciliar *per capita* de até R\$ 954,00.” (IBGE, 2019, p. 49).

⁷ “Poverty is ‘pronounced deprivation in well-being.’ The conventional view links well-being primarily to command over commodities, so the poor are those who do not have enough income or consumption to put them above some adequate minimum threshold. This view sees poverty largely in monetary terms. (HAUGHTON; KHANDKER, 2009, p. 1). **Tradução livre:** Definição de pobreza relacionada à privação do bem-estar: Pobreza é “privação pronunciada no bem-estar.” A visão convencional vincula o bem-estar principalmente ao domínio sobre mercadorias, de modo que os pobres são aqueles que não possuem renda ou consumo suficientes para colocá-los acima de um limite mínimo adequado. Essa visão enxerga a pobreza em grande parte em termos monetários.

Desenvolvimento Sustentável (ODS), “acabar com a pobreza em todas as suas formas e lugares.” (NAÇÕES UNIDAS, [2015]).

Contudo, àqueles sem recursos financeiros suficientes que necessitem de assistência jurídica, a Constituição Federal trouxe em seu artigo 5º a garantia fundamental de assistência integral e gratuita, escolhendo a Defensoria Pública⁸ como instituição capaz de cumprir tal mister (artigo 134, § 1º, CF). Como indicado, é “perceptível, portanto, que a Defensoria Pública apresenta-se como um ator de fundamental relevância quando se almeja cumprir a promessa de fazer do Brasil um Estado Democrático de Direito.” (KIRCHNER; BARBOSA, 2014, p. 29).

Pensando no processo de democratização da sociedade, expõe Boaventura de Sousa dos Santos (2006) ser necessária a democratização da vida social, econômica e política, o que no Brasil vemos representado pela Defensoria Pública. Vejamos:

A segunda vertente diz respeito à democratização do acesso à justiça. É necessário criar um Serviço Nacional de Justiça, um sistema de serviços jurídico-sociais, gerido pelo Estado e pelas autarquias locais com a colaboração das organizações profissionais e sociais, que garanta a igualdade do acesso à justiça das partes das diferentes classes ou estratos sociais. Este serviço não deve limitar a eliminar os obstáculos econômicos ao consumo da justiça por parte dos grupos sociais de pequenos recursos. Deve tentar também eliminar os obstáculos sociais e culturais, esclarecendo os cidadãos sobre os seus direitos, sobretudo os de recente aquisição, através de consultas individuais e coletivas e através de ações educativas nos meios de comunicação, nos locais de trabalho, nas escolas, etc. (SANTOS, 2006, p. 177).

O sociólogo português avalia que:

Estas particularidades distinguem a defensoria, dentre as outras instituições do sistema de justiça, como aquela que melhores condições tem de contribuir para desvelar a procura judicial suprimida. Noutras palavras, cabe aos defensores públicos aplicar no seu quotidiano profissional a sociologia das ausências, reconhecendo e afirmando os direitos dos cidadãos intimidados e impotentes, cuja procura por justiça e o reconhecimento do(s) direito(s) têm sido suprimidos e ativamente reproduzidos como não existentes. (SANTOS, 2011, p. 51).

⁸ La última Constitución Federal brasileira es de 1988. Fue La primera en institucionalizar a La Defensoría Pública, que antes solo tenía previsión legal. Em 2004 el Congreso Nacional aprobó La enmienda 45 (denominada Enmienda de La Reforma Judicial) que consagró la autonomía administrativa, funcional y presupuestaria de la Defensoría Pública de los Estados. (BURGER; ROCHA, 2012, p. 15). **Tradução livre:** A última Constituição Federal brasileira é a de 1988. Foi a primeira a institucionalizar a Defensoria Pública, que antes tinha somente previsão legal. Em 2004 o Congresso Nacional aprovou a Emenda 45 (denominada Emenda da Reforma Judicial) que consagrou a autonomia administrativa, funcional e orçamentária da Defensoria Pública dos Estados.

Somados ao fortalecimento das instituições que integram o Sistema de Justiça, a diminuição da desigualdade e a consequente inclusão social do cidadão perpassam pelo empenho de políticas públicas e pelo contexto econômico do país. Segundo Campilongo (2011, p. 62) “a construção da cidadania é o resultado da eliminação de privilégios e da inclusão generalizada.” Segundo o autor:

Difícil reconstituir as origens teóricas, doutrinárias e sociais dessas iniciativas. Elas estão associadas, evidentemente, ao tipo de estrutura social prevalente no Brasil e no continente sul-americano: desigualdade social aberrante, urbanização vertiginosa, grandes concentrações populacionais nas metrópoles, precariedade dos serviços públicos de saúde, educação e transporte, déficit de moradias, violência urbana, dificuldades de acesso à justiça. (CAMPILONGO, 2011, p. 50).

Nesse viés, a apresentação da Defensoria Pública como importante instrumento de efetivação dos direitos fundamentais na sociedade tocantinense, a qual é assolada pela desigualdade social e econômica, se faz necessária para reforçar, através de práticas de gestão e decisões políticas, a prioridade de atuação institucional no âmbito da infância e juventude.

Segundo o artigo 86 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e o artigo 5º da Resolução nº 113⁹, de 19 de abril de 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), os três eixos estratégicos: promoção, controle e defesa dos direitos humanos infanto-juvenis deverão estar integrados para o bom desenvolvimento da rede de proteção (BRASIL, 1990; BRASIL, 2006). A atuação da Defensoria Pública é expressa no artigo 7º da mesma Resolução, devendo esta exercer funções em mais de um eixo. “Art. 7º Nesse eixo, situa-se a atuação dos seguintes órgãos públicos: III – defensorias públicas, serviços de assessoramento jurídico e assistência judiciária; [...]” (BRASIL, 2006).

É, portanto, responsabilidade estatal, a garantia da prioridade absoluta, o que somado à lei Orgânica da Defensoria Pública do Tocantins (Lei Complementar do Estado do Tocantins nº 55/2009), reforça a necessidade de se ver respeitado o princípio em pauta, como dispõe, por exemplo, seu artigo 2º, inciso XI:

⁹O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), regulamentado pela Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), articula instâncias públicas governamentais e da sociedade civil em prol do funcionamento dos mecanismos de proteção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos na seara infanto-juvenil.

Art. 2º. São funções institucionais da Defensoria Pública do Tocantins: [...] XI - exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado. (TOCANTINS, 2009).

Deste modo, depreende-se a importância da instituição para a efetividade social, isto é, para o exercício da tutela prioritária dos interesses de crianças e adolescentes a fim de atender às diretrizes esboçadas no artigo 88 do ECA (BRASIL, 1990), o qual traz um conjunto de instruções a serem seguidas na implementação da política de atendimento:

Cumprir ressaltar que tais ações, integrantes da política especializada de promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, devem ser desenvolvidas, sempre de maneira transversal intersetorial, de modo a permitir as necessárias integração e articulação com as demais políticas setoriais (ex. saúde, assistência social, educação, trabalho, etc.) (TAVARES, 2010, p. 306).

O trabalho conjunto do órgão e da Universidade Federal do Tocantins (UFT) permitiu a propositura de um projeto amplo de leitura, numa compreensão de que o processo educacional não se reduz à escolarização, mas deve alcançar a compreensão de si e do outro, a exemplo da imersão na literatura com a facilitação do acesso ao livro. O projeto foi, então, apresentado à Vara da Infância e Juventude da Comarca de Araguaína - TO, tudo para que pudéssemos adquirir livros junto à comunidade local e disponibilizá-los aos adolescentes internados no Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte).

Veja que a Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, do Ministério da Educação, ao dispor sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, já aponta a possibilidade de as Universidades firmarem tais parcerias, senão vejamos:

Art. 6º A gestão da educação no contexto prisional deverá promover parcerias com diferentes esferas e áreas de governo, bem como com universidades, instituições de Educação Profissional e organizações da sociedade civil, com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade.

Parágrafo Único. As parcerias a que se refere o caput deste artigo dar-se-ão em perspectiva complementar à política educacional implementada pelos órgãos responsáveis pela educação da União, dos Estados e do Distrito Federal. (BRASIL, 2010a, p. 3).

Por fim, todo o trabalho desenvolvido nos remete à seguinte questão: Direito e Literatura podem caminhar juntos? A interdisciplinaridade proposta nesta tese advém justamente da compreensão de que os diversos saberes devem sim andar lado a lado, uma vez que só podemos construir reflexão e mudança quando conseguimos tecer de forma complexa essa interseção entre as demais áreas do conhecimento. Daí a importância de uma percepção holística do jovem, que nos moldes da visão de unidade nos interpela o sociólogo e filósofo francês Edgar Morin:

É preciso, também, perceber que o desenvolvimento deveria ter como finalidades: viver com compreensão, solidariedade e compaixão. Viver melhor, sem ser explorado, insultado ou desprezado. [...] Por último, é preciso incluir entre as finalidades precedentes a busca da plenitude e da completude do indivíduo, que se efetiva através da música, da poesia, da mística e das artes em geral. (MORIN, 2007, p. 105-106).

E no caso específico da Literatura e do Direito, ambos lidam com a esfera do Humano. Nas palavras de Piglia (2006, p. 26) “a literatura narra as relações sociais” e assim expressa as aflições, os sonhos, os anseios, as frustrações, o imaginário, o futuro possível, posto que “produz lugares, e é neles que se assenta o significado” (2006, p. 55). Também o Direito, ao organizar num contexto legal a experiência registrada pela vida e tão bem retratada na literatura, busca a segurança e a justiça social.

3 DO RECONHECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITOS

O panorama das políticas públicas no âmbito infanto-juvenil pauta-se no campo doutrinário da Proteção Integral, num percurso guiado pela Constituição Federal de 1988, que seguindo a tendência mundial colocou em pauta a dignidade da pessoa humana assegurando de forma plena os direitos de cidadania às crianças e aos adolescentes no território nacional.

No âmbito internacional, a Convenção dos Direitos da Criança foi ratificada por 191 países, dentre eles o Brasil¹⁰ através do Decreto nº 99.710/90, de modo que, os princípios ali elencados configuram direitos e garantias em nosso sistema jurídico (BRASIL, 1990).

A Convenção, por sua larga aceitação no seio internacional e pelas normas ali estabelecidas, isto é, os deveres e obrigações aos países que a ela aderiram, demonstra sua importância e consenso acerca da necessidade de um olhar especial para a infância e adolescência através de políticas próprias para tanto.

Somam-se ao arcabouço legal as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing), as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade e as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), conforme dispõe o artigo 5º, § 2º da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, vemos que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) teve sua construção elaborada durante a transição democrática brasileira, sob a influência dos princípios dispostos na Convenção, de modo que, o reconhecimento da condição especial de pessoas em desenvolvimento mostrou-se afinada à Constituição Federal, cuja base desponta-se na dignidade da pessoa humana.

O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe em seu corpo legal a proteção prioritária e integral, numa superação da doutrina da Situação Irregular, a qual por

¹⁰CF, 5º, §3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (BRASIL, 1988).

quase um século sustentou o fundamento legal direcionado ao ‘menor’, num efeito de discurso que teve na linguagem e na história sua produção de sentidos.

Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. (ORLANDI, 2015, p. 46).

Desta forma, o conjunto de novos referenciais teóricos inaugurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente através do Sistema de Garantias e de Direitos (SGD) faz parte da inscrição histórica e, portanto, da construção do princípio da Proteção Integral que tutela direitos substanciais da criança e do adolescente em nosso ordenamento vigente.

O Decreto nº 17.943-A de 1927 apelidado de “Código Mello Mattos” vigorou até a promulgação do novo Código de Menores em 1979, através da Lei nº 6.697/79, momento em que trouxe para o ordenamento a figura do ‘menor em situação irregular’ em substituição à terminologia anterior do ‘menor abandonado’, ‘infantes expostos’, ‘menores delinquentes’, ainda que com intervenções diretas sobre a família, o que caracterizava a manutenção da política higienista e conservadora, senão vejamos:

O Código de Menores foi revisto apenas em 1979 – com o objetivo preventivo de assistência, proteção e vigilância a menores em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor vigentes na época e destinadas a promover a integração sociofamiliar dos jovens -, com reduzidos efeitos sobre a modificação de sua essência moralizadora, repressiva e estigmatizadora em relação não só aos jovens como também às famílias pobres e marginalizadas. (MACEDO; MARTINS, 2014, p. 18).

Se antes o Código de Menores de 1979 propunha enunciados de cunho filantrópico “salientava-se que a criança deveria ser educada visando-se o futuro da nação; no entanto, tais palavras, transformadas em ação, revelavam que, em se tratando da infância pobre, educar tinha por meta *moldá-la* para a submissão” (RIZZINI, 2011, p. 28-29). Hoje, a partir das regras de proteção da pessoa humana consolidadas em normas constitucionais e internacionais, o direito da criança e do adolescente pauta-se pela criação de políticas públicas de proteção e defesa ao afastar-se da ideologia assistencialista da doutrina menorista.

As leis de proteção à infância, desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX no Brasil, também faziam parte da estratégia de educar o povo e sanear a sociedade. As leis visavam prevenir a desordem, à medida em que ofereciam suporte às famílias nos casos em que não conseguissem conter os filhos insubordinados, os quais poderiam ser entregues à tutela do Estado; e, pela suspensão do Pátrio Poder, previam a possibilidade de intervir sobre a autoridade paterna, transferindo a paternidade ao Estado, caso se julgasse necessário (sobretudo quando a pobreza deixava de ser “digna” e a família era definida como sendo contaminada pela imoralidade). (RIZZINI, 2011, p. 64).

O discurso da doutrina da Situação Irregular “serviu de obstáculo à formação de uma consciência mais ampla de cidadania no país” (RIZZINI, 2011, p. 28-29) e em oposição à formação discursiva da legislação anterior o Estatuto da Criança e do Adolescente descreve, já em seu 1º artigo sobre “[...] a proteção integral à criança e ao adolescente” (BRASIL, 1990), numa regularidade enunciativa que acompanha todo o ECA, de modo a realçá-los como sujeitos de direitos.

Também o artigo 3º do ECA ao dispor que todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana são atribuídos de forma universal a todas as crianças e adolescentes, asseguram-lhes, por se tratar de direitos subjetivos, a indisponibilidade, uma vez que visam o pleno desenvolvimento, em condições de liberdade e de dignidade. Vejamos a redação de seu parágrafo único, incluído pela Lei nº 13.257, de 2016:

Art. 3º, par. único - Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (BRASIL, 2016a)

No mesmo caminhar, a prioridade absoluta foi enunciada no artigo 227 da Constituição Federal, momento em que esclareceu o dever conjunto da família, da sociedade e do Estado na garantia dos direitos fundamentais.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2010b).

As políticas públicas básicas descritas no artigo 4º do ECA, quais sejam, aquelas direcionadas à efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à

alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária devem ser formuladas e executadas com prioridade, visto o alcance geral a toda criança e adolescente, sem distinção, como condição para o sadio desenvolvimento.

Assim, dentro da doutrina atual (Proteção Integral) em que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e devem estar a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, visualizamos a superação da doutrina menorista, pautada na punição e na correção do ‘menor’, bem como na culpabilização das famílias. Eis que o deslocamento perpetrado na experiência e na história rompe e movimenta, e conforme ensina Orlandi (2015, p. 51): “sujeitos, ao mesmo tempo, à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantém a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem”.

E é nesse acesso ao discurso através da compreensão de que o texto, ainda que legal, também é “lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade” (ORLANDI, 2015, p. 70) que traçaremos um breve olhar sobre a questão educacional em face ao debate da redução da maioria penal.

3.1 Paradigmas e socioeducação

Num passado não muito distante a percepção da infância era de que o ‘menor’ estereotipado poderia ser moldado como verdadeiro objeto e tal representação se dirigia às classes populares, conforme legislação promulgada em 1927 denominada Código de Menores que pautava-se na doutrina da situação irregular; agora, pós constituição de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei nº 13.257, à criança é reservado o pleno desenvolvimento e a cidadania em atenção à doutrina da proteção integral.

O modelo assistencialista da década de 20 obedeceu ao padrão de crescimento dos governos militares, que legitimava a intervenção Estatal nas famílias pobres. O Estado, ao tentar organizar a assistência à infância, sob a influência dos *higienistas*, consagrou a noção do “menor em situação irregular” e definiu a competência do “Juiz de Menor” para intervenção na “patologia social”, conforme bem leciona Rizzini e

Pilotti (2011, p. 28): “caberia ao Juiz de Menores intervir na suposta irregularidade, que englobava desde a privação de condições essenciais à subsistência e omissão dos pais, até a autoria de infração penal.”

O infante, intitulado *menor* no referido Código, não se alinha com a ideologia proposta pelo atual Estatuto da Criança e do Adolescente, em que “pela nova concepção, instituída pelo ECA, crianças e adolescentes passam a ser vistos como sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento e pessoas portadoras de direitos” (LEAL, 2010, p. 148).

A distinção entre *menor* e *criança* deve-se justamente à mudança ideológica contida na antiga legislação (Código de Menores) e na atual (ECA), o que pode ser melhor ilustrado pela analista do discurso Eni Orlandi (2015, p. 42): “consequentemente, podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo socio-histórico em que as palavras são produzidas”.

Desta forma, de acordo com Orlandi (2015, p. 68), o discurso, por se tratar de um processo em curso, não se fecha. Conforme a referida autora, “é nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade histórica, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica.” Em reforço, sobre a produção de sentidos, explica Michel Pêcheux (2009), fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso, que:

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma preposição etc. não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas condições ideológicas que estão em jogo no processo socio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* (no sentido definido mais acima) nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 2009, p. 146-147, grifo do autor).

Sabemos que “os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução” (FERNANDES, 2005, p. 22-23), o que, por sua vez, abrange as condições históricas e sociais na inscrição ideológica. Ainda de acordo com Fernandes (2005, p. 21-22), “Esses sentidos, e não o significado da palavra apenas, são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos.

Nessa confluência, considerando que a língua enquanto sistema de signos linguísticos funciona para a produção dos sentidos; a Análise de Discurso reflete “sobre a maneira como a língua está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2015, p. 67), eis que sua natureza é linguístico-histórica:

A Análise de Discurso não trabalha a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. (ORLANDI, 2015, p. 13-14).

Desta forma, a substituição do substantivo *menor* por *criança* produz significado, Orlandi (2015, p. 67) sustenta que “sujeitos e sentidos se constituem na relação da língua com a história, atravessados pelo inconsciente e pela ideologia.”

3.2 Debate sobre o rebaixamento da maioria penal

A discussão acerca da possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de 16 (dezesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos por lei complementar colide com as redações dos artigos 129 e 228 da Constituição Federal de 1988, pois desconsidera a natureza de cláusula pétrea¹¹ de tais dispositivos legais, sendo, portanto, inconstitucional. Note-se que o constituinte originário se pautou em princípios da Doutrina da Proteção Integral da Convenção das Nações Unidas de Direito da Criança ao elaborá-la, conforme se observa em particular na redação dos artigos 227 e 228. Na compreensão de João Batista Costa Saraiva:

A ideologia incorporada no Texto Constitucional irá nortear o Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação infraconstitucional que veio regulamentar os dispositivos constitucionais que tratam da matéria, sendo, em última análise, a versão brasileira do texto da Convenção das Nações Unidas de Direito da Criança. (SARAIVA, 2013, p. 90).

A opção do poder constituinte necessita ser respeitada pelo reformador, sob pena de afrontar o princípio da dignidade da pessoa humana, direito fundamental ligado à liberdade. Tal retrocesso atenderia apenas à falsa visão popular de que os

¹¹ CF, Art. 60, § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: IV - os direitos e garantias individuais

adolescentes estariam impunes, uma vez que não fazem parte do sistema penal a que se submetem os adultos.

O peso da mídia na formação da opinião pública é desdobramento potencializado da questão do poder econômico. Primeiro, pelo fato da mídia ser financiada pelos grandes anunciantes. Segundo, em razão da mídia reproduzir, em larga escala, a diferença entre a soma das opiniões individuais e a opinião da maioria, da vontade geral ou dos estratos sociais. Mais: além de reproduzir essa diferença, dela é resultado. (CAMPILONGO, 2011, p. 75).

Esquecem, todavia, que as unidades de internação tolhem a liberdade do adolescente, sendo crescente o número destes em cumprimento de medida socioeducativa com privação de liberdade em todo o país. Nesse sentido, é o comentário de Yokoy e Silva:

De acordo com o relatório da Subsecretaria de promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, a medida de internação apresenta um aumento nacional de 1.255 adolescentes, quando comparados aos dados de 2006 e 2008. De acordo com a própria SPDCA é preciso considerar a hipótese de que o “tempo médio de permanência no cumprimento desta medida está aumentando em função dos diversos apelos sociais de recrudescimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. (YOKOY; SILVA, 2009, p. 10).

Na esteira das discussões sobre o rebaixamento da maioridade penal são vistos argumentos apaixonados no sentido de medidas mais rigorosas serem aplicadas ao adolescente infrator, sob o fundamento de que este seria alvo de benefícios na atual sistemática, o que traduz uma leitura equivocada do ECA e dos termos ‘inimputabilidade’ *versus* ‘impunidade’, ao desconsiderar as estatísticas que apontam os adolescentes como sendo as maiores vítimas da violência cotidiana. Senão vejamos o Mapa da Violência 2016:

[...] como vimos constatando desde o primeiro Mapa da Violência, divulgado em 1988, a principal vítima da violência homicida no Brasil é a juventude. Na faixa de 15 a 29 anos de idade, o crescimento da letalidade violenta foi bem mais intenso do que no resto da população. (WAISELFISZ, 2016, p. 48).

Também Paulo Freire ilustra a violência pela exclusão social vivenciada na organização da sociedade brasileira.

É imperioso irmos além de sociedades cujas estruturas geram ideologia de acordo com a qual a responsabilidade pelos fracassos e insucessos que elas mesmas criam pertence aos *fracassados* enquanto indivíduos e não às estruturas ou à maneira como funcionam essas sociedades. Se os garotos negros não aprendem bem o inglês a culpa é deles, de sua incompetência genética e não da discriminação a que são submetidos, de raça e de classe, e não do elitismo autoritário com que se pretende impor o “padrão culto”,

elitismos, no fundo, irmão gêmeo do desrespeito total ao saber e ao falar populares. É o mesmo que ocorre no Brasil. Os meninos e as meninas dos morros e dos córregos não aprendem porque são, de *nascença*, incompetentes. (FREIRE, 1992, p. 157-158).

Numa outra formação ideológica, oposta à da redução da maioria penal, aponta Alessandro Baratta (2002, p. 186), que o cárcere ao segregar, distancia o detido dos valores da sociedade e, portanto, não se compatibiliza com as técnicas pedagógicas de reinserção em virtude do choque existente entre os termos exclusão e inclusão.

O cárcere é contrário a todo moderno ideal educativo, porque este promove a individualidade, o auto-respeito do indivíduo, alimentado pelo respeito que o educador tem dele. As cerimônias de degradação no início da detenção, com as quais o encarcerado é despojado até dos símbolos exteriores da própria autonomia (vestuários e objetos pessoais) são o oposto de tudo isso. A educação promove o sentimento de liberdade e de espontaneidade do indivíduo: a vida no cárcere, como universo disciplinar, tem um caráter repressivo e uniformizante. (BARATTA, 2002, p. 184).

A internação tolhe a liberdade e isso ocorre numa época de transição para a vida adulta, quando o tempo possui relevante importância para sua formação psíquica. Nesse viés, o Conselho Federal de Psicologia destaca:

(1) as peculiaridades dos diferentes momentos do desenvolvimento humano; (2) que o desenvolvimento de cada sujeito ocorre em um contexto relacional, social e histórico, e a compreensão de suas condutas não pode se dar com base em uma perspectiva individualista; (3) que a perspectiva educativa é norteadora do desenvolvimento humano saudável, em oposição às perspectivas punitiva e repressiva; (4) que a responsabilidade do Estado brasileiro no fracasso da garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes deve ser considerada como entrave ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes; (5) que a leitura equivocada do ECA leva à confusão entre “inimputabilidade” e “impunidade”; (6) que reduzir a idade penal é tratar os efeitos e não a causa, além do que a violência não é solucionada por culpabilização e punição do sujeito do ato, mas, antes, pela ação nas instâncias psíquicas, sociais, políticas e econômicas que a produzem, entre outros argumentos. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP], 2013, p. 41).

De acordo com o relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o Panorama Nacional da Execução de Medidas Socioeducativas de Internação – Programa Justiça ao Jovem – confeccionado em 2012, os adolescentes em conflito com a lei são compostos em sua maioria de jovens em situação de risco:

O perfil dos adolescentes aqui descortinado revelou uma série de questões que perpassam o problema do adolescente em conflito com a lei: famílias

desestruturadas, defasagem escolar e relação estreita com substâncias psicoativas. A partir do melhor conhecimento do perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas torna-se especialmente oportuna a definição de estratégias compatíveis com as necessidades dos jovens em situação de risco no Brasil. (BRASIL, 2012b, p. 20).

Nessa mesma perspectiva Feijó e Assis (2004, p. 159-158) explicam que a maioria dos adolescentes frequentadores das Varas da Infância e Juventude está inserida num contexto de vulnerabilidade econômica e social e já passam por um processo de exclusão social; vejamos: “o ser excluído traduz-se na falta de ganhos, de alojamento, de cuidados, de instrução, de atenção, de poder exercer sua cidadania. A falta de oportunidades para o indivíduo e sua família afeta seu sentido de existência e suas expectativas de futuro.”

No mais, a estrutura física das unidades de internação não condiz com os parâmetros exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo aponta o Panorama Nacional da Execução de Medidas Socioeducativas de Internação elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça:

Estrutura física das unidades: Quando observadas as estruturas físicas das unidades, constatou-se que parte delas não possui em sua arquitetura espaços destinados à realização de atividades consideradas obrigatórias para a concretização dos direitos fundamentais assegurados pela legislação, tais como a saúde, a educação e o lazer. (BRASIL, 2012b, p. 39).

O cumprimento de medidas restritivas de liberdade (internação e semiliberdade) não tem observado o modelo de execução proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme expõe o último relatório confeccionado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) denominado “Relatório da Resolução nº 67/2011: Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes” (BRASIL, 2013a), que compilou dados entre março de 2012 a março de 2013 em 88,5% das unidades de internação e de semiliberdade, isto é, em 392 estabelecimentos de um total de 443 no Brasil. Deste relatório, podem ser observados problemas comuns nas unidades de internação, tais como: insalubridade e superlotação, além de falhas, como falta de higiene, má conservação, iluminação e ventilação inadequadas (BRASIL, 2013a, gráfico 14, p. 33).

A atual política de encarceramento de adultos e internação de adolescentes apresenta mostras suficientes de desrespeito às condições mínimas do cumprimento de pena e do ato infracional. Misturar o adolescente ao meio adulto permitirá que

aquele entre em contato com apenados de idades distintas, inseridos num sistema carcerário já abarrotado e sem perspectiva de melhoras.

Ademais, nesse sentido, é a Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347/DF, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), em 2015, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu, cautelarmente, a presença do quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente de falhas estruturais e falência de políticas públicas, o que caracteriza o sistema penitenciário nacional como “estado de coisas inconstitucional” (BRASIL, 2015).

É nesse cenário de crise do sistema punitivo brasileiro que medidas outras necessitam ser pensadas e adotadas para a pacificação social. A proposta de redução da maioria penal não é alternativa plausível para a diminuição das ocorrências infracionais, posto não atender à implementação de políticas públicas garantidoras dos direitos fundamentais direcionados à criança e ao adolescente, a exemplo da educação, cujo investimento, por sua vez, pode sim alterar a realidade dos jovens em idade escolar, conforme veremos adiante.

Para melhor esclarecimento sobre a necessidade de políticas públicas voltadas para a educação como forma de reduzir o contexto de marginalização, analisaremos os anexos extraídos do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN - dezembro de 2014 (BRASIL, 2014), do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – atualização de junho de 2016 (BRASIL, 2017a) e do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – atualização de junho de 2017 (BRASIL, 2019), realizados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão executivo subordinado ao Ministério da Justiça (MJ).

3.3 Cárcere: Dados INFOPEN¹²

Conforme explanado em linhas anteriores, a Constituição Federal de 1988, em harmonia¹³ com as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Pequim), indica como penalmente inimputáveis os

¹²O INFOPEN é um sistema do Ministério da Justiça e Segurança criado em 2004 para fornecer dados/estatísticas do sistema prisional brasileiro.

¹³ CF, 5º, § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte (BRASIL, 1988).

menores de 18 (dezoito) anos, sujeitos às normas da legislação especial, qual seja, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90)¹⁴: “4 .1 . Nos sistemas jurídicos que reconhecem a noção de responsabilidade penal em relação aos menores, esta não deve ser fixada a um nível demasiado baixo, tendo em conta os problemas de maturidade afetiva, psicológica e intelectual”. (BRASIL, 2016b, p. 11).

No Congresso Nacional tramitam propostas¹⁵ de Emendas à Constituição visando a redução da maioria penal para 16 (dezesesseis) anos como ‘solução’ para a violência no país, sem considerar o desenvolvimento do adolescente e a seletividade dos tipos penais.

O tema da redução da idade penal tem sido objeto de diversas propostas que têm tramitado no Congresso Nacional. Um substitutivo com todas essas propostas foi apresentado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Congresso Nacional.

Em julho de 2012, foi protocolada na Mesa Diretora Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propõe a alteração dos artigos 129 e 228 da Constituição Federal, visando a criar o instituto jurídico da desconsideração da inimputabilidade penal para maiores de 16 e menores de 18 anos nos casos de ocorrência de crimes hediondos e reincidência em alguns crimes. Mantém, portanto, a regra dos 18 anos, propondo uma regra complementar. (CFP, 2013, p. 42).

A noção de responsabilidade penal deve considerar além de aspectos culturais e sociais, aqueles atrelados a outros marcos legais tais como idade núbil, idade para ser votado, idade para a condução de veículos automotores, dentre outros, tudo para que tal noção faça sentido, bem como possa o adolescente compreender as consequências do ato praticado de acordo com seu desenvolvimento psicológico e biológico.

Na adolescência, vivemos muitas angústias na transição da infância para a vida adulta. Surgem necessidades e sentimentos que não dominamos. As expectativas da família e amigos passam a ser importantes nas nossas decisões e atitudes; passamos a nos preocupar com nossa imagem e em sermos aprovados; e, principalmente, preocupamo-nos em entender sentimentos que não controlamos. Buscar respostas para nossas dúvidas e compartilhar nossas angústias e inseguranças, mesmo que inconscientemente, passa a ser fundamental. (FAILLA, 2014, p. 88).

¹⁴CF, Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial. (BRASIL, 1988).

ECA, Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei. (BRASIL, 2019d).

¹⁵Tome como exemplo a proposta de Emenda à Constituição nº 33/2012, do Gabinete do Senador *Aloysio Nunes Ferreira*

Segundo Cardoso (2003), associa-se juventude à violência sem observar, num país como o Brasil, as condições de vida da população jovem e o fato de existirem *juventudes* no plural:

A juventude é sempre específica e, apesar de utilizar valores e estilos que caracterizam gerações, é sempre difícil saber o que ela é. E como o conceito é geral e, com grande frequência, esconde as diferenças, quando se fala juventude imediatamente se associa à violência. A juventude está sempre associada à violência, como sua vítima e como sua promotora. (CARDOSO, 2003, p.19).

A ausência de investimentos no sistema prisional abarrotado e sem condições dignas de aprisionamento são apontados no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN - dezembro de 2014 (BRASIL, 2014), no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – atualização de junho de 2016 (BRASIL, 2017a) e no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – atualização de junho de 2017 (BRASIL, 2019), realizados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) - órgão executivo vinculado ao Ministério da Justiça que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional - do qual se pode observar a necessidade de ver impulsionada medidas que atendam à excepcionalidade do uso da prisão, e não de práticas que visem o aumento da população encarcerada:

É importante destacar que os diagnósticos elaborados pelo Departamento Penitenciário Nacional, não deixam dúvidas de que o Brasil vivencia uma tendência aumento das taxas de encarceramento em níveis preocupantes. O país já ultrapassou a marca de 622 mil pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais, chegando a uma taxa de mais de 300 presos para cada 100 mil habitantes, enquanto a taxa mundial de aprisionamento situa-se no patamar de 144 presos por 100.000 habitantes (conforme dados da ICPS – International Centre for Prison Studies). Com esse contingente, o país é a quarta nação com maior número absoluto de presos no mundo, atrás apenas de Estados Unidos, China e Rússia. Contudo, ao passo que esses países estão reduzindo as suas taxas de encarceramento nos últimos anos, o Brasil segue em trajetória diametralmente oposta, incrementando sua população prisional na ordem de 7% ao ano, aproximadamente. (BRASIL, 2014, p. 6).

Com vista a manter seus dados atualizados, o INFOPEN traçou um panorama geral da população prisional brasileira registrada em 1.507 (mil quinhentos e sete) unidades prisionais, de modo que em junho de 2017 apontou existir 726.354 pessoas privadas de liberdade no Brasil. “Em relação ao número total de vagas, é possível

observamos um déficit total de 303.112 mil vagas, perfazendo uma taxa de ocupação 171,62%” (BRASIL, 2019, p. 7).

O relatório¹⁶ é claro ao apontar que a maioria dos encarcerados são jovens, de cor preta/parda e com baixa escolaridade, recorte dos crimes de rua e reflexo da legislação seletiva dos tipos penais e filtros do sistema de justiça criminal.

O perfil criminal das pessoas privadas de liberdade pode variar no tempo em função de diversos fatores: mudanças na dinâmica criminal, alterações na legislação, ênfase maior ou menor do sistema de justiça criminal sobre certos crimes e criminosos e diversos outros fatores. Assim, mudanças no perfil criminal não refletem, necessariamente, “tendências criminais”, mas, antes, preferências e práticas do sistema de justiça criminal. (BRASIL, 2014, p. 32).

Observa-se que quase um terço da população das prisões corresponde a jovens entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos de idade¹⁷, com perfil de pouca escolaridade, isto é, 73,8% são de pessoas encarceradas possuem no máximo ensino fundamental completo¹⁸, bem como 63,6% são pretos e pardos¹⁹, porcentagem superior ao da população geral do país definida em 55,4% (BRASIL, 2019).

No que concerne ao grau de escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil, é possível afirmar que 51,3% destas possuem o Ensino Fundamental Incompleto, seguido de 14,9% com Ensino Médio Incompleto e 13,1% com Ensino Fundamental Completo. O percentual de presos que possuem Ensino Superior Completo é de 0,5%.

Ao analisarmos os dados de escolaridade da população brasileira, obtidos a partir da PNAD Contínua 2017, percebemos que não há uma representação no sistema prisional dos mesmos graus de escolaridade observados na sociedade brasileira. No sistema penitenciário, mais da metade das pessoas custodiadas possuem baixa escolaridade, ao passo que entre a população brasileira percebe-se maior dispersão entre todos os níveis educacionais (BRASIL, 2019, p. 34-35).

Em síntese, visualiza-se um punitivismo exacerbado da população jovem de baixa escolaridade ou nenhuma; público vulnerável, foco do controle social punitivo. Portanto, a redução da idade penal pode implicar no agravamento de tal estatística que já apontava em junho de 2017 um déficit de 303.112 (trezentos e três mil e cento e doze) vagas²⁰, posto que além de misturar o adolescente ao meio adulto, demandará um número ainda maior de estabelecimentos prisionais no país. A superlotação se

¹⁶ Vide anexos C, D e E.

¹⁷ Vide anexo D.

¹⁸ Vide anexo E.

¹⁹ Vide anexo C.

²⁰ Vide anexo B.

amolda ao suplício²¹ e vai, portanto, de encontro ao que estabelece à Lei de Execuções Penais (LEP) no que tange à implementação das condições mínimas para a execução da pena (BRASIL, 1984).

Lado outro, o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) instituído pela Lei nº 12.594/2012, já regulamenta a execução das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes, inclusive criou-se o Plano Individual de Atendimento (PIA) como forma de dialogar com os adolescentes, suas famílias e os profissionais envolvidos na construção de tal instrumental. “O ECA, ao determinar que a MSE em regime fechado fosse excepcional, defendeu a correta orientação em eliminar a cultura da institucionalização, no trato do adolescente” (RIZZINI; SPOSATI; OLIVEIRA, 2019, p. 52).

Posto isso, visualiza-se que o crescimento do sistema prisional não é a ‘tábua de salvação’ para a contenção do crime como bem apoiam os defensores da redução da idade penal, ao contrário, a segregação de pessoas cada vez mais jovens implicará tão somente no acirramento da discrepância social em atenção ao clamor cego do endurecimento penal que já deu provas de gerar ainda mais violência.

²¹ Em passagem interessante para o contexto descrito, Foucault (1987, p. 36) contribui: “O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento”.

3.4 Juventude segregada

Como mencionado alhures, quase um terço da população das prisões corresponde a jovens entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos de idade²², com perfil de pouca escolaridade, isto é, 73,8% são de pessoas encarceradas que possuem no máximo ensino fundamental completo²³. Nessa direção, é válida a reflexão sobre o que se pretende a título de implementação de políticas públicas voltadas para a educação.

Aumentar o número de encarcerados no meio adulto através da redução da idade penal diminuiria a criminalidade no país ou serviria tão somente para acentuar a seletividade do sistema penal brasileiro? Recordemos que “as malhas dos tipos são, em geral, mais sutis no caso dos delitos próprios das classes sociais mais baixas do que no caso dos delitos de ‘colarinho branco’” (BARATTA, 2002, p. 176).

Ao contrário de robustecer o sistema penal com o aumento da população carcerária em condições insuportáveis, a implementação de políticas públicas voltadas para a educação nas prisões deveria ser estimulada através, por exemplo, da construção de espaços adequados à população segregada (bibliotecas) como forma de incentivo à leitura nas unidades. Nesse sentido, aponta a Resolução nº 3/2009, de 11 de março de 2009, do CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais, em seu artigo 3º, *in verbis*:

Art. 3º - A oferta de educação no contexto prisional deve:

I – atender aos eixos pactuados quando da realização do Seminário Nacional pela Educação nas Prisões (2006), quais sejam: a) gestão, articulação e mobilização; b) formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta de educação na prisão; e c) aspectos pedagógicos;

II – resultar do processo de mobilização, articulação e gestão dos Ministérios da Educação e Justiça, dos gestores estaduais e distritais da Educação e da Administração Penitenciária, dos Municípios e da sociedade civil;

III – ser contemplada com as devidas oportunidades de financiamento junto aos órgãos estaduais e federais;

IV – estar associada às ações de fomento à leitura e a implementação ou recuperação de bibliotecas para atender à população carcerária e aos profissionais que trabalham nos estabelecimentos penais; e

V – promover, sempre que possível, o envolvimento da comunidade e dos familiares do(a)s preso(a)s e internado(a)s e prever atendimento diferenciado para contemplar as especificidades de cada regime, atentando-se para as questões de inclusão, acessibilidade, gênero, etnia, credo, idade e outras correlatas. (BRASIL, 2009).

²² Vide anexo D.

²³ Vide anexo E.

Na mesma direção é a Recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2013b), ao dispor sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelecer critérios para a admissão pela leitura num discurso que se coaduna com o que preconiza o art. 3º, inciso III, da Resolução nº 02, de 7 de abril de 1998 da Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação:

Art. 3º. São as seguintes as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental:

III - As escolas deverão reconhecer que as aprendizagens são constituídas pela interação dos processos de conhecimento com os de linguagem e os afetivos, em consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto escolarizado; as diversas experiências de vida de alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressas através de múltiplas formas de diálogo, devem contribuir para a constituição de identidade afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã. (BRASIL, 1998).

Inclusive, em um breve cronograma, temos que a previsão legal da remição de pena pelo estudo se deu com a promulgação da Lei nº 12.433/2011. Anteriormente, a regulamentação se dava pela Resolução nº 03 de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário (CNPCCP) que apontava para a necessidade de se fomentar a leitura no contexto prisional. Nesse período compreendido de 2009 a 2011, “o desafio era associar interpretações que aliassem o estudo formal à leitura no campo da educação não formal” (BRASIL, 2020, p. 13).

A referida Lei aprovada aos 29 de junho de 2011, alterou os dispositivos dos artigos 126 e 129 da Lei de Execução Penal (LEP) e equiparou a educação ao trabalho na prisão para fins de remição ao prever a equivalência de 12 (doze) horas de frequência escolar para redução de 1 (um) dia da pena do apenado em privação de liberdade (BRASIL, 2011).

No ano de 2012, o Conselho da Justiça Federal (CJF) e a Diretoria-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça, instituíram, no âmbito das Penitenciárias Federais, o Projeto “Remição pela Leitura”, através da Portaria Conjunta nº 276/2012 (BRASIL, 2012d).

No ano de 2013, por intermédio da Recomendação nº 44, de 26 de novembro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reconheceu a possibilidade de remição pela

leitura ao orientar os Tribunais a valorarem as atividades que ampliam as possibilidades de educação nas prisões, a exemplo daquelas de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, dentre outras.

Nesse contexto normativo, que também se soma à Súmula 341²⁴ do Superior Tribunal de Justiça, observa-se que as normas direcionadas à educação se pautaram na exitosa experiência de projetos de remição pela leitura no Brasil, num processo que interliga legislação e instituições, legitimando-as, eis que como bem leciona Santos acerca do processo legislativo:

Indispensável é o esforço de toda a sociedade para que ela seja incorporada em suas ações cotidianas, visto que a legitimação de qualquer lei não é um mero corolário da obediência cega às suas prescrições, mas um processo cultural, que se constrói através de ações práticas inseridas no jogo instaurado entre o “discurso novo” (novos efeitos de sentido) e sua resistência. (SANTOS, 2013, p. 244).

Portanto, considerando que a privação da liberdade deve ser tida como medida de exceção; que a promoção da educação e das políticas sociais devem ser executadas de forma prioritária pelo Estado; que “os sentidos sempre são determinados ideologicamente” (ORLANDI, 2015, p. 43) e que os legisladores ao confeccionarem as leis partem de um processo social e histórico com posições ideológicas pautadas inclusive nas promessas de campanhas objetivadas pelos partidos, temos que a enunciação de propostas no Congresso Nacional devem ser acompanhadas pelos cidadãos que os elegem, de modo a cuidar para que mais e mais leis de cunho penal não sejam promulgadas sem o devido debate, mas ao contrário, exigindo que as mesmas respeitem as garantias dispostas pelo legislador originário em nossa atual Constituição e na construção imaginária dos cidadãos.

O presente tópico, pautado na crítica à produção de leis vinculada a fatos sociais de grande visibilidade midiática, buscou refletir sobre os diagnósticos elaborados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) numa análise documental das informações penitenciárias e do complexo das formações ideológicas na seara infanto-juvenil.

Portanto, nos moldes do que apregoa a Constituição Federal, será inconstitucional qualquer reforma legislativa, cujo alvo seja a redução da idade penal, eis que crianças e adolescentes são sujeitos em desenvolvimento com direitos

²⁴ Súmula nº 341 do STJ: A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semi-aberto.

assegurados em nosso ordenamento, a exemplo do ECA (Lei nº 8.069/1990), que regulamentou os ganhos trazidos em nossa Carta Republicana.

Do diagnóstico apresentado, o cárcere no Brasil, local de segregação e em desacordo com os preceitos trazidos na Lei nº 7.210/1984 (BRASIL, 1984), estigmatiza e vai de encontro às determinações do Estatuto. Na definição do que seja reclusão, são os sensíveis versos de Cecília Meireles: *Ó grandes muros sem eco, presídios de sal e treva onde os homens padeceram sua vasta solidão.* (MEIRELES, 1989, p. 35).

A formação física e psicológica do jovem perpassa pela compreensão de que o tempo da juventude deve ser respeitado, seja por suas especificidades, seja porque assim legislou o constituinte originário ao definir o marco legal de 18 (dezoito) anos como de ingresso na vida adulta, o que reforça a necessidade de políticas educacionais e de segurança em sintonia ao discurso cidadão de inclusão social.

4 CAMINHOS QUE SE ENTRELAÇAM: LEITURAS, BIBLIOTECA E EDUCAÇÃO

O presente capítulo fundamenta teoricamente este trabalho, o qual pauta-se nos estudos relacionados à leitura e às suas práticas, sobretudo, por Jouve (2002), por Piglia (2006), por Chartier (2014) e por Petit (2010; 2013), tendo, no Brasil, inúmeros nomes de destaque, dentre eles Cândido (1999), Cosson (2014), Freire (1992), Yunes (2002) e Testa e Leite (2018). A escolha desse pressuposto teórico deu-se a partir da necessidade de explicar a relação entre a biblioteca como espaço de promoção de leitura e a formação de leitores no CEIP Norte.

Desse modo, iniciaremos o presente capítulo falando sobre a magia da palavra e da leitura, a qual “desencadeia processos catárticos e gestos de partilhas do sensível, ambos vitais para a nossa sobrevivência” (TESTA; LEITE, 2018, p. 8).

Mas o que é estudar a leitura? Se o objeto da crítica é a obra, qual é o das teorias da recepção? O desempenho do leitor? O texto que lhes serve de suporte? A interação entre os dois?...Mas será que a leitura se reduz a uma troca bipolar? A relação com a obra não tem a ver com as práticas culturais, os modelos ideológicos, as invariantes psicanalíticas? Levar em conta esses diversos parâmetros não nos traz de volta ao campo tradicional dos estudos literários? (JOUVE, 2002, p. 13).

Ao tratar do papel das emoções no ato de leitura, Jouve (2002, p. 19) ressalta que: “O charme da leitura provém em grande parte das emoções que ela suscita. Se a recepção do texto recorre às capacidades reflexivas do leitor, influi igualmente – talvez, sobretudo – sobre sua afetividade”. Afinal, nossas experiências nos marcam. Tome-se a seguir, as teorizações de Gregório Filho:

Somos aquilo que vamos adquirindo ao longo da vida. Os primeiros jogos, as brincadeiras, as cantigas, os contos vão imprimindo em nós um pouco daquilo que vamos ser quando adultos. Não somos passivos às experiências e, a cada uma aprendida, incorporamos informações, transformações, transformamos, acrescentamos parte de nossa própria experiência e vamos construindo nosso jeito de olhar a nós mesmos e ao mundo. (GREGÓRIO FILHO, 2002, p. 136).

Não só um processo afetivo, mas também simbólico traduzem a atividade complexa da leitura, de acordo com Jouve:

O sentido que se tira da leitura (reagindo em face da história, dos argumentos propostos, do jogo entre os pontos de vista) vai se instalar imediatamente no contexto cultural onde cada leitor evolui. Toda leitura interage com a cultura e os esquemas dominantes de um meio e de uma época. A leitura afirma sua dimensão simbólica agindo nos modelos do imaginário coletivo quer os recuse quer os aceite. (JOUVE, 2002, p. 22).

Jouve (2002, p. 61) aponta ainda que: “a leitura, de fato, longe de ser uma recepção passiva, apresenta-se como uma interação produtiva entre o texto e o leitor. A obra precisa, em sua constituição, da participação do destinatário”. É o leitor como protagonista; sua participação é decisiva para as atividades de leitura e/ou de escrita socialmente contextualizada.

Numa volta afetiva ao passado, Jouve (2002, p. 119) rememora os efeitos produzidos pela leitura ao afirmar que “uma única palavra às vezes pode fazer surgir um passado: por meio da leitura, o texto remete cada um à sua história íntima”. A literatura traz para o leitor o afeto ao propor sentir a dor, a alegria, a empatia, dentre tantas outras emoções que fazem martelar soluções para o funcionamento do mundo, já que, segundo Piglia (2006, p. 54): “ler desvenda novas conexões.” Daí a questão proposta:

A pergunta “o que é um leitor?” é, sem sombra de dúvida, a pergunta da literatura. Essa pergunta constitui, não é externa a si mesma, é sua condição de existência. E a resposta a essa pergunta – para benefício de todos nós, leitores imperfeitos porém reais – é um texto: inquietante, singular e sempre diverso. (PIGLIA, 2006, p. 25)

Da mesma forma, “se a leitura é uma experiência, é porque, de um modo ou de outro, o texto age sobre o leitor” (JOUVE, 2002, p. 123), trazendo-lhe encontros e desencontros pelas inquietações produzidas.

Porquanto, esclarece o autor que o leitor mantém uma relação receptiva e ativa com o texto, isto é, “o leitor só pode extrair uma experiência de sua leitura confrontando sua visão de mundo com a que a obra implica” (JOUVE, 2002, p. 127).

Dessa relação leitor e texto depreende-se que a leitura é uma via de abertura e descoberta do mundo, posto que “o ato de ler articula o imaginário e o real” (PIGLIA, 2006, p. 29). Portanto, quem descobre o gosto, a paixão pela leitura, aprende com a maior facilidade. De acordo com Piglia (2006, p. 29) “A leitura constrói um espaço entre o imaginário e o real, desmonta a clássica oposição binária entre ilusão e realidade. Não existe nada simultaneamente mais real e mais ilusório do que o ato de ler.”

A construção pela palavra tece o homem, uma vez que somos o que podemos dizer de nós e do mundo. Sendo assim, refletir sobre a palavra, a linguagem e a leitura é sempre uma necessidade.

Todos nós exercitamos a linguagem de muitos e variados modos em toda a nossa vida, de tal modo que o nosso mundo é aquilo que ela nos permite dizer, isto é, a matéria constitutiva do mundo é, antes de mais nada, a linguagem que o expressa. E constituímos o mundo basicamente por meio das palavras. No princípio e sempre é o verbo que faz o mundo ser mundo para nós, até porque a palavra é a mais definitiva e definidora das criações do homem. (COSSON, 2014, p. 15).

A descoberta na linguagem e, por meio dela, é bem ilustrada na função psicológica trazida por Antônio Cândido:

Um certo tipo de função psicológica é talvez a primeira coisa que nos ocorre quando pensamos no papel da literatura. A produção e fruição desta se baseiam numa espécie de necessidade universal de ficção e de fantasia, que de certo é coextensiva ao homem, pois aparece invariavelmente em sua vida, como indivíduo e como grupo, ao lado da satisfação das necessidades mais elementares. E isto ocorre no primitivo e no civilizado, na criança e no adulto, no instruído e no analfabeto. (CÂNDIDO, 1999, p. 82-83).

A literatura, de acordo com Antônio Cândido (1999, p. 85), contribui para a formação da personalidade ao mesmo tempo em que satisfaz à necessidade universal de fantasia.

Quero dizer que as camadas profundas da nossa personalidade podem sofrer um bombardeio poderoso das obras que lemos e que atuam de maneira que não podemos avaliar. Talvez os contos populares, as historietas ilustradas, os romances policiais ou de capa-e-espada, as fitas de cinema, atuem tanto quanto a escola e a família na formação de uma criança e de um adolescente. (CÂNDIDO, 1999, p. 84).

Se somos marcados pelo que ouvimos e pelo que dizemos, temos na palavra, na linguagem, a percepção de si e de nosso semelhante. Afinal, de acordo com Testa e Leite (2018, p. 8) “a linguagem nos permite trazer à tona diferentes afetos e, quando se torna escrita, ela também ajuda a lidarmos com as nossas relações mais íntimas.” Na mesma direção, apontando a palavra como a condição humana por excelência, Yunes nos ensina que:

O movimento que a literatura desencadeia, de natureza catártica, mobiliza os afetos, a percepção e a razão convocados a responder às “impressões” deixadas pelo discurso, cujo único compromisso é o de comover o leitor, de

tirá-lo de seu lugar habitual de ver as coisas, de fazê-lo dobrar-se sobre si mesmo e descobrir-se um sujeito particular. O processo não é tão simples e rápido, mas uma vez desencadeado, torna-se prazeroso e contínuo. (YUNES, 2002, p. 27).

A partir das reflexões acima e da perspectiva de que se o adolescente não dispõe de livros em casa ou mesmo não tiveram pais leitores ou contadores de histórias, as obras se apresentarão como algo distante, principalmente àqueles em atraso nos estudos. A dificuldade de acesso ao livro gera um contexto de restrição aos benefícios educacionais e culturais que a literatura proporciona, portanto, permitir o encontro com acervos literários significa um convite ao manuseio e à leitura. Para Failla, organizadora da Retratos da Leitura no Brasil, pesquisa nacional que avalia o comportamento leitor do brasileiro:

Também temos poucas famílias que valorizam a leitura e o livro e que leiam para seus filhos. A Retratos da Leitura (2012) mostrou a importância que têm esses dois agentes na formação de leitores. Entre os 50% que se declararam leitores, 45% disseram que foi o professor(a) quem despertou seu interesse pela leitura, enquanto 43% informaram que foi a mãe. (FAILLA, 2014, p. 80).

No mesmo caminho, corroborando a importância da transmissão da leitura, assinala Petit (2010, p. 22) que “na maioria das vezes, tornamo-nos leitores porque vimos nossa mãe ou nosso pai mergulhado nos livros quando éramos pequenos, porque os ouvíamos ler histórias ou porque as obras que tínhamos em casa eram tema de conversa.”

O acesso ao livro pode possibilitar que tais jovens, na elaboração da subjetividade, se descubram e tenham um espaço de liberdade ainda que em cumprimento de medida socioeducativa de internação, bem como permitir “se tornarem um pouco mais autores de suas vidas, sujeitos de seus destinos, mesmo quando se encontram em contextos sociais desfavorecidos” (PETIT, 2013, p. 31).

Na mesma direção, Piglia (2006, p. 55) explica que “cada leitura produz uma narrativa. A leitura suspende a experiência e a recompõe em outro contexto”. Assim, a leitura vista como meio de transformação pessoal e social é um caminho aberto para as diversas leituras do mundo.

O nosso olhar sobre a mediação aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no CEIP Norte, através da biblioteca Monteiro Lobato, haja vista a total falta de infraestrutura da unidade instalada em Santa Fé do Araguaia, será

desenvolvida a seguir contextualizando o município, a Escola Estadual Castro Alves, a unidade e o Plano Individual de Atendimento.

4.1 Apresentação do Município de Santa Fé do Araguaia

Nesta seção, identificaremos o município de Santa Fé do Araguaia, no Estado do Tocantins, cidade que abriga a Escola Estadual Castro Alves, a Biblioteca Monteiro Lobato e o Centro de Internação Provisória (CEIP Norte), locais de estudo da nossa pesquisa. A figura 1, a seguir, apresenta a foto da Praça do Boi, situada em Santa Fé do Araguaia.

Figura 1 - Foto da Praça do Boi, localizada no centro de Santa Fé do Araguaia.



Fonte: Reprodução/Google Street View, 2021.

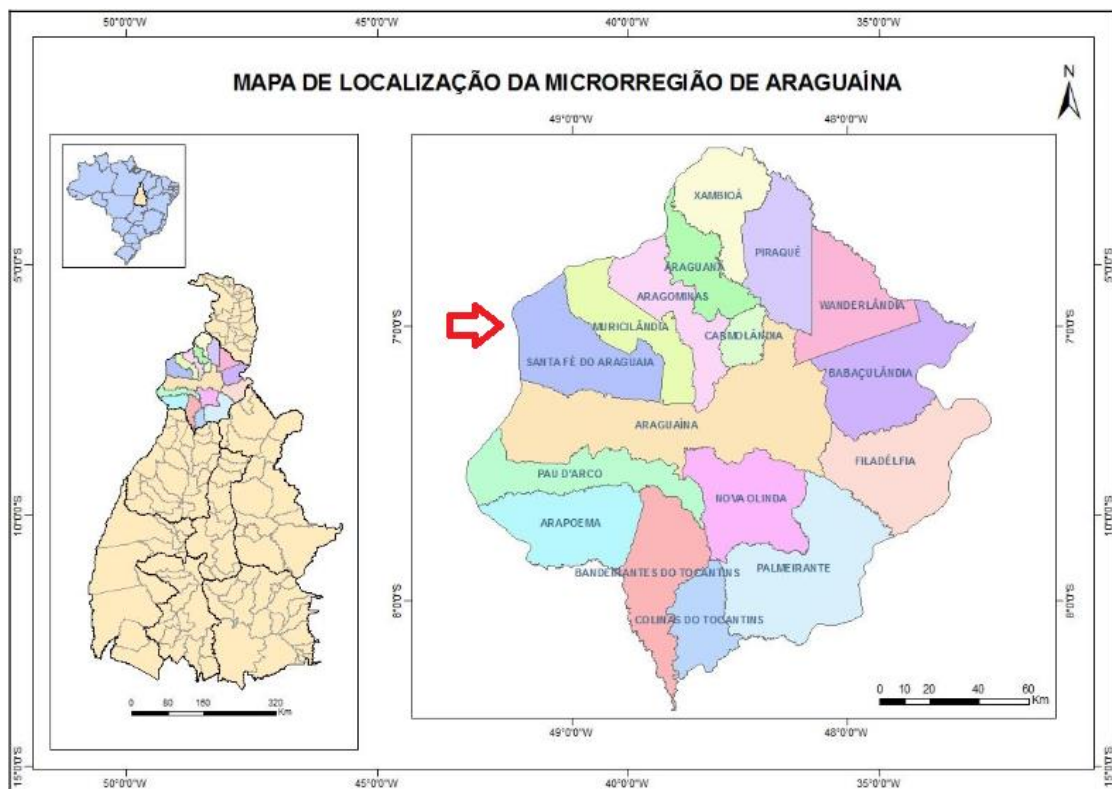
O estado do Tocantins é o mais jovem da República Federativa do Brasil, resultado da divisão do estado de Goiás por determinação da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Está localizado entre os paralelos 5° e 13° graus de latitude sul e os meridianos 45 e 50 graus de longitude oeste, limitando-se com os estados de Goiás, Bahia, Maranhão, Piauí, Pará e Mato Grosso (GUEDES; BRITO, 2014, p. 92).

O Tocantins divide-se em 8 (oito) microrregiões geográficas, sendo elas: Bico do Papagaio; Araguaína; Miracema do Tocantins; Rio Formoso; Gurupi; Porto

Nacional; Jalapão e Dianópolis (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE], [2021a]).

Para o nosso trabalho, destaca-se a Microrregião Geográfica de Araguaína, pertence à Mesorregião Ocidental do Tocantins, localizada no norte do Estado. Inserida na Amazônia Legal do Tocantins, é composta de 17 unidades territoriais do nível município, dentre elas o de Santa Fé do Araguaia, nosso local de estudo, vizinha de Muricilândia e Aragominas (IBGE, 2021a). Na figura 2 é possível visualizar um mapa de localização da microrregião de Araguaína.

Figura 2 - Mapa da localização do município de Santa Fé do Araguaia na microrregião de Araguaína



Fonte: Guedes e Brito, 2014.

De acordo com o IBGE, Santa Fé do Araguaia, com gentílico de santaféense e área da unidade territorial em 1.671,239 km², contava com a população estimada de 7.595 pessoas em 2020 (IBGE, 2021b).

Em 2018, o salário médio dos trabalhadores formais era de 1,9 salários mínimos em Santa Fé do Araguaia. A proporção de pessoas ocupadas em relação à

população total era de 7,6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 21 de 139 e 94 de 139, respectivamente (IBGE, 2021b).

Antes de tornar-se município, numa época em não havia estradas, era conhecido como “Centro do Manoel Borges”, pelo pioneirismo da família que lá se instara e, mais tarde, como “Povoado São José”, em atenção às águas do Córrego São José. Com a abertura de estradas e o crescimento das fazendas na Região, o povoado passou a ser visitado por padres que o batizaram como Santa Fé, pelo fervor dos locais com a fé católica (IBGE, 2021b).

O município possui lavouras permanentes de abacate, banana e borracha, além de lavouras temporárias de feijão, mandioca, melancia, milho, soja e sorgo. A pecuária também é uma das principais fontes de renda (IBGE, 2021b).

Ao observarmos a incidência da pobreza, 53,33% das famílias vivem abaixo da linha da pobreza no município, que por sua vez ocupa a 1450ª posição no Ranking da pobreza no Brasil. De acordo com o levantamento do IBGE – Cidades (2021b), em relação aos 139 municípios do estado, Santa Fé do Araguaia ocupa a 25ª posição, conforme se visualiza da tabela 3, a seguir:

Tabela 3 - Ranking da incidência da pobreza no Tocantins e no Brasil

Ranking da incidência da pobreza no Tocantins	Ranking da incidência da pobreza no Brasil
1° Campos Lindos – TO	1° Campos Lindos - TO
2° Muricilândia - TO	2° Muricilândia - TO
3° Mateiros - TO	3° Mateiros - TO
4° Lavandeira - TO	4° Simolândia - GO
5° Aguiarnópolis - TO	5° Araçoiaba - PE
[...]	[...]
25° Santa Fé do Araguaia – TO	1450° Santa Fé do Araguaia - TO

Fonte: IBGE, 2021 (adaptado pela autora)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio do Projeto Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras e

Plataforma da Vulnerabilidade Social, publicou os resultados divulgados no Atlas da Vulnerabilidade Social para os municípios brasileiros, que servem de panorama da exclusão e da vulnerabilidade social ao fornecerem informações de tais unidades político-administrativas.

As noções de “exclusão” e de “vulnerabilidade social” têm sido cada vez mais utilizadas, no Brasil e no mundo, por pesquisadores, gestores e operadores de políticas sociais, num esforço de ampliação do entendimento das situações tradicionalmente definidas como de pobreza, buscando exprimir uma perspectiva ampliada complementar àquela atrelada à questão da insuficiência de renda. Assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, exclusão e vulnerabilidade social são noções antes de tudo políticas (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária. (COSTA; MARGUTI, 2015, p. 12).

A ferramenta permite a consulta por municípios em diversos formatos de dados e seus resultados se sustentam no chamado Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que vai além da simples constatação da ausência de recursos na indicação da vulnerabilidade, senão vejamos:

Dessa forma, o IVS aqui apresentado tem a pretensão de sinalizar o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns “ativos” em áreas do território brasileiro, os quais deveriam, a princípio, estar à disposição de todo cidadão, por força da ação do Estado. Os três subíndices que o compõem - i) infraestrutura urbana; ii) capital humano; e iii) renda e trabalho - representam três grandes conjuntos de ativos, cuja posse ou privação determina as condições de bem-estar das populações nas sociedades contemporâneas. (COSTA; MARGUTI, 2015, p. 12).

De acordo com a tabela, gerada na página do IPEA²⁵, observamos que o município de Santa Fé do Araguaia, região norte do Brasil, possui baixa prosperidade social, nos moldes do cruzamento das faixas do IDHM e do IVS. Consideremos o quadro 1, a seguir:

²⁵ Planilha IPEA. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>. Acesso em: 16 abr. 2021.

Quadro 1 - IVS, IDMH e Prosperidade social do Município de Santa Fé do Araguaia

Nome da UF	Nome do Município	Ano	IVS	IDHM	Prosperidade Social
Selecione	Selecione	Selecione			
Tocantins	Santa Fé do Araguaia	2000	0.623	0.439	Muito Baixo
Tocantins	Santa Fé do Araguaia	2010	0.435	0.616	Baixo

Fonte: IPEA, 2020

Para melhor compreensão do que seja a prosperidade social, segue a explicação:

De forma complementar ao que o IDHM retrata, o IVS dá destaque a um amplo conjunto de indicadores de situações que traduzem e refletem condições menos favoráveis de inserção social, refletindo a trajetória social das pessoas, de suas famílias e de seu meio social, seja em termos do capital humano, seja em termos de sua inserção no mundo do trabalho e da produção, ou em termos de suas condições de moradia e da infraestrutura urbana. (COSTA; MARGUTI, 2015, p. 74).

Com relação ao seu território e ambiente, o município de Santa Fé do Araguaia, instalado no ano de 1993, apresenta 27,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 46,5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com outros municípios do estado, fica na posição 36 de 139, 117 de 139 e 38 de 139, respectivamente (IBGE, 2021b).

O Índice de Desenvolvimento Humano²⁶ (IDH) é uma medida que combina 3 (três) dimensões: a) ter uma vida longa e saudável; b) ter acesso ao conhecimento e c) alcançar um padrão de vida descente. Santa Fé do Araguaia apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio²⁷, isto é, em conformidade com tabela, o IDHM era 0,439, em 2000, e passou para 0,616 em 2010, vindo ocupar a 97ª posição entre as cidades tocantinenses em 2010. A informações podem ser observadas no quadro 2, a seguir.

²⁶ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - 2010. Informação disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/171886>. Acesso em: 9 abr. 2021.

²⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um número que varia entre 0,000 e 1,000. Quanto mais próximo de 1,000, maior o desenvolvimento humano da localidade.

Quadro 2 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do Município de Santa Fé do Araguaia

Nome da UF	Nome do Município	Ano	% de 5 a 6 anos na escola	% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou	% de 15 a 17 anos com fundamental completo	% de 18 a 20 anos com médio completo
Selecione	Selecione	Selecione				
Tocantins	Santa Fé do Araguaia	2000	64.57	33.64	12.01	6.67
Tocantins	Santa Fé do Araguaia	2010	67.95	82.04	41.50	21.44

Fonte: IPEA, 2020

Segundo a tabela apresentada, o IDHM Educação, para o município em estudo, aponta fluxo escolar por faixa etária entre os anos de 2000 e 2010. No ano de 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 67,95%; a proporção de crianças de 11 a 13 anos, frequentando os anos finais do ensino fundamental, era de 82,04%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 41,50%; e a proporção de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 21,44%.

O município conta com 92,4% de taxa de alfabetização se considerarmos a população de 6 a 14 anos. Possui 10 escolas de ensino fundamental e 3 escolas de ensino médio, ocupando a 135ª posição de 139º no Estado do Tocantins (IBGE, 2021a).

4.2 Escola Estadual Castro Alves

Partindo da perspectiva da vulnerabilidade social do município em pauta, passamos às considerações no âmbito escolar para melhor caracterizar a escola que ministra aulas no CEIP Norte, enquanto extensão daquela. Nesse contexto, é válido esclarecer que o conceito de vulnerabilidade educacional, ainda em construção, provém dos estudos sobre vulnerabilidade social e do atendimento em instituições educacionais (RODRIGUES, 2018, p. 152).

Verificamos, portanto, que o conceito de vulnerabilidade educacional engloba uma gama de fatores que dificultam não somente o acesso à escola, mas também a permanência nela. Essas questões envolvem diretamente as políticas públicas na área da educação e se referem aos propósitos políticos de cada governo. (RODRIGUES, 2018, p. 159).

A Escola Estadual Castro Alves situa-se no centro do município de Santa Fé do Araguaia, na Avenida João de Sousa Lima, e atende adolescentes, jovens e adultos, distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno nas seguintes modalidades: Ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano); Ensino Médio Regular (1ª série à 3ª série); Educação de Jovens e Adultos (1º, 2º e 3º Segmentos); Extensão no CEIP Norte (1º e 2º Segmentos) e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Na figura 3, a seguir, é possível ver a estrutura externa da escola.

Figura 3 - Foto da fachada da entrada da Escola Castro Alves, em Santa Fé do Araguaia.



Fonte: Dados da pesquisa coletado em Santa Fé do Araguaia, 2021.

Os índices dos Anos Iniciais e Finais referentes à Escola Castro Alves junto ao MEC podem ser visualizados nas avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins (SAETO), que podem ser observados nas tabelas 4 e 5.

Tabela 4 - Índice de Avaliações Externas - Anos iniciais (ANA/PROVA BRASIL/SAEBE/IDEB/SAETO)

Desempenho da Unidade Escolar – IDEB – <u>Anos Iniciais</u>		
Ano	Meta Projetada	Média Alcançada
2011	4.1	4.1
2013	4.4	4.2
2015	4.7	4,7
2017	5,1	5.8

Fonte: Escola Estadual Castro Alves, 2020

A tabela cinco apresenta os índices considerando os anos finais.

Tabela 5 - Índice de Avaliações Externas - Anos finais (PROVA BRASIL/SAEBE/IDEB/SAETO)

Desempenho da Unidade Escolar – IDEB – <u>Anos Finais</u>		
ANO	Meta projetada	Média alcançada
2013	3,6	3,8
2015	3,9	3,8
2017	4,2	4,2

Fonte: Escola Estadual Castro Alves, 2020

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade educacional para monitoramento do sistema de ensino no Brasil, com a finalidade de nortear ações políticas para a melhoria do sistema. Enquanto indicador educacional, considera-se em suas combinações o desempenho nos exames do Prova Brasil ou Saeb, a partir dos resultados obtido pelos estudantes ao final das

etapas de ensino com informações sobre rendimento escolar, isto é, taxa média de aprovação²⁸.

Com o total de 23 (vinte e três) professores e 21 (vinte e um funcionários), a Escola Pública Estadual atende os 528 (quinhentos e vinte e oito) alunos matriculados em 2020²⁹ numa edificação com 08 (oito) salas de aulas; 01 (uma) sala para turma de Atendimento Educacional Especializado; 01 (uma) sala de professores; 01 (uma) sala para a coordenação; 01 (uma) sala da secretaria; 01 (uma) cozinha; 01 (um) almoxarifado; 01 (um) depósito para alimentos; 01 (uma) biblioteca; 01 (um) banheiro feminino; 01 (um) banheiro masculino; 01 (um) banheiro para funcionários; 01 (uma) quadra poliesportiva sem cobertura e 01 (um) pátio coberto.

Importante pontuar que as aulas dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa ocorrem na sala de aula do CEIP Norte, nos turnos matutino e vespertino, de modo que os professores da Escola comparecem na unidade nos horários letivos.

Os internos são levados à Escola para as atividades externas de educação física e de leituras na biblioteca; para tanto, são acompanhados pelos agentes socioeducativos, o profissional de educação física ou a pedagoga do CEIP Norte.

4.3 Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2019d), a aplicação da medida socioeducativa de internação deverá ocorrer em estabelecimento educacional (artigo 112, inciso VI, do ECA) exclusivo para adolescentes (artigo 123, *caput*, ECA) e com atividades pedagógicas obrigatórias (artigo 123, parágrafo único, ECA). Para tanto, a estrutura física da unidade deverá atender as normas referenciadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, conforme consta no Artigo 16, da Lei nº 12.594/2012. (BRASIL, 2012a).

Ocorre que a Comarca de 3ª Entrância de Araguaína composta dos municípios de Nova Olinda, de Santa Fé do Araguaia, de Araguanã, de Aragominas, de

²⁸Para compreensão do cálculo do IDEB, vide a Nota Técnica. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

²⁹Informações disponíveis na página do IDEB escola: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/17009898>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Muricilândia, de Carmolândia e de Araguaína não dispõem, até o momento, de unidade apropriada para o cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, em que pese a condenação do Estado do Tocantins para implantação da unidade de internação mediante obrigação de fazer, julgada aos 13 de novembro de 2008, nos autos da ação civil pública nº 2007.0000.2658-0/0 proposta pelo Ministério Público Estadual em janeiro de 2007³⁰. Na figura 4, a seguir, é possível ver a estrutura do alojamento da unidade CEIP Norte.

Figura 4 - Foto do alojamento da unidade CEIP Norte



Fonte: Keliene Vale, em Santa Fé do Araguaia, 2015.

O imóvel utilizado pela Secretária da Cidadania e Justiça para internação dos adolescentes na Região Norte do Estado é composto de 1 (uma) recepção; 2 (duas) salas de aula pequenas; 1 (uma) cozinha com aproximadamente 20 metros quadrados; 1 (uma) sala administrativa; 1 (uma) sala da equipe multidisciplinar; 1 (um) almoxarifado; 1 (uma) lavanderia; e 2 (dois) alojamentos 'celas' com 6 (seis) vagas

³⁰Em sentença proferida pela Vara da Infância e Juventude de Araguaína, o Estado do Tocantins foi condenado a realizar a implantação da unidade de internação na Comarca. O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, no intuito de efetivar a construção do Centro de Atendimento Socioeducativo nesta cidade (CASE).

em cada, enquanto o número de internos é quase sempre superior, o que agrava a delicada situação de um ambiente que deveria ser educacional.

O sacrifício dos direitos dos adolescentes que cumprem medida de internação definitiva ou provisória no Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte) é notório. A unidade sem ventilação e com precária iluminação nos alojamentos tem uma estrutura física inadequada para a internação dos adolescentes. As instalações antigas e parcialmente danificadas, até março de 2020, não possuíam máquina de lavar roupas, a qual foi adquirida após inspeção desta doutoranda por meio de convênio entre o Ministério Público do Trabalho e a Defensoria Pública Estadual.

Figura 5 - lavadora de roupas, capacidade 15 quilos, marca Brastemp



Fonte: Dados da pesquisa coletado no CEIP Norte, em Santa Fé do Araguaia, 2020.

Cabe ressaltar as condições insalubres, sem o mínimo de conforto e garantias outorgadas pelo ECA (BRASIL, 1990), como o direito à saúde, à educação e à convivência familiar para falar do essencial, já que a falta de espaço físico e condições

adequadas compromete, inclusive, o desenvolvimento das atividades na unidade, traduzindo as medidas socioeducativas em verdadeiras penas.

O amontoado de adolescentes entre paredes úmidas, roupas sujas, mictório exalando odor desagradável é de inevitável constrangimento aos internos e aos funcionários que desempenham suas funções no CEIP Norte. A título de exemplo, a sala de aula foi instalada em cômodo apertado, também insalubre, o que impede o bom desempenho das atividades educacionais e pedagógicas propostas, posto que na sala ao lado, inicialmente também utilizada pelos professores, teria sido desativada e agora é utilizada como 'seguro'³¹.

A proposta educacional é prejudicada pela superlotação, pela ociosidade e pela falta de estrutura física para as atividades educacionais e profissionalizantes, o que gera insatisfação e ansiedade nos internos.

Figura 6 - Foto da fachada CEIP Norte



Fonte: Dados da pesquisa coletado no CEIP Norte, em Santa Fé do Araguaia, 2019

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, é marco histórico de tais direitos no plano internacional e trouxe a previsão, no artigo XXVI, do direito à

³¹ Seguro – ala do prédio destinada para isolar um adolescente do alojamento em situações de brigas ou mesmo como punição por falta dentro da unidade.

educação ao prever instrução orientada ao pleno desenvolvimento da personalidade humana. Daí o questionamento: como fornecer educação direcionada ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, quando a estrutura mínima para tanto é precária?

Ora, se os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, assim como qualquer outra pessoa, têm o direito humano à educação, é clara a desatenção estatal, quando não se propõe a construir o Centro de Atendimento Socioeducativo de Araguaína (CASE) ainda que em evidente desobediência à sentença condenatória promulgada há mais de 12 (doze) anos.

Se a estrutura predial do CEIP Norte é inapropriada para o cumprimento da medida socioeducativa, e o Estado do Tocantins descumpre, desde 2008, decisão judicial para construção do CASE de Araguaína, é de fácil compreensão a falta de espaço físico adequado para uma educação de qualidade, contrariando, assim, o disposto no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA em seu inciso VI, narra que a medida de internação deverá ocorrer em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990).

Recorde-se que o artigo 124, do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), elenca, dentre os direitos dos adolescentes privados de liberdade, o de habitar alojamento em condições de higiene e salubridade (inciso IX), bem como o de receber escolarização e profissionalização (inciso XI) e o de realizar atividades culturais, esportivas e de lazer (inciso XII).

Todavia, diante de todos os obstáculos estruturais decorrentes da falta de um estabelecimento educacional adequado, oriundos da omissão estatal, nas visitas realizadas pela pesquisadora, visualizamos o esforço do professor de língua portuguesa João Kennedy Vieira Ciriano³² e da pedagoga Edna O. de Sousa³³ em alcançar doações de títulos literários entre os próprios funcionários da unidade para disponibilização aos adolescentes internados. De acordo com Failla (2014), a formação de um leitor requer um mediador, quem seja:

³² Professor da Escola Estadual Castro Alves responsável por ministrar aulas de língua portuguesa no CEIP Norte.

³³ Pedagoga componente da equipe multidisciplinar do CEIP Norte até março de 2020.

Alguém que, mais do que um bom leitor, seja apaixonado pela leitura e pelos jovens. Que goste de se doar e sinta certo fascínio em entender o que pensa, os interesses, valores e necessidades desse jovem. Escolher o livro certo para o momento, “seduzi-lo” e fazer o marketing da história e da personagem é a melhor receita para se conquistar um jovem leitor para a literatura. (FAILLA, 2014, p. 86).

A partir das entrevistas realizadas com alguns dos adolescentes em cumprimento de medida de internação, pudemos observar que estes não possuem contato próximo com bibliotecas, as quais não estão espalhadas pelos bairros de Araguaína, ao alcance dos pés, em que pese a Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita apontar, dentre suas diretrizes, a “universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas” (BRASIL, 2018).

O grande perigo do mundo digital é que ele facilita o acesso ao que o leitor procura, mas torna mais raros os encontros inesperados, as descobertas de textos desconhecidos que só as estantes de bibliotecas, prateleiras de livrarias e periódicos impressos possibilitam. (CHARTIER, 2014, p. 31).

Desta feita, partindo da necessidade de levar títulos literários diversos ao CEIP Norte, isto é, aos potenciais leitores, que cumprem medida em estabelecimento já chancelado como inapropriado, é que surgiu o projeto *Leitura: Espaço de Liberdade*, cujo passo a passo para sua execução será a seguir demonstrado, numa tentativa de compartilhar o acervo da biblioteca reformada.

Com frequência, exigências e prescrições excessivas acabam desvirtuando a leitura, que pressupõe vontade individual, desejo, transgressão. Isso posto, as políticas de fomento à leitura são necessárias. Os alvos podem ser a escola, as feiras e festas literárias, as bibliotecas públicas, as livrarias, os centros culturais, ou os locais de trabalho de leitores potenciais. (CHARTIER, 2014, p. 22).

De acordo com o documento *Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar*, redigido como guia à comunidade das bibliotecas, aponta-se como missão:

[...] A biblioteca escolar propicia informação e idéias que são fundamentais para o sucesso de seu funcionamento na sociedade atual, cada vez mais baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar habilita os alunos para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve sua imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES [IFLA], 2005, p. 3).

O gosto e o prazer da leitura são despertados pela convivência, isto é, pela proximidade com livros, filmes, jornais. Afinal, como conhecer seus encantos se os caminhos da vida não permitirem acessar o festival da leitura? De acordo com Maria Elvira Charria Villegas (2018, p. 163, grifo da autora), “Se trata de que la LECTURA permita a los individuos que sean dueños de si, de sus palabras, de sus ideas, de su historia y responsables de su relación con ‘el otro’, esse HUMANO que nos reconoce em nuestra humanidade.”³⁴

A leitura de literatura, continuei, possibilita fantasias e desenvolve a imaginação. O livro, como nos ensinam vários estudiosos, somente ganha vida quando aberto pelo leitor, e traz sempre uma história incompleta, por mais detalhada que seja a narrativa. Nenhum cenário está acabado, nenhuma emoção se transporta do autor para o leitor. Elas são suscitadas e cabe ao leitor, com sua subjetividade e referências, recontar para ele mesmo a história. É nessa “recriação” que exercita sua imaginação e suas emoções. (FAILLA, 2012, p. 20).

Nessa seara, em que pese as dificuldades estruturais anteriormente narradas, o professor de língua portuguesa João Kennedy Vieira Ciriano e a pedagoga Edna O. de Sousa — cuja convivência com essa pesquisadora tem sido estreitada há mais de um ano e foram entrevistados durante a pesquisa — tem desempenhado o papel de verdadeiros mediadores nessa aventura do conhecimento ao proporcionar sementinhas de leitura aos adolescentes na unidade CEIP Norte, no intuito de que tais jovens tomem consciência de si, do próximo e do seu papel na sociedade, ainda que em cumprimento de medidas em local totalmente adverso ao processo educacional.

4.4 Plano Individual de Atendimento (PIA)

O desenvolvimento do adolescente passa por sua formação familiar e social, seja na unidade familiar, seja na comunidade em que se encontra inserido, pois: “é no contato com os companheiros ou com os pais e outros adultos que o adolescente irá desenvolver a reflexão, a crítica e o seu posicionamento pessoal diante da realidade social” (RAPPAPORT, 2011).

³⁴Tradução livre: “Se trata de que a leitura permita aos indivíduos sejam donos de si, de suas palavras, de suas ideias, de sua história e responsáveis pela sua relação com o ‘outro’, esse humano que nos reconhece em nossa humanidade.”

Quando da análise do ato infracional, é necessário recordar que cada adolescente possui uma história única, particular de vida, que deve ser considerada, seja na apuração de um ato infracional, seja na aplicação de uma medida socioeducativa.

Nesse viés, a Lei nº 12.594/2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamentou a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional; além de alterar, diretamente, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A normativa do SINASE, artigo 55, parágrafo único, prevê a necessidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, elaborar o plano individual de atendimento (PIA) no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da data do ingresso do adolescente no programa de atendimento, nas situações de cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade, isto é, na semiliberdade e na internação (BRASIL, 2012a).

Em tais hipóteses de cumprimento constarão necessariamente do PIA: os resultados da avaliação interdisciplinar; os objetivos declarados pelo adolescente; a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional; atividades de integração e apoio à família; formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; as medidas específicas de atenção à sua saúde; a designação do programa de atendimento mais adequado para o cumprimento da medida; a definição das atividades internas e externas, individuais ou coletivas, das quais o adolescente poderá participar; e a fixação das metas para o alcance de desenvolvimento de atividades externas (BRASIL, 2012a, art. 54 e 55).

As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing) são claras ao afirmar que na imposição das medidas socioeducativas restritivas de liberdade, em especial a internação, sejam sempre breves e analisados em consonância com a promoção do bem-estar do jovem.³⁵

A manutenção do adolescente em determinado programa, submetido a certa medida socioeducativa, somente se justifica, portanto, enquanto vinculada à realização de sua finalidade, impondo-se a substituição sempre que se alterarem as

³⁵Regra nº 17 e 19.

necessidades do adolescente, obedecidos os limites máximos ou cumpridas as condições estabelecidas em lei.

Se do ponto de vista pedagógico, a medida atingiu a finalidade esperada, não há por que manter-se a medida de internação, posto que as medidas socioeducativas não seguem as mesmas teorias basilares da fundamentação da pena, seja como prevenção geral ou especial, mas sim procuram estimular a autonomia, a melhoria das relações interpessoais e o fortalecimento de redes de apoio ao adolescente e sua família - SINASE, Lei nº 12.594/2012, Art. 60, inc. I. (BRASIL, 2012a).

Do exposto, depreende-se que o centro socioeducativo destinado à internação, além de um ambiente físico, deverá apresentar proposta pedagógica nos moldes do que determina o artigo 125 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990)³⁶.

Repise-se que o espaço da unidade é inapropriado ao cumprimento das medidas aplicadas, composto de reduzido espaço e em local insalubre. Contudo, apesar das adversidades impostas pelo descumprimento estatal em promover dignidade aos internados, a promoção à leitura passou a ser contemplada no plano individual de atendimento (PIA), no ano de 2018, por intermédio da aquisição de um pequeno acervo alcançado pelo professor de língua portuguesa João Kennedy Vieira Ciriano e da pedagoga Edna O. de Sousa, tudo para que a ideia de educação do adolescente se paute, também, pela mediação da leitura permitindo o encontro daquele com o livro, o que por sua vez influenciará no curso de sua vida e na tomada de consciência. E é assim, na esperança de uma vida melhor e partindo do direito à educação, que livros têm sido lidos durante a medida socioeducativa.

Numa perspectiva educativa, a adoção de um projeto de leitura no plano individual de atendimento (PIA) dos adolescentes internados no Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte) vai ao encontro das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, além de permitir a participação do adolescente no processo de responsabilização, posto que “O acesso à leitura e à escrita possibilita ao cidadão a compreensão dos seus direitos e a sua inserção na sociedade como um agente transformador” (CANÔNICA, 2016, p. 78).

³⁶Art. 125. É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança. (BRASIL, 1990)

Nesse sentido, o projeto *Leitura: Espaço de Liberdade* somou esforços ao reformar a biblioteca Monteiro Lobato, que, ainda em 2018, não contava com suas rotinas automatizadas, sendo a circulação do pequeno acervo literário, composto de 3 (três) prateleiras, anotada de forma manual e precária. Tal reforma objetivou permitir o acesso dos adolescentes ao acervo literário ampliado, diversificado e com catalogação do material bibliográfico, num espaço acolhedor à leitura. O projeto visou, portanto, promover o encontro do adolescente internado com um espaço literário, permitindo que através do acesso aos livros pudessem se interessar pela atividade, viabilizando a prevenção de reincidências e a oportunidade de traçar seu próprio caminho. Nesse sentido é a lição de Michele Petit:

Não nos esqueçamos, o leitor não consome passivamente um texto, ele se apropria dele, o interpreta, deturpa seu sentido, desliza sua fantasia, seu desejo, suas angústias entre as linhas e as mescla com as do autor. É por aí, em toda atividade fantástica, nesse trabalho psíquico, que o leitor se constrói. (PETIT, 2013, p. 27).

O contato com o livro, quando até então a distância física é um dos obstáculos de acesso, permitirá que tais jovens se familiarizem, se aproximem dos textos escritos e, com isso, construam um espaço próprio e íntimo, oportunizando uma verdadeira inserção no espaço psíquico de construção da subjetividade. Segundo Petit, a leitura como experiência única, insubstituível, em que se apropria e cria, vai ao encontro da nossa necessidade humana de simbolizar.

O objetivo de minhas pesquisas não é como podemos “construir” leitores, para retomar essa expressão, mas principalmente como a leitura pode ajudar as pessoas a se construírem, a se descobrirem, a se tornarem um pouco mais autoras de suas vidas, sujeitos de seus destinos, mesmo quando se encontram em contextos sociais desfavorecidos. (PETIT, 2013, p. 31).

Daí o projeto *Leitura: Espaço de Liberdade* propor a redução do distanciamento entre o adolescente internado e o texto literário, permitindo a aproximação e a construção de um espaço de leituras a partir das visitas à biblioteca como atividade externa durante o cumprimento da medida, eis que a leitura, enquanto espaço de liberdade, possibilita significar suas vidas, além de contribuir para a ruptura do ciclo da violência. Segundo Petit (2013, p. 31) “[...] crianças e adolescentes, homens e mulheres elaboram um espaço de liberdade a partir do qual podem dar sentido a suas

vidas, e encontrar, a energia para escapar dos impasses nos quais eles sentem encurralados.”

A atualidade do projeto desenvolvido no âmbito da Defensoria Tocantinense vai inclusive ao encontro da Nota Técnica nº 1/2020/GAB-DEPEN/DEPEN/MJ, expedida pelo Departamento Penitenciário Nacional, no ano de 2020 no âmbito penal, cuja finalidade é a de orientar a institucionalização e padronização das atividades acerca da remição de pena pela leitura e resenhas de livros no sistema prisional brasileiro (BRASIL, 2020).

Em que pese o contexto do *Leitura: Espaço de Liberdade* ser o socioeducativo, a expedição da Nota aponta para atenção à leitura e trata-se de marco inicial para a criação do Programa Nacional de Remição de Pena pela Leitura no Brasil com uma série de recomendações aos sistemas penitenciários estaduais, dentre elas a implementação de bibliotecas e aquisição de títulos literários. E para melhor aclarar a motivação da Nota Técnica, vejamos sua fundamentação:

Entende-se que a socialização de homens e mulheres é um processo que dura a vida inteira e não se abrevia a poucos dias de estudo, no entanto, a educação é fundamental como mecanismo de integração, rupturas e transformações de trajetórias sociais de pessoas privadas de liberdade. (BRASIL, 2020, p. 8).

A leitura em sua permissão à fantasia pode influenciar o caminhar do leitor, ao fazer sentido para aquele que ler certa frase, capítulo, obra, “[...] quando uma pessoa tem a oportunidade de ter acesso a ela, a leitura sempre faz sentido, inclusive para os jovens, mesmo em meios afastados *a priori* da cultura escrita” (PETIT, 2013, p. 32). Portanto, a perspectiva é de que a viagem proporcionada pela leitura ultrapasse os muros da internação e siga para a vida de cada um dos adolescentes convidados a nela embarcar.

Em síntese, a leitura nos transporta, nos permite viver outras histórias, nos dá prazer e é um direito de todos, de modo que a cada folha virada, uma nova experiência é retratada e assim somos insuflados a seguir num caminho sem volta, o de leitores!

5 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este capítulo é dedicado à descrição metodológica da geração dos dados da pesquisa de campo, realizada no Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte), onde ficam internados os adolescentes que tenham sido apreendidos para aguardar julgamento ou que já foram sentenciados, isto é, em cumprimento de medida socioeducativa (Artigo 112, do ECA) no bico do papagaio, em que pese a sua natureza provisória³⁷ e, também, na biblioteca Monteiro Lobato da Escola Estadual Castro Alves, extensão educacional da unidade de internação.

A presente pesquisa, com certo viés etnográfico, valeu-se da observação e das entrevistas, numa abordagem qualitativa, que nos permitiu a interação com os funcionários e os adolescentes internados no CEIP Norte, bem como com os professores da Escola Estadual Castro Alves, onde fica localizada a biblioteca Monteiro Lobato.

Desta forma, o presente estudo buscou identificar e descrever como tem ocorrido a formação de leitores no CEIP Norte a partir das seguintes indagações: quais ações de leitura foram desenvolvidas; quais são os desdobramentos práticos da leitura no cotidiano da internação para os adolescentes; quais são as representações dos adolescentes acerca das práticas de leitura desenvolvidas; quem é esse leitor; e o que gostou de ler.

Para tanto, o conceito de representação da Análise do Discurso nos é cara, pois se as palavras são carregadas de sentido e a linguagem é o observatório do discurso, o mundo é subjetivado pela forma como estamos na linguagem, de modo que evocamos Authier-Revuz que com propriedade aponta para os “acontecimentos de enunciação” que constituem, no fio do dizer.

[...] e em cada dizer em particular, que consiste em tomar as formas – as voltas reflexivas – “ao pé da letra”, em escutar *aquilo que eles dizem* (sobre o quê falam? E como?) e em observar onde eles surgem no dizer, isto é, a que palavras eles respondem. (AUTHIER-REVUZ, 2008, p. 34).

³⁷Por falta de estabelecimento educacional para cumprimento da medida socioeducativa de internação na Região Norte do Tocantins, os adolescentes com sentença definitiva cumprem-na no CEIP Norte juntamente com aqueles que aguardam o julgamento de seus processos. A separação prevista no ECA não é, portanto, atendida.

Sob o ponto de vista da forma de abordagem do problema, optou-se pela investigação qualitativa, que “carece de uma interpretação dos fenômenos à luz do contexto, do tempo, dos fatos.” (MICHEL, 2009, p. 36-37). Recorde-se que a pesquisa qualitativa pode assumir várias formas, dentre elas o estudo de caso, a etnografia, a pesquisa-ação, dentre outras.

Desde já esclarecemos que “a etnografia é um método que visa abranger a complexidade da realidade social de uma comunidade” (CUNHA; RIBEIRO, 2010, p. 11), sendo os primeiros trabalhos dessa especialidade da antropologia desenvolvidos no final do século XIX, com destaque no início do século XX, para o trabalho da pesquisadora Margaret Mead (1928) junto à universidade de Columbia.

O termo é formado por dois radicais gregos: “Etnografia – Grafia vem do grego graf(o) significa escrever sobre, escrever sobre um tipo particular – um etn(o) ou uma sociedade em particular”. (MATTOS, 2011, p. 53). Portanto, de acordo com, Sousa (2006, p. 7) “o primeiro significa ‘os outros’ e o segundo denota ‘escrita’, ‘descrição’ e ‘registro’.”

Por se tratar de instrumento de coleta de dados qualitativos num estudo de profundidade, que demanda a imersão do pesquisador numa análise ao longo do tempo na realidade a ser observada, de modo a abranger a complexidade da realidade social de uma comunidade (CUNHA; RIBEIRO, 2010, p. 11-12), faz-se necessário distinguir a etnografia das estratégias de pesquisas adotadas em pesquisas mais limitadas, a exemplo desta.

Eckert e Rocha traçam didaticamente a distinção entre método etnográfico e técnicas de pesquisa etnográfica. Considere-se as palavras dos referidos autores:

[...] o método etnográfico é um método específico da pesquisa antropológica. Outras ciências sociais recorrem não obstante a determinadas técnicas de pesquisas que são singulares ao método de pesquisa qualitativa. Mas neste caso trata-se de adotar alguns procedimentos técnicos próprios da pesquisa etnográfica como a observação e as entrevistas, vinculadas agora a outros campos teóricos de interpretação da realidade social que não a teoria antropológica. (ECKERT; ROCHA, 2008, p. 1-2).

Assim, enquanto nas pesquisas etnográficas mais antigas os pesquisadores permaneciam por longos períodos na comunidade investigada, no intuito de conhecerem suas características, hoje, contudo, os pesquisadores têm despendido menos tempo em campo (SOUSA, 2006, p. 8). Eis, a seguir, as palavras de Cunha e Ribeiro (2010):

Ao contrário de entrevistas e estudos de caso realizados, em que as visitas e a interação do pesquisador são esporádicas ao objeto de estudo, não são suficientes para que ele incorpore e compreenda os elementos de dimensão tácita existente na realidade a ser estudada. Essa diferença deve ser clara aos pesquisadores que pretendem usar estratégias de pesquisas, adequadas aos seus propósitos e para aqueles que estão abertos a compreenderem as limitações de suas pesquisas. (CUNHA; RIBEIRO, 2010, p. 12).

No caso específico de nossa pesquisa, realizamos o primeiro deslocamento ao Centro de Internação Provisória (CEIP Norte) no dia 17 de dezembro de 2018 e durante todo o ano de 2019 mantivemos contato próximo com a pedagoga da unidade, Edna O. de Sousa, que forneceu o suporte necessário nos agendamentos dessa pesquisadora às visitas na unidade, haja vista a distância de 74 km (setenta e quatro) quilômetros entre Araguaína e Santa Fé do Araguaia, bem como o fato do ambiente de recolhimento possuir uma rotina própria.

Nosso último deslocamento até Santa Fé do Araguaia, antes da pandemia, deu-se no dia 20 de fevereiro de 2020, momento em que essa pesquisadora buscou observar a socialização das leituras dirigida pelo professor João Kennedy Vieira Ciriano, em uma de suas aulas na apertada sala da unidade.

No mais, em virtude das Portarias SECIJU/TO nº 234, de 16/03/2020; nº 284, de 03/04/2020, nº 287, de 14/04/2020 e nº 300, de 22/04/2020 publicadas, respectivamente, no Diário Oficial nº 5.565, nº 5.579, nº 5.583 e 5.586, as visitas nas Unidades do Sistema Socioeducativo do Estado do Tocantins foram suspensas, nos moldes das orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), da Secretaria de Estado da Saúde e das regras e protocolos de prevenção à transmissão da doença denominada COVID-19, causada pela rápida disseminação do novo coronavírus, o que pelas características físicas da unidade em Santa Fé do Araguaia aponta para a vulnerabilidade dos adolescentes ali recolhidos.

Nesse ínterim, também a pedagoga Edna O. de Sousa foi removida para Araguaína em 10 de março de 2020, comunicando-nos que as ações de leitura teriam continuidade com a nova pedagoga, recém-chegada na instituição.

Desse modo, podemos contabilizar 14 (quatorze) meses de visitas em campo, isto é, presenciais com deslocamentos até Santa Fé do Araguaia, onde transitamos no ambiente socioeducativo, por meio de reuniões realizadas no CEIP Norte, na Escola Estadual Castro Alves, na biblioteca Monteiro Lobato, no MPT. Contudo, o desenvolvimento das ações em conjunto com o SENAI e o MPT, na tentativa de

fornecer instrumentos educacionais aos jovens internados em Santa Fé do Araguaia, permaneceu até julho de 2021, posto ter ficado acordado que o SENAI, por possuir plataforma digital para cursos na modalidade EAD, disponibilizaria 2 (dois) pontos fixos com mesa durante o prazo de 1 (um) ano, dentro do CEIP Norte, para que os internos pudessem realizar módulos de informática à distância, cujas matrículas tiveram início em julho de 2020.

Com relação à execução do projeto *Leitura: Espaço de Liberdade*, protocolado em fevereiro de 2019 junto ao Escritório de Gestão de Projetos (EGP) da Defensoria Pública do Tocantins; seu encerramento formal no órgão deu-se em dezembro de 2019. Contudo, o projeto tem como proposta permanente as rodas de leitura como atividade externa na sede da biblioteca Monteiro Lobato.

No caso específico de nossa pesquisa, nas conversas informais com os agentes socioeducativos, servidores técnico-administrativos e com o chefe da unidade a respeito da rotina da vida na instituição, bem como com os entrevistados (adolescentes reeducandos, professor de língua portuguesa e pedagoga da unidade) e funcionários da Escola Estadual Castro Alves, a respeito das dificuldades enfrentadas e do projeto de leitura iniciado em 2018, pôde-se observar a interação entre as instituições CEIP e Biblioteca Monteiro Lobato, assim como o impacto dos relatos dos jovens com baixa escolaridade, insertos numa proposta de acesso ao livro.

Pelo exposto, devido ao tempo de permanência em campo ter sido relativamente curto, nomeamos o presente capítulo metodológico ressaltando as técnicas de pesquisa etnográficas, posto tratar-se de uma ‘perspectiva etnográfica’, e não da etnografia como método, que, por sua vez, visa abranger a complexidade da realidade social observada.

Nesta pesquisa, valeu-se da observação e da entrevista como recursos metodológicos e para registrá-los, o gravador e blocos de anotações foram utilizados. Considere-se, a seguir, as palavras de Sousa (2006):

Na realização do trabalho etnográfico para geração de dados, o pesquisador dispõe de vários recursos metodológico e tecnológicos. Os metodológicos constituem-se em observação, registros escritos, entrevistas, gravações, fotografia e filmagens. Para isso, dispomos dos recursos tecnológicos: gravador, câmera fotográfica, filmadora, blocos de papel ou caderno, caneta etc. (SOUSA, 2006, p. 8-9).

Partindo dessas questões, a pesquisa desenvolvida analisa a formação de leitores no CEIP Norte, no ano de 2019. Aponta-se como referencial empírico as representações dos adolescentes de Santa Fé do Araguaia, num espaço de escuta de suas vozes, muitas vezes silenciadas. Assim, considerando os objetivos da pesquisa, a coleta de dados deu-se a partir da:

- Análise de documentos do âmbito escolar, tais como: o projeto de leitura em execução no CEIP Norte; planejamentos da pedagoga e do professor de língua portuguesa para execução do projeto; relatos da pedagoga e do professor de língua portuguesa sobre a socialização das leituras realizadas, quinzenalmente, no decorrer das aulas no CEIP Norte ou na sede da biblioteca Monteiro Lobato, quando das atividades externas.
- Realização de entrevistas semiestruturadas com a pedagoga da unidade, com o professor de língua portuguesa e com 4 (quatro) adolescentes internados, sendo 2 (dois) de cada alojamento, posto que a unidade conta com duas 'celas' e no dia programado para a gravação havia 14 (quatorze) adolescentes recolhidos na unidade.

Objetivou-se, ainda, estimular a leitura dos adolescentes internados, disponibilizando variados títulos, que foram alcançados por meio de campanhas de doação junto à comunidade, com o apoio do Ministério Público do Trabalho sediado em Araguaína, que destinou a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a reforma da biblioteca do Colégio Estadual Castro Alves e consequente ampliação do acesso ao livro com qualidade, no intuito de proporcionar momentos de cultura e de lazer, para que os adolescentes possam estudar e aprimorar sua educação.

Ao assim proceder, identificando a carência de uma biblioteca no interior do CEIP Norte, possibilitou-se a reforma do espaço físico e material da Biblioteca Monteiro Lobato, de modo a trabalhar a relação livro-leitor mediante parceria da Universidade Federal do Tocantins e do Ministério Público do Trabalho, tudo para que obras literárias fossem arrecadadas junto à comunidade local e destinadas à Escola Estadual Castro Alves, para utilização dos alunos e dos adolescentes internados, com a anuência do Poder Judiciário.

O trabalho foi desenvolvido no período de dezembro de 2018 a fevereiro de 2020, no sentido de despertar o interesse pela leitura dos adolescentes internados no

CEIP Norte, os quais puderam ter um contato mais próximo com obras literárias e o espaço reformado da biblioteca.

Considerando os objetivos do trabalho, foi utilizada a pesquisa exploratória, mais precisamente a bibliográfica, a partir de fontes já elaboradas, como componente da metodologia, de modo a destacar a necessidade da atuação da Defensoria Pública do Tocantins não se limitar à atividade fim, mas também incorporar práticas sociopolíticas juntamente aos demais órgãos integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e também junto à Universidade Federal do Tocantins, no intuito de cumprir as determinações legais descritas nos artigos 87 e 88 do ECA (BRASIL, 1990), que indicam o rol de ações necessárias à implementação da política de atendimento, num contexto interdisciplinar.

Atendendo à linha de pesquisa 2: 'Literatura, memória e identidade cultural em contextos de formação' do doutorado em Letras: Ensino de Língua e Literatura, tem-se que quanto ao tipo de pesquisa, isto é, quanto ao seu delineamento, propusemos um trabalho conjunto do órgão e da Universidade Federal do Tocantins por meio da apresentação do projeto de reforma da biblioteca e aquisição de novas obras junto à Vara da Infância e Juventude da Comarca de Araguaína, para que pudéssemos adquirir livros junto à comunidade local e disponibilizá-los aos adolescentes internados no Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte).

A proposta foi apresentada em reunião realizada em 17 de dezembro de 2018 à equipe multidisciplinar da unidade que acompanha a execução da medida socioeducativa, com a recepção da mesma como forma de somar ao projeto de leitura em andamento na Unidade, com a consequente inclusão no Plano Individual de Atendimento (PIA) dos adolescentes internados no CEIP Norte.

Tais propostas de intervenção em serviço pertinente à área jurisdicional foram assumidas pela Defensoria Pública Tocantinense com a finalidade de instrumentalizar o serviço público de assistência jurídica e educacional com prioridade à infância e juventude.

A pesquisa utilizou-se do seguinte material: legislação nacional pertinente, visitas *in loco* ao Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte) e na Escola Estadual Castro Alves. Sobre a consolidação do trabalho de campo e as articulações empenhadas pelo pesquisador, vejamos:

O trabalho de campo, em síntese, é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho. Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer. E o pesquisador, ao se empenhar em gerar conhecimentos, não pode reproduzir a pesquisa à denúncia, nem substituir os grupos estudados em suas tarefas político-sociais. (CRUZ NETO, 1994, p. 64).

Como forma de nos inserirmos no contexto a ser estudado, optamos pela observação participante e a entrevista como métodos de geração de dados, por intermédio de técnicas singulares ao método de pesquisa qualitativa, isto é, numa perspectiva etnográfica de compreensão da realidade social vivida no Centro de Internação de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte). Assim, foi possível observar os processos de leitura *in loco*, bem como compreender as dificuldades vivenciadas pela falta de estrutura física e de material para a boa consecução das atividades pedagógicas.

Válido informar terem sido as observações registradas em blocos de papel e, em seguida, após o término das visitas e/ou reuniões, transcritas para nossos arquivos no formato documento de texto editável (.doc no Microsoft Word) acompanhadas das imagens registradas. Tais anotações constituíram parte de nosso *corpus* de análise, as quais passamos a apresentar nos tópicos que se seguem.

5.1 Reunião no CEIP Norte: 17 de dezembro de 2018

As visitas desta pesquisadora à Unidade se iniciaram no ano de 2018, sendo a primeira reunião realizada aos 17 de dezembro de 2018, no período matutino, com a presença da doutoranda Téssia Gomes Carneiro e da equipe multidisciplinar composta pela pedagoga Edna O. de Sousa, a psicóloga Sueli Sousa Alves, a assistente social Luzia Rosa Neves, a enfermeira Marisete Marcos Ferreira, o responsável pelo jurídico Lourival Rodrigues da Silva e a profissional em educação física Paula Priscila Rodrigues Lago.

Figura 7 - Foto: reunião realizada na sala da equipe multidisciplinar



Fonte: Dados da pesquisa coletado no CEIP Norte, em Santa Fé do Araguaia, 2018.

A princípio, a equipe esclareceu que as aulas são ministradas através dos professores vinculados à Escola Estadual Castro Alves, sendo o livro didático disponibilizado por esta. As aulas acontecem em regime de extensão na sala de aula da unidade, em 2 (dois) turnos, sendo o matutino das 8:00h às 11:00h e o vespertino das 14:00 às 17:00h. Todavia, na sexta-feira as aulas se encerram mais cedo no período vespertino, isto é, às 15h:30m, por se tratar de dia reservado à faxina nos alojamentos. Os adolescentes participam dos eventos da Escola Estadual Castro Alves, tais como feira de ciências e jogos esportivos, como forma de socialização.

As turmas são divididas por alojamento, sendo ministradas aulas para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Em cada turno são matriculados até 10 (dez) alunos. As matrículas são realizadas na secretaria da Escola Estadual Castro Alves por intermédio da pedagoga da unidade, a qual providencia a documentação necessária (histórico escolar da escola em que o adolescente estudou anteriormente e documentos pessoais). Os adolescentes, em que pese se encontrem em anos letivos diferentes, recebem aulas juntos, sendo separados apenas aqueles dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Segundo a pedagoga da unidade, a maioria dos adolescentes estão matriculados no Ensino Fundamental e apresentam distorções série/idade, demonstrando dificuldade de leitura, escrita e interpretação.

Quando da primeira visita, foi exposto o projeto de leitura pela doutoranda Tércia Gomes Carneiro, a qual ventilou a possibilidade de criação de uma biblioteca no CEIP Norte. Todavia, a equipe multidisciplinar relatou que não há espaço físico na Unidade de Santa Fé do Araguaia para a instalação de uma biblioteca. Informaram, ainda, que o CEIP Norte possui 2 (duas) salas de aula bem pequenas; contudo, uma delas tem sua finalidade desviada (utilizada como 'seguro' ou conforme a necessidade da unidade), em virtude da falta de espaço físico.

Figura 8 - Foto da sala de aula utilizada como 'seguro'



Fonte: Dados da pesquisa coletado no CEIP Norte, em Santa Fé do Araguaia, 2018.

Durante a reunião, a pedagoga Edna O. de Sousa informou que em conjunto com o professor de língua portuguesa, João Kennedy Vieira Ciriano, iniciaram, em janeiro de 2018, um projeto de leitura na unidade através de um pequeno acervo

fixado numa das paredes da sala de aula, fruto de doações dos servidores do CEIP Norte.

Figura 9 - Foto do acervo de livros no CEIP Norte



Fonte: Dados da pesquisa coletado no CEIP Norte, em Santa Fé do Araguaia, 2018.

Sobre o projeto, Edna O. de Sousa explicou não ter havido um critério prévio para doação das obras, contudo, a pedagoga e o professor João Kennedy Vieira Ciriano selecionaram os títulos literários que foram dispostos em sala de aula.

Segundo Edna O. de Sousa, todos os adolescentes que estejam cumprindo medida de internação na unidade são convidados a participar do projeto, cujas leituras acontecem nos alojamentos, enquanto a socialização é realizada quinzenalmente em sala de aula. “Assim, tornar visível o invisível, ou seja, fazer com que os alunos

percebam o que vem em mente quando leem é função do professor” (SOUZA; COSSON, 2011, p. 104).

De acordo com a pedagoga, parte dos adolescentes se sente entusiasmado com a leitura, mas alguns demonstram pouco interesse. A participação do adolescente é registrada no plano individual de atendimento (PIA), como uma forma de compromisso; todavia, embora um dos objetivos do projeto seja estimular a prática de produções orais e escritas, a redação ainda é um desafio.

Destacou-se, ainda, que em alguns casos não é possível trabalhar a escrita, posto que a medida de internação deve pautar-se pela brevidade e excepcionalidade, sendo certo que alguns adolescentes são internados provisoriamente por no máximo 45 (quarenta e cinco) dias e os já sentenciados são reavaliados a cada 6 (seis) meses. Assim, a composição de adolescentes internados altera-se com frequência e nem sempre é possível concluir as leituras ou as produções escritas, conforme planejamento inicial³⁸.

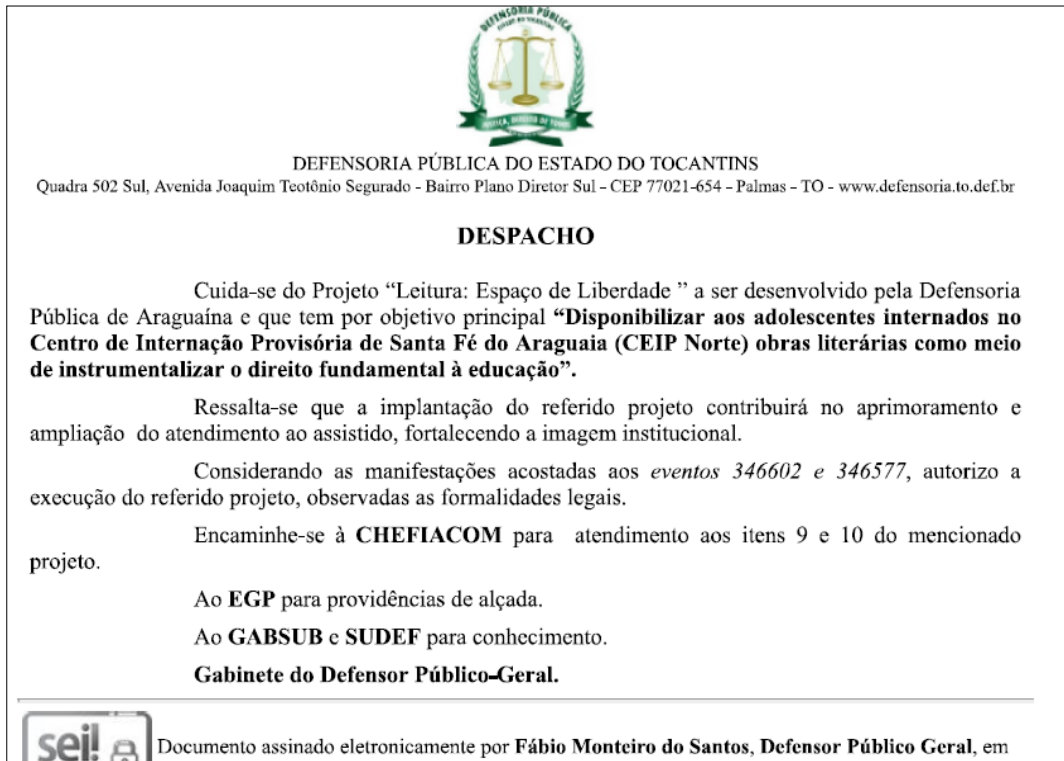
Ao final da reunião, a pesquisadora sugeriu uma campanha para arrecadação de livros literários, o que foi aceito pela equipe multidisciplinar.

5.2 Protocolo no Escritório de Gestão de Projetos da DPE

O projeto *Leitura: Espaço de Liberdade* foi protocolado pela defensora doutoranda junto ao Escritório de Gestão de Projetos da Defensoria Pública aos 11 de março de 2019, vindo a obter a anuência do Defensor-Público Geral no dia 14 de março de 2019, conforme se visualiza do Despacho no processo SEI nº 19.0.000000308-8.

³⁸ O tempo médio para leitura de 1 (uma) obra e reunião para discussão em sala de aula é de 15 (quinze) dias.

Figura 10 - Documento de aprovação do projeto



Fonte: DPE-TO, processo SEI nº 19.0.000000308-8, 2019.

A arte do projeto foi confeccionada pela equipe de comunicação da instituição, imagem da figura 11.

Figura 11 - Logo do projeto elaborada pela DICOM da DPE



Fonte: DPE-TO, Araguaína / Divulgação, 2019.

Da mesma forma, o cartaz e toda a campanha publicitária na mídia escrita, radiofônica e televisiva se deram a partir da ação da Diretoria de Comunicação do órgão. Abaixo, a figura 12 apresenta o cartaz do projeto utilizado durante a campanha de doação de obras literárias.

Figura 12 - Cartaz para divulgação do projeto elaborado pela DICOM da DPE



Fonte: DPE-TO, Araguaína / Divulgação, 2019.

O cartaz convidou a comunidade a contribuir com doações de livros literários, os quais foram recebidos no primeiro semestre de 2019 na sede da Defensoria Pública de Araguaína.

5.3 Reunião na Escola Estadual Castro Alves: 25 de janeiro de 2019

A segunda visita da pesquisadora à Santa Fé do Araguaia deu-se no dia 25 de janeiro de 2019, no período matutino, na Escola Estadual Castro Alves. Estavam presentes a doutoranda Têssia Gomes Carneiro, a pedagoga do Centro de Internação Provisória (CEIP NORTE), Edna O. de Sousa, a professora regente de turma, na Paula Alves Carvalho, a professora de matemática, Maria Raimunda da Conceição, a secretária que responde pela função de diretora da escola, Thaminne Barbosa Rodrigues, o professor de história, Mizael Cabral de Sousa, a coordenadora de programas e projetos, Célia Maria Alves e o professor de língua portuguesa, João Kennedy Vieira Ciriano.

Figura 13 - Foto: reunião realizada com os professores da Escola Castro Alves



Fonte: Dados da pesquisa coletado na Escola Castro Alves, em Santa Fé do Araguaia, 2019.

Inicialmente, a doutoranda apresentou o projeto de pesquisa e esclareceu que a ideia original era implantar uma biblioteca no CEIP Norte, todavia, considerando a limitação do espaço físico, o foco passou a ser na melhoria da biblioteca já existente na Escola Estadual Castro Alves, que expande suas atividades no CEIP Norte, por meio de aulas lecionadas no interior da unidade por meio de seu corpo docente.

A doutoranda esclareceu que possui planos de realizar campanha para arrecadação de livros literários, momento em que os professores informaram que o acervo da escola está carente de livros deste segmento.

Ademais, o professor João Kennedy Vieira Ciriano e a pedagoga Edna O. de Sousa foram apresentados como articuladores do projeto de leitura já existente no CEIP Norte. João Kennedy informou que há grande dificuldade pela rotatividade dos internos. No mais, esclareceu que o projeto visa despertar o interesse dos

adolescentes pela leitura, além de ocupar seu tempo ocioso. Ilustrou que os adolescentes de modo geral, inclusive os alunos da escola regular, demonstram pouco interesse pela leitura, o que seria diferente se o incentivo acontecesse desde a base escolar.

A equipe da escola explicou que o CEIP Norte recebe um bom apoio no que tange aos recursos humanos, haja vista que possui equipe multidisciplinar. Em contrapartida, não recebe apoio para melhoria da estrutura física.

Foi informado ainda que o CEIP Norte não recebe da Secretaria de Cidadania e Justiça material escolar para ser repassado aos internos, que todo o material utilizado em sala de aula vem da escola, e que para o projeto de leitura os materiais foram doados pelos próprios servidores da unidade. Por conta disso, é feita a reutilização do mesmo caderno para mais de um interno. Entretanto, a escola também possui restrição na utilização do material.

Pontuaram que todos os servidores do CEIP Norte e da escola empenham grande esforço para manter os projetos. Quanto aos materiais, informaram que já foi feito contato com a Secretária da Educação solicitando mais material, mas que ainda não receberam resposta.

A doutoranda questionou quais títulos literários seriam indicados para execução do projeto de leitura com os internos, sendo esclarecido que poderia ser qualquer livro, desde que não incentive a violência.

Quanto ao projeto de leitura foi sugerido pelos professores que os livros sejam levados ao CEIP Norte, ou que fosse estudada forma de levar os internos até a escola, sendo apontado que dentro do espaço do CEIP Norte é mais difícil incentivar a leitura, indicando-se uma aula diferenciada, com grupos de poucos internos por vez e em horário reservado para uso da biblioteca.

Os professores apontaram que os internos já manifestaram que um dos motivos para haver desistência da escola regular é a falta de estrutura encontrada por eles, pois em algumas escolas não há quadra de esporte, não há acompanhamento com profissional da Psicologia, dentre outros fatores.

Neste ponto, indicaram que quando os internos vão para o CEIP Norte e recebem assistência em pontos que não tinham antes, tal como acompanhamento com psicólogo, reconhecem sua importância e comentam sentir falta depois.

Fora comunicado ainda que certa vez os alunos do CEIP Norte participaram da Feira de Ciência da escola, apresentando o trabalho “CEIP do Futuro”, no qual fizeram

maquete com o que eles gostariam que tivesse no centro de internação, sendo apontada a construção de dois alojamentos, refeitório, fábrica de camisetas e biscoitos e que tudo funcionaria com energia solar. Os professores informaram ainda que os alunos da escola regular apresentam boa recepção com os alunos do CEIP Norte.

A doutoranda comunicou a possibilidade da escola encaminhar para atendimento jurídico na Defensoria Pública as situações que envolvam retificação de registro incorreto de alunos, investigações de paternidade daqueles que não possuem o nome do pai na certidão de nascimento; questões atinentes à alienação parental, que por sua vez influenciam no rendimento escolar dos alunos; dentre outras situações que demandem conciliação ou mediação, posto que na sede da Defensoria Pública de Araguaína encontra-se estruturado o Núcleo de Conciliação e Mediação (NUMECON), bem como equipe multidisciplinar composta de pedagoga, assistentes sociais e psicóloga.

Ao final da reunião, a equipe de professores da escola conduziu a doutoranda até a biblioteca, sendo percebido que o espaço, apesar de pequeno, é bem iluminado. Contudo, faltam mesas e cadeiras, não tem ar-condicionado, não tem computador, bem como a escola não possui um sistema de catalogação dos livros.

Figura 14 - Foto: Visita na biblioteca Monteiro Lobato antes da reforma



Fonte: Dados da pesquisa coletado na Escola Castro Alves, em Santa Fé do Araguaia, 2019




Foi informado também que há pouca capacitação para os profissionais que atuam nas bibliotecas³⁹, e que já foram feitos alguns cadastros para receber livros literários gratuitamente, mas nenhum restou frutífero. Percebeu-se, também, que a biblioteca possui somente uma estante com poucos exemplares de livros literários, que a maioria dos livros da biblioteca são para uso dos professores.

5.4 Levantamento de materiais escolares e de *notebook*

Em decorrência da proximidade que se estabeleceu entre a equipe multidisciplinar do CEIP Norte e a Defensoria Pública, em 31 de janeiro de 2019, o Chefe da Unidade Willierkens Macedo dos Santos e a pedagoga Edna O. de Sousa encaminharam o Ofício nº 15/2019/SECIJU/CEIP Norte para a 1ª Defensoria Pública de Araguaína - TO, de titularidade da doutoranda, relatando que desde outubro de 2018 a Escola Estadual Castro Alves deixou de fornecer materiais escolares aos adolescentes internados no CEIP Norte, o que implicaria em prejuízos as atividades regulares que ora se iniciavam no primeiro semestre de 2019. O ofício pode ser observado na figura 15, a seguir.

³⁹ Apesar de serem nomeados como bibliotecários/as, muitos dos que atuam nas bibliotecas das escolas não tem diploma de bacharel em biblioteconomia. É assegurado pela Lei 12.244/2010 que toda escola tenha biblioteca com bibliotecário, pois é este profissional que está apto a coordenar, desenvolver e orientar ações na biblioteca – principalmente de catalogação, classificação e organização de acervo.

Figura 15 - Fac-símile do Ofício nº 15/2019/SECIJU/CEIP Norte

	GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA
Esplanada dos Secretarias, Praças dos Girassóis, Centro – Caixa Postal Nº216 – CEP: 77.001-970 – Palmas - TO CENTRO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DA REGIÃO NORTE – CEIP NORTE		
Ofício nº 15/2019/SECIJU/CEIP Norte		
Santa Fé do Araguaia - TO, 31 de janeiro de 2019.		
A sua senhoria a Senhora Tércia Gomes Carneiro Defensora Pública Estadual		
Assunto: Disponibilização de material escolar.		
Senhora Defensora,		
Cumprimentando-a cordialmente, ao tempo em que este tem a finalidade de solicitar a Vossa Senhoria materiais escolares listados abaixo, para atender a demanda dos adolescentes internos, assistidos pela Escola Estadual Castro Alves, extensão CEIP-Norte, uma vez que a escola deixou de ofertar os materiais desde outubro de 2018, devido a uma contenção de gastos e sendo esse fornecimento obrigação do Estado. A situação foi repassada a Secretaria de Cidadania e Justiça e estamos aguardando retorno.		
Materias:		
<ul style="list-style-type: none"> • Cadernos • Canetas • Lápis • Borrachas • Apontadores • Pasta aba elástico transparente fina 		
Certos da sua colaboração, antecipamos agradecimentos.		
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p style="text-align: right; margin-bottom: 0;">Atenciosamente,</p>  <p style="font-size: small; margin-top: 5px;"> CEIP NORTE Willian dos Santos Coordenador do Núcleo de Unidade </p> </div> <div style="width: 45%; text-align: right;">  <p style="font-size: small; margin-top: 5px;"> Edna Oliveira de Sousa Pedagoga </p> </div> </div>		

Fonte: dados da pesquisa.



Desta forma, ao tomar conhecimento, a doutoranda comunicou formalmente o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (NUDECA) da DPE/TO, que por sua vez cobrou providências da Secretaria da Cidadania e Justiça (SECIJU). De acordo com resolução da Defensoria:

Art. 2º. É atribuição do NUDECA a prestação de atendimento nos locais de cumprimento de medida socioeducativa, em unidades de acolhimento ou qualquer entidade envolvida com a proteção e promoção dos direitos das

crianças e adolescentes que necessitem de atendimento especializado e estejam em situação de risco. (TOCANTINS, 2013).

Pelo levantamento realizado durante a pesquisa, constatamos que a última inspeção do NUDECA nas dependências do CEIP Norte deu-se durante a Força Tarefa realizada no ano de 2015⁴⁰. As visitas mensais na unidade, para atendimento jurídico dos adolescentes, ocorrem mensalmente por intermédio do Defensor Público com atribuição no atendimento especializado da criança e do adolescente na Regional de Araguaína.

Figura 16 - Fac-símile do Ofício nº 008/2019/NUDECA/DPE-TO (parte 1)

 DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO TOCANTINS	NUDECA Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes
Ofício nº 008/2019 – NUDECA/DPE-TO	
Palmas/TO, 24 de fevereiro de 2019.	
A Sua Excelência o Senhor Hoher Luís Fidelis Fernandes Secretário de Estado Secretaria da Cidadania e Justiça - SECIJU Esplanada das Secretarias - Praça dos Girassóis - CEP: 77001-970 <u>NESTA</u>	
Assunto: Material escolar – CEIP-Norte	
RECEBEMOS Em: 08.02.2019 Secretaria de Cidadania e Justiça  Eva Maria da Silva Alencar Matrícula: 101012-3	
Senhor Secretário,	
1. A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, por seu NÚCLEO ESPECIALIZADO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, na pessoa da Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo, que ao final assina, no uso de suas atribuições e prerrogativas, com fundamento na Lei 7.210/1984 e ainda, na Lei Complementar Federal nº 80/94 e Lei Complementar Estadual nº 55/09, assumindo sua atribuição legal e constitucional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, vem, expor e requerer o que segue: 2. Tomamos conhecimento, por meio de ofício, que a Escola Estadual Castro Alves, extensão do Centro de Internação Provisória – CEIP-Norte, Santa Fé do Araguaia/TO, não recebe material escolar desde outubro de 2018, em razão de contenção de gastos.	

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

⁴⁰ASCOM/DPE-TO. **Vistoria da Defensoria Pública aponta falhas nas unidades socioeducativas no Norte**. Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 7 ago. 2015. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=23719>. Acesso em: 12 ago. 2020.

Figura 17 - Fac-símile do Ofício nº 008/2019/NUDECA/DPE-TO (parte 2)

3. Os internos são assistidos pela escola e estão com o cronograma prejudicado por falta de material básico (cadernos, canetas, lápis, apontador e pasta aba-elástico transparente fina).

Antônio Segurado, Quadra 502 Sul, Paço Municipal. CEP: 77.021-654
 a@defensoria.to.gov.br | Telefone: (63) 3218.2304
 @cadorTocantins | @DefensoriaTO | www.defensoria.to.gov.br

22/02/2019
 Ana Bousa

NUDECA
 Núcleo de Promoção e Defesa dos
 Direitos das Crianças e Adolescentes

DEFENSORIA PÚBLICA
 ESTADO DO TOCANTINS

NUDECA
 Núcleo de Promoção e Defesa dos
 Direitos das Crianças e Adolescentes

4. Ao Estado cumpre a obrigação de zelar pela escolarização dos adolescentes privados de liberdade e garantir a execução do programa de educação dentro das unidades, consoante às normas legais aplicadas.

5. Assim, considerando que o ano letivo já se encontra em curso, requeremos a SECIJU a tomada de medidas urgentes para que haja reposição imediata dos materiais elencados, a fim de que não sejam os adolescentes prejudicados.

7. Reiteramos a **urgência das medidas** requisitando resposta a esse núcleo no prazo de 48h para acompanhamento ou adoção de outras medidas.

Atenciosamente,

Fabiana Razera Gonçalves
Fabiana Razera Gonçalves

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

De toda forma, no intuito de atender pelo menos de imediato a necessidade de materiais escolares no CEIP Norte, para que o semestre letivo não fosse comprometido, a 1ª Defensoria Pública de Araguaína/TO, através da doutoranda Tércia Gomes Carneiro e da professora Vanessa Rossi, organizou debate sobre Direito de Família no Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)⁴¹ e solicitou como inscrição materiais escolares para doação à unidade de

⁴¹ Vide notícias:

ABREU, Cinthia. DPE-TO arrecada kits de materiais escolares que serão doados para internos do CEIP Norte. **Defensoria Pública do Estado do Tocantins**, 21 fev. 2019. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/32027>. Acesso em: 25 fev. 2019.

internação. Assim, no dia 22 de fevereiro de 2019, foram entregues os materiais arrecadados para a pedagoga Edna O. de Sousa, no Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte), composto de itens escolares diversos, quais sejam: 44 (quarenta e quatro) cadernos; 46 (quarenta e seis) lápis; 26 (vinte e seis) canetas; 5 (cinco) apontadores; 2 (duas) réguas; 2 (duas) colas; 7 (sete) borrachas; 1 (um) corretivo; 3 (três) caixas de lápis de cor; 2 (duas) caixas de canetinhas; 1 (uma) caixa de giz de cera; e 4 (quatro) estojos.

Figura 18 - Foto: Entrega de materiais no CEIP Norte, pedagoga Edna O. de Sousa



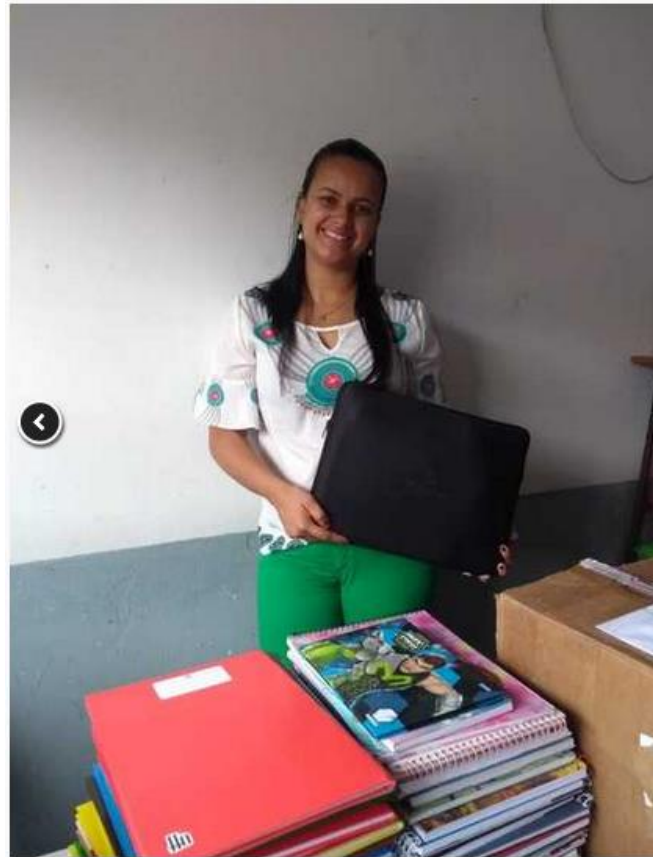
Fonte: DPE-TO, Araguaína/Divulgação, 2019

Na mesma data, a doutoranda Tércia Gomes Carneiro também procedeu à doação na Escola Estadual Castro Alves, em Santa Fé do Araguaia/TO de 1 (um) notebook seminovo; 1 (um) carregador de notebook e 1 (uma) capa para notebook, os quais foram recebidos pela diretora Thaminne Barbosa Rodrigues e destinados

ASCOM DPE-TO. DPE-TO entrega kits de materiais escolares para internos do CEIP de Santa Fé do Araguaia. **Defensoria Pública do Estado do Tocantins**, 25 fev. 2019. Disponível em: <http://www.defensoria.to.def.br/noticia/32027>. Acesso em: 25 fev. 2019.

exclusivamente ao uso na biblioteca da Escola Estadual Castro Alves com fins a catalogar o acervo.

Figura 19 - Foto da entrega de materiais e notebook, Escola Castro Alves, Diretora Thamine B. Rodrigues



Fonte: DPE-TO, Araguaína / Divulgação, 2019.

Com a chegada do notebook, a Defensoria Pública, por intermédio do servidor Marcelo Werneck de Souza Saraiva, analista em gestão especializado bibliotecário, sugeriu a adoção do BIBLIVRE para a automatização do acervo e do serviço de empréstimo da biblioteca localizada em Santa Fé do Araguaia.

O BIBLIVRE enfatiza as rotinas e sub-rotinas dos principais procedimentos realizados em bibliotecas, tais como: A busca e a recuperação da informação; A circulação, mediante o controle do acesso para consulta, a reserva, o empréstimo e a devolução de exemplares do acervo; A catalogação de material bibliográfico, de multimídias e objetos digitais, inclusive com controle de autoridades e de vocabulário, e a transferência de registros entre bases de dados; O controle do processo de aquisição de novos itens para o acervo. (NOVAS..., [2020?]).

De fácil manejo, o BIBLIVRE encontra-se disponível gratuitamente na página <http://biblivre.org.br/> e permite a inclusão digital de bibliotecas brasileiras não informatizadas, seja por questões técnicas e/ou financeiras. A Escola Castro Alves acatou a ideia e passou a utilizar o *software* BIBLIVRE na automatização do acervo e serviços da Biblioteca Monteiro Lobato, o que facilitou a circulação pelo controle de consultas, reservas, empréstimos e devoluções de seus exemplares.

Figura 20 – Print do cadastro da Biblioteca Monteiro Lobato no BIBLIVRE



Fonte: *site* do BIBLIVRE, 2020⁴²

A imagem acima, figura 20, retirada da página do BIBLIVRE, comprova o cadastro da Biblioteca Monteiro Lobato no referido programa, o qual além das rotinas e sub-rotinas dos principais procedimentos realizados em bibliotecas, permite pela manutenção do sistema a reindexação das bases de dados e a geração de cópia de segurança. “O programa é, sem dúvida, uma grande contribuição tecnológica alinhada com a filosofia do software livre, que vem ampliando seu espaço diante do software de código fechado” (O PROGRAMA... [2020]).

A utilização do programa BIBLIVRE pela Biblioteca Monteiro Lobato permitiu a sua informatização pela catalogação de material bibliográfico, de multimídias e objetos digitais e controle do processo de aquisição de novos itens para o acervo.

⁴² *Site* do BIBLIVRE→Serviços→Bibliotecas Nacionais→Tocantins. Disponível em: <http://www.bibliivre.org.br/index.php/servicos/bibliotecas-nacionais?estado=TO&country=88&pag=3>. Acesso em: 10 ago. 2020.

5.5 Ministério Público do Trabalho apoia o projeto

Conforme explicitado em linhas anteriores, a falta de espaço físico no CEIP Norte levou à decisão de buscar recursos para melhorar a estrutura da biblioteca Monteiro Lobato, sediada na Escola Estadual Castro Alves, para que todos os alunos fossem contemplados, isto é, tanto os alunos regularmente matriculados quanto os adolescentes da unidade, uma vez que também integram o corpo discente da Escola pela turma de extensão.

Desta forma, a doutoranda procedeu ao protocolo do projeto *Leitura: Espaço de Liberdade*, em 01 de março de 2019, junto à Procuradoria do Ministério Público do Trabalho de Araguaína, informando que, para a realização do projeto, se fazia necessária a melhoria do espaço físico, bem como do acervo literário da biblioteca Monteiro Lobato.

Acompanhou o projeto a cotação dos materiais, equipamentos e serviços necessários para a melhoria da biblioteca da escola, os quais somados à aquisição de novas obras literárias totalizaram o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Segue abaixo, na figura 21, a discriminação feita pela Diretora da Escola Estadual Castro Alves acerca dos bens para melhoria das instalações físicas, cujo saldo remanescente foi utilizado na compra de livros novos.

Figura 21 - Orçamento para a reforma da Biblioteca Monteiro Lobato

ESCOLA ESTADUAL CASTRO ALVES

ITEN	LOJA	VALOR E FRETE	VALOR DO SERVIÇO
Ar Condicionado Split Inverter 18.000 Btus Quente/Frio (BI18R/BE18R)	Casas Bahia	R\$2499,00 / R\$199,00	-
Eletricista	-	-	150,00
Material elétrico (Descrição dos itens em anexo)	LMINARI	R\$ 176,28	-
Instalação do Ar Condicionado	-	-	300,00
Notebook Lenovo Dual Core 4GB 1TB Tela 15.6" Windows 10 Ideapad 330	Casas Bahia	R\$ 1699,00 / R\$ 72,44	-
Multifuncional Epson Expression XP-241 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner	Casas Bahia	R\$ 359,00 / R\$86,00	-
Tinta Ante mofo Suvinil 18 litros	Arco- íres Tintas	R\$ 338,00	-
Conjunto de mesa com 4 cadeiras	Infor Moveis	R\$ 960,00	-
Conjunto de mesa com 4 cadeiras	Infor Moveis	R\$ 960,00	-
Conjunto de mesa com 4 cadeiras	Infor Moveis	R\$ 960,00	-

Fonte: Escola Estadual Castro Alves, 2019.

Importante mencionar, que o pedido de apoio à Procuradoria do Ministério Público do Trabalho de Araguaína encontra respaldo legal na Resolução nº 179, de 26 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, em seu artigo 5º, §1º, prevê:

Art. 5º As indenizações pecuniárias referentes a danos a direitos ou interesses difusos e coletivos, quando não for possível a reconstituição específica do bem lesado, e as liquidações de multas deverão ser destinadas a fundos federais, estaduais e municipais que tenham o mesmo escopo do fundo previsto no art. 13 da Lei nº 7.347/1985.

§ 1º Nas hipóteses do caput, também é admissível a destinação dos referidos recursos a projetos de prevenção ou reparação de danos de bens jurídicos da mesma natureza, ao apoio a entidades cuja finalidade institucional inclua a proteção aos direitos ou interesses difusos, a depósito em contas judiciais ou, ainda, poderão receber destinação específica que tenha a mesma finalidade dos fundos previstos em lei ou esteja em conformidade com a natureza e a dimensão do dano. (BRASIL, 2017b).

No mesmo sentido, o artigo 2º da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça estabelece:

Art. 2º Os valores depositados, referidos no art. 1º, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora. (BRASIL, 2012c).

Sensível ao projeto⁴³, a Procuradora do Trabalho da PTM de Araguaína/TO, Dra. Cecília Amália Cunha Santos, destinou recurso para a execução do projeto através de acordo realizado nos Autos da Execução de Termo de Ajustamento de Conduta nº 0000719-43.2018.5.10.0811, em que a empresa acordante realizou a compra e entrega dos bens discriminados no projeto à Biblioteca Monteiro Lobato, da Escola Estadual Castro Alves, aos 13 de junho de 2019. Na

Figura 22 - Foto: Apoio da Procuradoria do Trabalho de Araguaína - MPT.



Fonte: Keliãne Vale / Ascom DPE-TO, 2019

⁴³Ver a notícia: VALE, Keliãne. **Projeto da DPE que beneficia Centro de Internação de Santa Fé do Araguaia tem apoio do MPT**. Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 30 abr. 2019. Disponível em: <http://www.defensoria.to.def.br/noticia/33610>. Acesso em: 28 mai. 2019.

5.6 Visita à biblioteca reformada: 02 de agosto de 2019

No mês de julho de 2019 foram concluídas a pintura, a instalação do ar-condicionado e a entrega dos conjuntos de mesas com cadeira na biblioteca Monteiro Lobato.

Desta forma, no dia 02 de agosto de 2019, no período da manhã, a doutoranda Tércia Gomes Carneiro, acompanhada de Caroline Negreiros de Araújo (analista da Defensoria), Keiliane Moraes Silva Santos Vale (jornalista da Defensoria), Dra. Cecília Amália Cunha Santos (Procuradora do Trabalho), e a Professora Dra. Valéria da Silva Medeiros (orientadora UFT) se deslocaram até Santa Fé do Araguaia onde realizaram visita e reunião ao Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte) e posteriormente à biblioteca da Escola Municipal Castro Alves.

Primeiramente fomos recebidos pela equipe multidisciplinar do CEIP Norte, representadas pela pedagoga Edna O. de Sousa e a enfermeira Marisete Marcos Ferreira, que apresentaram as salas de aula e o projeto de Leitura desenvolvido dentro da instituição, bem como os livros que possuíam. Foi possível diálogo com alguns adolescentes internos no alojamento da Unidade, como pode ser visto na foto 22.

Figura 23 - Visita ao alojamento, CEIP Norte, em Santa Fé do Araguaia



Fonte: Keliiane Vale – jornalista na Defensoria Pública de Araguaína, 2019.

Logo após, a equipe visitou a Escola Castro Alves, em que se verificou a conclusão das obras de reforma da biblioteca, e nesta oportunidade, foram entregues

aproximadamente 814 (oitocentos e quatorze) obras literárias, sendo 634 (seiscentos e trinta e quatro) livros e 180 (cento e oitenta) revistas em quadrinhos, materiais oriundos da campanha de arrecadação do projeto *Leitura: Espaço de Liberdade* (apêndice A).

A título de ilustração, a formação de um acervo mínimo foi composta por obras dos seguintes autores: Agatha Christie, Aluísio Azevedo, Augusto Cury, Bernardo Guimarães, Camilo Castelo Branco, Carlos Drummond de Andrade, Charles Dickens, Clarice Lispector, Edgar Allan Poe, Euclides Cunha, Eça de Queiroz, George Orwell, Graciliano Ramos, Jeff Kinney, João Cabral de Melo Neto, João Guimarães Rosa, Jorge Amado, José de Alencar, Lima Barreto, Lúcia Machado de Almeida, Luis Fernando Veríssimo, Lygia Fagundes Telles, Machado de Assis, Malba Tahan, Manoel Antônio de Almeida, Marcos Rey, Miguel Cervantes, Moacyr Scliar, Paulo Coelho, Ruth Rocha, Walcyr Carrasco, William Shakespeare, dentre outros descritos no apêndice A.

Importante frisar ter sido a campanha amplamente divulgada nos meios de comunicação (rádio, televisão, *sites* e redes sociais), momento em que eram informados os pontos de coleta espalhados em várias instituições em Araguaína. Além da Defensoria Pública, situada na Avenida Filadélfia, nº 2.835, Setor Jardim América, mais 5 (cinco) locais de entrega dos livros foram disponibilizados, quais sejam: Faculdade Católica Dom Orione (FACDO), Fórum da Comarca de Araguaína, Ministério Público do Trabalho, Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNITPAC) e Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Figura 24 - Livros arrecadados na campanha de doação



Fonte: Keliãne Vale – jornalista na Defensoria Pública de Araguaína, 2019

Os livros doados à biblioteca servirão ao uso dos internos do CEIP Norte, os quais serão levados à mesma como atividade externa de incentivo à leitura, momento em que poderão escolher obras para leitura no alojamento, bem como serão utilizados pelos mais de 500 (quinhentos) alunos matriculados na Escola Estadual Castro Alves. A 4ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de 2016 reforça a democratização deste acesso pelo incremento de programas direcionados às bibliotecas ao apontar que:

Nessa mesma linha de raciocínio, apesar de 66% da população não frequentarem bibliotecas, 55% a conhecem, e 1/3 de seus frequentadores não são estudantes, dados que reforçam o conceito de que a leitura via bibliotecas de acesso público é um investimento importante para o crescimento dos níveis de leitura no Brasil. (MARQUES NETO, 2016, p. 65-66).

Figura 25 - Alunos da Escola Estadual Castro Alves na Biblioteca



Fonte: Keliane Vale – jornalista na Defensoria Pública de Araguaína, 2019

A leitura já faz parte do fazer pedagógico da unidade desde 2018, quando o projeto da pedagoga da Unidade passou a ser executado, porém, o número escasso de obras restringia a escolha dos alunos participantes, que agora contam com vários títulos literários disponíveis na biblioteca da Escola Estadual Castro Alves, inclusive gibis, o que tem despertado a atenção dos alunos, como bem se visualiza da imagem acima.

Acreditamos que as visitas externas àquela permitirá que a simples exposição dos livros e o direito de escolha entre os adolescentes, façam a diferença ao optarem pelas obras que lhes provoquem interesse, isto é, que lhes proporcionem um contato emocional, seja pela capa, pelo título, pelo resumo, pelas ilustrações ou até mesmo pela espessura. Como bem pontua Daniel Pennac, ao elencar os 10 direitos do leitor:

1. O direito de não ler;
2. O direito de pular páginas;
3. O direito de não terminar um livro;
4. O direito de reler;
5. O direito de ler qualquer coisa;
6. O direito ao bovarismo (doença textualmente transmissível);
7. O direito de ler em qualquer lugar;
8. O direito de ler uma frase aqui e outra ali;
9. O direito de ler em voz alta;
10. O direito de calar. (PENNAC, 1993, p. 155).

Com a reforma da biblioteca, um espaço agradável para a leitura foi entregue ao público. Além dos livros, a sala passou a ser climatizada e contar com notebook e

Figura 27 - Visita à biblioteca reformada



Fonte: Keliane Vale – jornalista na Defensoria Pública de Araguaína, 2019

Veja que a expansão da biblioteca Monteiro Lobato proporcionou, inclusive, a ampliação do projeto de leitura do CEIP Norte através das visitas externas dos adolescentes para escolha de títulos e leitura em ambiente acolhedor. A aproximação dos internos à biblioteca valoriza, portanto, o desenvolvimento social, cultural e educacional daqueles; afinal, a biblioteca, segundo Roger Chartier, pode ser entendida como local de sociabilidade, senão vejamos:

Ora, a biblioteca não é apenas uma coleção de textos que podem ser lidos na forma eletrônica. Ela é antes de tudo, um local onde podemos ler textos nos mesmos suportes que leram os leitores do passado. É uma instituição do espaço público, investida de funções pedagógicas e cívicas, na qual se trocam palavras vivas sobre e a partir da escrita. Existem, certamente, grandes diferenças entre as bibliotecas nacionais, as bibliotecas escolares e as bibliotecas de bairro. Porém, todas compartilham a missão de ligar as sociedades contemporâneas a suas histórias e de produzir locais de sociabilidade onde se formam saberes e opiniões. (CHARTIER, 2014, p. 31).

O projeto *Leitura: Espaço de Liberdade* além de revitalizar a biblioteca Monteiro Lobato permitiu a informatização e ampliação de seu acervo proporcionando uma melhora do acesso ao livro à comunidade escolar e aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no CEIP Norte.

5.7 Curso de Informática Básica: Parceria MPT, SENAI e DPE

No decorrer do desenvolvimento do projeto de reforma da biblioteca Monteiro Lobato e no intuito de apresentar outras plataformas aos adolescentes internados no CEIP Norte, a Procuradora do Trabalho Cecília Amália Cunha Santos, imbuída no propósito de conciliar a formação básica e a qualificação profissional dos adolescentes internados, convidou a Defensoria Pública e o SENAI para reunião na sede do Ministério Público do Trabalho, realizada aos 31 de maio de 2019, no turno matutino, momento em que compareceram a defensora doutoranda Téssia Gomes Carneiro e os representantes do SENAI, Jaqueline Costa Tavares e José Cerqueira.

No início da reunião os representantes do SENAI se apresentaram e informaram que possuem unidades móveis para serem levadas aos locais onde não possuem escola do SENAI. Informaram que se trata de carretas equipadas com 15 (quinze) computadores e demais equipamentos necessários, inclusive internet para a formação básica em informática.

Nesses moldes, a partir do aporte financeiro da OIT, solicitado pelo MPT, ficou acertado que o SENAI disponibilizaria a unidade móvel para a oferta do curso de informática básica aos internos do CEIP Norte.

De acordo com o plano de ensino do SENAI, o curso de 60 (sessenta horas/aulas) visa capacitar para o desenvolvimento de competências referentes à Informática Básica por meio do uso do Sistema Operacional Windows, de forma a permitir a sua utilização e de seus aplicativos para o desenvolvimento de textos, planilhas eletrônicas, apresentação de *slides* e utilização da internet em condições de qualidade, higiene e segurança.

Além da carreta ficou acordado que o SENAI, por possuir plataforma digital para cursos na modalidade EAD, disponibilizaria 2 (dois) pontos fixos com mesa durante o prazo de 1 (um) ano, dentro do CEIP Norte para que os internos pudessem realizar outros módulos de informática à distância. Nesse sentido, os representantes do SENAI indagaram se haveria espaço físico para tanto.

Durante a reunião, a doutoranda Téssia Gomes Carneiro explicou como funciona a dinâmica entre o CEIP Norte e a Escola Estadual Castro Alves para oferta das aulas aos internos, bem como participação destes nos eventos da escola. No mais, afirmou que o ideal seria a colocação dos pontos dentro do CEIP Norte, para

facilitar o contato dos internos, mediante a verificação da disponibilidade, haja vista a estrutura física do CEIP Norte ser deficitária.

Foi pontuado também que a pedagoga do CEIP Norte, Sra. Edna O. de Sousa tem se empenhado para a concretização dos projetos educacionais na unidade. Assim, os representantes do SENAI apresentaram proposta para que a referida pedagoga receba o treinamento para ser monitora dos cursos EAD.

Nesse sentido, ficou definido que os representantes do SENAI e a Defensora Pública Téssia Gomes Carneiro agendariam reunião presencial em Santa Fé do Araguaia, com data provável para 14/06/2019, no intuito de aferirem o espaço e comunicarem o CEIP Norte da proposta dos cursos de informática.

Ademais, foi relatada a alta rotatividade dos internos, tendo os representantes do SENAI informado que iriam se preparar sobre este ponto, para que o curso não seja prejudicado, informando que o curso tem duração de 3 (três) semanas, e que provavelmente seria realizado em julho/2019.

Foi informado ainda que o SENAI possui plataforma digital em que os alunos podem cadastrar seu currículo, sendo tal cadastro acessível para empresas parceiras e para o Sistema Nacional de Emprego (SINE). Sobre este ponto, observou-se a necessidade de comunicar a assistente social do CEIP Norte, para que pudesse ajudar os internos a cadastrarem o currículo na plataforma.

No mais, os representantes do SENAI informaram que serão disponibilizadas 30 (trinta) vagas para os cursos, sendo 15 (quinze) vagas por turno. Assim, como até a data da reunião o CEIP Norte contava com 19 (dezenove) internos, a Defensora Pública presente sugeriu que as vagas remanescentes fossem preenchidas pelos alunos do EJA da Escola Estadual Castro Alves.

Figura 28 - Reunião MPT, SENAI e DPE

Fonte: Keliane Vale – jornalista na Defensoria Pública de Araguaína, 2019.

5.8 Reunião no CEIP Norte: apresentação do plano de ensino

No dia 14 de junho de 2019, no período da manhã, foi realizada visita e reunião ao Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte), estando presentes: Paula Priscila Rodrigues Lago (educadora física); Marisete Marcos Ferreira (enfermeira); Lourival Rodrigues da Silva (responsável pelo jurídico); Willierkens Macedo Santos (coordenador CEIP); Wesdany Fernandes da Silva (representante da Escola Castro Alves); Jaqueline Costa Tavares e José Cerqueira, representantes do SENAI e ainda Dra. Tércia Gomes Carneiro e Caroline Negreiros de Araújo representantes da Defensoria Pública de Araguaína.

Primeiramente, explicou-se o motivo da visita, sobre a parceria firmada entre o SENAI e MPT, com o apoio da DPE para instalação de carreta equipada para ministrar curso de informática, com previsão de duração de 20 (vinte) dias, dando prioridade aos alunos do CEIP, com previsão de início dos cursos no dia 10/07/2019, para 30 (trinta) alunos, em dois turnos, matutino e vespertino, devendo as vagas sobressalentes serem disponibilizadas aos alunos da Escola Castro Alves.

No dia da reunião havia 16 (dezesseis) internos, sendo 10 (dez) destes em cumprimento de medida socioeducativa definitiva.

Ademais, informou-se que o SENAI disponibilizaria também 2 (dois) computadores, pelo período de 1 (um) ano, com mesa, cadeiras e ar-condicionado, por comodato, com objetivo de que estes equipamentos sejam de uso dos internos do CEIP para acessarem a plataforma de cursos EAD, com objetivo de sua profissionalização. Esclareceu-se acerca da documentação necessária para inscrição dos alunos junto ao SENAI, requisitos para participação.

Quanto aos cursos de EAD, o SENAI informou que poderá treinar 1 (um) monitor indicado pelo CEIP para acompanhamento dos alunos em curso, sugerindo-se o treinamento da pedagoga do local, Sra. Edna O. de Sousa. Na visita verificaram-se os locais em que serão instalados os computadores e a carreta.

Figura 29 - SENAI e DPE no CEIP Norte



Fonte: Dados da pesquisa coletado no CEIP Norte, em Santa Fé do Araguaia, 2019

5.9 Curso de Informática Básica: matrículas e aulas na carreta

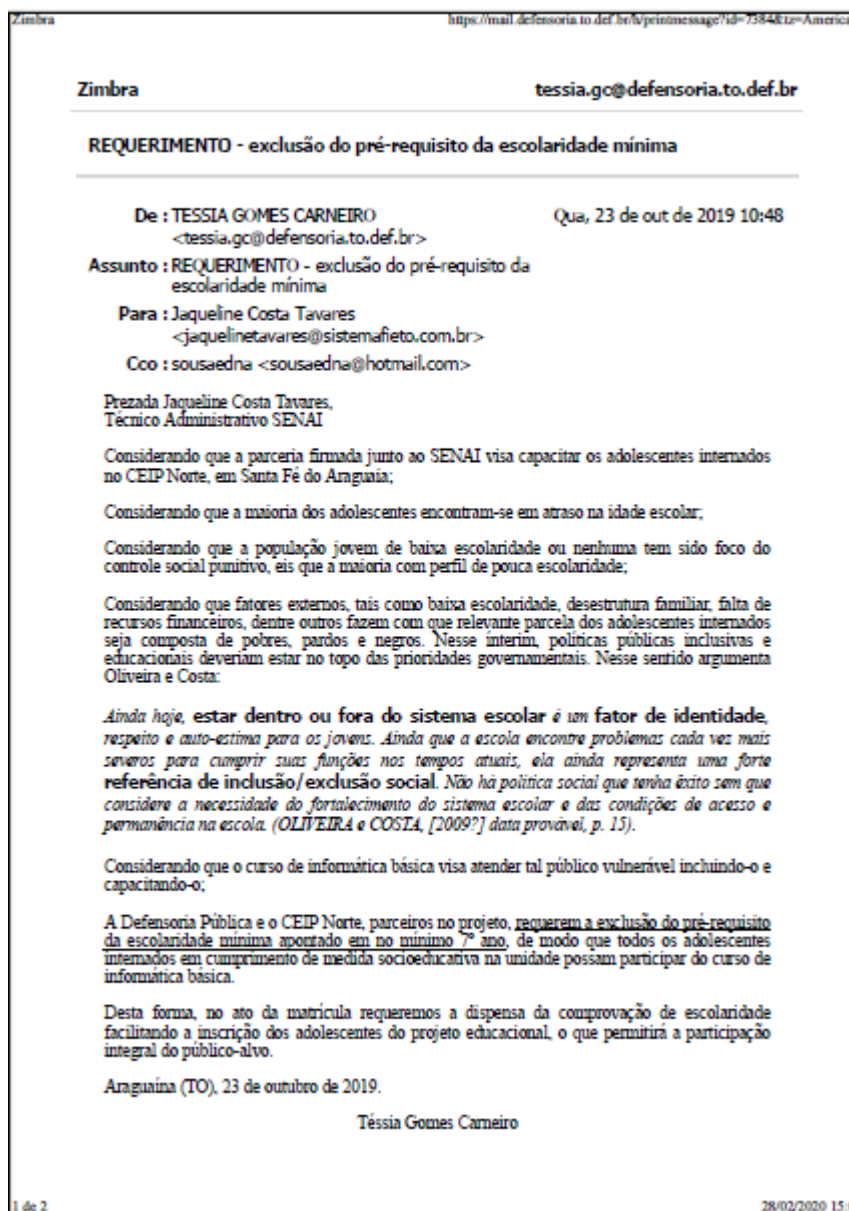
O processo de matrícula dos adolescentes para o curso de Informática Básica na escola móvel de tecnologia da informação, mais conhecida como 'carreta da informática' do SENAI foi agendado para o dia 29/10/2019, momento em que funcionários da Secretaria Escolar do SENAI/Araguaína se deslocaram até a unidade CEIP Norte para recolhimento da documentação necessária.

A princípio o SENAI/Araguaína exigiu a idade mínima de 14 (quatorze anos), bem como a escolaridade mínima do 7^o ano do Ensino Fundamental Incompleto. Também foram solicitados que os alunos tivessem RG, CPF, Comprovante de Endereço e de Escolaridade no ato da matrícula.

Ocorre que nem todos os internos do CEIP Norte possuíam carteira de identidade. Aqueles que possuíam certidão de nascimento foram levados até o 'É pra já' de Araguaína, acompanhados de alguns servidores da unidade, momento em que obtiveram o registro geral; já os demais que não portavam certidão de nascimento aguardaram as requisições feitas pela Defensoria Pública aos cartórios onde foram registrados para posteriormente alcançarem seus registros também. A regularização da documentação era requisito necessário à posterior diplomação dos matriculados, tendo sido obtida com sucesso.

No que tange à exigência do SENAI/Araguaína relacionada à escolaridade mínima do 7^o ano do Ensino Fundamental Incompleto, alguns dos internos estavam atrasados na idade escolar e não cumpriam esse requisito, posto que no segundo semestre de 2019 foram matriculados adolescentes no 3^o, 4^o, 6^o, 7^o e 8^o Ano do Ensino Fundamental, de modo que a Defensoria Pública formalizou pedido de dispensa de tal requisito para que todos os socioeducandos pudessem participar do curso oferecido.

Figura 30 - E-mail 1 enviado pela DPE ao SENAI



Fonte: Dados da pesquisa coletado pela pesquisadora, 2019

Acatado o pleito defensorial pelo SENAI/Araguaína, todos os adolescentes dos 2 (dois) alojamentos do CEIP Norte foram matriculados e as vagas remanescentes foram preenchidas pelos alunos da Escola Castro Alves, totalizando 30 (trinta) matrículas efetuadas.

Como revelou a pesquisa, desafios foram superados para que o programa educacional no campo da informática fosse realizado. De curta duração e de conteúdo prático, o curso visou estimular a qualificação dos adolescentes, de modo a ampliar as chances de inserção no mercado de trabalho.

Figura 31 - Carreta da Informática - SENAI



Fonte: Dados da pesquisa coletado no CEIP Norte, em Santa Fé do Araguaia, 2019

As aulas oferecidas na carreta do SENAI tiveram duração de 20 (vinte) dias letivos no mês de novembro de 2019 e visou a formação em informática básica por meio do uso do Sistema Operacional Windows e de seus aplicativos para o desenvolvimento de textos, planilhas eletrônicas, apresentação de *slides* e utilização da internet.

O curso visou o desenvolvimento de competências para o trabalho e foi contemplado no plano individual de atendimento dos adolescentes, que por sua vez, receberam a certificação ao final do módulo presencial para que possam ter maiores chances de inserção social no momento do retorno à comunidade.

Figura 32 - Aulas ministradas para os adolescentes na carreta do SENAI



Fonte: Dados da pesquisa coletado no CEIP Norte, em Santa Fé do Araguaia, 2019

Finalizado o módulo presencial na carreta, o SENAI procedeu à melhoria da internet e a instalação de 2 (dois) pontos de acesso aos cursos de educação à distância nas dependências do CEIP Norte, disponibilizando, ainda, 01 (um) aparelho de ar-condicionado na sala onde os equipamentos de informática foram instalados, tudo para que os adolescentes pudessem, durante o ano de 2020, realizar diversos cursos na plataforma online, todos com certificação pelo SENAI.

Importante esclarecer, que em virtude da falta de espaço apropriado, os computadores foram instalados em uma das salas de aulas da unidade, a qual até então tinha sua função desviada como sendo o 'seguro'; permitindo, assim, a acomodação da sala para as aulas de informática.

6 OS LUGARES SOCIAIS DOS ENTREVISTADOS

O presente capítulo trata-se do percurso das entrevistas e para tanto, em alguns momentos, o texto seguirá em primeira pessoa.

Além das reuniões, das visitas e das ações realizadas junto ao Centro de Internação Provisória (CEIP Norte) e à Escola Estadual Castro Alves, extensão educacional daquela unidade, utilizamos, também, a entrevista em virtude da possibilidade da interação entre pesquisador e pesquisados, mostrando-se mais adequada aos objetivos de nosso estudo, cuja metodologia pautou-se no uso de técnicas etnográficas, permitindo um exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir).

Deste modo, nas observações e nas entrevistas desenvolvidas no Centro de Internação de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte) e na Escola Castro Alves, procuramos descrever e refletir não apenas sobre a formação de leitores na unidade, mas também a respeito da estrutura física precária do local, o modo como os agentes socioeducadores se dirigiam aos internados, o comportamento destes no momento das entrevistas, o local disponibilizado para a gravação, o uso de algemas, etc.

Esse método de geração de dados permitiu, inclusive, vivenciar as dificuldades em alcançar um bom número de entrevistados, eis que, por contarem com menos de 18 (dezoito) anos de idade, fez-se necessário buscar seus responsáveis para convidá-los a participar da pesquisa mediante compreensão e preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) específico para os pais ou responsáveis; documento este inicialmente encaminhado à aprovação do CEP/UFT.

Importante informar a espera pelo parecer final de aprovação da pesquisa emitido pelo CEP/UFT, em 14 de fevereiro de 2019, bem como a autorização do poder judiciário para realização das entrevistas exarada pelo juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Araguaína, Dr. Herisberto e Silva Furtado Caldas, aos 19 de setembro de 2019, conforme se pode observar, respectivamente, a partir do parecer consubstanciado nº 3.146.672 e da decisão administrativa no processo SEI 19.0.000029664-6 (anexo F), para, então, realizar as entrevistas com os adolescentes em 23 de setembro de 2019.

Ademais, antes das entrevistas serem realizadas e como condição para que pudessem ocorrer, houve tentativa de contato com os responsáveis legais⁴⁴ pelos

⁴⁴ A coordenação do CEIP Norte havia nos informado o local fixo em que os veículos da unidade buscavam os familiares para as visitas de sábado.

adolescentes em cumprimento de medida, em 2 (dois) sábados seguidos no mês de setembro de 2019, sendo o primeiro no dia 7 (sete), por se tratar de feriado nacional, onde visualizou-se uma perspectiva de maior número de parentes no ponto de saída da rodoviária e o segundo no dia 21 (vinte e um).

Esclarecemos que, em virtude de o Centro de Internação de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte) ser localizado a 74 (setenta e quatro) quilômetros de Araguaína e a maioria dos familiares dos socioeducandos residirem nesta, são disponibilizados pela unidade 2 (dois) veículos de passeio para fazer o transporte dos interessados nas visitas, com ponto de saída no estacionamento da rodoviária, às 6:30 da manhã, todos os sábados.

Inicialmente, ao chegar no local de encontro, foi observado que somente mulheres se faziam presentes, dentre elas mães, irmãs ou companheiras dos adolescentes internados, que batiam papo à espera do veículo da unidade. Quando da aproximação, apresentei-me como pesquisadora aluna do curso de doutorado do PPGL, porém, não informei que era defensora pública na Comarca de Araguaína, de modo a não inibi-las ou confundi-las acerca da defesa técnica recebida processualmente por meio da DPE e a pesquisa ora realizada. Assim, expliquei a motivação da minha presença ali, sendo que algumas das mulheres se recusaram a assinar o TCLE e outras não puderam fazê-lo, posto que contavam com menos de 18 (dezoito) anos de idade e se afirmavam como companheiras/namoradas dos internos.

Foi possível notar que, nos 2 (dois) sábados seguidos em que buscamos autorizações dos responsáveis legais, em nenhum deles houve lotação completa dos veículos de passeio que fariam o transporte. Inclusive, uma das presentes relatou que algumas trabalham no sábado ou não tinham com quem deixar os filhos pequenos, de modo que nem todos os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa recebem visitas com frequência e, por isso, aguardam ansiosos pelo dia das ligações feitas na unidade.

A intenção era de entrevistar um número maior ou total de socioeducandos internados naquele mês. Contudo, dentre algumas senhoras (mães) e algumas jovens (irmãs ou namoradas) dos adolescentes presentes no ponto de saída, poucas puderam ou quiseram assinar o TCLE. Assim, aos 23 de setembro, dia agendado de forma antecipada para as gravações das entrevistas na unidade, havia um total de 14 (quatorze) internos, porém, em que pese ter conseguido 5 (cinco) autorizações nos 2 (dois) sábados seguidos em que estive na rodoviária, apenas 4 (quatro) foram

ouvidos, sendo 2 (dois) de cada alojamento, posto que 1 (um) dos jovens havia sido liberado no decorrer da semana.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas, individualmente, com os adolescentes, de modo a alcançar representações sobre o projeto de leitura na unidade e a ampliação do acervo literário por meio da reforma da biblioteca Monteiro Lobato. Visei, assim, compreender a proximidade ou não dos adolescentes com o livro literário, isto é, se, em suas trajetórias de vida, a leitura aportou em algum momento ou o livro é algo distante de si e de seus familiares, bem como se já frequentaram ou não bibliotecas em seu percurso escolar e o que acharam da atividade externa de visitação periódica à biblioteca Monteiro Lobato como uma das atividades pedagógicas do PIA.

Na mesma data, após o término das entrevistas no Centro de Internação de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte), fui para a Escola Estadual Castro Alves onde o professor de língua portuguesa João Kennedy Vieira Ciriano aguardava para ser entrevistado em sala cedida pela Diretora da Escola. Não foi possível finalizar todas as entrevistas no mesmo dia, posto que a pedagoga Edna se encontrava de férias, vindo a ser entrevistada somente em 18 de novembro de 2019, na sala de aula da unidade.

O foco das entrevistas com esses 2 (dois) profissionais foi o de coletar dados sobre o projeto de leitura em andamento na unidade e desde quando é executado, bem como se as atividades de leitura são registradas no PIA dos adolescentes e se estes desenvolvem algum tipo produção escrita na Unidade. Portanto, a escolha deles justifica-se pelo fato de ambos se destacarem como mediadores de leitura no CEIP Norte, preocupados em apresentar títulos aos socioeducandos.

As entrevistas com os adolescentes foram realizadas numa segunda-feira no turno matutino, de modo a não atrapalhar a rotina da unidade. Inclusive, uma das ressalvas da chefia do local foi no sentido de que não ocorressem nas sextas-feiras, as quais eram reservadas para as ligações telefônicas dos adolescentes aos familiares por meio da facilitação da assistente social daquele centro.

Desta forma, foi cedida a sala da equipe multidisciplinar da unidade, a qual contava com uma única mesa, utilizada de forma a ficar frente a frente com o entrevistando, deixando-o no mesmo plano da entrevistadora. Um ar-condicionado, modelo antigo, daqueles quadrados e barulhentos, refrigerava a sala, cuja iluminação natural partia de uma janela de vidro fechada. Indagada por um dos socioeducadores

se queria que adentrasse na sala com os adolescentes que seriam ouvidos um a um, recusei a oferta, no intuito de permitir uma entrevista fluída e mais à vontade face às interferências do próprio ambiente da internação.

Desta forma, todos os adolescentes eram trazidos à sala com as mãos algemadas, sendo os grilhões retirados, assim, que se sentavam à mesa da entrevista. O agente da unidade permanecia em pé aguardando do lado de fora da sala junto à porta, que permanecia encostada até o aviso para que pudesse trazer o próximo jovem que seria entrevistado.

Todas as entrevistas realizadas foram gravadas, haja vista a concordância dos participantes, que assinavam o TCLE e eram esclarecidos dos objetivos da pesquisa. Sintetizando, tive um total de 6 (seis) colaboradores entrevistados dentre adolescentes, professor e pedagoga da unidade.

6.1 Roteiro das entrevistas

O roteiro das entrevistas semiestruturadas, aprovadas, inicialmente, pelo CEP/UFT, por intermédio do parecer consubstanciado nº 3.146.672, trouxe questões pertinentes à leitura durante o período de cumprimento de medidas socioeducativas no Centro de Internação (CEIP Norte). Desse modo, as entrevistas permitiram que os adolescentes refletissem sobre si e sobre a oportunidade de contato com o livro, seja no seu percurso de vida, seja nas atividades desenvolvidas na unidade ou na biblioteca Monteiro Lobato. Afinal:

Quando realizamos uma entrevista, atuamos como mediadores para o sujeito apreender sua própria situação de outro ângulo, conduzimos o outro a se voltar sobre si próprio; incitamo-lo a procurar relações e a organizá-las. Fornecendo-nos matéria-prima para nossas pesquisas, nossos informantes estão também refletindo sobre suas próprias vidas e dando um novo sentido a elas. Avaliando seu meio social, ele estará se auto-avaliando, se auto-afirmando perante sua comunidade e perante a sociedade, legitimando-se como interlocutor e refletindo sobre questões em torno das quais talvez não se detivesse em outras circunstâncias. (DUARTE, 2004, p. 220).

Por meio das entrevistas, visei compreender a prática de leitura em exercício no CEIP Norte pelo professor de língua portuguesa e a pedagoga da unidade, haja vista as diferenças de série/anos dos adolescentes, alguns com maior desenvoltura e outros com um pouco mais de dificuldade na execução dos procedimentos e

estratégias propostas. A seguir, descrevo algumas perguntas direcionadas aos entrevistados:

a. Questionário para os alunos:

- Já leu algum livro literário? Qual título?
- Em casa possui livros? Quais?
- Em sua família tem pessoas que leem?
- Você acha importante estudar? Por quê?
- Você gostaria de ter acesso a livros literários dentro da Unidade? Tem alguma sugestão de obras?
- Você acredita que a leitura poderá ajudá-lo?
- Para você, qual a importância da biblioteca dentro da unidade?

b. Questionário para o professor de português e para a pedagoga:

- Como é ser professor na Unidade de Internação?
- O Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte) conta com biblioteca e/ou livros literários à disposição dos internos?
- Os adolescentes internados se interessam pela leitura literária?
- O contexto social dos alunos interfere nas práticas de leitura?
- Qual a importância de trabalhar a leitura com os adolescentes infratores?
- Você trabalhou com os mesmos alunos no semestre anterior? Notou mudanças no decorrer das aulas? Quais?
- Existe diferença no trabalho com a leitura entre os alunos internados e aqueles matriculados fora do sistema socioeducativo?
- Quais as dificuldades encontradas e as sugestões para incentivar a prática da leitura com os adolescentes do CEIP Norte?

Por se tratar de entrevistas semiestruturadas e de curta duração, apresento, a seguir, a transcrição⁴⁵ completa das gravações, momento em que identificamos os 4 (quatro) adolescentes pelos símbolos 'A1', 'A2', 'A3' e 'A4', no intuito de preservar

⁴⁵Códigos da transcrição anotados na parte pré-textual, na página anterior ao sumário. Transcrição feita pela doutoranda, de acordo com: MARCUSHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

suas identidades, por questões éticas e para uniformizar o trabalho. O professor de língua portuguesa e a pedagoga permitiram suas identificações e foram simbolizados como 'Professor' e 'Pedagoga', respectivamente.

6.2 Leituras e retratos da vida no CEIP Norte

No tópico em tela apresento na integralidade das entrevistas realizadas com os adolescentes no dia 23 de setembro de 2019, bem como com o professor de língua portuguesa e a pedagoga da unidade, esta última ouvida aos 18 de novembro de 2019. Procurei situar as questões formuladas em como os entrevistados descrevem e interpretam as práticas de leitura.

A escolha pela transcrição integral das entrevistas para o corpo do texto deu-se pelo fato de serem curtas e como forma de permitir ao leitor uma melhor compreensão do contexto das falas; deixando emergir as vozes dos entrevistados misturadas à minha.

Passo, então, à leitura do material simbólico, qual seja, as entrevistas e para tanto me apoio na análise de discurso francesa, que tem em suas bases os trabalhos de Pêcheux, enquanto referencial teórico e metodológico e consequentes implicações para a pesquisa.

Para a análise de discurso francesa (AD) referencial por mim utilizado, é fundamental ocupar-se com o discurso, uma vez que ela não trata da língua ou da gramática. Afinal, "o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando". (ORLANDI, 2015, p. 13). A AD concebe a linguagem como mediação, discurso, levando em conta o homem na sua história.

Do ponto de vista da análise de discurso, que é a proposta metodológica para a observação das entrevistas, buscam-se quais sentidos podem ser apreendidos na relação entre o adolescente infrator e a leitura, nos moldes do eixo educação proposta pelo ECA para o cumprimento das medidas socioeducativas.

Dentro deste contexto, passo à análise das falas obtidas em situação de entrevistas e para tanto faço uma breve consideração acerca das características pessoais e escolares dos entrevistados, o que auxiliará na composição de um perfil, de acordo com os lugares sociais dos entrevistados.

6.2.1 Entrevista realizada com A1, em 23 de setembro de 2019

O primeiro adolescente entrevistado contava com 17 (dezesete) anos e encontrava-se cumprindo medida socioeducativa de internação pela segunda vez no CEIP Norte. Antes de ser internado, residia com sua mãe e seus 2 (dois) irmãos, todos menores, sendo um deficiente. Seus pais são separados e o pai paga pensão. A família recebe auxílio do programa bolsa-família. Sua namorada encontrava-se grávida, sendo esse o primeiro descendente do jovem casal.

Com relação aos estudos, em que pese algumas reprovações na escola, cursou até o 9^o (nono) ano do Ensino Fundamental antes de ser internado, bem como já teria iniciado curso profissionalizante junto ao SENAI, o qual não conclui pela falta de transporte.

Em conversa informal com a mãe do adolescente, no dia em que me dirigi até o ponto de saída na rodoviária para buscar a anuência para a entrevista, esta relatou que o filho possui problemas com drogas, já foi internado para tratamento e já tentou o suicídio. Acerca do relato de uso de drogas entre adolescentes (JESUS; LIMA; MARTINS; MATOS; SOUSA, 2011, p. 362) apontam, em suas pesquisas, “como um evento associado à falta de lazer, às condições de vida dos jovens, ao envolvimento familiar, à ausência dos pais, à violência doméstica, aos amigos que usam droga e à baixa percepção de apoio dos pais”.

Em seu Plano Individual de Atendimento construído pelo adolescente em conjunto com a equipe multidisciplinar do CEIP Norte, aquele manifestou interesse em participar dos projetos de música e de leitura fornecidos na instituição.

Importante anotar que tomei conhecimento de que o adolescente concluiu o 9^o (nono) ano do Ensino Fundamental junto à Escola Castro Alves, bem como participou do curso de informática básica ministrado pela carreta do SENAI instalada em novembro de 2019 no CEIP Norte, vindo a progredir para o cumprimento de medida na semiliberdade em fevereiro de 2020. Considere-se a transcrição a seguir:

Entrevista 1:

E.: Bom dia.

A1: Bom dia.

E.: Meu nome é Téssia. É::, eu sou doutoranda pela UFT e vou fazer algumas perguntinhas para ti A1, sobre, é:::(+) relações pertinentes à leitura, tá? A primeira pergunta seria: você já leu algum livro literário? Qual nome do livro? Qual título?

A1: É:: (+) já li livro, mas só que eu não sei qual é o livro ((riso)). Esqueci qual o nome do livro.

E.: Isso foi em casa ou foi:: é:: (+) na escola?

A1: Foi no colégio mermo.

E.: No colégio?

A1: Foi.

E.: Você gostou da obra?

A1: Gostei. Parece que é:: (+) não sei o que lá nova esperança. Acho que foi isso.

E.: Foi aqui dentro da unidade que você leu?

A1: Foi.

E.: Ah, que bom. Com ajuda da pedagoga, da Edna?

A1: Nada. Peguei o livro mermo pra mim ler. Por mim mermo.

E.: Ai, que bom. E em casa, você possui livros?

A1: Não.

E.: Não?

A1: Não.

E.: E na sua família, tem pessoas que leem?

A1: Só lê para fazer (+), responder as tarefa do colégio.

E.: Só, né?!

A1: É.

E.: Livro literário, tem o hábito de pegar a obra e ler não?

A1: Não.

E.: Certo.

A1: Só lê coisinha assim de celular ((risos)). E livro quando é pra responder tarefa de colégio, só.

E.: Tá certo. Você acha importante estudar?

A1: Eu acho importante.

E.: Por quê?

A1: Porque é importante::, apesar pela leitura, a leitura é um (++) aprendizado que serve pra gente aprender se, aprender se expressar melhor também. A gente manter o conhecimento, tipo a gente que era mais tímido, tímido e calado a gente vai ter mais harmonia para se expressar na conversa. A gente fica mais perto, abre mais o consciente da gente, né? Alimenta mais a mente da gente, a gente fica mais leve, mais solto, né?!

E.: É.

A1: Ai, a leitura, ela é boa, é medicinal acho, pra mente, né?! ((risos))

E.: Tá certo. E você já participou de alguma atividade de leitura aqui dentro da unidade?

A1: Não, não. Eu sei a importância da leitura, do estudo, sei que é uma coisa muito boa, e mais eu num (++) acho que num serve pra mim não.

E.: E você gostaria de ter acesso a algum livro aqui dentro da unidade? Tem alguma sugestão de nome de livro, de obra?

A1: Tem uns livrozinho aí que dá pra mim ficar lendo pá passar o tempo, né?

E.: Isso.

A1: Pois é.

E.: Já pegou algum?

A1: Peguei só esse livro mermo ai que eu te falei que eu não sei o nome não, ((riso))

E.: Cê já chegou a produzir algum texto escrito a partir das aulas aqui dentro do CEIP?

A1: Falar o que leu?

E.: É:: Assim, isso escrever tipo, uma redação ou uma resenha.

A1: Só li:: que:: (+)

- E.:** *Escreveu? Chegou a escrever?*
A1: *Ah::, o que a gente leu?*
E.: *Isso.*
A1: *Já.*
E.: *Já? Aqui dentro da unidade?*
A1: *Não do livro, mas do filme (+). Tipo, passa um filme para falar o que é a importância da leitura, eu escrevi.*
E.: *Aqui dentro da unidade? Foi?*
A1: *Foi.*
E.: *Certo. E você acredita que a leitura pode te ajudar?*
A1: *Ajudar não sei não, mais ajuda uns moleque ai. Uns resto do pessoal ajuda. ((riso))*
E.: *E::, você ficou sabendo que teve a reforma da biblioteca?*
A1: *As muié falô.*
E.: *Você chegou a ir lá?*
A1: *Não.*
E.: *Visitá-la?*
A1: *Não. Cheguei ir lá não.*
E.: *E para você, qual que é a importância de uma biblioteca dentro da escola ou dentro CEIP?*
A1: *A biblioteca é:: uma arte boa documentada, né? Porque:: (+) os moleque aqui que não tem nada o que fazer eles vê os livro vai querer lê, né?*
E.: *É.*
A1: *Ai pode ser até tipo (+) são errado porquê fogem do colégio e parte para criminalidade, né? Ai, o livro já mostra a ser mais esperto. Deixa o consciente dos moleque mais solto, entende? pra eles aprender. Tipo, uma pessoa vai e explica uma coisa que é certo e que é errado, eles vão entender esse lance e tal, porquê tá com a mente cheia de coisa errada porquê não aprendeu o certo, eles vão é: (+) pegar e entender o certo mais rápido por causa da leitura.*
E.: *Certo. Eu agradeço pela entrevista A1. Eram só essas as perguntas. Você tem mais alguma observação? Alguma coisa que queria falar?*
A1: *Não, não. Só isso mermo.*

Por considerar a entrevista como um espaço de conversa, iniciei pedindo que o adolescente relatasse se já leu algum livro literário e qual nome da obra. Assim, numa breve análise da entrevista transcrita e apresentada anteriormente, verifica-se que o adolescente já leu 1 (uma) obra literária dentro da unidade, em que pese não se recordar do título.

A história relatada permite acesso à visão do entrevistado sobre a leitura, o qual explicou ter gostado e que a escolha se deu por iniciativa sua. Afirmou não possuir livros em casa, bem como os familiares não costumam ler.

Importante trazer luz à definição da leitura da vida feita pelo entrevistado, ao expor que: “a leitura, ela é boa, é medicinal acho, pra mente...”. Além de poético é curiosa a comparação feita pelo adolescente, como se a leitura fosse um remédio, quem sabe a renovação. Segundo Versiani, Yunes e Carvalho (2012, p. 55) “Além do

encantamento que provocam, além de serem a expressão de nossos desejos, as narrativas nos permitem também estabelecer uma conexão com nossa “vida verdadeira”, dando-nos a possibilidade de refletir sobre ela.”

Um ponto que destaco é o fato de o adolescente explicar saber a importância dos estudos e da leitura, mas que acreditava que não serviria para ele. Que sentidos estão presentes nessa fala? Seria a impressão de que tal acesso só caberia aqueles que têm algum recurso? Por que não se vê como capaz de acessar os benefícios (medicinais) da leitura? Talvez o deslocamento e a recusa adquirida que vem de uma sociedade segregadora, de falas que foram incorporadas ao seu discurso, por vezes de forma inconsciente. “Nesse sentido, as condições de acesso, trajetória e conclusão do ensino básico tornaram-se mecanismos produtores de desigualdades, pois geram impactos no acesso ao ensino superior e na inserção no mercado de trabalho” (VENTURINI; LIMA; SOUSA; BERTOLOZZI, 2020, p. 3).

O adolescente mostra-se tímido e alheio aos estudos dirigindo tal função aos demais, talvez por acreditar que aí exista um mundo que não lhe pertença, mas que sentidos habitam suas palavras? Qual a sua inscrição na história? Afinal, “sujeitos e sentidos se constituem na relação da língua com a história, atravessados pelo inconsciente e pela ideologia”. (ORLANDI, 2011, p. 697).

Define com desenvoltura o conceito de biblioteca, mas não se vê parte nos estudos e/ou no contato com os livros, posto que acredita que tal caminho poderá ajudar os demais internos e em nenhum momento se inclui no rol de estudante; retirando-se, assim, do grupo que se interessa pela atividade. Sobre esses aspectos surge o questionamento elaborado por Petit:

Como fazer para que uma pessoa se torne um leitor ou uma leitora, apesar de tantos obstáculos? Em grande parte, essa é uma questão relacionada ao meio social. Quando se vem do meio pobre, mesmo com uma formação escolar, os obstáculos podem ser numerosos: poucos livros em casa, ou nenhum, a idéia de que aquilo não é para ele, uma preferência por atividades coletivas e não por esses “prazeres egoístas”, dúvidas sobre a “utilidade” da leitura, um acesso difícil à língua narrativa: tudo isso pode somar-se para dissuadir alguém de ler. E, caso se trate de um menino, ainda há os colegas que ridicularizam quem se dedica a essa atividade “afeminada” e “burguesa”, associada por eles aos trabalhos escolares. (PETIT, 2013, p. 34).

E quais as representações que se deflagram a partir da entrevista? De sua fala, também é possível observar a sua compreensão do que seja a leitura ao revelar que por meio do ato de ler ‘a gente fica mais leve, mais solto’ e vence a timidez. A

curiosidade, o desejo de pensar são bem representados pelo adolescente e possibilitam não só a abertura para o outro, como também a descoberta de si.

Sua fala explicita a relação com a leitura ao deixar fluir o sentimento de timidez e o efeito que a literatura tem surtido nessa transformação, por vezes, medicinal para a mente, nas suas palavras. É a experiência da leitura e a exigência poética surtindo efeitos, o que é direito de cada um de nós, e não privilégio de grupos sociais.

6.2.2 Entrevista realizada com A2, em 23 de setembro de 2019

O segundo entrevistado contava com 16 (dezesesseis) anos, quando da gravação e em cumprimento de medida socioeducativa de internação pela segunda vez no CEIP Norte. Antes de ser internado, residia com sua família em casa própria, composta da mãe, padrasto e 2 (dois) irmãos menores de idade, cujo sustento partia, exclusivamente, do padrasto, posto que a genitora se encontrava desempregada e por motivação dos amigos foi apresentado às drogas.

Em conversa informal com a genitora do adolescente, no dia em que me dirigi até o ponto de saída na rodoviária para buscar a anuência para a entrevista, esta relatou que o filho possui boa convivência familiar e ajudava nos afazeres da casa. Explicou, ainda, que o filho estava atrasado nos estudos e já perdeu ano por conta de desistências, mas é muito inteligente.

Quando da entrevista, encontrava-se matriculado no 6^o (sexto) ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Castro Alves, extensão do CEIP Norte. De acordo com a equipe multidisciplinar da unidade, o adolescente mostrava-se participante em sala de aula e, mesmo com algumas dificuldades na escrita, lia e produzia textos a partir das leituras realizadas.

Importante anotar que tomei conhecimento de que o adolescente concluiu o 6^o (sexto) ano do Ensino Fundamental junto à Escola Castro Alves, bem como participou do curso profissionalizante da carreta da informática ministrado pela carreta do SENAI instalada em novembro de 2019 no CEIP Norte, porém, sem a devida conclusão, pois progrediu para o cumprimento de medida na semiliberdade naquele mês. Eis a seguir, a transcrição da entrevista:

Entrevista 2:

E.: É: (+) bom dia. Meu nome é Téssia.

A2: Bom dia.

E.: Eu sou doutoranda da UFT. Estou fazendo hoje a entrevista com o aluno 'A2', é: sobre o projeto Leitura Espaço de Liberdade. 'A2', você já leu algum livro literário aqui dentro da unidade? Qual o nome?

A2: Já. Estes dias eu tava lendo um livro, aquele, "O diário de um banana".

E.: O diário de um banana?

A2: Ahn. Já li ele todinho e já tô lendo outro.

E.: Ai, que bom. Você pegou ali na biblioteca?

A2: Sim senhora. A que a dona Edna trouxe lá da escola lá.

E.: Da Escola Castro Alves?

A2: Ahn.

E.: Ah, que bom. E o que você está achando? Está gostando do livro?

A2: Gostei, é muito interessante. É bom que eu passo maior tempo e pego mais um aprendizadozinho.

E.: Verdade. E em casa, você possui livros?

A2: Não. Lá em casa não pensa muito nisso não.

E.: Na sua família tem pessoas que tem o hábito de leitura? Que leem?

A2: Uhn, uhn (+). Tem não.

E.: E você acha importante estudar?

A2: Rapaz, eu acho importante estudar, né? mais esta vida aqui é meio complicado.

E.: Uhn:: É, por que você acha importante estudar?

A2: É bom porque a gente ganha mais aprendizado e tal, e fica melhor pra gente conseguir as coisas mais na frente, né? com o estudo.

E.: Tá certo. Você já participou de alguma atividade de leitura aqui dentro da unidade?

A2: Não.

E.: É: roda de leitura?

A2: Ah, roda de leitura eu tou participando disso daí.

E.: Tá?

A2: Tô.

E.: O quê que você está achando?

A2: Achei de boa, bacana.

E.: Você gostaria de ter acesso a livros literários dentro da unidade? Tem alguma sugestão de nome? De obras?

A2: Sim, de boa, é. O único nome que achei bão foi só aquele "O diário de um banana"⁴⁶ mermo, porque os otros eu não me interesso não ((riso)).

E.: Certo ((riso)). Já produziu algum texto escrito a partir das aulas ou das rodas de leitura?

A2: Não.

E.: Ainda não?

A2: Hum, hum.

E.: E você acredita que a leitura pode te ajudar?

A2: Sim.

E.: De que forma?

A2: hum, hum, que eu posso tipo assim, melhorar a minha escrita, entendeu? receber mais conhecimento através do livro, aí fica mar melhor pra mim.

E.: E você já chegou a visitar a biblioteca reformada?

A2: Sim, eu fui o primeiro.

E.: Foi o primeiro?

⁴⁶ Caixa com 10 volumes. KINNEY, Jeff. **O diário de um banana**. V&R Editoras: São Paulo, 2008.

A2: *Uhn*

E.: *Ai, que bom! O que você achou?*

A2: *Achei bacana.*

E.: *Tá com ar condicionado, computador agora.*

A2: *Sim senhora. Tá de boa.*

E.: *E você teve a oportunidade de ver lá os livros que chegaram para folhear algum?*

A2: *Nam, sim.*

E.: *É:: (+) você escolheu algum livro e trouxe para cá pra o alojamento ou foi só a pedagoga que trouxe pra ti?*

A2: *Não, foi eu que escolhi.*

E.: *Você que escolheu?*

A2: *Hum, hum*

E.: *Ai que legal. Que bom! Obrigada viu A2.*

A2: *Sim senhora*

Na entrevista concedida, o adolescente A2 informou de pronto ter lido ‘todinho’ o livro ‘O Diário de um Banana’ e que já estaria lendo outro. Informou que a pedagoga Edna fez o empréstimo da obra junto à biblioteca e trouxe para que pudesse ler no alojamento. Nesse aspecto, compreendo que o importante é que o livro chegou até ele, ainda que diante dos obstáculos existentes dentro de um sistema pouco interessado em cumprir com as diretrizes do ECA.

Questionado sobre o que estava achando do título, A2 afirmou ter gostado, que é interessante e o ajuda a passar o tempo na unidade, além de lhe oportunizar maior aprendizado.

Explicou que em sua casa não possui livros; seus familiares não são leitores e não se interessam pelos estudos, eis a fala do entrevistado “lá em casa não pensa muito nisso não”, de modo que o encontro com o livro é o ponto de partida, ainda quando não se teve essa proximidade no lar, já que muitas famílias brasileiras não têm conhecimento da importância desse papel.

Da entrevista, destaco, ainda, a compreensão do adolescente acerca da educação enquanto relevante fator para a mobilidade social, no momento em que questionado se achava importante estudar, responde que “fica melhor pra gente conseguir as coisas mais na frente”. A desigualdade de oportunidades educacionais se entrelaça as experiências de privações e de violações de direitos desde muito cedo experimentada pelos adolescentes em conflito com a lei.

Nesse sentido chamam a atenção os números para a pobreza e as múltiplas privações de direitos, no estudo ‘pobreza na infância e na adolescência’ do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), ao indicar que mais de 18 milhões de

crianças e adolescentes no Brasil (34,3% do total) vivem em domicílios com renda *per capita* insuficiente para adquirir uma cesta básica de bens e 61% das meninas e meninos vivem na pobreza – sendo monetariamente pobres e/ou estando privados de um ou mais direitos. Dentre os mais afetados estão as meninas e os meninos negros que vivem em famílias pobres monetariamente e são moradores da zona rural e das Regiões Norte e Nordeste (UNICEF, 2018, p. 5).

O adolescente está participando das rodas de leituras, pois acredita que ajudará a melhorar sua escrita. Sobre o diálogo em rodas Kleiman expõe que:

Sabe-se, pelas pesquisas recentes, que é *durante* a interação que o leitor mais inexperiente compreende o texto: não é durante a leitura silenciosa, nem durante a leitura em voz alta, mas *durante a conversa* sobre aspectos relevantes do texto. Muitos aspectos que o aluno sequer percebeu ficam salientes nessa conversa, muitos pontos que ficaram obscuros são iluminados na construção conjunta da compreensão. (KLEIMAN, 2016, p. 36).

Demonstrou orgulho em ter sido o primeiro da unidade a conhecer a biblioteca reformada com novos títulos, computador e ar-condicionado. Veja aí a oportunidade de se relacionar com as obras, de vê-las dispostos a sua escolha e poder manipulá-las. A promoção deste encontro possibilitou inclusive a revelação de orgulho do adolescente, o que confirma que a mediação é sim positiva e por isso deve ser multiplicada.

Por fim, o adolescente fecha a entrevista explicando com entusiasmo ter escolhido um livro na visita, fruto da livre escolha e, portanto, propícia para as descobertas singulares (PETIT, 2013, p. 23).

6.2.3 Entrevista realizada com A3 em 23 de setembro de 2019

O terceiro entrevistado contava com 16 (dezesesseis) anos quando da gravação e cumprindo a medida socioeducativa de internação pela terceira vez no CEIP Norte; eis que já havia progredido para a semiliberdade, contudo, empreendeu fuga e foi, novamente, levado para aquela unidade em Santa Fé do Araguaia.

Antes de ser internado, residia com sua família em casa própria, adquirida pelo programa ‘Minha Casa, Minha Vida’, juntamente com a mãe, o padrasto e os 3 (três) irmãos menores de idade, cujo sustento é alcançado com os proventos do padrasto e com o auxílio do bolsa-família, enquanto a genitora cuida dos filhos e da casa. Seu

genitor é falecido. O adolescente já se envolveu com drogas e não vinha frequentando escola antes da aplicação da medida de internação.

Em conversa informal com a genitora do adolescente, no dia em que me dirigi até o ponto de saída na rodoviária para buscar a anuência para a entrevista, esta relatou que o filho 'é rebelde' e não costuma obedecê-la.

Quando da entrevista, encontrava-se matriculado no 7^o (sétimo) ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Castro Alves, extensão do CEIP Norte. De acordo com a equipe multidisciplinar da unidade, o adolescente lê com dificuldades, mas se esforça para aprender regras ortográficas e para melhorar a leitura.

Válido apontar que na roda de leitura realizada aos 20 de fevereiro de 2020, momento em que assisti a socialização do livro 'Viver de cara limpa: uma escolha'⁴⁷, notei a participação de 'A3', o qual comentou sobre a obra espontaneamente em vários momentos do debate.

Importante anotar que tomei conhecimento de que o adolescente concluiu o 7^o (sétimo) ano do Ensino Fundamental junto à Escola Castro Alves, bem como participou do curso profissionalizante da carreta da informática ministrado pela carreta do SENAI instalada em novembro de 2019 no CEIP Norte, vindo a progredir para o cumprimento de medida na semiliberdade em seguida, ainda em 2019. Veja abaixo os principais pontos da entrevista. Toma-se, a seguir, a transcrição da entrevista:

Entrevista 3:

E.: Bom dia 'A3'. Meu nome é Tércia.

A3: Bom dia.

E.: Sou pesquisadora da Universidade Federal de Tocantins e vou fazer algumas perguntinhas sobre leitura, é:: referente ao projeto de pesquisa *Leitura e Espaço de Liberdade*. Você já leu algum livro literário? Alguma obra aqui dentro da unidade?

A3: Tipo, história:: (+)? não.

E.: Ou qualquer livro.

A3: De ação eu já, já.

E.: O que você leu?

A3: Eu li aquele livro "Romeu e Julieta".

E.: Foi esse que você leu aqui dentro da unidade ou em casa?

A3: Foi aqui.

E.: Aqui? E:: como é que foi a escolha desse título? Você pegou:: ou alguém te indicou::?

A3: Foi a professora indico.

E.: A professora Edna? Você gostou da leitura?

A3: Sim, gostei.

⁴⁷ SANTANA, Jocyelma; RIBERINHA, Ricardo. **Viver de cara limpa: uma escolha**. Salesiana: Brasília, 2007.

- E.:** E em casa você possui livros?
A3: Não. Em casa não.
E.: E na sua família tem pessoas que leem?
A3: Tem pessoas que leem, meu primo.
E.: É? Ele gosta de ler livros também?
A3: Sim.
E.: É:: ele te passa esses livros também? Vocês trocam obras literárias?
A3: Não, não, não.
E.: Você acha importante estudar?
A3: Eu acho importante estudar sim.
E.: Por que?
A3: Porque no futuro vou querer um emprego, né?! E também quando eu tiver os meus fi também passar o que eu aprendi pra eles também. É importante estudar também, saber.
E.: Ajuda, né?! É:: (+) você já participou de alguma atividade de leitura aqui dentro da unidade do CEIP? Roda de leitura?
A3: Participei.
E.: Gostou, você gostou dessas rodas?
A3: Ahn, gostei sim.
E.: Como é que funciona? Me explica um pouco.
A3: É tipo, a Edna, a equipe técnica se junta aqui com nois ali na sala, faz uma roda de conversa e nois vai falando o que, socialização, o que nós entendemu, num tem?!.
E.: Entendi. Você gostaria de ter acesso a mais livros aqui dentro da unidade? Tem alguma sugestão de nome?
A3: Sim. Eu tô lendo ali, um livro lá dentro lá, 'um toro encantado'⁴⁸. Tô lendo.
E.: Ah, que bom.
A3: Peguei esses dias.
E.: Tá gostando?
A3: Tô, tô gostando.
E.: Você pegou lá na biblioteca?
A3: Foi. Peguei lá na sala de aula.
E.: Na sala de aula? E você já foi ali na biblioteca reformada da escola?
A3: Dalí? Não, fui não. Ainda não.
E.: Ainda não?
A3: Não, só os outros meninos que foi lá.
E.: Tem vontade de ir lá de conhecer?
A3: Tenho, tenho sim.
E.: Que bom. É:: você acredita que a leitura pode te ajudar?
A3: Sim, pode sim. E muito.
E.: É:: explique um pouco mais do quê que cê acha que a leitura pode te ajudar. O que você acha da leitura?
A3: Assim, pode me ajudar também pra vida, igual eu falei lá do início também, me ajudar pra vida, né?!
E.: É.
A3: Tiver em um lugar pra saber lê é bom demais.
E.: E você já produziu algum texto escrito aqui dentro da unidade?
A3: Não.
E.: Não, né?! Só a leitura mesmo.
A3: Só a leitura.
E.: Certo. Obrigada 'A3'. Eu agradeço pela entrevista.
A3: Sim.

⁴⁸ GULLAR, Ferreira. **O touro encantado**. Salamandra: Rio de Janeiro, 2008.

Depreende-se da entrevista realizada durante a pesquisa o pouco ou nenhum contato do adolescente com livros. Questionado, ele explicou ter um primo leitor em sua família e relatou ter realizado sua primeira leitura literária na unidade CEIP, a partir do projeto de leitura, o que indica que dentro das muitas exclusões vividas, a de não ter experimentado uma obra literária, é uma delas.

Durante a internação já leu 'Romeu e Julieta' e agora estaria no segundo título, qual seja, 'O touro encantado', nesse aspecto considerando que a leitura não pode se restringir ao tempo ou ao número de obras lidas, mas naquilo que alguma palavra ou frase o tenham tocado, fazendo ressoar a história em sua vida, é que Petit explica:

O tempo de leitura não é apenas o que dedicamos a virar páginas. Existe todo um trabalho, consciente ou inconsciente, e um efeito *a posteriori*, uma evolução psíquica de certos relatos ou de certas frases, às vezes muito tempo depois de os termos lido (PETIT, 2013, p. 48).

A partir daí é crível a compreensão exposta pelo adolescente ao ser questionado sobre a leitura e responder que "pode me ajudar pra vida", pois para transmitir tal pensamento é preciso ter experimentado a leitura, numa atitude de abertura, ainda que esse encontro não seja longo, mas um início de descobertas.

A preocupação com a ocupação de um emprego formal e com a família que sonha em um dia constituir é vista na seguinte fala de A3 "*Porque no futuro vou querer um emprego, né?! E também quando eu tiver os meus fi também passar o que eu aprendi pra eles também. É importante estudar também, saber*". O anseio de A3 é o de buscar para si e para seus filhos caminhos que lhe foram excluídos, como, por exemplo, a oferta de bens culturais, o que demonstra a sua compreensão de que a educação pode sim contribuir para alcançar uma melhor condição social.

Nesse sentido, a ampliação das oportunidades de vida é um sonho narrado por A3, que vive num contexto de vulnerabilidade social, conforme exposto na introdução desta entrevista, que aponta que o adolescente já se envolveu com drogas e não vinha frequentando escola. Daí a importância de se ouvir a trajetória de vida dos adolescentes que vivem em territórios em que as famílias não conseguem prover as condições básicas para a vida digna de seus filhos.

Infelizmente, em comunidades vulneráveis, são poucas as famílias que tem a possibilidade de dispor de materiais, jogos, livros ou mesmo de tempo e

atenção para dedicar às crianças, talvez pela incompreensão da importância dessa fase da vida. É inegável considerar que as vivências dessas crianças possam afetar de alguma forma sua vida escolar. (RAOPORT; DA SILVA, 2013, p. 5).

No momento da entrevista ainda não havia visitado a biblioteca reformada, porém, afirmou que pretende conhecê-la, bem como se mostrou interessado pelas rodas de leituras que vem participando em classe. Para Kleiman (2016, p. 126) “discutir em sala de aula implica que os alunos falem uns para os outros, que exponham a sua posição sobre o assunto e ouçam a posição do outro, que interajam entre si e com o professor”.

6.2.4 Entrevista realizada com A4, em 23 de setembro de 2019

O quarto entrevistado contava com 18 (dezoito), quando da gravação. Sua primeira passagem pelo CEIP Norte deu-se no ano de 2017, inclusive já havia progredido para a semiliberdade, contudo, empreendeu fuga e foi, novamente, levado para aquela unidade em Santa Fé do Araguaia.

Antes de ser internado, morava no lar de sua avó materna, juntamente com sua irmã, posto que sua mãe é falecida. O pai que o registrou reside em outra cidade e não mantém contato com o adolescente. O sustento da família advém da aposentadoria da ascendente, sendo a casa onde vivem, própria. O adolescente faz uso de drogas e não vinha frequentando escola antes da aplicação da medida de internação.

Em conversa informal com a irmã do adolescente, no dia em que me dirigi até o ponto de saída na rodoviária para buscar a anuência para a entrevista, esta relatou que A3 é ‘agitado’.

Quando da entrevista, encontrava-se matriculado no 3^o (terceiro) ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Castro Alves, extensão do CEIP Norte. De acordo com a equipe multidisciplinar da unidade, o adolescente possui autoestima baixa e uma visão negativa de si, contudo, tem apresentado avanços importantes nos estudos e já chegou a elaborar pequenos textos com linguagem e ilustrações significativas.

Importante anotar que tomamos conhecimento de que o adolescente concluiu o 3^o (terceiro) ano do Ensino Fundamental junto à Escola Castro Alves, bem como participou do curso profissionalizante da carreta da informática ministrado pela carreta do SENAI instalada em novembro de 2019 no CEIP Norte, porém sem a devida conclusão, pois progrediu para o cumprimento de medida na semiliberdade naquele mês. Eis, a seguir, a transcrição:

Entrevista 4:

E.: Bom dia, 'A4'.

A4: Bom dia!

E.: Meu nome é Téssia, eu sou pesquisadora e doutoranda da Universidade Federal do Tocantins e estou desenvolvendo pesquisa dentro do projeto *Leitura e Espaço de Liberdade*. Vou te fazer algumas perguntinhas relacionada aos estudos aqui dentro do CEIP. Você já leu algum livro literário, alguma obra aqui dentro?

A4: Ah, só um livro só.

E.: Qual o nome?

A4: É, "Sobre o conde".

E.: "Sobre o conto". Foi aqui dentro da unidade ou foi em casa?

A4: Foi aqui dentro da unidade sim.

E.: E em casa, você também tem o hábito de leitura?

A4: Não, lá eu não ando lendo assim não.

E.: E em casa você possui livros?

A4: Não, só a bíblia só.

E.: E na sua família tem pessoas que leem?

A4: Tem muitos.

E.: Tem?

A4: Tem.

E.: Seu pai e sua mãe também gostam de ler?

A4: Minha mãe já faleceu, mais meu pai tem muitos livros, bastante.

E.: Que bom. Qual a formação do seu pai?

A4: hum?

E.: O seu pai gosta de ler o quê?

A4: É, história, sabe?! Assim (+) é:: palavra assim bíblica.

E.: E você acha importante (+)

A4: História bíblica.

E.: E você acha importante estudar?

A4: Acho sim, né?

E.: Por que?

A4: Que::, sabedoria pra gente, né? Mais pra frente a gente vai precisar. Então mais sabedoria.

E.: E você já participou de atividade de leitura dentro da unidade? Rodas de leitura?

A4: Já não.

E.: Não? Com a pedagoga, com o professor as rodas de leituras, não?

A4: Não, não.

E.: Você gostaria de ter acesso a livros literários aqui dentro da unidade? Tem sugestão de nomes?

A4: Sim, sim. Tenho.

E.: Qual livros?

A4: *É, eu queria ler sabe, é:: (+) “Vai ter virada”. Que um menino até tá lendo lá dento, só que é dele sabe! e eu já até perguntei a::*

E.: *A Edna.*

A4: *A Edna já, para ver se tinha, ela falou que não tinha porque foi um povo religioso que trouxe, sabe?*

E.: *Ah tá.*

A4: *Que fala as histórias bíblicas, isso.*

E.: *Que bom. Você já produziu algum texto escrito, redação aqui dentro a partir das aulas ou das leituras realizadas?*

A4: *Já não, já não.*

E.: *E você acredita que a leitura pode te ajudar?*

A4: *pode sim, bastante.*

E.: *De que forma?*

A4: *De uma forma assim que::: (++) , a gente pode aprender mais, sabe? (++) . Traz esperança ((sussurrou esperança)).*

E.: *E pra você, você já visitou aqui a biblioteca reformada da Escola Estadual Castro Alves?*

A4: *Já, já sim.*

E.: *O quê que você achou da reforma? Teve oportunidade de pegar algum livro?*

A4: *Tive não. Só de ver alguns lá, só que eu não tive a oportunidade de pegar não.*

E.: *E você gostou da reforma?*

A4: *Gostei sim, tá linda.*

E.: *E pra você qual é a importância da biblioteca dentro da escola ou dentro do CEIP?*

A4: *Importância demais, né? Porque não tinha, sabe antes?! Agora tá tendo e aí:: (+). Bastante importante.*

E.: *Certo. Depois que você terminar de ler esse livro que cê tá lendo, cê tem interesse de pegar novas obras?*

A4: *Tenho. Esse livro que eu peguei, sabe? Eu já li ele e já devolvi pra professora.*

E.: *Nossa, já leu rápido, hein?!*

A4: *Foi eu li ele, faz uns dias já que eu peguei, tem uns quinze dias.*

E.: *Certo.*

A4: *Aí a professora disse que ia levar ele de volta e aí ia cassar outro para trazer para mim.*

E.: *Que bom.*

A4: *Já li ele.*

E.: *Que bom. Quando tiver oportunidade das visitas externas você tem interesse em retornar na biblioteca?*

A4: *Tem, tem sim. A professora disse que de mês em mês vai ficar me levando lá.*

E.: *Que bom, que bom! Que você gostou e tá pegando as obras. Era só isso. Eu agradeço pela atenção e pela entrevista concedida. E tem alguma dúvida? Alguma pergunta?*

A4: *Tenho não, tenho não.*

Na entrevista, o adolescente A4 informou ter lido um livro ‘sobre o conde’ dentro da unidade CEIP Norte, todavia, ainda não teria participado das rodas de leitura, mas que teria interesse.

Explicou ter visto um dos internos lendo o título 'Vai ter virada'⁴⁹ e que ficou interessado na obra também. Ele informa que, em sua casa, seu pai possui muitos livros e gosta de realizar leituras bíblicas. "Assim, a religião oferece um sistema simbólico que dá suporte, contingência ao sujeito, na medida em que dá uma interpretação e uma interpretabilidade ao tumulto de acontecimentos". (ZAMORA; KUENERZ, 2002, p. 78).

O cumprimento de medida de internação é um estado de espera, ainda mais quando poucas atividades são oferecidas pelo Estado dentro da unidade. Diante da realidade vivenciada e de sua expectativa de futuro, o entrevistado respondeu que a leitura poderá ajudá-lo a aprender mais, a ter sabedoria e sussurrou que esta lhe traz esperança, isto é, serve para viver. Nesse sentido, o desamparo, a falta de confiança e a falta de esperança dos adolescentes, indicam que o ambiente falhou, e que conseqüentemente, o desenvolvimento emocional pode ficar bloqueado, prejudicado, de modo que precisamos zelar para que os adolescentes de classes menos favorecidas encontrem sentido em suas vidas, cuidando para que possam construir projetos pessoais que envolvam a si mesmos e aos outros, para que possam viver o hoje de forma menos defendida (BARCELOS, p. 94 e 95).

Com relação à reforma da biblioteca, ele já visitou as instalações, pretende participar da atividade externa de leitura naquela e a pedagoga teria prometido nova visita dentro de um mês. Finalizou explicando ter lido um livro em 15 (quinze) dias e estava aguardando a próxima locação.

6.2.5 Entrevista realizada com o professor de língua portuguesa, em 23 de setembro de 2019

A quinta entrevista ocorreu na mesma data, qual seja, dia 23 de setembro de 2019, e se deu na Escola Estadual Castro Alves. O professor entrevistado é responsável por ministrar a disciplina de língua portuguesa no CEIP Norte e vem desde 2008 apresentando obras literárias aos alunos internados, no intuito de despertar o interesse daqueles para a literatura. Em sua enunciação considera as

⁴⁹ MALAFAIA, Silas. **Vai ter virada**. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2014.

especificidades do espaço de internação, onde alguns demonstram interesse na educação formal, enquanto outros não. Veja-se, a seguir, a transcrição da entrevista.

Entrevista 5:

E.: Bom dia, professor José Kennedy.

Professor: João Kennedy!

E.: João Kennedy.

Professor: ((risos)).

E.: Me desculpe!. Meu nome é Téssia. Eu sou pesquisadora doutoranda da Universidade Federal do Tocantins e vou fazer umas perguntinhas gravadas nessa entrevista de hoje sobre leitura e a sua atuação como professor no CEIP Norte, tá?

Professor: Tudo bem.

E.: Como é ser professor na unidade de internação? Indique os aspectos positivos e negativos.

Professor: Tá. Primeiro o aspecto positivo é que eu tou colaborando com o desenvolvimento dos socioeducando, né? Com pessoas privadas de liberdade e pelo fato da vida que eles levam, geralmente eles não tem essa oportunidade de estudar lá fora, tem a oportunidade, mas não aproveita, entendeu?

E.: Ahn

Professor: Em detrimento daquilo que eles fazem lá fora. E o aspecto negativo é que você não tem, é:::, digamos assim (++) não sei nem como me expressar no momento o que estou sentindo. Você não tem a liberdade de poder passar tudo aquilo que você precisa, que de uma certa forma eles necessita pra aprender. Alguns tem vontade, entendeu? Mas o próprio sistema como um todo eles se inibe.

E.: Sim.

Professor: É, ele se inibe o socioeducando até em função do convívio entre eles mesmos, por que lá os que se destacam como estudante, como leitor é taxado pelos outros, entendeu?

E.: Entendi.

Professor: É taxado pelos outros de “playboyzinho”, “filhinho de papai”, “quer ser o riquinho”, “o dotorzinho”.

E.: Hum:::, entendi.

Professor: Entendeu? Porque na realidade eles, eles se julgam, assim entre aspas, bandido mermo, eles não querem ser pessoas de bem da sociedade.

E.: Ah, entendi.

Professor: Infelizmente é dessa forma.

E.: Entendi. E o Centro de Internação Provisória, o CEIP, ele conta com biblioteca? Ou livros literários a disposição dos internos? Ou como é que é feito, onde é que fica a biblioteca? Na escola? Fale sobre a organização dessa biblioteca, dos títulos.

Professor: Não, hoje nós temos a biblioteca entre aspas, né?! Porque a biblioteca funciona na unidade escolar.

E.: Ahn.

Professor: No CEIP nós temos alguns títulos que estão disponibilizados lá, que os alunos têm o acesso, mas os alunos também tem acesso a biblioteca, por que pelo menos uma vez por mês é trazido alguns dos alunos ou levado alguns dos alunos pra biblioteca.

E.: Aqui na escola, né?!

Professor: Aqui na escola, entendeu?

E.: Que bom. Como atividade externa?

Professor: É, como atividade externa e eles têm o acesso a isso. Quanto a isso tá normal. É muito boa.

E.: E o senhor acha que nessas visitas eles tem se interessado em pegar títulos, em olhar para as prateleiras?

Professor: Isso, isso aí. Tem essas vantagens sim, porque alguns têm realmente o interesse pela leitura. Alguns faz questão de enfatizar que não quer saber nem de ler, que não gostam nem de ler, mas tem alguns que se interessam. Tanto é que a gente já tem esse projeto de leitura, né? Lá no CEIP a gente disponibiliza os títulos, os livros para eles e a cada quinze dias a gente faz a socialização, é eles mesmos que vão contar a história daqueles que foi lido, do que foi desenvolvido, entendeu? E tá sempre está havendo essa troca.

E.: E des (+)

Professor: Outra coisa, a cada quinze dias tem essa interação.

E.: Que bom. Desde quando o senhor e a pedagoga Edna iniciaram o projeto de leitura no CEIP?

Professor: Esse projeto de leitura já tinha. Sempre teve, né? Assim, como eu tou há 10 anos na unidade, eu sempre procurei incentivar os alunos nesse intuito de ler, de estar se interessando pela literatura, mais isso foi feito mesmo, realmente como projeto assim que a pedagoga Eduarda, a Edna.

E.: Uhn

Professor: Adentrou no CEIP, né? Cerca de dois anos.

E.: Ai vocês tem colocado isso no PIA dos adolescentes? Ela manda pro juiz?

Professor: Sim, sim, sim. Inclusive, quando a gente preenche o PIA e quando na saída do adolescente tem um questionário que eu como professor preencho e eu procuro sempre ressaltar a participação dele tanto no projeto de leitura como em outros projetos paralelos, por exemplo, como a aula de música. Entendeu?

E.: Maravilha.

Professor: Que a gente também está desenvolvendo lá tocando flauta e música. A gente sempre enfatiza isso quando da saída do adolescente pra melhorar, entendeu?

E.: Ahn

Professor: Para pesquisa lá, no resultado final dele lá.

E.: Que bom, que maravilha professor João. E os adolescentes internados, eles se interessam pela leitura literária? Quais as preferências são identificáveis?

Professor: É, nem todos, né? Nem todos se interessam pela leitura, como eu falei pra você tem alguns que fazem questão de dizer que não gostam de ler, mas a grande maioria é bastante interessada, principalmente se for coisa de aventura, de ação essas coisas, que é mais o mundo deles é esse, entendeu?

E.: Ahn. É gibis: ou é romances a leitura?

Professor: Sim. É todo tipo de literatura.

E.: Todo tipo de literatura.

Professor: Todo tipo de literatura, mas geralmente eles se interessam mais pelo autoajuda.

E.: Ahn, autoajuda.

Professor: Autoajuda ou alguma coisa de cunho religioso.

E.: Ótimo. E o contexto socioeconômico dos alunos interfere nas práticas de leituras? Com qual o tipo de leitura que esses alunos já manifestaram contato com gibis, revistas, livros, leitura no celular?

Professor: É, o contexto socioeconômico fica meio difícil porque a gente, eu como professor, eu não tenho acesso a essas informações sobre ele, né?

E.: Uhn, uhn.

Professor: Eu só tenho contato como professor-aluno, mas eles se interessam por todo qualquer tipo de literatura; até porque a gente procura incentivar e toda semana praticamente e todo mês a gente faz a leitura, igual eu te falei, faz a roda de leitura pra socializar a leitura que eles fazem e a gente tá sempre procurando, eu estou sempre mostrando pra eles qual que é a importância da leitura no dia a dia, entendeu?

E.: Uhn.

Professor: E eu sempre falo pra eles sobre cordel, sobre a cultura popular brasileira, entendeu? Trabalho muito também com palavras cruzadas.

E.: Ahn.

Professor: Que é para, entendeu?

E.: Estimular.

Professor: Estimular conhecimento, né? Ensino ortografia, estas coisas.

E.: Maravilha. É:: (+) e como que os adolescentes tem relatado essa experiências? Quantos livros em média eles leram, é:: (+) completos no último ano?

Professor: Assim fica difícil a gente determinar, porque a rotatividade é muito grande, né? É:: geralmente são, ficam quarenta e cinco dias sob internação, quarenta e cinco dias avaliado a cada seis meses, quando é a longo prazo, mais dentro desse período eles estão lendo pelo menos um livro a cada quinze dias, pelo menos um que é para fazer a socialização.

E.: Maravilha. E qual é a importância de se trabalhar a leitura com os adolescentes infratores? Que significado os adolescentes atribuem a essa importância?

Professor: A importância da leitura que eu enfatizo para eles, primeiro adquirir o conhecimento que é essencial, né? O quê que vai melhorar para eles? Vai melhorar o vocabulário, porque o vocabulário dele é muito restrito é dentro da própria unidade, é dentro do contexto que eles vivem, né? É muito restrito o vocabulário, então eu falo para eles que estimula o vocabulário, melhora a ortografia, melhora a escrita, melhora a redação, entendeu? E até o vocabulário mesmo para si pra:: (+) pra oralidade, né?

E.: Sim.

Professor: Entendeu? É dessa forma e tem dado bons resultados, tem dado bons resultados.

E.: Que maravilha. E há quantos alunos é::, atualmente no CEIP? Em média eles ficam, a sala de aula oscila com quantos alunos?

Professor: Ela está oscilando entre oito e dez alunos hoje. Entendeu?

E.: Oito e dez alunos.

Professor: É. Oito pelo período da manhã e oito a tarde. Mais isso varia, já chegou até dezesseis alunos no mesmo período.

E.: No mesmo período?

Professor: É.

E.: Entendi. Então agora a média é oito de manhã e oito a tarde?

Professor: É. Na média de oito a dez.

E.: De oito a dez.

Professor: Justamente por isso, por causa da rotatividade, entendeu?

E.: Uhn

Professor: Aí fica muito difícil, assim, as vezes você trabalhar com isso, porque quando você começa a trabalhar o aluno que ele leu dois ou três livros, aí há a necessidade dele sair, porquê vence o tempo dele.

E.: Sim.

Professor: Ou ele é transferido ou ele vai cumprir uma “LA”⁵⁰, entendeu?

E.: Entendi.

Professor: Aí entra outro, aí você tem que pegar do zero e pegar tudo de novo.

E.: Tudo de novo. Entendi. É: o senhor já trabalhou com os mesmos alunos do semestre anterior? Acredito que não porque o senhor disse por contada rotatividade, né? Mas se o senhor puder nos explicar um pouco, é, como é que são feitas. Às vezes eles ficam mais de seis meses?

Professor: Sim, sim. Por que na realidade é o seguinte, quando do fato acontece que eles são sentenciados, a sentença é por três anos, aí eles são avaliados a cada seis meses. Então já teve aluno que estudou comigo durante um ano, um ano e meio.

E.: Hum

Professor: Entendeu?

E.: Entendi.

Professor: Pela permanência dele aqui. A grande maioria geralmente é transferido ou sai, mas já tem caso de ficar até um ano, um ano e meio.

E.: E nesses casos o senhor notou mudanças no decorrer das aulas? Quais? Os alunos do CEIP relataram alguma relação com os livros, a biblioteca e a leitura?

Professor: Melhorou muito, melhorou muito a relação deles, eles e o livro porque na realidade quando eles chegam, eles não querem nem saber de escola, aí a medida que eles vão frequentando a gente vai conscientizando os, né? E eles vão se interessando, até por que pelo fato vir para a sala de aula, eles acham que é um pouco mais de liberdade do que ficar recluso toda vida no alojamento, entendeu? Aí a gente vê a melhora no respeito com os companheiros, no respeito com os colegas, com os próprios professores, né? E também na forma de tratar os outros, no vocabulário nessas coisas e nas atitudes.

E.: Que maravilha. E existe diferença no trabalho com a leitura entre os alunos internados e aqueles matriculados fora do sistema socioeducativo? Indique os pontos de aproximação e de distanciamento.

Professor: Olha, os alunos que tão lá no CEIP as vezes, nem sempre, mas as vezes eles tem um maior interesse do que os que estão na escola regular, entendeu?

E.: NOSSA.

Professor: Não sei porque isso. Porque o pessoal que tá dentro da escola regular tem todo o material à disposição, tem todos os professores a disposição, tem toda uma estrutura a disposição, mas não se interessam, as vezes os que estão reclusos se interessam mais do que os que estão aqui na escola regular.

E.: OLHA SÓ. E quais as dificuldades encontradas e as sugestões para incentivar a práticas da leitura com os adolescentes no CEIP? O que poderia ser feito em termo didático pra aprimorar e estimular essas práticas? É: inclusive em termos de infraestrutura.

Professor: É: a questão estrutural é fundamental, né? Porque nós não temos um espaço físico, tanto é que a biblioteca funciona na escola e não na unidade. Aí a gente tem que tá revezando todo, a cada quinze dias estar revezando os títulos para eles estarem (+) é: com outros títulos em mãos. E a dificuldade maior é essa, ter o espaço físico, porque a questão do deslocamento do CEIP para a escola também, tem toda uma questão de

⁵⁰ Liberdade assistida é uma medida socioeducativa prevista no artigo 112 no Estatuto da Criança e do Adolescente que, dentre os encargos do orientador, que será designado por entidade ou por programa de atendimento, caberá a supervisão da frequência e do aproveitamento escolar do adolescente.

traslado, segurança essas coisas, então isso influência diretamente nesse projeto de leitura.

E.: *Sei.*

Professor: *Mais no geral.*

E.: *Tá indo bem.*

Professor: *desde que foi implantado; a tendência é só melhorar, tem melhorado visivelmente, entendeu? Visivelmente.*

E.: *E eles tem feito alguma produção escrita também professor?*

Professor: *Sim, sim, sim. Porque eu trabalho com a ALE⁵¹ que é a aprofundamento da leitura escrita e também trabalho com redação. Então a medida que, por exemplo agora essa semana especificamente eu estou trabalhando justamente o ato de redigir, por que eu estou preparando eles pro ENCCEJA que vai ser o próximo mês, entendeu?*

E.: *Ahn*

Professor: *Como a maioria está inscrito no ENCCEJA, aí eu tou estimulando a produção de texto porque é uma das questão fundamental do ENCCEJA é a redação.*

E.: *É a redação. Que bom. Agradeço pela entrevista. E o senhor tem mais algum esclarecimento?*

Professor: *Não, não, não, está tudo ok. Viu? O meu espaço também tá corrido.*

Ao ser entrevistado, o professor da unidade compreende a responsabilidade social que tem para com os adolescentes ao buscar a educação dentro de um sistema inibidor. Nesse aspecto, a dificuldade pela distorção ano-idade, a falta de estrutura da unidade e a indiferença pelo outro são desafios que remetem à reflexão do educador. Afinal, “trabalhar com linguagem, leitura e escrita pode favorecer uma ação que convida à reflexão, a pensar sobre o sentido da vida individual e coletiva” (KRAMER, 2003, p. 66).

As vivências do espaço da internação são traçadas por histórias, códigos, regras, valores e perspectivas sociais como bem aponta o trecho da entrevista na enunciação do professor “[...] *por que, lá os que se destacam como estudante, como leitor é taxado pelos outros, entendeu? É taxado de ‘playboyzinho’, ‘filhinho de papai’, ‘quer ser o riquinho’, ‘o dotorzinho’,* o que se confirma nas entrevistas dos adolescentes ouvidos anteriormente, e fazem com que esses espaços sejam marcados por enunciados que significam, pois estão imersos num ambiente de segregação com reguladores sociais que apontam para o que se pode ou não fazer.

Em que pese a visão negativa do professor ao explicar que “[...] *eles se julgam bandido mesmo, eles não querem ser pessoas de bem da sociedade*” há de se ressaltar os processos de vulnerabilização vivenciados pelos adolescentes,

⁵¹ O entrevistado trabalha todas as disciplinas da área de linguagens na extensão CEIP Norte, por isso menciona o Acompanhamento de Leitura e Escrita (ALE) em sua enunciação.

invisibilizados e, naquele momento, internados em local com poucas dinâmicas pedagógicas, seja pela limitação estrutural do local, seja pelo descaso estatal, conforme bem aponta Rizzini, em entrevista concedida a esta pesquisadora:

Então [há] essa dificuldade da possibilidade de olhar para a política pública como um direito dos cidadãos, da educação de qualidade, da moradia, das condições dignas de vida, que são aspectos fundamentais, obviamente, para que as famílias possam prover o que é necessário para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. (CARNEIRO; MEDEIROS; VAS, 2021, p. 602).

Extraí-se da entrevista uma rede de identificação e representação dos adolescentes, os quais, segundo o professor, se interessam mais pela literatura de autoajuda e leituras de cunho religioso e neste ponto cito novamente Irene Rizzini:

[...] o que se passa é que esses adolescentes vêm com uma história de vida de muitas rupturas, de muitas perdas, de muito sofrimento, abandonos, frustrações e muita violência. Eles aprenderam isso, viveram isso, né? E quando eles chegam no sistema socioeducativo, [aquele] deveria ser um espaço onde eles pudessem encontrar outros referenciais. (CARNEIRO; MEDEIROS; VAS, 2021, p. 605).

O professor de língua portuguesa enfatiza que a rotatividade também dificulta a conclusão das atividades iniciadas, mas, mesmo assim, demonstra cuidado com cada um que é matriculado ao apresentar o caminho da leitura, seja pelo contato com a biblioteca, pelas socializações feitas em sala, pela curiosidade que é despertada naqueles que se deparam com os títulos literários.

Compreender o significado da experiência de ler e escrever implica pensar o definhamento da experiência (que, em consequência, traz a dificuldade da leitura e da escrita como experiência) e isso traz a questão de coletividade, de falar e pensar no sentido da vida, da morte, da história. (KRAMER, 2003, p. 67).

Outro ponto de destaque deve-se à constatação feita pelo professor, no sentido de que alguns dos alunos do CEIP demonstram maior interesse na leitura e nas aulas de redação do que aqueles matriculados na escola regular, isto é, fora do sistema socioeducativo. Não delimitou o que seria esse “se interessar” em seu ponto de vista e, também, não soube precisar o motivo, mas pelas entrevistas dos adolescentes, foi revelado que todos compartilham condições de vida marcadas precocemente pela pobreza, dificuldades e desilusões.

Segue o professor explicando que já trabalha na sala de aula da unidade há mais de 10 (dez) anos e o fato de não terem uma biblioteca dentro da estrutura predial é uma dificuldade que tem sido amenizada com as visitas externas à biblioteca da escola Castro Alves, pois possibilitou que os socioeducandos escolhessem os livros que gostariam de ler e, com isso, pudessem participar da experiência da leitura lendo, afinal, “a leitura e a escrita podem, à medida que se configuram como experiência – repito -, desempenhar importante papel na formação” (KRAMER, 2003, p. 66).

6.2.6 Entrevista realizada com a pedagoga do CEIP Norte, em 23 de setembro de 2019

A sexta entrevista deu-se no dia 18 de novembro de 2019 no CEIP Norte. A pedagoga entrevistada é responsável pelas atividades pedagógicas na unidade e, em conjunto com o professor de língua portuguesa, desenvolve, desde 2008, rodas de leitura quinzenalmente em sala de aula. Assim, os adolescentes escolhem livros para serem lidos no alojamento e, em 2 (dois) encontros mensais, discutem-na por meio da socialização da obra.

Entrevista 6:

E.: Bom dia, Edna.

Pedagoga: *Bom dia.*

E.: Me chamo Téssia, e sou pesquisadora pela UFT e vamos falar um pouquinho hoje sobre leitura.

Pedagoga: *Certo.*

E.: É:: Como é ser professora na unidade de internação? Você ministra aulas ou só coordena a parte pedagógica dentro da unidade?

Pedagoga: *Fico responsável só pela parte pedagógica, mais a parte burocrática, no caso da realização das matrículas dos meninos e também nessa parte dos projetos pedagógicos.*

E.: Certo. Poderia citar alguns, alguns projetos que já::, já exerceu com os adolescentes?

Pedagoga: *Projeto de Leitura que nós estamos executando, também o projeto de música que inicialmente eram aulas de violão e flauta, porém nós não conseguimos recursos da secretaria e nós conseguimos violões inicialmente com uma parceria de uma escola aqui de Santa Fé mesmo. Posteriormente tivemos que fazer a devolução e aí ficamos com o projeto só:: com flautas, que no caso foi uma doação também do doutor Luís que é defensor aqui na unidade que atende à unidade. Então hoje nós temos em andamento esses dois projetos. Tivemos o projeto da horta que também aconteceu, porém no momento está parado, mas também existe esse projeto da horta.*

E.: Ai, que bom.

Pedagoga: *No plantio e o cultivo. ((risos))*

E.: E sobre esse projeto de leitura, poderia nos explicar quando ele se iniciou? É: é um, além de você mais algum professor trabalha no projeto de leitura? Como tem ocorrido e como ele se iniciou (+) teve seu ponta pé inicial e como tem se desenvolvido hoje?

Pedagoga: O ponta pé inicial foi em dois mil e dezessete, assim que cheguei a unidade. Em setembro de dois mil e dezessete, logo eu comecei a entrar em contato com os professores (+) também já tinha uma outra pedagoga, a gente foi conversando e inicialmente a ideia já partiu em dois mil e dezessete, da necessidade mesmo de se ter mesmo um projeto de leitura. Principalmente porque eles chegam aqui com uma defasagem muito grande de distorção de série-idade, dificuldades na leitura, dificuldades na escrita, então dessa forma surgiu a ideia do projeto. Ele se iniciou já é, no final do ano, porém começou de fato assim a se efetivar mais em dois mil e dezoito, então em dois mil e dezoito foi, podemos dizer que foi dado o ponta pé inicial dele. E: ele acontece, os meninos ficam com os livros, primeiramente houve a doação dos próprios servidores da unidade que trouxeram livros, né:: Aleatórios, assim, poderia ser livros religiosos, livros literários, então aqueles livros que realmente as pessoas tivessem em casa e que não estavam fazendo mais uso, então elas doaram para nós. Vieram tanto doação de servidores como também de outras pessoas de fora. E posteriormente com o projeto da Doutora Têssia que veio, né? Esse projeto pra fazer a biblioteca e também trazer mais livros. Hoje nós temos um acervo BEM maior, o que também foi fundamental pro, pra o trabalho de projeto de leitura. A gente deixa livre pra a escolha dos livros. Eles escolhem. Já existia um pequeno acervo na unidade, na própria sala de aula, hoje existe esse acervo maior com os livros do projeto da doutora Têssia e nós, é:: a cada quinze dias é feito a socialização dessas leituras, né?! Claro que esse processo devido o andamento da nossa unidade, nem sempre nós conseguimos na data estipulada fazer esse momento, porém o projeto é pra acontecer a socialização de quinze em quinze dias, e SEMPRE que possível a gente faz essa socialização.

E.: Ótimo. E essa socialização, vocês tem feito visitas na biblioteca reformada? Já teve a oportunidade de levar alguns adolescentes? O que eles acharam dessa, desse novo ambiente de leitura?

Pedagoga: Sim, já fizemos. Já levamos adolescentes pra fazer leituras na biblioteca, pra fazer as visitas. Eles gostam muito porque é outro ambiente, é um ambiente mais propício também pra leitura, um ambiente calmo, o acervo também tá ali maior à disposição, então eles gostaram muito de ir fazer essa visita, inclusive eles sempre cobram “quando que eu vou?” ((risos)) quando a gente não leva todos de uma vez, na verdade nós estamos levando hoje dois por vez. É o quantitativo que hoje nós, nos é permitido assim levar dentro das nossas condições. Mas eles sempre gostam de ir, eles sempre relatam e sempre procuram “quando é a minha vez? Que eu quero ir”. Então isso foi algo também muito positivo.

E.: Que bom. Os adolescentes internados, eles tem se interessado pela leitura literária? Quais as preferências são identificáveis?

Pedagoga: É, depende muito, como aqui é uma unidade de internação provisória há muita rotatividade, depende muito da turma. Então há turmas que eles são mais interessados, há outras turmas que eles não se interessam tanto. Hoje nós estamos com uma turma que não se interessa tanto, porém o quê que nós observamos dessa última vez em que vieram mais livros de cordel, mais livros de histórias curtas, nós percebemos que houve um interesse maior por parte deles, é tanto que adolescente que nunca tinha pego livro passou a pegar. Então houve essa progressão, assim esse desenvolvimento com essa turma. Agora depende muito de quem está

na unidade, da turma que está porque tem turmas que nos surpreendem: leem muito, eles gostam, eles se envolvem e tem outras que não tanto. No caso conversando com o professor Kenedi, que é o parceiro dessa: (+) desse projeto de leitura o quê que nós podemos observar, é que existe muita, na turma que está hoje tem muitos reincidentes, então quando eles vem e voltam, vem e voltam, eles não ficam tão motivados tanto pra questão escolar como também pra questão dos projetos, então foi algo que nós percebemos assim e é uma característica de hoje, da turma que está hoje, tem muitos que já são reincidentes. Mas nós percebemos ai essa evolução ((riso))

E.: Poderia citar ai algum exemplo dessa turma de hoje, de alguma adolescente que não tenha tido contato com o livro e que agora, é:: buscou procurar alguma obra, qual foi a obra::? É:: teria algum nome?

Pedagoga: Uhn:: tem um adolescente que ele chegou aqui bem, é, assim, (+) realmente precisando muito de ajuda, porque ele não sabia praticamente ler, escrever. Pode citar nomes ou não?

E.: Não, só o nome da obra.

Pedagoga: Tá. Ele pegou um livro, agora eu não vou me recordar o autor, é:: (+) é mais ou menos, deixa eu tentar lembrar aqui, porque o livro dele inclusive eu acredito que foi um livro que até ele se identificou, só que eu não vou me recordar agora. Ele não tá aqui.

E.: Ah

Pedagoga: No acervo, ele já foi.

E.: Certo.

Pedagoga: Essa eu vou ficar te devendo.

E.: Uhn::

Pedagoga: Mas eu sei qual é o livro.

E.: Uhn

Pedagoga: Eu posso te dar o nome do livro depois.

E.: Tá.

Pedagoga: E a autora.

E.: Uhn

Pedagoga: Tá bom?

E.: Tá ótimo. E sobre essa obra “A mulher que enganou o diabo”, teve alguém que já se interessou?

Pedagoga: Muito. Inclusive essa foi a obra que um adolescente que ele nunca tinha pego um livro, ele já tá aqui conosco já praticamente já tá quase completando os seis meses e ele era um que não se interessava. Ele tem resistência também não só a leitura mais também às outras atividades da sala de aula (+), enfim. Mais ele foi um do adolescente que pegou esse livro e:: ele no momento da socialização ele contou toda a história (+) relatando detalhes. Então nós percebemos que realmente ele leu e não só leu como gostou também da obra porque ele comentava e sorria e então assim, nós percebemos que realmente foi algo que foi prazeroso para ele, que ele não leu só por ler.

E.: Que bom. E o contexto socioeconômico dos alunos interfere nas práticas de leitura? (+) É:: com qual tipo de leitura eles, esses alunos já manifestaram contato? gibis, revistas, livros, leitura no celular? Como eles relatam isso?

Pedagoga: Uhn (+) Com certeza interfere, o que nós percebemos é assim a baixa escolaridade dos pais que já não tem o hábito de estudar, já não tem o hábito de ler e isso também acaba desencadeando esse desinteresse deles também pelo estudo. O que a gente observa também é que eles não tem muito a presença mesmo da família na questão de regras, de ter alguém cobrando isso deles. Então isso sem dúvidas interfere DEMAIS. Por que eles chegam aqui, a maioria, eles não tem o hábito de ler, sempre na entrevista

inicial eu pergunto pra eles, falo do projeto de leitura, pergunto se gosta de ler. Alguns respondem mais ou menos; outros respondem “não, eu não gosto muito ler”. ((risos)). Então, assim, nós, a gente percebe que eles não tem esse hábito da leitura e aqui eles já tiveram acesso sim a gibis, a outros tipos de livros, livros religiosos também. A gente percebe também que eles gostam, alguns gostam de ler a bíblia. Quando eles chegam aqui dentro, eles leem muito a bíblia. Inclusive tem adolescentes que no momento da socialização, eles não pegaram nenhum livro da sala de aula, mas eles estão lendo a bíblia. Eu falo “não, mas vocês podem socializar todo e qualquer tipo de leitura”.

E.: Uhn

Pedagoga: *O quê que você já leu? O quê que você compreendeu? Uma passagem que te chamou a atenção. Então eles conseguem relatar, então eles já tem esse acesso. Agora antes é:: (+) é aquela leitura mesmo básica ali da sala de aula na maioria dos casos. Eles não chegam aqui com muita leitura.*

E.: *E quantos livros completos já leram, é:: (+) é, em média no último semestre? É:: eles leem mais de um livro::? É:: ou é só um livro por mês? Qual que é a média? Como funciona?*

Pedagoga: *Eles leem SIM. Alguns chegam a ler quatro livros; alguns chegam a ler dois livros por mês, né?*

E.: Uhn::

Pedagoga: *Então vai muito de cada um, lógico! mas eles leem sim.*

E.: *Que maravilha.*

Pedagoga: *Alguns chegam a ler de três a cinco livros; outros leem só um; outros leem dois; mas é nessa média.*

E.: *Que bom. E qual a importância de se trabalhar a leitura com os adolescentes infratores? Que significado os adolescentes atribuem a essa importância? Como se posicionam em termos de opinião pessoal e a percepção social em relação a prática de leitura?*

Pedagoga: *É:: (+) primeiro, é o professor Kenedi, ele ajuda muito nesse sentido de sempre tá ressaltando a importância pros meninos, né? Tanto eu como ele também. E o que a gente percebe de devolutiva deles no momento da socialização, é essa questão primeiro do hábito que eles não tem, né? Que eles chegam aqui sem ter esse hábito de leitura. Então pra nós o primeiro é isso só de eles estarem adquirindo esse hábito de ler. E segundo, como eu sempre comento com eles e com o professor Kenedi, é porque a partir do momento que eles estão lendo mais, eles também vão é, melhorando na escrita, vão melhorando também oralmente no seu desenvolver pra falar mesmo, então no momento da contação aqui da socialização a gente consegue perceber que aqueles que tã lendo mais eles conseguem se expressar melhor, então tudo isso. A gente percebe assim o GANHO que eles estão tendo, né?*

E.: *E eles já desenvolveram alguma produção escrita? É:: ainda que pequena. Algum já se interessou em colocar no papel o que leu?*

Pedagoga: *Esse é um processo que nós estamos ainda trabalhando com eles. Inclusive teve um adolescente que nós fizemos, demorou um pouco para fazer a socialização, mais que os quinze dias e ai quando a gente (+) nós viemos pra realizar a socialização ele falou: “Ah mas eu não me lembro mais, porquê já tem muitos dias que eu li”. E eu falei pra ele: “Olhe, então agora cada vez que você ler, você vai colocar no papel pra que você não esqueça no dia da socialização.” Então nós estamos começando esse processo com eles de escrita.*

E.: Uhn. E você já trabalhou com os mesmos alunos no semestre anterior? Notou mudanças no decorrer das aulas ou das socialização? O que os alunos do CEIP relatam em relação aos livros e a biblioteca e as leituras?

Pedagoga: Eles sempre relatam que gostam muito, no caso da biblioteca, que eles estão gostando dos livros, livros novos que chegaram. Porque como eu disse, o acervo agora é bem maior, então diversificou bastante. Tem adolescentes sim que já (+) como eles tem essa questão da reincidência, tem adolescentes que já passaram e que hoje estão novamente na unidade. Inclusive eles, é:: (+) alguns tem o caso de um específico que ele lê bastante, ele sempre se destaca ((risos)) e ele se destaca não só no projeto, ele se destaca também nas aula. Então, lógico que tem ai uma associação, né?! Porque ele tá conseguindo se desenvolver também melhor.

E.: Uhn. Que bom. E você nota a diferença no trabalho com leitura entre alunos internados e aqueles matriculados fora do sistema socioeducativo? Poderia indicar alguns pontos de aproximação e distanciamento?

Pedagoga: Hum::: (+++) A diferença, né?

E.: Só se você é:: (+), trabalhar com alunos fora do sistema socioeducativo ou você só trabalha com os (++)

Pedagoga: Hoje só com os meninos daqui, né?

E.: Mas no passado...

Pedagoga: Mas na minha experiência...

E.: Mas no passado já teve experiência?

Pedagoga: Já. Já tive experiência, só que não com adolescentes. A minha experiência foi com é:: (+) crianças porque era fundamental, né?! Fundamental I e II.

E.: Uhn

Pedagoga: Então a diferença de público; já pra criança e adolescente já muda.

E.: Ahn

Pedagoga: E também a diferença também da, do nosso público que hoje são os menores infratores.

E.: Uhn

Pedagoga: Isso também já é um diferença, né?

E.: Uhn

Pedagoga: Porque eles vem de outra realidade. Então hoje a questão é realmente diferente. Eu não, eu não faço distinção assim de que melhor ou pior, não, eu acredito que é um público muito diferente.

E.: Muito diferente, né?

Pedagoga: Pra haver assim uma...

E.: Uma avaliação.

Pedagoga: Isso. Uma comparação, uma avaliação.

E.: Compreendo. E quais as dificuldades encontradas e as sugestões para incentivar a prática de leitura com os adolescentes aqui no CEIP? O que poderia ser feito em termo didático-pedagógico pra aprimorar e estimular essa prática com os adolescentes?

Pedagoga: Hum. Ótimo.

E.: Inclusive em termos de infraestrutura para aprimorar e estimular essas práticas de leitura.

Pedagoga: A nossa infraestrutura ela é muito precária. Então essa realidade certamente teria, tem que melhorar porque o ambiente, ele conta muito pra questão do aprendizagem por isso que eu coloquei, né? Que quando os meninos vão pra biblioteca, eles gostam porque é um ambiente totalmente diferente; bem mais propício. Realmente para a leitura é um momento que

eles tem ali só pra isso, é um momento de silêncio. Então hoje nós não temos esse ambiente.

E.: Uhn

Pedagoga: Então essa, é:: (+) isso é algo assim que faz muita falta.

E.: Uhn

Pedagoga: Pra esse processo pra questão mesmo...

E.: De aprimoramento.

Pedagoga: De uma melhoria, de um aprimoramento desse projeto. Isso sem dúvida! E a outra questão também seria, que eu creio que iria contribuir, por que assim como eles gostaram de ir a biblioteca da escola, seria conhecer também outros espaços, outros espaços de leitura. Poder levá-los pra visitar, por exemplo, a biblioteca municipal.

E.: Ahn

Pedagoga: Outros espaços de leitura...

E.: Sim.

Pedagoga: Que eles pudessem ter esse contato também.

E.: Ótimo.

Pedagoga: Por que aqui já foi algo diferente, algo bom pra eles, né?

E.: Uhn

Pedagoga: Eles estarem nesse ambiente e como eles não tem esse hábito, então são espaços que pra eles é algo assim, não era do mundo deles...

E.: Certo.

Pedagoga: Da realidade deles. Então eu acredito que isso seria muito bacana também de tá podendo fazer essas visitas em outros espaços.

E.: Que bom Edna.

Pedagoga: Outros espaços de leitura.

E.: E você tem mais alguma consideração, alguma ponderação que queria colocar?

Pedagoga: hum (++) Não, no mais só agradecer ((risos)). Porque fiquei muito feliz com o seu projeto, porque realmente, assim, ajudou muito. Nós já tínhamos um projeto de leitura. Foi algo assim que era também do desejo do meu coração então você, quando você chegou com esse projeto ainda maior, isso só alavancou assim, e hoje eu vejo que melhorou sim com esse acervo maior, com esse espaço, com esse ambiente da biblioteca. Nós percebemos claro que o nosso público é como eu te falei, né? Assim, depende muito. Então às vezes a gente tem que instigar muito mais pra, pra que eles participem, pra que eles, é tanto que algo que eu esqueci de comentar, né? Que nós colocamos também como forma de incentivo, aqueles que lessem mais livros, eles iriam ganhar alguma recompensa e isso não ficou determinado qual seria o prêmio, né? É tanto que já tivemos premiações de livros, já tivemos premiações de bombons, já tivemos premiação de ligação. Então a nossa ideia é sempre estar se diversificando, que não seja algo, que não precisa ser algo concreto, né? Mas que também pode ser uma carta pra família, pode ser algo nesse sentido. Então isso foi como forma de incentivá-los. Por quê? Porque eles chegam aqui, eles não tem essa motivação pra leitura, então a gente tem que sempre tá instigando eles, pra que eles possam estar, né? sendo inseridos. E o mais é que eu percebo que com certeza contribuiu sim. Os livros são muito bons assim, um acervo muito bom, quando eu vou à biblioteca também eu fico assim, nossa, são muitas opções! ((risos) e isso é ótimo assim nós (+) a gente ter mais opções e poder dar mais oportunidade pra que eles tenham mais opções também. Então é isso assim. E no mais a gente, nós estamos abertos também, né? Porque nós queremos também melhorar e contribuir também. O nosso objetivo é contribuir realmente, principalmente pra, pra melhorar sim de alguma forma a realidade da, desses meninos.

E.: *Eu que agradeço a disponibilidade Edna, e assim se o projeto de leitura já era um sucesso. Você e o professor João Kenedi tem feito um belo trabalho, é as rodas que a gente vai iniciar o ano que vem com as contações de história a partir das próprias vivência deles também, estou apostando muito que eles vão de engajar e vão se empenhar em cada vez mais tá lendo e começar essa produção textual.*

Pedagoga: *Sim, isso. ((riso))*

E.: *Tenho fé que vamos ((riso)) chegando a cada dia plantando um pouquinho da sementinha da leitura no coração dos adolescentes. ((riso))*

Pedagoga: *Isso mesmo.*

E.: *Obrigado querida.*

Pedagoga: *Eu que agradeço.*

A entrevista com a pedagoga apontou o seu entusiasmo em apresentar livros aos adolescentes, em levá-los à biblioteca reformada e no anseio de que aqueles também possam vir a conhecer outros ambientes, citando como exemplo, a biblioteca municipal. Durante a conversa, a entrevistada transmite, com paixão, a aproximação dos jovens das obras literárias, o que nos remete ao apoderamento dos livros quando, até então, não tiveram acesso a bens culturais:

De fato, essa autonomia invejável é o que frequentemente busca o jovem leitor. E justamente por isso a leitura é um ponto de partida decisivo para crianças e adolescentes que, desde muito cedo, querem diferenciar-se de seus pares. Porque a leitura é também uma história de refugiados. Porém, quando alguém que não recebeu nada ao nascer se apodera dos livros, produzem-se quase sempre em sua história certos encontros, às vezes fugazes, que influenciaram seu destino: um amigo, um professor, um bibliotecário, um animador social que transmitiram sua paixão, legitimaram ou revelaram um gosto pela leitura, e também deram os meios materiais para que pudessem se apropriar desses bens até então inacessíveis. (PETIT, 2013, p. 36).

Em sua enunciação, expôs sobre as visitas à biblioteca da escola, bem como dos resultados do trabalho de leitura realizado com os internos, sendo que muitos tem se despertado para as leituras e as discussões das obras.

Nota-se da entrevista que o ambiente da biblioteca, visto como um espaço para além do empréstimo e de devolução do livro, isto é, como uma oportunidade de que os adolescentes conheçam e usufruam de suas instalações, permite que tal ambiente seja instrumento à cidadania.

Os impactos que o acesso à leitura pode provocar em uma unidade socioeducativa são indicados pela pedagoga no dado de que alguns adolescentes chegam a ler até 5 (cinco) obras num mês e contam, com engajamento, detalhes do texto. Afinal, cabe à literatura, “[...] tornar o mundo compreensível transformando a

sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas” (COSSON, 2014, p. 17).

Em que pese a resistência inicial, depois de convidados a participarem do projeto, acabam aderindo, ainda que a princípio como forma de saírem dos alojamentos. Assim, os adolescentes se entremeiam nas visitas à biblioteca e no despertar da escolha entre as prateleiras, num espaço climatizado e com mesas para leitura e, gradativamente, iniciam um ritual de leitura.

7 CINE DEFENSORIA

A falta de acesso a bens culturais como teatro, cinema e literatura são barreiras geralmente associadas à dificuldade econômica e distanciam ainda mais os usuários do sistema socioeducativo, que por vezes são privados não só da liberdade, mas também de usufruir produtos culturais no cotidiano.

Assim, de modo a compor as leituras propostas na presente tese e no intuito de ampliar o olhar dos jovens tolhidos de suas liberdades, ainda durante a pandemia, no dia 04 de novembro de 2020, retornei ao CEIP para a execução de 1 (uma) sessão de filmes, que propôs a difusão da cultura pela experiência estética pautada na leitura cinematográfica, que por sua vez também exercita a reflexão sobre a realidade, o direito à educação e o direito à cultura.

Da equipe de mediadores também participaram a analista em pedagogia Gislene Santos Moreira e a analista em jornalismo Keliane Vale, ambas da DPE-TO; a professora doutora Valéria Medeiros, da Universidade Federal do Norte do Tocantins e da Cátedra Unesco de Leitura, e a equipe multidisciplinar daquela unidade.

A sessão contou com a exibição de 2 (dois) filmes curta-metragem transmitidos aos 9 (nove) adolescentes internados no CEIP Norte, promovida sob a supervisão desta pesquisadora, por intermédio do projeto Cine Defensoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), do Núcleo de Direitos Humanos (NDDH) da Instituição.

Figura 33 - Cine Defensoria realizado na unidade CEIP Norte



Fonte: Keliane Vale – jornalista na Defensoria Pública de Araguaína, 2020.

Os curtas-metragens apresentados foram: ‘Meu Amigo Nietzsche’ e ‘Melanina Sim: superação do racismo na Educação’, sendo o primeiro do Catálogo da 10ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos no Mundo⁵², disponibilizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Mulher no ano de 2015 e o segundo no Portal da Câmara dos Deputados, na aba da TV Câmara⁵³.

Os curtas-metragens têm roteiros que dialogam entre si e trazem uma proximidade com a realidade dos adolescentes, destacando o estudo como forma de superação de um sistema, opressor e preconceituoso, que tem em sua mira os negros e os pobres, de modo geral.

A relação de trato entre jovens e adolescentes está fortemente relacionada com a desigualdade e, nela, a forte presença do racismo direcionado ao

⁵² Meu Amigo Nietzsche (2012), direção de Fáusto da Silva – A trama mostra o improvável encontro entre o menino Lucas e o filósofo alemão Friedrich Nietzsche, provocando uma violenta revolução na mente do jovem, em sua família e na sociedade. Disponível em: https://mostracinemaedireitoshumanos.mdh.gov.br/2015/wp-content/uploads/2015/11/Catalogo_internet.pdf. Acesso em: 6 nov. 2011.

⁵³ Melanina Sim - Episódio “Superação do racismo pela educação” (2017), direção de Guilherme Bacalhao – No programa Melanina Sim, jovens negros narram suas vivências de racismo e as ações que empreendem de forma coletiva ou individual para superar o preconceito e as situações de vulnerabilidade social que atingem a juventude negra. No episódio, Marivaldo refaz a trajetória que lhe permitiu superar a exclusão social e como chegou a substituir interinamente o Ministro da Justiça. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/542797-melanina-sim-superacao-do-racismo-na-educacao/>. Acesso em: 6 nov. 2011.

jovem negro. São na maioria adolescentes e jovens de favelas, periferias e subúrbios de nossas cidades. O lugar onde vive grande parte desses adolescentes e jovens são territórios marcados pela destituição, pela espoliação e contínuo crescimento de mortes de adolescentes negros. (RIZZINI; SPOSATI; OLIVEIRA, 2019, p. 12).

Ambos os filmes suscitaram a discussão acerca da importância do processo de ensino e aprendizagem na superação de barreiras, tanto de pensamentos quanto de posição social.

A sessão ocorreu no ano do aniversário de 30 (trinta) anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação especial nascida no cenário de busca pela justiça social, em consonância com a Constituição Federal de 1988.

O filme 'Meu Amigo Nietzsche' se desenvolve no cenário de um lixão, na periferia de Brasília, local onde o personagem Lucas vai ao encontro do conhecimento ao ser advertido pela professora que ele não passaria de ano senão melhorasse a leitura: "Você tem que ler mais, ler tudo que aparecer". Assim o menino fez. Ele andava pela rua lendo tudo que encontrava no caminho e se deparou com o livro lançado no lixo "Assim falou Zaratustra", do filósofo alemão Friedrich Nietzsche. Lucas levou a obra para casa e passou a lê-la.

A jornada do menino tem um incentivo fundamental de um catador de recicláveis, após desistir de ler o livro porque não entendia nem mesmo as inscrições da capa e descartar o objeto na carrocinha do homem, que surpreendentemente conhecia a história e acaba atuando como um mediador de leitura. Ao questionar o significado de algumas palavras no texto da obra à vizinhança, eles também se colocam como mediadores.

Mas, a leitura preocupa a mãe cristã diante da pergunta do menino: "mãe, Deus está morto?". Preocupação que se estende à professora, quando Lucas instiga os demais colegas a serem super-homens: "ele não é mais um menino, é uma dinamite", diz a professora. Por receio, a escola aciona a mãe, que acaba por se desfazer do livro lançando no lixão novamente. Lucas vai procurá-lo e agora encontra a obra "Manifesto do Partido Comunista", de Karl Marx e Friedrich Engels. Podemos imaginar onde poderá chegar o menino com a primeira frase que ele lê do livro: "trabalhadores do mundo todo, uni-vos!".

Conhecer a vida do personagem 'Lucas' é mobilizador, no sentido de poder indagar: Quem sou eu? O que tenho feito e como? Quais minhas influências e projetos de vida? Talvez pequenas pistas e novas indagações tenham surgido na linguagem e

no exercício de pensar o mundo e a vida por meio das emoções suscitadas. Afinal: “De cada vez que a nossa cabeça resolve um problema aumentamos de tamanho. Podemos chegar a ser gigantes, cheios de lonjuras por dentro, dimensões distintas, países inteiros de ideias e coisas imaginárias” (MÃE, 2019, p. 10).

E em que pese o silêncio majoritário e inicial dos adolescentes, risos e engajamentos eram arrancados nas motivações apresentadas pelos facilitadores, eis que todos os jovens indicaram uma profissão para o futuro e para citar algumas, destacaram-se majoritariamente: a de jogador de futebol e a de caminhoneiro.

O filme também abre caminho para discussões sobre o direito à literatura e a justiça social, questões discutidas por Cândido, para quem, “uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis, é um direito inalienável” (CÂNDIDO, 2008, p. 191).

Da síntese da manhã com os adolescentes, reunidos em torno da pauta do cinema proposto, encontramos alunos com experiências de vida distintas, marcadas pela classe social, idade, pertencimento racial ou étnico, dentre outras dimensões que se entrelaçam na construção de cada sujeito ali presente.

São jovens histórias de vida, cada um com sua biografia juvenil marcada pela passagem no CEIP Norte, com anseios e sonhos latentes, que buscam em suas falas conhecer a si e ao outro.

Tomando como ponto de partida a necessidade de se investir na educação, o curta-metragem ‘Melanina Sim: superação do racismo na Educação’, narra justamente as dificuldades enfrentadas pelo jovem negro no Brasil, ao retratar em 10 (dez) minutos a biografia de Marivaldo Pereira, advogado, diplomado em Direito pela Universidade de São Paulo, cuja trajetória educacional lhe permitiu superar a exclusão social, vindo a ocupar vários cargos públicos, dentre eles o de Ministro Interino da Justiça.

Já no primeiro minuto da filmagem, Marivaldo explica que “o sistema é feito para quem está na base, que é preto, pobre, excluído, permaneça assim para o resto da vida”.

Não por outro motivo, o curta retrata a preocupação do personagem em contribuir com os jovens da periferia do Distrito Federal, incentivando-os a ingressarem na universidade por meio de aulas ministradas em um cursinho popular preparatório pré-vestibular.

Marivaldo frisa que sua vida mudou por uma iniciativa parecida, posto que também passou por experiência semelhante e o cursinho foi a guinada que o incentivou a ingressar na vida acadêmica, vindo a concluir sua mensagem de superação com a seguinte afirmação: “O seu destino está por um fio o tempo todo”.

No mais, o filme colocou luz ao debate ocorrido na apertada sala de aula do CEIP Norte, momento em que alguns dos adolescentes confessaram o anseio de alcançarem o mercado de trabalho e assim conseguirem prover a si ou mesmo a seus familiares, citando como exemplos a possibilidade de contribuírem com melhores condições de vida de suas mães e/ou filhos.

A abertura para o outro e para si foi a proposta do Cine Defensoria, enquanto reflexão da leitura das mídias transmitidas aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

A partilha realizada logo em seguida à transmissão permitiu a socialização dos curtas, os quais entrelaçam entre si a trama das vidas dos personagens, além de se conectarem com a vida dos jovens internados.

A linguagem audiovisual, importante forma de leitura, é um bem a ser desfrutado, o que inclui o esforço em levá-la àqueles que por vezes não tiveram a oportunidade de ingressar em uma sala de cinema ou de debater temas tão próximos de suas realidades e que primem, portanto, pelo respeito e pela tolerância. Afinal, “podemos dizer que o mundo dos homens se sustenta sobre narrativas” (YUNES, 2020, p. 27).

O deleite ou mesmo a oposição e o combate inspiraram a proposta de reflexão sobre os diferentes olhares dos adolescentes presentes na pequena sessão montada numa apertada sala de aula da unidade socioeducativa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, buscamos mostrar que as condições de vulnerabilidade social tendem a produzir uma vulnerabilidade escolar, não assegurando a educação como uma liberdade substantiva. Para tanto, é importante reforçar que as aulas da unidade foram suspensas desde o início da pandemia da COVID-19, o que obstou, inclusive, a manutenção das atividades externas que vinham ocorrendo, tais como a visitação à biblioteca e a utilização da quadra de esportes da escola.

Em decorrência dos problemas estruturantes, os servidores e os pais dos adolescentes internados passaram a denunciar a situação calamitosa da unidade, sendo as principais queixas ligadas às condições sanitárias tais como escabiose, furunculose e doenças fúngicas agravadas pela umidade nos alojamentos, a ferrugem nas camas e a incompatibilidade dos colchões.

Durante a pesquisa para esse trabalho, o Núcleo Especializado de Defesa da Criança e do Adolescente da Defensoria Pública do Tocantins (NUDECA) realizou 2 (duas) inspeções no referido Centro de Internação, nos moldes de suas atribuições.

A primeira inspeção ocorreu durante a força tarefa de 2015 e a última, virtualmente, no dia 25 agosto de 2020, momento em que se reforçou os graves problemas apresentados na unidade.

As deficiências na prestação de assistência psicológica, odontológica, nutricional, médica e educacional foram constatadas na referida inspeção do NUDECA, que recomendou aos gestores do sistema socioeducativo a tomada de providências, no intuito de ver atendidos os objetivos e a natureza do atendimento socioeducativo naquela unidade.

Todavia, em 2020 não houve intervenção satisfatória do Executivo, posto que o Estado do Tocantins se manteve inerte às Recomendações, desrespeitando o caráter híbrido da medida socioeducativa.

Ainda em 2020, com base no relatório produzido pelo Núcleo, o órgão de execução da Defensoria Pública da Infância e Juventude da Regional de Araguaína manifestou em todos os autos de execução das medidas socioeducativas dos adolescentes internados no CEIP Norte, comunicando formalmente ao poder judiciário a falta de estrutura mínima local, a qual foi agravada pela pandemia da COVID-19, posto que desde então, com a suspensão das atividades pedagógicas, a manutenção

dos internos em ambiente insalubre passou a ter mera conotação punitiva de restrição da liberdade e de controle social.

A crise enfrentada na unidade é de longa data, vindo a infecção pelo vírus COVID-19 trazer luz para a situação de extrema vulnerabilidade vivenciada pelos adolescentes alojados, o que foi inclusive acompanhado pela mídia local, num papel importante de divulgação das informações.

O quadro de desrespeito aos direitos dos adolescentes internados desencadeou, em dezembro de 2020, em processo judicial para interdição total da unidade proposta pelo Ministério Público Estadual e, desde então, os adolescentes que cumpriam ou vierem a cumprir medida socioeducativa na Região Norte passaram a fazê-lo no CASE de Palmas, o que os distancia de suas famílias.

A demanda em andamento provocou a necessidade de reforma das instalações hidráulica e elétricas da unidade; adequação dos alojamentos em espaço adequado com a separação entre socioeducandos provisórios e definitivos; oferecimento de serviço de saúde básica aos socioeducandos, inclusive com atendimento psiquiátrico; melhoria na alimentação oferecida com o acompanhamento de nutricionista; implementação de plano de prevenção e proteção a incêndio e pânico na unidade com os respectivos alvarás de regularização de competência do Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária; oferecimento de espaço reservado para atendimento individual pelo defensor e equipe multidisciplinar; oferecimento de instalações suficientes para aprendizado no interior da unidade; instalação de biblioteca no interior da unidade e espaço para realização de cursos de informática com equipamentos adequados.

A suspensão das visitas durante a pandemia somada à transferência dos adolescentes para o CASE de Palmas tem ocasionado a falta de comunicação daqueles com os familiares diminuindo assim o controle social sobre a violação de direitos realizada pelos parentes.

A precária atenção pedagógica no sistema socioeducativo tocantinense, somado à ausência de inclusão social dos egressos, acentuam a vulnerabilidade socioeconômica daqueles que cumprem medidas de internação sem espaço para educação, higiene e lazer, o que nos leva a questionar o compromisso com os direitos humanos e a educação do jovem que vem a ser sentenciado a cumprir medida de internação no Norte do Estado.

No ano de 2020 comemorou-se 3 (três) décadas do Estatuto no Brasil e, em que pese sua representação enquanto marco jurídico, observa-se a relutância do

governo do Estado em não implementá-lo, restando aos atores da justiça, dentre eles a Defensoria Pública, a busca da tutela protetiva àqueles que estão a sofrer constrangimento ilegal em virtude do ambiente degradante e não pedagógico ofertado pelo sistema socioeducativo no Tocantins, principalmente no Bico do Papagaio.

No mais, durante a pesquisa e as entrevistas realizadas, notou-se que diante de questões que fervilham a cabeça dos jovens, numa fase em que o tempo e a transição para o corpo adulto lhes cobram responsabilidades, vê-se que a desmotivação inicial de alguns pode ser enfrentada pela educação enquanto perspectiva de vida e para isso políticas de educação dentro e fora das unidades devem se somar às políticas sociais, como forma de garantir igualdade aos adolescentes negros, periféricos, com baixa escolaridade, alvo do sistema punitivo, conforme bem se observa do trecho da entrevista realizada por esta pesquisadora e seus orientadores à doutrinadora Irene Rizzini:

O adolescente nessa situação está precisando de ajuda e os pais muito frequentemente estão precisando de orientação, pois podem estar perdidos também. Então esse é o momento de ter um equipamento onde eles possam ser percebidos, ouvidos, onde possam ser orientados. Onde possam ter uma segunda chance, como muitos deles dizem: “Eu preciso de uma segunda chance! Eu errei! Eu não quero isso! Não é isso que eu quero pra minha vida!” Mas a falta de oportunidades é tão forte que eles acabam ficando muitos sozinhos, e aí as histórias vão se tornando mais complexas à medida que eles estão chegando à maioridade. (CARNEIRO; MEDEIROS; VAS, 2021, p. 605-606).

Para dizermos do foco deste trabalho, interessou-nos analisar e problematizar a formação de leitores no CEIP Norte; apontando quais os desdobramentos práticos da leitura no cotidiano da internação para os adolescentes e suas percepções acerca das práticas de leitura desenvolvidas pelo professor de língua portuguesa e pela pedagoga da unidade. Isto é, o modo como as ações de leitura foram aplicadas em suas diversas formas (literatura, computação, cinema) oferecidas a partir da intervenção da DPE e seus parceiros, no intuito de conhecer o jovem leitor internado naquela unidade precária no norte do Tocantins.

O nosso olhar não se voltou apenas em denunciar a precária estrutura do CEIP Norte, pois apesar das condições de vulnerabilidade social a que os alunos da internação estão imersos, o projeto *Leitura: Espaço de Liberdade* produziu efeitos na rede de identificação daqueles, na medida em que se percebiam na constituição de suas subjetividades nessa trajetória de leitores do mundo.

Como vimos a partir das análises, os adolescentes fazem uma travessia sobre suas trajetórias ao falarem de si, de seus anseios, da caminhada em volta dos livros apresentados e da ocupação de espaços até antes desconhecidos, como o da biblioteca e das inúmeras oportunidades de leituras que lhe são apresentadas.

Daí o questionamento, o que é de reparo, em termos de restauração de laço social? Vimos que a leitura faz reparar ou pode fazê-lo, em termos de restauração de laço social, na medida em que as instituições falham. É possível olhar com sensibilidade as falas, os sonhos, as esperanças dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, sujeitos, cujos laços sociais fragilizados pela internação precisam ser (re)feitos. Daí, a necessidade de se considerar o contexto social e a vulnerabilidade social e escolar em que estão envolvidos.

Nosso *locus* de investigação foi o CEIP Norte, tendo como sujeitos os adolescentes ali internados, para os quais buscamos, nessa trajetória, incentivar e permitir o acesso a bens relacionados à leitura, num momento de crise da educação brasileira.

Válido apontar que em 2020, o Brasil sofreu não só com as trocas de ministros no Ministério da Educação (MEC), mas principalmente com a redução de 6,3 bilhões no orçamento destinado para a pasta em 2021, o que representa o menor valor para a educação básica desde 2010 (SALDAÑA, 2021).

A desvalorização da educação indica a redução de políticas públicas que afetam frontalmente àqueles que mais precisam de uma educação pública de qualidade, seja no ambiente de liberdade, seja no sistema socioeducativo, seja na educação prisional.

Sim, a cultura, a educação em Direitos e o debate em torno dos Direitos Humanos despertam ideias e sensibilidades, bem como contribuem para o exercício da solidariedade. “A lição que a leitura nos ensina pode ser ainda, como dizem muitos, a de que antes de pertencer a este ou àquele território, somos seres humanos” (PETIT, 2008, p. 93).

Portanto, considerando que a literatura é um caminho, um sentir que permite acessar o mundo, o projeto desenvolvido no período pré-pandemia, não morre nas rodas de leitura, vai para a vida, pois uma semente foi plantada em cada obra lida. Assim, temos que os adolescentes não partem do mesmo lugar, nem chegam ao mesmo lugar, também não saem do mesmo jeito que chegaram na unidade quando

passam a ter o contato mais próximo com a leitura, posto que o prazer que os livros proporcionam prolonga-se por toda a vida.

Nossos jovens estão sofrendo uma exclusão perversa, porque é invisível. Eles não sabem se gostam de ler, porque não lhes foi oferecido esse cardápio. É preciso garantir, por meio de políticas públicas, a todos os adolescentes, o direito ao acesso a livros de literatura de qualquer segmento, inclusive o juvenil, para que possam escolher; e garantir, especialmente, o direito de compreender aquilo que lêem. (FAILLA, 2014, p. 91).

E, se em três décadas do microsistema especial do ECA ainda enfrentamos a privação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil, talvez pensar a educação e as diversas formas de leitura do mundo seja um pontapé na minoração da desigualdade e da pobreza, que afeta frontalmente os jovens que cumprem medidas socioeducativas, a maioria negra e parda, alojados em unidades como a do CEIP Norte espalhadas pelo país.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cinthia. DPE-TO arrecada kits de materiais escolares que serão doados para internos do CEIP Norte. **DPE-TO, Defensoria Pública do Estado do Tocantins**, Palmas-TO, 21 fev. 2019. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/32027>. Acesso em: 3 jan. 2022.

ARAGUAÍNA urgente: Band. DPE doa livros para Centro de Internação Provisória de Santa Fé. **TV Amazônia**, Araguaína, 8 ago. 2019. Disponível em: <http://monitoramento.precisaassessoria.com.br/conteudos/545187>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ABREU, Cinthia. DPE-TO entrega kits de materiais escolares para internos do CEIP de Santa Fé do Araguaia. **DPE-TO, Defensoria Pública do Estado do Tocantins**, Palmas-TO, 25 fev. 2019. Disponível em: <http://www.defensoria.to.def.br/noticia/32027>. Acesso em: 4 jan. 2022.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. O estrato meta-enunciativo, lugar de inscrição do sujeito em seu dizer: implicações teóricas e descritivas de uma abordagem literal. O exemplo das modalidades irrealizantes do dizer. *In: Matraga – Estudos Linguísticos e Literários*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, p. 33-63, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/27906>. Acesso em: 2 jan. 2022.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006**. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: CONANDA, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/conanda/conanda/resolucoes/113-resolucao-113-de-19-de-abril-de-2006/view>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. **Panorama nacional da execução de medidas socioeducativas de internação**: programa justiça ao jovem. Brasília, DF: CNJ, 2012b. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/panorama_nacional_doj_web.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. **Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013**. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2013b. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235>. Acesso em: 26 dez. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. **Regras de Pequim**: regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça de menores. Coordenação: Luiz Geraldo Sant'Ana Lanfredi. Brasília: CNJ, 2016b. (Série Tratados Internacionais de Direitos Humanos). Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/2166fd6e650e326d77608a013a6081f6.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. **Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012**. Define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária. Brasília, DF: CNJ, 2012c. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=58>. Acesso em: 1 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público [CNMP]. **Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes**: relatório da infância e juventude – resolução nº 67/2011. Brasília, DF: CNMP, 2013a. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/cnmp/relatorio_res_67_internacao_v1.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público do Trabalho [CNMPT]. **Resolução nº 179, de 26 de julho de 2017**. Regulamenta o §6º do art. 5º da Lei nº 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta. Brasília, DF: CNMPT, [2017b]. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-179.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e 159sicol.159 a menores. Revogado pela Lei nº 6.697/1979. Brasília, DF: Presidência da República, [1927]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm. Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a convenção sobre os direitos da criança. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional [Depen]. Conselho da Justiça Federal [CJF]. **Portaria Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012**. Disciplina o Projeto remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal. Brasília: Ministério da Justiça, [2012d]. Disponível em: http://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/clippinglegislacao/POC_276_2012_DPE.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. **Emenda constitucional Nº 65, de 13 de julho de 2010.** Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Brasília, DF: Presidência da República, 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm#art1. Acesso em: 1 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.** Instituiu o Código de Menores. Revogado pela Lei nº 8.069/1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 2 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 8 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011.** Altera a Lei nº 7.210/1984. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 18 mai.2020.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2012a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2016a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 22 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018.** Institui a Política Nacional da Leitura e Escrita. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 7 de abril de 1998.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF: Câmara de Educação Básica 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf. Acesso em: 2 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010.** Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: MEC, 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária [CNPCCP]. **Resolução nº 3, de 11 de março de 2009.** Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: CNPCCP, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpccp/resolucoes/2009/resolucao-no-3-de-11-de-marco-de-2009.pdf/view>. Acesso em: 2 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional [Depen]. **Levantamento nacional de informações penitenciárias – Infopen:** dezembro de 2014. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen_dez14.pdf. Acesso em: 1 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional [Depen]. **Levantamento nacional de informações penitenciárias:** INFOPEN Atualização junho 2016. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2017a. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2016.pdf/view>. Acesso em: 26 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional [Depen]. **Levantamento nacional de informações penitenciárias:** Infopen – atualização junho 2017. Consultor Marcos Vinícius Moura Silva. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, [2019]. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf/view>. Acesso em: 26 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional [Depen]. **Nota Técnica nº 1/2020/GAB-DEPEN/DEPEN/MJ.** Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2020. Disponível em: <http://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/175>. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Medida cautelar na arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 347/DF.** Requerente: Psol. Relator: Min. Marco Aurélio, 9 de setembro de 2015. Brasília: STF, 2015. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>. Acesso em: 21 dez. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. **Redução da idade penal:** socioeducação não se faz com prisão. Brasília, DF: CFP, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Redu%C3%A7%C3%A3o-da-Maioridade-Penal-Socioeduca%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-se-faz-com-pris%C3%A3o-27.08.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2021.

BURGER, Adriana Fagundes; ROCHA, Amélia Soares da (org.). **Cartografía del acceso a la justicia em el Mercosur**. Porto Alegre: ADPERGS, 2012.

CAMPILONGO, Celson Fernandes. **Direito e diferenciação social**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. A literatura e a formação do homem. **Remate de Males**, Campinas, n. esp., p. 81-89, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992>. Acesso em: 2 jan. 2022.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade:** estudos de teoria e história literária. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008.

CANÔNICA, Volnei. A biblioteca, um barulho necessário de dentro para fora. *In:* FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/pesquisas-e-projetos-ipl/livros-retratos-da-leitura/>. Acesso em: 3 jan. 2022.

CARDOSO, Ruth. Juventude: conceitos e visões. *In:* ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

CARNEIRO, Téssia Gomes. [Entrevista cedida a] J. Fashion. **Viver Bem Tocantins**, Araguaína-TO, exibição em 9 ago. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/viverbemtocantins/videos/2399384923641537/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CARNEIRO, Téssia Gomes. [Entrevista cedida a] Nelson Ferreira. **Viver Bem Tocantins**, Araguaína-TO, exibição em 27 maio 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/viverbemtocantins/videos/404633506793588/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

CARNEIRO, Téssia Gomes. DPE-TO e os 30 anos do ECA: Leitura em pauta [Entrevista cedida a] Diego Sobrinho. **Papo com Diego Sobrinho**, Araguaína-TO, exibição em 04 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j-Ma6K-qLp8>. Acesso em: 7 ago. 2020.

CARNEIRO, Téssia Gomes. Defensoria Pública realiza projeto que incentiva menores infratores à leitura. [Entrevista cedida a] Lucas Ferreira. **TV Anhanguera**, Araguaína-TO, exibição em 2 ago. 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/bom-dia-tocantins/videos/t/edicoes/v/defensoria-publica-realiza-projeto-que-incentiva-menores-infratores-a-leitura/7813120/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CARNEIRO, Téssia Gomes; MEDEIROS, Valéria da Silva; VAS, Braz Batista. 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Entrevista com Irene Rizzini.

Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 599-610, maio/ ago. 2021. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/37747>. Acesso: 2 jan. 2022.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun.** Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1998.

CHARRIA VILLEGAS, Maria Elvira. Algumas perguntas, poucas certezas. *In:* ROCHA, Alessandro; PEREIRA, Valéria Cristina Ribeiro (org.). **Leitura e educação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018. Disponível em: <https://iiler.puc-rio.br/simposiodeleitura/wp-content/uploads/2018/02/Leitura-e-Educa%0c3%a7%0c3%a3o.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2022.

CHARTIER, Roger. A leitura como prática cultural. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 17, ago./dez. 2014. Disponível em:

<https://www.itaucultural.org.br/revista-observatorio-ic-n-17>. Acesso em: 21 dez. 2021.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática.** São Paulo: Contexto, 2014.

COSTA, Marcos Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira (ed.). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** Brasília, DF: IPEA, 2015.

Disponível em:

http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 7 dez. 2021.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In:* MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CUNHA, Júlio Araújo Carneiro; RIBEIRO, Evandro Marcos Saidel. A etnografia como estratégia de pesquisa interdisciplinar para os estudos organizacionais. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 9, n. 2, p. 1-17, 2010.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 2 jan. 2022.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301>. Acesso em: 2 jan. 2022.

FAILLA, Zoara. Retratos de um jovem leitor. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 17, ago./dez. 2014. Disponível em:

<https://issuu.com/itaucultural/docs/observatorio17/1?ff>. Acesso em: 24 mar. 2021.

FAILLA, Zoara. Leitura dos “retratos”: o comportamento leitor do brasileiro. *In*: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Instituto Pró-Livro; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES [IFLA]. Diretrizes da IFLA / UNESCO para a biblioteca escolar. Tradução para o português [de] Neusa Dias de Macedo, Helena Gomes de Oliveira. São Paulo: IFLA, 2005. Disponível em: https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/SchoolLibraryGuidelines-pt_BR.pdf. Acesso em: 2 jan. 2022.

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves de. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estud. psicol.**, Natal, v. 9, n. 1, p. 157-166, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/y6dwMMcHbZb5HXtkjfGPFYC/?lang=pt>. Acesso em: 21 dez. 2021.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GUEDES, Luciano da Silva; BRITO, Jorge Luiz Silva. Caracterização socioeconômica da microrregião geográfica de Araguaína (TO). **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 17, p. 91-103, out. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/45818/24520>. Acesso em: 2 jan. 2022.

GREGÓRIO FILHO, Francisco. Práticas leitoras (de cor... coração): algumas vivências de um contador de histórias. *In*: YUNES, Eliana (org.). **Pensar a literatura**: complexidade. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. p. 136-151.

HAUGHTON, Jonathan; KHANDKER, Shahidur R. **Handbook on poverty + inequality**. Washington, DC: The World Bank, 2019. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/11985/9780821376133.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/109iZ0lIB47R_Z4TgEOmlUf1Hf-62Rp_g/view. Acesso em: 21 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Sistema IBGE de Recuperação Automática [SIDRA]. **Unidades territoriais do nível microrregião geográfica:** em unidade da federação Tocantins. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *In:* [Brasília, DF]: SIDRA, [2021a], Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/territorio#/N9/IN%20N3%2017>. Acesso em: 2 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Cidades:** Santa Fé do Araguaia. *In:* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [Brasília, DF]: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/santa-fe-do-araguaia/panorama>. Acesso em: 2 jan. 2022.

JESUS, Flávia Barbosa de; LIMA, Fernanda Cristina Aguiar; MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; MATOS, Karla Fonseca de; SOUZA, Solange Pires Salomé. Vulnerabilidade na adolescência: a experiência e expressão do adolescente. *In:* **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, n. 32, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/VHWNM4HwYnxQ9rZnKK7dFzp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2021.

JOUBE, Vincent. **A leitura**. Tradução: Brigitte Hervot. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KIRCHNER, Felipe; BARBOSA, Rafael Vinheiro Monteiro. O Direito de Acesso à Justiça. *In:* ROSENBLATT, Ana *et al.* **Curso de mediação para Defensoria Pública**. Brasília, DF: UnB/FUB, 2014.

KLEIMAN, Angela. **Oficina de leitura:** teoria e prática. 16 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

KRAMER, Sonia. Escrita, experiência e formação. *In:* YUNES, Eliana; OSWALD, Maria Luiza (org.). **A experiência da leitura**. São Paulo: Loyola, 2003.

LEAL, Maria Cristina. O estatuto da criança e do adolescente e a lei de diretrizes e bases da educação como marcos inovadores de políticas sociais. *In:* SALES, MioneApolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (org.). **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MACEDO, Rosa Maria Stefanini; MARTINS, Sheila Regina. Conceitos de infância e leis que protegem crianças e adolescentes. *In:* COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo (org.). **Abordagem à família no contexto do conselho tutelar**. São Paulo: Ágora, 2014.

MÃE, Valter Hugo. **As mais belas coisas do mundo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2019.

MARQUES NETO, José Castilho. Retratos da leitura no Brasil e as políticas públicas: fazer crescer a leitura na contracorrente – revelações, desafios e alguns resultados. *In*: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf. Acesso em: 12 mai. 2020.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. *In*: MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2022.

MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da inconfidência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

MEDEIROS, Valéria da Silva. [Entrevista cedida a] Denise Ramalho. **Cátedra Unesco**, Rio de Janeiro, exibição em 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x1s8lj4vDxs>. Acesso em: 28 jan. 2020.

MENDES, Alessandra Gomes; MATOS, Maurílio Castro de. Uma agenda para os conselhos tutelares. *In*: SALES, MioneApolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIRAGLIA, Paula. Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. **Novos estud. – CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n. 72, p. 79-98, jul. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200005&lng=isso&nrm=isso. Acesso em: 8 ago. 2019.

MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade**. Tradução: Juremir Machado da Silva. 4. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez, 2003.

NOVAS funcionalidades no Biblivre 5. **Biblivre**, [Rio de Janeiro, 2020?]. Disponível em: <http://www.biblivre.org.br/index.php>. Acesso em: 2 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: A/RES/70/1**. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_amigo_pesso_idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável [ODS]. 1 - Erradicação da pobreza. *In: Objetivos do desenvolvimento sustentável*. Brasília, DF, Nações Unidas Brasil, [2015]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 21 dez. 2021.

O PROGRAMA. **Biblivre**, [Rio de Janeiro, 2020]. Disponível em: <https://www.biblivre.org.br/index.php/sobre-biblivre/o-programa>. Acesso em: 2 jan. 2022.

OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; COSTA, Samuel. **Manual do curso Sinase: Módulo I – Infância, adolescência, família e sociedade**. Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública. Brasília: UNB, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A casa e a rua: uma relação política e social. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 3. p. 693-703, set./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/18491>. Acesso em: 3 jan. 2022.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PENNAC, Daniel. **Como um romance**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PETIT, Michèle. **Leituras: do espaço íntimo ao espaço público**. Tradução: Celina Olga de Sousa, 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. Tradução: Celina Olga de Sousa. São Paulo: Editora 34, 2008.

PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. Tradução: Arthur Bueno e Camila Boldrini. 2. ed., São Paulo: Editora 34, 2010.

PIGLIA, Ricardo. **O último leitor**. Tradução: Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PROGRAMA Comunidade: Band. **DPE doa livros para Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia. TV Amazônia**, Araguaína, TO, exibido em 8 ago. 2019. Disponível em: <http://monitoramento.precisaassessoria.com.br/conteudos/543688>. Acesso em: 20 ago. 2019.

RAOPORT, Andrea; DA SILVA, Sabrina Boeira. Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social. **Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente**, Cachoeirinha, SC, v. 2, n. 2, abr. 2013. Disponível em: <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/article/view/410>. Acesso em: 2 jan. 2022.

RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner Rocha; DAVIS, Cláudia. **A idade escolar e a adolescência**. v. 4, São Paulo: E.P.U., 2011. (Psicologia do desenvolvimento).

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; SPOSATI, Aldaíza; OLIVEIRA, Antonio Carlos de. **Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto**. São Paulo: Cortez, 2019.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, Wallace. Construindo o conceito de vulnerabilidade educacional. **Revista Panorâmica On-Line**, Barra do Garças, MT, v. 24, p. 151-160, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://revistas.cua.ufmt.br/revista/index.php/revistapanoramica/article/view/755/19191983>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SALDAÑA, Paulo. Na pandemia, MEC tem o menor orçamento para educação básica da secada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 fev. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/02/na-pandemia-mec-tem-o-menor-orcamento-para-educacao-basica-da-decada.shtml>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Janete Silva dos. Atendimento preferencial no Estatuto e na voz do idoso: uma análise discursiva. **Linguagem em (dis)curso**, Santa Catarina, v. 13, n. 2, p. 243-271, set. 2013. Disponível em: https://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/1617/1207. Acesso em: 2 jan. 2022.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em conflito com a lei**: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. 4. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2013.

SOUSA, Rosineide Magalhães. **Gênero discursivo mediacional, da elaboração à recepção**: uma pesquisa na perspectiva etnográfica. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, Universidade Brasília, Brasília, DF, 2006. Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3540/1/2006_Rosineide%20Magalh%C3%A3es%20de%20Sousa.pdf. Acesso em: 2 jan. 2022.

SOUZA, Renata Junqueira de; COSSON, Rildo. Letramento literário: uma proposta para a sala de aula. *In*: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA [UNESP]; UNIVERSIDADE VIRTUAL DE SÃO PAULO [UNIVESP]. **Caderno de formação: formação de professores didática dos conteúdos**. v. 2. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em:
https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40149/1/Caderno_Formacao_bloco2_vol2.pdf. Acesso em: 21 dez. 2020.

TAVARES, Patrícia Silveira. A política de atendimento. *In*: MACIEL, Kátia Regina Lobo Andrade (coord.). **Curso de direito da criança e do adolescente**: aspectos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

TESTA, Eliane Cristina; LEITE, João de Deus. O imprevisível jogo da criação literária. *In*: ZERBINI, Paula Rodrigues; SOARES, Jeanne Regina Milhomem (org.). **Letramento no Adolfo**: coletânea dos alunos do Colégio Adolfo Bezerra de Menezes. Gurupi, TO: Veloso, 2018.

TOCANTINS (Estado). Defensoria Pública do Estado do Tocantins. Conselho Superior da Defensoria Pública. **Resolução-CSDP nº 103, de 04 de outubro de 2013**. Cria, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente – NUDECA. Palmas, TO: D.O.U., 2013. Disponível em:
<http://site.defensoria.to.def.br/media/download/f9f6f6e1f103c7df7495b7f4e7425bed.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2022.

TOCANTINS. Secretaria de Cidadania e Justiça. Portaria SECIJU/TO nº 234, 16 de março de 2020. Trata da Suspensão de visitas nas Unidades do Sistema Socioeducativo do Estado do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas-TO, ano XXXII, n. 5.565, p. 9, 17 mar. 2020.

TOCANTINS. Secretaria de Cidadania e Justiça. **Portaria SECIJU/TO nº 284, de 03 de abril de 2020**. Prorroga o prazo da Portaria SECIJU/TO nº 234, de 16/03/2020, que trata da Suspensão de visitas nas Unidades do Sistema Socioeducativo do Estado do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**: ano XXXII, n. 5.579, p. 18, 07 abr. 2020.

TOCANTINS. Secretaria de Cidadania e Justiça. **Portaria SECIJU/TO nº 287, de 14 de abril de 2020**. Prorroga o prazo da Portaria SECIJU/TO nº 284, de 03/04/2020, que trata da Suspensão de visitas nas Unidades do Sistema Socioeducativo do Estado do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**: ano XXXII, n. 5.583, p. 12, 16 abr. 2020.

TOCANTINS. Secretaria de Cidadania e Justiça. **Portaria SECIJU/TO nº 300, de 22 de abril de 2020**. Prorroga o prazo da Portaria SECIJU/TO nº 287, de 14/04/2020, que trata da Suspensão de visitas nas Unidades do Sistema Socioeducativo do Estado do Tocantins. Diário Oficial do Estado do Tocantins: ano XXXII, n. 5.586, p. 10, 23 abr. 2020.

TOCANTINS (Estado). **Lei Complementar nº 55, de 27 de maio de 2009**. Organiza a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e adota outras providências. Palmas, TO: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, 2009. Disponível em: <http://site.defensoria.to.def.br/media/download/2e1a8c86724aa2db4ac39b64f4e3ed72.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Pobreza na infância e na adolescência. UNICEF Brasil**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza na Infancia e na Adolescencia.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza%20na%20Infancia%20e%20na%20Adolescencia.pdf). Acesso em: 12 jul. 2021.

VALE, Keliane. **DPE pede manutenção da liminar de interdição na CPP de Araguaína e citação do Conselho Nacional**. Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 11 jul. 2019. Disponível em: <http://www.defensoria.to.def.br/noticia/35634>. Acesso em: 16 jul. 2019.

VALE, Keliane. **#DPEnamidia – Projeto de leitura da Defensoria é destaque na mídia**. Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 03 jun. 2019. Disponível em: <http://www.defensoria.to.def.br/noticia/34493>. Acesso em: 24 jul. 2019.

VALE, Keliane. **#DPEnamidia – Entrega de livros de projeto da DPE ganha espaço na mídia**. Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 13 ago. 2019. Disponível em: <https://conhecimento.defensoria.to.def.br/noticia/36466>. Acesso em: 20 ago. 2019.

VALE, Keliane. **Obras literárias podem ser doadas para projeto da DPE-TO que beneficia Ceip Norte, em Santa Fé**. Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 22 mai. 2019. Disponível em: <http://www.defensoria.to.def.br/noticia/34275>. Acesso em: 28 mai. 2019.

VALE, Keliane. **Projeto da DPE que beneficia Centro de Internação de Santa Fé do Araguaia tem apoio do MPT**. Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 30 abr. 2019. Disponível em: <http://www.defensoria.to.def.br/noticia/33610>. Acesso em: 28 mai. 2019.

VALE, Keliane. **Projeto da DPE arrecada centenas de obras literárias para formar leitores no CEIP Norte**. Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 29 jul. 2019. Disponível em: <http://www.defensoria.to.def.br/noticia/35878>. Acesso em: 31 jul. 2019.

VALE, Keliane. **Projetos da Defensoria Pública e MPT vão investir na educação de internos do CEIP Norte**. Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 02 ago. 2019. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/36073>. Acesso em: 07 ago. 2019.

VALE, Keliane. **Projeto da DPE-TO, no Norte do Estado passa por avaliação de consultor do Prêmio Inovare**. Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/44262>. Acesso em: 27 jul. 2020.

VALE, Keliane. **Defensora fala em live nesta terça, 4, sobre resultados do projeto “Leitura: Espaço de Liberdade”**. Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 4 ago. 2020. Disponível em: <https://conhecimento.defensoria.to.def.br/noticia/44485>. Acesso em: 07 ago. 2020.

VALE, Keliane. **Adolescentes participam de cursos onlines no Ceip Norte, via parceria da DPE-TO e MPT-TO**. Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 03 set. 2020. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/44950>. Acesso em: 04 set. 2020.

VALE, Keliane. **Cine Defensoria coloca a educação como perspectiva de vida para adolescentes do Ceip Norte**. Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 05 nov. 2020. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/4583>. Acesso em: 05 abr. 2021.

VENTURINI, Anna Carolina; LIMA, Márcia; SOUSA, Caio Jardim; BERTOLOZZI, Thayla Bicalho. As desigualdades educacionais e a covid-19. **Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19**, São Paulo, n. 3, nov. 2020. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Informativo-3-As-desigualdades-educacionais-e-a-covid-19-.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

YUNES, Eliana. *Leitura, a complexidade do simples: do mundo à letra e de volta ao mundo*. In: YUNES, Eliana (org.). **Pensar a leitura: complexidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

YUNES, Eliana. **Em que a leitura importa?** In: *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, v. 27, São Paulo: Unesp, 2020, p. 27-36, Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/1893/1538>. Acesso em: 18 mar. 2021.

YOKOY, Tatiana; SILVA, Samuel Costa da. **Manual do curso Sinase: módulo VI – socioeducação: práticas e metodologias de atendimento em meio-fechado**. Brasília, DF: UnB, 2009.

VERSIANI, Daniela B.; YUNES, Eliana; CARVALHO, Gilda. **Manual de reflexões sobre boas práticas de leitura**. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2012.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016: homicídios por arma de fogo no Brasil**. Brasília, DF: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mapa_violencia/mapa_violencia_2016_armas_web.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021.

ZAMORA, Maria Helena; KUENERZ, Carolina. “Eu só conto mesmo é com Deus”. Fé e religiosidade como base de apoio. **O social em questão**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 7, 2002. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=341&post%5Fdata=user%3Dnil%26UserActiveTemplate%3Dnil%26sid%3D40&sid=40>. Acesso em: 2 jan. 2022.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS LIVROS DOADOS À BIBLIOTECA MONTEIRO LOBATO

LISTA DE DOAÇÃO DE LIVROS - DEFENSORIA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA					
TÍTULO	AUTOR	ANO	EDIÇÃO	EDITORA	QNTD
A Escrava Isaura	Bernardo Guimarães	2003		L & PM	2
Estrelas Tortas	Walcyr Carrasco	2017	3ª Edição	Moderna	2
O Mulato	Aluísio Azevedo	2007		W Kids	2
Helena	Machado de Assis	2006		Martin Claret	1
Aprendendo a amar - e a curar.	Moacyr Scliar	2003	1ª Edição	Scipione	1
As aventuras de Ripió Lacraia	Chico de Assis	2003	1ª Edição	Scipione	1
Triste Fim de Policarpo Quaresma	Lima Barreto	2003		L & PM / Cered/ S	6
Harry Potter e a Pedra Filosofal	J. K Rowling	2000		Rocco	2
O Gênio do Crime (Uma aventura da turma do gordo)	João Carlos Marinho	2009	4ª Edição	Global	2
Saber Perder	Yolanda Reyes		4ª Edição	FTD	2
Quando eu comecei a crescer.	Ruth Rocha	2009		Salamandra	1
Senhora	José de Alencar	2012	5ª Edição	Avenida	1
Crônicas Escolhidas	Machado de Assis	1994		Ática	1
Análise Literárias Das Obras UFT 2010	Edson Gallo	2009	1ª Edição	Kelps	1
Desafios de Cordel	César Obeid	2009	1ª Edição	FTD	1
Otelo (O mouro de Veneza)	William Shakespeare (Adptação Hildegard	1987		Scipione	1
A Literatura Portuguesa	Massaud Moises	1988	24ª Edição	Cultrix	1
Dom Casmuro	Machado de Assis			Gernape	1
A Tempestade	Shakespeare	2009	1ª Edição	FTD	1
Um estudo em vermelho.	Conan Doyle	2012	7ª Edição	Ática	1
O Espelho do Sentimento	Adelilson Salles	2009	1ª Edição	FEB	1
Minha Primeira Paixão	Elenice Machado de Almeida / Pedro Band	1999	18ª Edição	FTD	1
A Grande Amiga da Terra	Nilson Denadai	2011		Novo Século	1
Princesa Ana	Ed Franck & Kris Nauwelaerts	2014	1ª Edição	Scipione	1
Sou do Contra!	Tatiana Belinky	2014	1ª Edição	Brasil	1
O Jardim Secreto	Frances Hodgson Burnett	2016	2ª Edição	Scipione	1
Um Trem de Janelas Acesas	Teresa Noronha	2015	25ª Edição	Atual	1
Vendedor de Sustos	João Anzenello Carrascoza	2014	1ª Edição	FTD	3
A Menina Que Descobriu O Brasil	Ilka Brunhilde Laurito	2001		FTD	1
O Grande Desafio	Pedro Bandeira	2001	7ª Edição	Ática	1
Aventura na Mina da Passagem	Regina Drummond	2017	1ª Edição	Melhoramentos	1
Diário de um Zumbi do Minecraft (Acampamento dos H	Herobrine Books	2016		Sextante	1
Você é Insubstituível	Augusto Cury	2006		Sextante	1
O Caçador de Pipas	Khaled Hosseini	2005			1
O Homem que Calculava	Malba Tahan	2016	88ª Edição	Record	1
Duda (A missão)	Marcelo Carneiro da Cunha	2015	8ª Edição	Projeto	1
Robinson Crusoe	Daniel Defoe (Tradução: Marcia Kupstas)	2003	1ª Edição	FTD	1
Casos Extraordinários	Arthur Conan Doyle/ Sherlock Holmes	2015	2ª Edição	FTD	1
O Senhor da Escuridão	Lourenço Cazarré	2000	1ª Edição	Ática	1
Por um pedaço de terra	Renato Tapajós	2000		Ática	1
A Montanha Encantada	Maria José Dupré	1984	12ª Edição	Ática	2
O Natal do Avarento	Charles Dickens	2000	1ª Edição	Scipione	1
O Nariz Detetive	Stella Carr	1990		Scipione	1
O Crime do Padre Amaro	Eça de Queirós	2000	1ª Edição	Scipione	2
Balança Coração	Walcyr Carrasco	1995		Ática	1
Ameaças Nas Trilhas do Tarô	Sérsi Bardari	1992		Ática	2
Profissão: Dona de Mim	Sonia Salerno Forjaz	1999		FTD	2
Tonico e Carniça	José Rezende Filho e Assis Brasil	1982		Ática	2
Odisséia	Ruth Rocha	2000	3ª Edição	Companhia das Le	1
Pluft, O fantasminha.	Maria Clara Machado	2002	2ª Edição	Companhia das Le	1
O Cerrado	Rubens Matuck	1991	3ª Edição	Ática	1
Robison Crusoe (A Conquista do Mundo Numa Ilha)	Telma Guimarães Castro Andrade	1998	1ª Edição	Scipione	1
Confusões & Calafrios	Silvia Cintra Franco	1992		Ática	1
Os Barcos de Papel	José Maviel Monteiro	1984	2ª Edição	Ática	3
Marcelo: de hora em hora.	Ruth Rocha	2013	11ª Edição	Salamandra	1
O sofá que engoliu as crianças.	Mariza Tavares	2013	1ª Edição	Globo	1
Caninos Brancos	Jack London	2009	1ª Edição	Scipione	1
O Jeito de Cada um (O respeito à Diversidade)	Edson Gabriel Garcia	2014	1ª Edição	FTD	1
A Família Urso Esquece as Boas Maneiras	Stan & Jan Berentain	2011		Sextante	1
O Circo	Vera Lúcia Dias	2014	1ª Edição	Cortez	1
João e Maria	Ruth Rocha	2010	7ª Edição	Salamandra	1
Histórias Mágicas e de Terror.	Fernanda Sucupira	2012		Girassol	1
A Ladeira da Saudade	Ganymedes José	1983	34ª Edição	Moderna	1
A Droga da Obediência	Pedro Bandeira	2014	5ª Edição	Moderna	1
A Aldeia Sagrada	Francisco Marins	1993	31ª Edição	Ática	1
O que Acontece Quando Eu Falo com Deus ?	Stormie Omartian	2008	1ª Edição	Mundo Cristão	1

O Terceiro Homem	Norma Discini de Campos	1985	5ª Edição	Brasil	1
A Segunda Guerra Mundial	Tullo Vigevani	1991	7ª Edição	Moderna	1
A Grande Fuga	Sylvio Pereira	1985		Ática	2
Abolição (Um Suave Jogo Político)	Leonardo Trevisan	1988	5ª Edição	Moderna	1
Um Sinal de Esperança.	Giselda Laporta Nicoletis	1987	10ª Edição	Moderna	1
Diário de um Banana (Um Romance Em Quadrinhos)	Jeff Kinney	2012	2ª Edição	V & R	2
Diário de um Banana (Caindo na Estrada)	Jeff Kinney	2015		V & R	1
A Terra Dos Meninos Pelados	Graciliano Ramos	2017	7ª Edição	Junior	2
Deixei o Pum Escapar	Blandina Franco e José Carlos Lollo.	2013	1ª Edição	Companhia das Le	1
Piracema	Chico Alencar	1992	3ª Edição	Moderna	1
Bruxa Onilda Vai a Nova Iorque	E. Larreula / R.Capadevila.	1998	4ª Edição	Scipione	1
Luciana Na Pracinha	Fernanda Lopes de Almeida	1991	3ª Edição	Ática	1
A Bota do Bode	Mary França / Eliardo França	1990	13ª Edição	Ática	1
Orações Diárias Para os Pequenininos	Márcia Maria Villanacci Braga	2005	1ª Edição	Rideel	1
A Formação do Professor e a Prática de Ensino	Anna Maria Pessoa de Carvalho	1988		Livraria Pioneira	1
Movimentos Culturais de Juventude	Antonio Carlos Brandão/ Milton Fernandes	1990	5ª Edição	Moderna	1
O Homem do Boné Cinzento e Outras Histórias	Munilo Rubião	1990		Ática	1
Entender Conversando	Francisco Cândido Xavier/ Emmanuel	1987	5ª Edição	Instituto de Difusã	1
A História da Pedra Grande	Carlos Queiroz Telles	1995		Scipione	1
Tererê	Santuzza Abras Pinto Coelho	1987	4ª Edição	Migulim	1
O Coelho Teimoso	Elza Sallut	1990	3ª Edição	Hora da Fantasia	1
Desafios da Educação	J. Raul Teixeira	1995	1ª Edição	Fráter	1
Integrar Incluir (Desafio para a escola Atual)	Roseli C. Rocha de C. Baumel	1998		FEUSP	1
Robison Crusoe (A Conquista do Mundo Numa Ilha)	Daniel Defoe (Adaptação Werner Zotz)	1986	1ª Edição	Scipione	2
Para Gostar de Ler : Contos	Clarice Lispector	1984	9ª Edição	Ática	1
O Primeiro Beijo e Outros Contos	Clarice Lispector	1991	5ª Edição	Ática	2
Morosinho	Miguel Jorge	1985	6ª Edição	Moderna	1
Garibaldi Manoela: Uma História de Amor.	Josué Guimarães	2003		L & PM	5
Ângulos	Marcelo Cestari Lellis, José Jakobovic.	1992		Atual	1
Procedimentos Metodológicos: Fazendo Caminhos	Luiz Alberto Sanz	2003		Senac Nacional	1
Três Amizades	Mark Twain/ Conan Doyle/ Marcia Kupstas	2008	1ª Edição	Atual	1
Família e a Profissionais Rumo à Parceria	Ana Cristina Magalhães/ Ana Lima Veloso/	1997		Federação Naciona	1
O Meu Pé de Laranja Lima.	José Mauro de Vasconcelos	2009	3ª Edição	Melhoramentos	1
O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá	Jorge Amado	2008	14ª Edição	Companhia das Le	1
Um Cadáver Ouve Rádio	Marcos Rey	1983	2ª Edição	Ática	4
A História de Cada Um.	Juciara Rodrigues	2005	2ª Edição	Scipione	1
Diário de um Banana (Dias de Cão)	Jeff Kinney	2012	2ª Edição	V & R	2
Diário de um Banana (Rodrick é o Cara)	Jeff Kinney	2012	2ª Edição	V & R	2
Azul e Lindo : Planeta Terra, Nossa Casa.	Ruth Rocha / Otavio Roth	2012	35ª Edição	Salamandra	1
Astrossauros (Nos Mares da Perdição)	Steve Cole	2011	1ª Edição	Fundamento	1
Pituxa, a Vira- Lata.	Walcyr Carrasco	2010	1ª Edição	Ática	1
Tatu- Balão	Sônia Barros	2014	1ª Edição	Aletria	1
A Borboleta Azul	Cristovam Buarque	2008		Galerinha Record	1
Núbia Rumo ao Egito.	Maria Aparecida Silva Bento	2009	1ª Edição	FTD	1
Cadê a água do mestre Aleijadinho?	Fernando A. Pires	2014	1ª Edição	Formato	1
Ana, Guto e o Gato Dançarino	Stephen Michael King	2004		Brinque Book	1
O menino que vendia palavras	Ignácio de Loyola Brandão	2007		Objetiva	1
Diário de Bordo de Nôe.	Francesca Bosca	2007	1ª Edição	FTD	2
O Poeta e o Cavaleiro	Pedro Bandeira	2013	3ª Edição	Moderna	1
Rupi! O Menino das Cavernas	Timothy Bush	2015		Brinque Book	2
História Meio ao Contrário	Ana Maria Machado	2010	26ª Edição	Ática	1
Diário de um Zumbi do Minecraft (Férias do Terror)	Herobrine Books	2015		Sextante	1
Diário de um Zumbi do Minecraft (Um Desafio Assustado)	Herobrine Books	2015		Sextante	1
O Menino no Espelho (O que você quer ser quando cres	Fernando Sabino	2017	107ª Edição	Record	1
Ser Humano é -: Declaração Universal dos Direitos Hum	Fábio Sgroi	2009		Mundo Mirim	1
Pretinho , Meu Boneco Querido	Maria Cristina Furtado	2008	2ª Edição	Brasil	1
Maricota e o Mundo das Letras	Frei Betto	2009		Mercuryo Jovem	1
Cachinhos de Ouro	Ana Maria Machado	2004		FTD	1
Enigma na Televisão	Marcos Rey	1991	4ª Edição	Ática	2
Dinheiro do Céu	Marcos Rey	1985		Ática	2
Por um sentido na vida	Amy Purdy	2015	1ª Edição	Agir	1
Coração na Rede	Telma Guimarães Castro Andrade	2012	7ª Edição	Atual	1
O Anjo Rouco	Paulo Venturelli	2010	5ª Edição	Positivo	2
A Lenda dos Guardiões : Captura	Kathryn Lasky	2010	1ª Edição	Fundamento Educ	1
Astrossauros (Medo no Céu)	Steve Cole	2011	1ª Edição	Fundamento	1
Uólace e João Victor	Rosa Amanda Strausz	2014	3ª Edição	FTD	1
A Crônica	Jorge de Sá	1987	3ª Edição	Ática	1
Os Ratos	Dynelio Machado	1992	12ª Edição	Ática	1

Mulher e Homem (O mito da desigualdade)	Dulce Whitaker	1988		Moderna	1
A Work Of Art	Amadeu Marques	1992		Ática	1
Xisto e o Pássaro Cósmico	Lúcia Machado de Almeida	1983	3ª Edição	Ática	2
Ser Negro no Brasil Hoje	Ana Lúcia E. F Valente	1987	7ª Edição	Moderna	1
Todos Contra Dante	Luis Dill	2008	6ª Edição	Seguinte	1
A Esperança Para a Família (O caminho para um final feliz)	Willie e Elaine Oliver	2018		Casa Publicadora	1
A Ilha do Tesouro	Robert Louis Stevenson	2001		Ática	1
Ética e Cidadania	Carla Rodrigues e Herbert de Souza	1994		Moderna	1
O Rapto do Garoto de Ouro	Marcos Rey	1982		Ática	5
O Ministério Dos Morros Dourados	Francisco Marins	1985		Ática	3
A Serra Dos Dois Meninos	A. Fraga Lima	1984	4ª Edição	Ática	2
A árvore que dava dinheiro	Domingos Pellegrini	2001	42ª Edição	Ática	4
A Culpa é Das Estrelas	Jonh Green	2013	1ª Edição	Intrínseca	2
Astrossauro (A Armadilha do Pássaro - Terror)	Steve Cole	2014	1ª Edição	Fundamento	1
Bat Pat: A Avó de Tutancâmon	Roberto Pavanello	2009		Fundamento	1
O Jogo Secreto Dos Alquimistas	João Anzenello Carrascoza	2009	4ª Edição	Atual	1
Napo- Um menino que não existe	Edson Bueno	2010	1ª Edição	Positivo	1
Eros e Psique	Ferreira Gullar	2009	1ª Edição	FTD	1
Os Deuses do Olimpo	Menelaos Stephanides	2004	3ª Edição	Odysseus	1
A Grande Esperança	Ellen G. White	2011		Casa Publicadora	1
Veneno Lento	Raul Drewnick	1999	5ª Edição	FTD	1
Um Girassol na Janela	Ganymédes José	1984	25ª Edição	Moderna	1
O Filho do Caminhoneiro	Aristides Fraga Lima	1991	2ª Edição	Scipione	1
Três Contra T	Ivan Jaf	1991		Scipione	1
Pela Estrada a Afora	Leo Cunha	1993	12ª Edição	Atual	1
As Lutas do Povo Brasileiro (Do Descobrimto a Canud	Júlio José Chiavenato	1988	8ª Edição	Moderna	1
Bandeirismo (Dominação e Violência)	Júlio José Chiavenato	1991	2ª Edição	Moderna	1
A Saúde do Brasileiro	Sueli Gandolfi Dallari	1987	3ª Edição	Moderna	1
Macapacarana	Giselda Laporta Nicoletis	1988	22ª Edição	Atual	2
Sequestro Em Parada de Lucas	Orígenes Lessa	1981	17ª Edição	Moderna	1
A Morte do Conde	Carlos Augusto Segato	1987	7ª Edição	Moderna	1
A República Brasileira 1964 - 1984	Evaldo Vieira	1985	9ª Edição	Moderna	1
Cândido ou o Otimismo	Voltaire (Adaptação - José Arrabal)	1985	1ª Edição	Scipione	2
Dom Quixote (O Cavaleiro da Triste Figura)	Miguel de Cervantes (Adaptação de José A	1985	1ª Edição	Scipione	1
Qual Sua Formação, Professor ?	Ana Cristina Baptistella de Oliveira	1994		Papirus	1
A Morte Ronda o Kalahari	Rogério Andrade Barbosa	1992	3ª Edição	Moderna	1
A Mina de Ouro	Maria José Dupré	1984	13ª Edição	Ática	1
Indumentária Gaúcha	Antonio Augusto Fagudes	1996	7ª Edição	Martins Livreiro	1
O Espião de Júpiter	Marta Melo	1992		Ática	1
É Preciso Lutar!	Marcia Kupstas	1998	17ª Edição	FTD	1
As Aventuras de Pinóquio	Carlo Collodi	2002	1ª Edição	Companhia das Le	1
A Menina Que Viu O Brasil Neném	Aroldo Macedo/ Oswaldo Faustino	2000		FTD	1
Navegando pela Língua Portuguesa	Douglas Tufano	2007	7ª Edição	Moderna	1
O Mágico de Oz	L. Frank Baum	2002	1ª Edição	Record	1
Vivendo Em Família (Relações de Afeto e Conflito)	Maria Luiza Dias	1992	2ª Edição	Moderna	1
O Golem e outras aventuras do rabino judá levi, de prag	Jayme Brener	1993		FTD	1
O Anel de Polícrates e Outras Histórias.	Heródoto / Cícero/ Esopo/ Fedro/ La Fontaine/ Voltaire			Cered/ Sol	2
Excalibur: A lenda do Rei Arthur	Sérgio Marinho	2013		SM	3
Goosebumps Castelo dos Horrores 2: A noite em que o n	R.L. Stine	2015	1ª Edição	Fundamento	1
Três Amores	William Shakespeare/ Emily Bronte /Márcia	2009	2ª Edição	Atual	1
Leitura Ensino e Pesquisa	Angela Kleiman	1989	2ª Edição	Pontes	1
Manual de Redação e Estilo	Eduardo Martins	1997	3ª Edição		1
A Bíblia dos Meninos: Mães e Filhos	Sônia Pezzato	2000		Mundo Cristão	1
Venha ver o Pôr-do- Sol & Outros Contos	Lygia Fagundes Telles	1991	5ª Edição	Ática	1
Nas Pegadas de Einstein - Teoria e Pensamento	Dimas Da Cruz Oliveira			Discovery	1
Joe Martin In The Moutains	Charylen Haden	1991		FTD	1
Happiness	Amadeu Marques	1992		Ática	1
Terras de Negros (Herança de Quilombos)	Lourdes Carril	1997	1ª Edição	Scipione	1
A Megera Domada	William Shakespeare (Adptação Hildegard	2000	1ª Edição	Scipione	2
Saruê Zambi	Luiz Galdino	1997	10ª Edição	FTD	1
Os Elefantes	Angela Leite de Souza	1995		Scipione	1
A Primeira Reportagem	Sylvio Pereira	1983		Ática	2
Eu chovo, tu choves, ele chove.	Sylvia Orthof	2001		Objetiva	1
Cem Noites Tapuias	Ofélia e Narbal Fontes	1984	9ª Edição	Ática	1
O Jogo do Poder - Revolução Paulista de 32	Holien Gonçalves Bezerra	1988	2ª Edição	Moderna	1
O Rastro da Vida - Uma pequena história de bilhões de a	José Luís Soares	1990	4ª Edição	Moderna	1
Sem Medo de Amar	Stela Maris Rezende	1990	3ª Edição	Moderna	1
O meio ambiente em debate	Samuel Murgel Branco	1988	11ª Edição	Moderna	1
Aventuras de Xisto	Lúcia Machado de Almeida	1982	13ª Edição	Ática	1

A Baía dos Golfinhos	Lucília Junqueira de Almeida Prado	1983	3ª Edição	Record	1
Páginas da Vida (Poemas do Cotidiano)	Carlos Joel Castro Alves	1989	1ª Edição	PINTI	1
O Irmão que veio de Longe	Moacyr Scliar	2002	1ª Edição	Companhia das Le	1
O Mistério do Punhal- Estrela	Assis Brasil	1990		Scipione	1
Pega Ladrão	Luiz Geldino	1986		Ática	1
O Noviço (O juiz de paz na roça)	Martins Pena			Cered	2
Sonho de uma noite de verão	William Shakespeare (Adptação Isabel de Lorenzo)			Cered	2
Deus me Livre	Luiz Puntel	1984		Ática	2
Tráfico de Anjos	Luiz Puntel	1992	4ª Edição	Ática	2
O Feijão e o Sonho	Orígenes Lessa	1991	39ª Edição	Ática	3
A Guerra no Rio	Ganymédes José	1983	30ª Edição	Modema	1
Muito Barulho Por nada	William Shakespeare (Adaptação Leonard	2000	1ª Edição	Scipione	1
Sonho de uma noite de verão	William Shakespeare (Adaptação Ana Mar	2000	19ª Edição	Scipione	2
Peerygnt (O imperador de Si- Mesmo)	Henrik Ibsen (Adaptação Ana Maria Mach	1985	1ª Edição	Scipione	1
O soldado que não era	Joel Rufino Dos Santos	1983	23ª Edição	Modema	1
O Crime da Rua de Cuba	Percival de Souza	1989	12ª Edição	Atual	1
Pássaro Azul	Helena Rodrigues	1992		Kelps	1
Aventura no Império do Sol	Silvia Cintra Franco	1991	4ª Edição	Ática	1
Sozinha no Mundo	Marcos Rey	1984		Ática	1
Essa Terra	Antônio Torres	1991	9ª Edição	Ática	1
A Segunda Guerra Mundial	Ken Hills	1991	2ª Edição	Ática	1
Cyrano de Bergerac	Edmond Rostand (Adaptação Rubem Brag	1987		Scipione	1
Os nomes com a história o ministério do sapo-cururu	Rosana Rios	1996		Scipione	1
O Pequeno Polegar	Cristina Marques			Brasileitura	1
A Magia Dos Anjos Cabalísticos	Monica Buonfiglio	1994	25ª Edição	Oficina Cultural Es	1
Diário de um Zumbi do Minecraft (Parceiros e Rivais)	Herobrine Books	2015		Sextante	1
Diário de um Banana (Casa Dos Horrores)	Jeff Kinney	2013	2ª Edição	V & R	2
Diário de um Banana (Bons Tempos)	Jeff Kinney	2016	2ª Edição	V & R	1
A desintegração da morte	Orígenes Lessa	1983	22ª Edição	Modema	1
Os Cientistas e seus experimentos de arromba	Mike Goldsmith	2007	10ª Edição	Companhia das Le	1
O Guia do Mochileiro das Galáxias	Douglas Adams	2010		Arqueiro	1
Diário de um Zumbi do Minecraft (Trocando de Corpo)	Herobrine Books	2015		Sextante	1
O Mágico de Oz	L. Frank Baum	2013		Zahar	1
Spharion	Lúcia Machado de Almeida	1981	3ª Edição	Ática	1
A Força da Vida	Giselda Laporta Nicoletis	1986	17ª Edição	Modema	1
A Guerra do Vietnã	Ken Hills	1991		Ática	1
O Jogo do Camaleão	Marçal Aquino	1992		Ática	2
Um Rosto no Computador	Marcos Rey	1992		Ática	1
Bem- Vindos ao Rio	Marcos Rey	1986		Ática	1
Éramos Seis	Maria José Dupré	1979	24ª Edição	Ática	1
O Menino de Asas	Homero Homem	1980	14ª Edição	Ática	1
O Escaravelho do Diabo	Lúcia Machado de Almeida	1991	15ª Edição	Ática	1
O Desafio Do Pantanal	Silvia Cintra Franco	1991		Ática	1
A Rota do Perigo	Marcos Rey	1991		Ática	1
O Mistério do Cinco Estrelas	Marcos Rey	1981		Ática	1
Meninos Sem Pátria	Luiz Puntel	1988	9ª Edição	Ática	2
Os Pequenos Jangadeiros	Aristides Fraga Lima	1984		Ática	1
Superando o Cárcere da Emoção	Augusto Cury	2006		Planeta do Brasil	1
O Processo Ensino Aprendizagem	Beatriz Maria Arruda de Araújo Pinheiro	1997		Senac Nacional	1
Alice no País da Mentira	Pedro Bandeira	2016	2ª Edição	Modema	1
Mistérios do Mar Oceano	Ana Maria Machado	2009	2ª Edição	Global	1
Vida na Terra (Conhecer para proteger)	Rosidler Martins Rodrigues	2003	2ª Edição	Modema	1
Ponto de Tecer	Sylvia Orthof	2010	1ª Edição	FTD	1
A Divina Comédia	Dante Alighieri	2011		Peirópolis	1
Astrossauros (O Planeta do Perigo)	Steve Cole	2014	1ª Edição	Fundamento	1
Astrossauros (O Dia dos Dinossauros)	Steve Cole	2014	1ª Edição	Fundamento	1
Authentic Games (A Batalha da Torre)	Marco Túlio	2016		Astral Cultural	1
O Outro Lado da Ilha	José Maviel Monteiro	1986		Ática	2
A Posse da Terra	Cândida Vilares Gancho	1991		Ática	1
A Cor da Temura	Geni Guimarães	1998	12ª Edição	FTD	1
O Menino do Dedo Verde	Maurice Druon	1998	62ª Edição	José Olympio	1
O Santo e a Porca	Ariano Suassuna	2013	28ª Edição	José Olympio	1
Agora Estou Sozinha	Pedro Bandeira	1987	10ª Edição	Modema	1
Como Fazer Reuniões Produtivas	Patrick Forsyth	2001		Nobel	1
Prosa e Poesia	Ana Maria Lisboa de Mello/ Maria Zaira Tu	1995		UFG	1
Fardo Florido	Isabel Dias Neves	1995		UFG	1
Palavra e Discurso, História e Literatura	Maria Aparecida Baccega	2007	2ª Edição	Ática	1
Código de Proteção e Defesa do Consumidor	Carlos Patrocínio	1991		Senado Federal	1
Por que não ensinar gramática na escola	Sírio Possenti	1996		ALB: Mercado Letr	1
Subordinação e Coordenação	Flávia de Barros Carone	1991	2ª Edição	Ática	1

O Cachorrinho Samba na Fazenda	Maria José Dupré	1984	5ª Edição	Ática	2
Bíblia dos Pequenos Leitores	Doris Wynbeek Rikkers			Mundo Cristão	1
Açúcar Amargo	Luiz Puntel	1986		Ática	2
Sonetos	Fernando Mendes de Almeida			Ediouro	1
Hermengarda Perdeu a Espingarda	Sonia Junqueira	1992		Moderna	1
Escalando a Montanha	Pe, Lacerda S.J	1975	3ª Edição	Paulinas	1
Um Barco Para a Lua	Pedro Bloch	1984		Ediouro	1
Fundamentação da Metafísica dos Costumes e outros es	Immanuel Kant	2003		Mantin Claret	1
Retalhos Contos	Ednéa Rezende	2005	2ª Edição	Veloso	1
Histórias de um empreiteiro e pescador III	José Mauro de Araújo	2005		Veloso	1
Três Vias (Textos Teatrais)	Eliosmar Veloso	2004	1ª Edição	Veloso	1
As Cruzadas	Ken Hills	1991		Ática	1
Metodologia De Ensino (Língua Portuguesa)	Ángela Franco	1997		Lé	1
Um Pingo de Sentimento	Pascoal A.do Nascimento	1997	1ª Edição	Kelps	1
Nunca Desista dos Seus Sonhos	Augusto Cury	2007		Sextane	2
O Fantasma que falava espanhol	Luiz Galdino	1998	14ª Edição	FTD	1
Se... Será, Serafina?	Cristina Porto	1990	7ª Edição	Ática	1
Para uma nova gramática do Português	Mário A. Perini	1993	7ª Edição	Ática	1
Introdução ao Estudo da Filosofia	Antônio Xavier Teles	1985	23ª Edição	Ática	1
Minha Bibliinha	Betty Fletcher	2008		Mundo Cristão	1
Manual dos Jogos Olímpicos				Abril	1
A Arca de Noé	Célia Guimarães Barros	1987		Ática	1
A Beirada do Mundo	Valderez Bernardes Cunha	1995	2ª Edição	Kelps	1
Técnicas de Redação	Paulo Sérgio Rodrigues	2000	130ª Edição		1
Tricotando Contos	Valderez Bernardes Cunha	1996		Kelps	1
Uma Vida em Segredo	Autran Dourado			Ediouro	1
A Palavra é cidade	Ricardo Ramos	1990		Scipione	1
O Martim- Pescador	Frans Hopp	1992	2ª Edição	Ática	1
Fauna das Cidades: Um vulto na escuridão: lindos só no	Dadí	1993		FTD	1
Fábulas Palpitadas	Pedro Bandeira	2011	2ª Edição	Moderna	1
Fun Time , A	Dirce Guedes/ Ayton Gomes	1991		FTD	1
Grandes Aventuras: Histórias reais de coragem e ousadia	Richard Platt	2012	9ª Edição	Companhia das Le	2
Ubirajara	José de Alencar	1875	7ª Edição	Ática	1
Zé Pretim, Seu Crispim, Luizim e o Cachorro Porreta	Carlos Queiroz Telles	1992		FTD	1
O Cachorrinho Samba	Maria José Dupré	1983	9ª Edição	Ática	1
O Espaço Geográfico (Geografia Geral e do Brasil)	Igor A. G. Moreira	1988	11ª Edição	Ática	1
Tempo de Menino	Domingos Pellegrini	1991	3ª Edição	Ática	1
O Cavalinho Azul	Maria Clara Machado	2010	15ª Edição	Nova Fronteira	1
Contos de Shakespeare	Paulo Mendes Campos	2011	10ª Edição	Nova Fronteira	1
Donos das Ruas	Ílisa Lima Monteiro	1999		FTD	1
A Análise Literária	Massaud Moises	1991	9ª Edição	Cultrix	1
Cinco Minutos a Viúvina	José Alencar	1981	8ª Edição	Ática	1
Quem ama Sempre Vence	Luzia Santiago	2006	8ª Edição	Canção Nova	1
Linguística e Comunicação	Roman Jakobson			Cultrix	1
The House That Jack Built	Dirce Guedes/ Ayton Gomes	1990		FTD	1
Cartas Comerciais e Redação Oficial	Enéas Martins de Barros	1983	1ª Edição	Atlas	1
Classes das Palavras	Andréia Quaresma Andrade Ferreira	2000		Senac Nacional	1
A Criação Literária	Massaud Moises	1989	11ª Edição	Cultrix	1
Meu Senhor Dono da Casa(50 anos da Folia de Reis das	Jadir de Moraes Pessoa/ Edson Pessoa/ Ed	1993			1
Advérbios	Eneida Bomfim	1988		Ática	1
Juntos Para Sempre	Cameron Dokey	2000	1ª Edição	Ática	1
Ensino Fundamental (Noções Teóricas e Práticas)	Samuel Rocha Barros	1991	1ª Edição		1
Planejamento e Avaliação: Subsídios para a ação docente	Maria Helena Barreto Gonçalves	2003		Senac Nacional	1
LBD Interpretada: Diversos Olhares se Entrecruzam	Iria Brzezinski	2000	7ª Edição	Cortez	1
Fun Time D	Dirce Guedes/ Ayton Gomes	1991		FTD	1
Desvendando Os Segredos da Linguagem Corporal.	Allan & Barbara Pease	2005		Sextane	1
Mentes Perigosas Nas Escolas Bullying	Ana Beatriz Barbosa Silva	2010		Fontanar	1
A Escrava Isaura	Bernardo Guimarães	2003		L&PM	1
Manlia de Dirceu	Tomás Antônio Gonzaga	2003	32ª Edição	Ediouro	1
Esmeralda	Zíbia Gasparetto	2011	1ª Edição		1
Jubiabá	Jorge Amado				1
Dom Quixote	Miguel de Cervantes (Tradução: Ligia Cade	2013	1ª Edição	FTD	1
Amália : A espantalha	Majore Claro	2014	3ª Edição	FTD	1
Contos que te Encantam	Pedro Albeirice da Rocha	2019	2ª Edição	Veloso	1
Bazar Foclore	Ricardo Azevedo	2001		Ática	1
Dexter no Escuro	Jeff Lindsay	2010	2ª Edição	Planeta	1
Querido e Devotado Dexter	Jeff Lindsay	2009	1ª Edição	Planeta	1
Kafka e a Boneca Viajante	Jordi Sierra i Fabra	2009	2ª Edição	Martins Fontes	1
Otelo	William Shakespeare	2016		Scipione	1
Prova de Fogo	Pedro Bandeira	2011	6ª Edição	Ática	1
Memórias de um Sargento de Milícias	Manuel Antônio de Almeida			Cered/ Sol	2
Diário de um banana(A verdade Nua e Crua)	Jeff Kinney	2013	2ª Edição	V & R	1
Cinco Estrelas	Ana Maria Machado	2001		Objetiva	1
Quem Tem Medo da Escuridão	Sidney Sheldon	2004		Record	1
O Agente	Jerry Jenkins	2004		Mundo Cristão	1
Nascimento da Era Caórdica	Dee Hock			Cultrix	1
O Mestre e o Herói	Domingos Pellegrini	2013	2ª Edição	Moderna	1
Quando meu pai perdeu o emprego	Wagner Costa	2012	3ª Edição	Moderna	1
Palavras de Encantamento	Maristela Petrili de Almeida Leite	2001	1ª Edição	Moderna	1
Maquiavel	Ciro Mioranza			Escala	1

Platão	Ciro Mioranza			Escala	2
Besta Fera e Outros Contos	Liberato Póvoa	2009	2ª Edição	Kelps	4
O Furto do Menino Deus	Liberato Póvoa	2002			2
					1
O Diário de um Mago	Paulo Coelho				1
O Reverso da Medalha	Sidney Sheldon	1997	22ª Edição	Record	1
Terminal	Alves Calado	2002	6ª Edição	Record	1
Bom Dia, Espírito Santo	Benny Hinn			Bompastor	1
Ludola	José de Alencar			Ciranda Cultural	1
Vencendo o leão, o urso e o gigante	Silas Malafaia	2011		Central Gospel	1
Coma	Robin Cook	1977	2ª Edição	Europa America	1
Alimento da Fé Devocionais	Kenneth E. Hagin	2002		Graça Editorial	1
O amanhã a Deus pertence	Zíbia Gasparetto	2006	7ª Edição	Vida e Consciência	1
O Vendedor de Sonhos 3	Augusto Cury	2016	4ª Edição	Planeta	1
O Vôo da Gaivota	Vera Lúcia Marinzeck de Carvalho	1996		Petit	1
O mundo em que vivo	Zíbia M. Gasparetto		2ª Edição		1
Um Caso Puxa Outro	Liberato Póvoa	2001		Kelps	2
O morro de ilusões	Zíbia M. Gasparetto	2004	32ª Edição	Vida e Consciência	1
Histórias para Aquecer o Coração	Jack Canfield/ Mark Victor	2001	5ª Edição	Sextane	1
O poderoso Chefão	Mario Puzo			Record	1
Sushi	Marian Keyes		10ª Edição	BestBolso	1
Em busca de Esperança (O Maior resgate de todos os tempos)	Ellen G. White	2016		Novo Tempo	7
Deixados Para Trás	Tim Lahaye/ Jerry B. Jenkins	1997		United Press	1
Viva Com Esperança	Mark Finley/ Peter Landless	2014		Novo Tempo	1
Mais que o Ouro	Jaime Fernández Garrido				1
O Céu Está Caindo	Sidney Sheldon	2001	4ª Edição	Record	1
Evolução e Biodiversidade: O que nós temos com isso?	M. Elisa Marcondes Helene/ Beatriz Marcor	1996		Scipione	1
Endomarketing (Como praticá-lo com o sucesso)	Saul Faingaus Bekin	2004		Pearson Prentice Hall	1
Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas		2012			1
A Arte da Guerra Sun Tzu	James Clavell	2006	36ª Edição	Record	1
A Intuitiva	Hannah Howell	2011		Lua de Papel	1
Bem Aventurados os Pobres de Espírito	J.W. Rochester	2001	3ª Edição	Boa Nova	1
Romeu e Julieta	William Shakespeare				1
Você decide, e agora?	Abimael de Souza	2015	1ª Edição	Cristã Evangélica	1
Vencendo o passado	Zíbia Gasparetto	2009	3ª Edição	Vida e Consciência	1
Vidas Secas	Graciliano Ramos	1992	63ª Edição	Record	1
O peru de natal e outras histórias	Luis Fernando Veríssimo/ Carlos Drummond	2003		Ática	1
Inventores e Suas Ideias Brilhantes	Mike Goldsmith	2011	11ª Edição	Companhia das Letras	1
Quatro Contos	Paulo Sérgio de Vasconcelos/ Rogério Hafe	2006	2ª Edição	Sol	1
Onze Minutos	Paulo Coelho			Gold	1
Na margem do rio Piedra, eu sentei e chorei	Paulo Coelho			Gold	1
Manuscrito encontrado em Accra	Paulo Coelho	2012		Sextane	1
A Revolução dos Bichos	George Orwell	2007	42ª Edição	Companhia das Letras	1
Vida de Droga	Walcyr Carrasco	1999	2ª Edição	Ática	1
Balada do Primeiro Amor	Antônio Barreto	1997		FTD	1
Do amor nasce o perdão	Xisto Vinheiros	2002		Petit	1
O Ditador	Sidney Sheldon	1995		Ática	1
O Processo	Conde J.W. Rochester	2004	3ª Edição	F.V Lorenz	1
A Cabana	William P. Young	2008		Sextane	1
O Perigo Mora nas Ruas	Rogério Andrade barbosa	1998		FTD	1
A Sabedoria de Sócrates e o Cristianismo Redivivo	Leonardo Machado	2008	1ª Edição	IDE	1
Tudo tem seu preço	Zíbia Gasparetto	2002	5ª Edição	Vida e Consciência	1
Segredos do Passado	Danielle Steel	2001		Record	1
Quincas Borba	Machado de Assis	2002	17ª Edição	Ática	1
Amor de Perdição	Camilo Castelo Branco	1994	19ª Edição	Ática	2
Brás, Bexiga e Barra Funda	Alcântara Machado			Cered / Sol	2
Os Sertões	Euclides Cunha			Ediouro	1
Maquiavel (O Príncipe)	Ciro Mioranza		2ª Edição	Escala	1
A Regra dos dois minutos	Roberto Crais				1
Casa de Pensão	Aluísio Azevedo		2ª Edição	Escala	1
Rousseau (O Contrato Social)				Escala	1
Mandinga	Liberato Póvoa	2009	2ª Edição	Kelps	2
A Hora da Estrela	Clarice Lispector	1999		Rocco	1
Quando é preciso voltar	Zíbia Gasparetto	2001	9ª Edição	Vida e Consciência	1
O amor é uma dor feliz	Fernando Bonassi	2002		Editorial	1
Há Flores Sobre as Pedras	André Luiz de Andrade Ruiz	2004	10ª Edição	IDE	1
O Mar de Monstros	Rick Riordan	2009		Intriseca	1
Como Vencer as Batalhas da Vida	Silas Malafaia	2013	1ª Edição	Central Gospel	1
O Livro Da Selva	Rudyard Kipling	1994		Ática	1
O Monte Cinco	Paulo Coelho			Gold	1
Poe em Preto & Branco	Edgar Allan Poe	2015	2ª Edição	FTD	1
Asas de Dentro	Sônia Barros	2011	1ª Edição	Scipione	1
Ninguém é igual a ninguém	Regino Otero	1994		Brasil	1
A Fascinante Construção do Eu	Augusto Cury	2011		Academia	1
A Jornada	Danielle Steel	2002		Record	1
O Estrangulador	Sidney Sheldon	1998	3ª Edição	Record	1
A Empresa Familiar e o exercício do poder	Silvana Padilha Flores	2001		Educs	1
Primeiras Estórias	João Guimarães Rosa	2005	6ª Edição	Nova Fronteira	1
Auto do Frade	João Cabral de Melo Neto	1984	2ª Edição	Nova Fronteira	1
O Velho e o Mar	Ernest Hemingway	2015	87ª Edição	Bertrand Brasil	1
Diário de uma Garota Nada Popular	Rachel Renée Russell	2012	10ª Edição	Verus	1

O retorno de Martine	Helena M. Craveiro Carvalho	1983			1
Quem Conta um Conto.. E Outros Contos	Machado de Assis/ Aluísio Azevedo/ Artur Azevedo			Sol	1
Um Caso puxa o outro	Liberato Póvoa	2001		Kelps	1
O outro Lado da Meia Noite	Sidney Sheldon	2004	40ª Edição	Record	1
Para Sempre Alice	Lisa Genova (Tradução Vera Ribeiro)	2009		Nova Fronteira	1
A Atriz	Mônica de Castro	2009	1ª Edição	Vida e Consciência	1
Charadas para você quebrar a cabeça	Donaldo Buchweitz	2002		Leitura	1
O Livro Negro de Thomas Kyd	Sheila Hue	2011	1ª Edição	FTD	1
Ciranda de Pedra	Lygia Fagundes Telles	1981	11ª Edição	José Olympio	1
O Segredo das Tranças e Outras Histórias Africanas	Rogério Andrade barbosa	2007		Scipione	1
A 8ª Série C	Odette de Barros Mott	1985	19ª Edição	Brasiliense	1
Rah, O Mensageiro do Sétimo Raio	Luci Guimarães Watanabe	1989	9ª Edição	Atual	1
Que Amor é esse?	Wanda A. Cannutti (Eça de Queiroz)	2011	1ª Edição	EME	1
Giselle (A amante do Inquisidor)	Mônica de Castro	2007	5ª Edição	Vida e Consciência	1
Marley & Eu	John Grogan	2006		Ediouro	1
O Guardião do Templo	Marislei Espíndula Brasileiro	2001		Poli	1
A Aventura do Pudim de Natal	Vânia A. Salek		2ª Edição	Nova Fronteira	1
Caminhos da Ciência - Galileu e o Universo	Steve Parker	2010	1ª Edição	Scipione	1
O Líder em Você.	Dale Carnegie & Associates, inc. Stuart R.	1995		Record	1
Lima Barreto	Antonio Arnoni	1988	2ª Edição	Nova Cultural	1
A Noite Das Bruxas	Aghata Cristie (Tradução :Edilson Alkimin	2005	2ª Edição	Nova Fronteira	1
Dinheiro é possível ter muito mais!	José Rodrigues	2011	1ª Edição	MCM	1
Um Acidente e outras Histórias	Agatha Cristie	2005		Nova Fronteira	1
As Chamas Frias da Fidelização	João Luiz Gabassi	2009	1ª Edição	Hama	1
O Segredo do Sucesso	Gary Hannes	2002	3ª Edição	Atos	1
Araguaina (História e Atualidade)	Claudivan Santiago	2000			1
Nada Dura Para Sempre	Sidney Sheldon				1
Homens Solitários	Louis L' Amour			Globo	1
O Príncipe Fantasma	Ganymêdes José/ Teresa Noronha	1991	22ª Edição	Atual	1
Vítimas Do Preconceito	Codro Palissy		11ª Edição		1
Os Meninos Aquáticos	Charles Kingsley	1972		Ediouro	1
Dom Casmuro	Machado de Assis (Fernando Teixeira de Andrade)			Cered	1
Memórias de Póstumas de Brás Cubas	Machado de Assis			Cered	1
Fernão Capelo Gaivota	Richard Bach				1
Celecino (Se não estamos sós)	Ulisses de Azevedo Braga	2007		Homolux	1
O Advogado de Deus	Zibia Gasparetto	2006	29ª Edição	Vida e Consciência	1
Quarto de Costura	Wania Amarante	2013	3ª Edição	FTD	1
Quando a Vida Escolhe	Zibia M. Gasparetto		1ª Edição	Vida e Consciência	1
O Primo Basílio	Eça de Queiroz	2004		Scipione	1
O Chamado Do Monstro	Patrick Ness	2011	1ª Edição	Ática	1
O Médico e o Monstro	Edla Van Steen	2000	10ª Edição	Scipione	1
A Infância Acabou	Renato Tapajós	1996		Ática	1
Artemis Fowl (O Menino Prodígio do Crime)	Eoin Colfer	2006	11ª Edição	Record	1
Sem Medo de Viver	Zibia Gasparetto	1998	18ª Edição	Vida e Consciência	1
Contos de Hoje e de Ontem	Lima Barreto/ Lygia Bojunga/ Leo Cunha	2003	1ª Edição	Agir	1
Iracema	José de Alencar			Sol	1
Contos	Machado de Assis			Cered	2
Transplante de Amor	Eurípedes Kuhl	2001		Petit	1
Os Grandes Clássicos da Literatura(A volta ao Mundo em	Júlio Verra	1982		Nova Horizonte	1
Contos Para Presentear as Pessoas que Amo	Enrique Mariscal	2008	2ª Edição	Academia	1
O Reino De Deus Está em Vós	Liev Tolstói	2011		BestBolso	1
O Vencedor está só	Paulo Coelho	2009		Gold	1
A Sra. Gracinha é doidinha!	Dan Gutman	2011	1ª Edição	Fundamento	1
1822 (Como um homem sábio, uma princesa triste e um	Laurentino Gomes	2010		Nova Fronteira	1
Decisão(Em prol das Futuras Gerações)	Masanobu Taniguchi	2013	1ª Edição	SEICHO-NO-IE	1
Faça de Cada Dia Uma Obra-Prima	Michael Lynberg	2003		Ediouro	1
Por que você não quer mais ir à igreja?	Wayne Jacobsen/ Dave Coleman	2011		Arqueiro	1
A Arte da Guerra Sun Tzu	Pietro Nasseti	2001	3ª Edição	MARTIN CLARET	1
1565 - Enquanto o Brasil Nascia	Pedro Doria	2012	1ª Edição	Nova Fronteira	1
O Santinho	Luis Fernando Veríssimo	2001		Objetiva	1
O Que o Dinheiro Não Compra	Michael J. Sandel	2012	1ª Edição	Civilização Brasilei	1
Linha D' Água(Entre Estaleiros e Homens do Mar)	Amyr Klink	2006		Companhia Das Le	1
O Preço de Ser Diferente	Mônica de Castro	2006	5ª Edição	Vida e Consciência	1
A Vida Sexual de Catherine M.	Catherine Millet	2002	5ª Edição	Ediouro	1
A Velha Senhora	George Simenon				1
Sempre Existe um Razão	Elisa Masselli	2007	3ª Edição		1
A Floresta Amazônica e Suas Múltiplas Dimensões	Maria Inês Gasparetto Higuchi	2012	2ª Edição	Niro Higuchi	1
Memórias de um Médico Interno	Robin Cook	1995	5ª Edição	Record	1
A Importância do Ato de Ler	Paulo Freire	2000	39ª Edição	Cortez	1
Sinais de Esperança	Alejandro Bullón	2008		Casa Publicadora	1
Hoje Tem Espetáculo	Ana Maria Machado	2001		Nova Fronteira	1
Como é Duro ser Diferente	Giselda Laporta Nicoletis	2005		Quinteto	1
Cantando A vida !	Angelo Bruno	2001		Litteris	1
Meio Ambiente, Sociedade Contemporânea e Sustentabil	Wagner Dos Santos Mariano/ Gecilane Fer	2010		Pedro & João	1
Tempestade Sem Bonança	Francoise Sagan	1997		Record	1
Triste Fim de Policarpo Quaresma	Lima Barreto			Edelbra	1
Meu Caro (A convivência de um escritor com o vírus da	Samir Thomaz	2001	1ª Edição	Ática	1
The Old Woman and The Fly	Dirce Guedes/ Ayton Gomes	1990		FTD	1
Se Deus não Fez	Michelson Borges	2005	2ª Edição	Casa Publicadora	1
No Tempo dos Meia-sauros	Arthur Ferreira Aires Da Cruz				1

Coleção Disney Contos		2005		Melhoramentos	4
Alegria Azul Tristeza Molhada	Ieda Martins de Oliveira	2005	4ª Edição	Casa Publicadora	1
Bichos da Floresta					1
Epopéia	Angelo Bruno		1ª Edição		1
O Preço do Suceso	Giselda Laporta Nicolelis	2001		FTD	1
					1
Revistas Infantins (Gibis da Mônica etc.)					180
Estatuto Da Juventude					4
Lei de Responsabilidade Fiscal					3
Lei de Diretrizes e Bases da Educação					4
Estatuto Da Criança e do Adolescente					2
Cartilha de Estágio					2
Novo Código de Processo Civil					1
Leis Ambientais do Tocantins	César Halum				1
Constituição					2
O Mestre De Cerimônias	Morris West			Circulo do Livro	1
Ideologia e Cidadania	J.B Libanio	2004	2ª Edição	Moderna	1

APÊNDICE B – ANUÊNCIA JUIZ DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUAÍNA



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

1ª DEFENSORIA PÚBLICA DE ARAGUAÍNA – TO

Ofício nº 13/2018/DPAraguaína/TO

Araguaína (TO), 15 de março de 2018,

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr. Heisberto e Silva Furtado Caldas
Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude
Comarca de Araguaína - TO

*R. U.
exate.
afirma-se
ao diretor do CEIP Norte
e diretores da U.S.L.
encaminhando o PDI*

Assunto: Encaminha projeto de leitura para apreciação e despacho

Excelentíssimo Senhor Juiz,

*ante a LTO
e solicitando que
agoram seja com
a suspenção D.P.E,
a fim de evitar*

Precedendo-me de saudação, faço uso do presente

para encaminhar o projeto anexo (LEITURA PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO E O PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA NO ÂMBITO INFANTO-JUVENIL: IMPLEMENTAÇÃO NO CENTRO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DE SANTA FÉ DO ARAGUAÍNA), de modo a obter o apoio da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Araguaína, eis que a Defensoria Pública e a Universidade Federal do Tocantins necessitam trabalhar em conjunto com o Judiciário e o Executivo para a efetivação do mesmo.

Para tanto, solicito reunião com a equipe multidisciplinar e o diretor responsável pelo CEIP Norte, no intuito de apresentar o trabalho a ser desenvolvido.

Coloco-me a disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Téssia Gomes Carneiro
Téssia Gomes Carneiro
Defensora Pública

Handwritten signature and date: 15/03/18

Vertical handwritten note: OJ 1000/18, 1001/18, 1002/18, 1003/18, 1004/18, 1005/18, 1006/18, 1007/18, 1008/18, 1009/18, 1010/18, 1011/18, 1012/18, 1013/18, 1014/18, 1015/18, 1016/18, 1017/18, 1018/18, 1019/18, 1020/18, 1021/18, 1022/18, 1023/18, 1024/18, 1025/18, 1026/18, 1027/18, 1028/18, 1029/18, 1030/18, 1031/18, 1032/18, 1033/18, 1034/18, 1035/18, 1036/18, 1037/18, 1038/18, 1039/18, 1040/18, 1041/18, 1042/18, 1043/18, 1044/18, 1045/18, 1046/18, 1047/18, 1048/18, 1049/18, 1050/18, 1051/18, 1052/18, 1053/18, 1054/18, 1055/18, 1056/18, 1057/18, 1058/18, 1059/18, 1060/18, 1061/18, 1062/18, 1063/18, 1064/18, 1065/18, 1066/18, 1067/18, 1068/18, 1069/18, 1070/18, 1071/18, 1072/18, 1073/18, 1074/18, 1075/18, 1076/18, 1077/18, 1078/18, 1079/18, 1080/18, 1081/18, 1082/18, 1083/18, 1084/18, 1085/18, 1086/18, 1087/18, 1088/18, 1089/18, 1090/18, 1091/18, 1092/18, 1093/18, 1094/18, 1095/18, 1096/18, 1097/18, 1098/18, 1099/18, 1100/18, 1101/18, 1102/18, 1103/18, 1104/18, 1105/18, 1106/18, 1107/18, 1108/18, 1109/18, 1110/18, 1111/18, 1112/18, 1113/18, 1114/18, 1115/18, 1116/18, 1117/18, 1118/18, 1119/18, 1120/18, 1121/18, 1122/18, 1123/18, 1124/18, 1125/18, 1126/18, 1127/18, 1128/18, 1129/18, 1130/18, 1131/18, 1132/18, 1133/18, 1134/18, 1135/18, 1136/18, 1137/18, 1138/18, 1139/18, 1140/18, 1141/18, 1142/18, 1143/18, 1144/18, 1145/18, 1146/18, 1147/18, 1148/18, 1149/18, 1150/18, 1151/18, 1152/18, 1153/18, 1154/18, 1155/18, 1156/18, 1157/18, 1158/18, 1159/18, 1160/18, 1161/18, 1162/18, 1163/18, 1164/18, 1165/18, 1166/18, 1167/18, 1168/18, 1169/18, 1170/18, 1171/18, 1172/18, 1173/18, 1174/18, 1175/18, 1176/18, 1177/18, 1178/18, 1179/18, 1180/18, 1181/18, 1182/18, 1183/18, 1184/18, 1185/18, 1186/18, 1187/18, 1188/18, 1189/18, 1190/18, 1191/18, 1192/18, 1193/18, 1194/18, 1195/18, 1196/18, 1197/18, 1198/18, 1199/18, 1200/18, 1201/18, 1202/18, 1203/18, 1204/18, 1205/18, 1206/18, 1207/18, 1208/18, 1209/18, 1210/18, 1211/18, 1212/18, 1213/18, 1214/18, 1215/18, 1216/18, 1217/18, 1218/18, 1219/18, 1220/18, 1221/18, 1222/18, 1223/18, 1224/18, 1225/18, 1226/18, 1227/18, 1228/18, 1229/18, 1230/18, 1231/18, 1232/18, 1233/18, 1234/18, 1235/18, 1236/18, 1237/18, 1238/18, 1239/18, 1240/18, 1241/18, 1242/18, 1243/18, 1244/18, 1245/18, 1246/18, 1247/18, 1248/18, 1249/18, 1250/18, 1251/18, 1252/18, 1253/18, 1254/18, 1255/18, 1256/18, 1257/18, 1258/18, 1259/18, 1260/18, 1261/18, 1262/18, 1263/18, 1264/18, 1265/18, 1266/18, 1267/18, 1268/18, 1269/18, 1270/18, 1271/18, 1272/18, 1273/18, 1274/18, 1275/18, 1276/18, 1277/18, 1278/18, 1279/18, 1280/18, 1281/18, 1282/18, 1283/18, 1284/18, 1285/18, 1286/18, 1287/18, 1288/18, 1289/18, 1290/18, 1291/18, 1292/18, 1293/18, 1294/18, 1295/18, 1296/18, 1297/18, 1298/18, 1299/18, 1300/18, 1301/18, 1302/18, 1303/18, 1304/18, 1305/18, 1306/18, 1307/18, 1308/18, 1309/18, 1310/18, 1311/18, 1312/18, 1313/18, 1314/18, 1315/18, 1316/18, 1317/18, 1318/18, 1319/18, 1320/18, 1321/18, 1322/18, 1323/18, 1324/18, 1325/18, 1326/18, 1327/18, 1328/18, 1329/18, 1330/18, 1331/18, 1332/18, 1333/18, 1334/18, 1335/18, 1336/18, 1337/18, 1338/18, 1339/18, 1340/18, 1341/18, 1342/18, 1343/18, 1344/18, 1345/18, 1346/18, 1347/18, 1348/18, 1349/18, 1350/18, 1351/18, 1352/18, 1353/18, 1354/18, 1355/18, 1356/18, 1357/18, 1358/18, 1359/18, 1360/18, 1361/18, 1362/18, 1363/18, 1364/18, 1365/18, 1366/18, 1367/18, 1368/18, 1369/18, 1370/18, 1371/18, 1372/18, 1373/18, 1374/18, 1375/18, 1376/18, 1377/18, 1378/18, 1379/18, 1380/18, 1381/18, 1382/18, 1383/18, 1384/18, 1385/18, 1386/18, 1387/18, 1388/18, 1389/18, 1390/18, 1391/18, 1392/18, 1393/18, 1394/18, 1395/18, 1396/18, 1397/18, 1398/18, 1399/18, 1400/18, 1401/18, 1402/18, 1403/18, 1404/18, 1405/18, 1406/18, 1407/18, 1408/18, 1409/18, 1410/18, 1411/18, 1412/18, 1413/18, 1414/18, 1415/18, 1416/18, 1417/18, 1418/18, 1419/18, 1420/18, 1421/18, 1422/18, 1423/18, 1424/18, 1425/18, 1426/18, 1427/18, 1428/18, 1429/18, 1430/18, 1431/18, 1432/18, 1433/18, 1434/18, 1435/18, 1436/18, 1437/18, 1438/18, 1439/18, 1440/18, 1441/18, 1442/18, 1443/18, 1444/18, 1445/18, 1446/18, 1447/18, 1448/18, 1449/18, 1450/18, 1451/18, 1452/18, 1453/18, 1454/18, 1455/18, 1456/18, 1457/18, 1458/18, 1459/18, 1460/18, 1461/18, 1462/18, 1463/18, 1464/18, 1465/18, 1466/18, 1467/18, 1468/18, 1469/18, 1470/18, 1471/18, 1472/18, 1473/18, 1474/18, 1475/18, 1476/18, 1477/18, 1478/18, 1479/18, 1480/18, 1481/18, 1482/18, 1483/18, 1484/18, 1485/18, 1486/18, 1487/18, 1488/18, 1489/18, 1490/18, 1491/18, 1492/18, 1493/18, 1494/18, 1495/18, 1496/18, 1497/18, 1498/18, 1499/18, 1500/18, 1501/18, 1502/18, 1503/18, 1504/18, 1505/18, 1506/18, 1507/18, 1508/18, 1509/18, 1510/18, 1511/18, 1512/18, 1513/18, 1514/18, 1515/18, 1516/18, 1517/18, 1518/18, 1519/18, 1520/18, 1521/18, 1522/18, 1523/18, 1524/18, 1525/18, 1526/18, 1527/18, 1528/18, 1529/18, 1530/18, 1531/18, 1532/18, 1533/18, 1534/18, 1535/18, 1536/18, 1537/18, 1538/18, 1539/18, 1540/18, 1541/18, 1542/18, 1543/18, 1544/18, 1545/18, 1546/18, 1547/18, 1548/18, 1549/18, 1550/18, 1551/18, 1552/18, 1553/18, 1554/18, 1555/18, 1556/18, 1557/18, 1558/18, 1559/18, 1560/18, 1561/18, 1562/18, 1563/18, 1564/18, 1565/18, 1566/18, 1567/18, 1568/18, 1569/18, 1570/18, 1571/18, 1572/18, 1573/18, 1574/18, 1575/18, 1576/18, 1577/18, 1578/18, 1579/18, 1580/18, 1581/18, 1582/18, 1583/18, 1584/18, 1585/18, 1586/18, 1587/18, 1588/18, 1589/18, 1590/18, 1591/18, 1592/18, 1593/18, 1594/18, 1595/18, 1596/18, 1597/18, 1598/18, 1599/18, 1600/18, 1601/18, 1602/18, 1603/18, 1604/18, 1605/18, 1606/18, 1607/18, 1608/18, 1609/18, 1610/18, 1611/18, 1612/18, 1613/18, 1614/18, 1615/18, 1616/18, 1617/18, 1618/18, 1619/18, 1620/18, 1621/18, 1622/18, 1623/18, 1624/18, 1625/18, 1626/18, 1627/18, 1628/18, 1629/18, 1630/18, 1631/18, 1632/18, 1633/18, 1634/18, 1635/18, 1636/18, 1637/18, 1638/18, 1639/18, 1640/18, 1641/18, 1642/18, 1643/18, 1644/18, 1645/18, 1646/18, 1647/18, 1648/18, 1649/18, 1650/18, 1651/18, 1652/18, 1653/18, 1654/18, 1655/18, 1656/18, 1657/18, 1658/18, 1659/18, 1660/18, 1661/18, 1662/18, 1663/18, 1664/18, 1665/18, 1666/18, 1667/18, 1668/18, 1669/18, 1670/18, 1671/18, 1672/18, 1673/18, 1674/18, 1675/18, 1676/18, 1677/18, 1678/18, 1679/18, 1680/18, 1681/18, 1682/18, 1683/18, 1684/18, 1685/18, 1686/18, 1687/18, 1688/18, 1689/18, 1690/18, 1691/18, 1692/18, 1693/18, 1694/18, 1695/18, 1696/18, 1697/18, 1698/18, 1699/18, 1700/18, 1701/18, 1702/18, 1703/18, 1704/18, 1705/18, 1706/18, 1707/18, 1708/18, 1709/18, 1710/18, 1711/18, 1712/18, 1713/18, 1714/18, 1715/18, 1716/18, 1717/18, 1718/18, 1719/18, 1720/18, 1721/18, 1722/18, 1723/18, 1724/18, 1725/18, 1726/18, 1727/18, 1728/18, 1729/18, 1730/18, 1731/18, 1732/18, 1733/18, 1734/18, 1735/18, 1736/18, 1737/18, 1738/18, 1739/18, 1740/18, 1741/18, 1742/18, 1743/18, 1744/18, 1745/18, 1746/18, 1747/18, 1748/18, 1749/18, 1750/18, 1751/18, 1752/18, 1753/18, 1754/18, 1755/18, 1756/18, 1757/18, 1758/18, 1759/18, 1760/18, 1761/18, 1762/18, 1763/18, 1764/18, 1765/18, 1766/18, 1767/18, 1768/18, 1769/18, 1770/18, 1771/18, 1772/18, 1773/18, 1774/18, 1775/18, 1776/18, 1777/18, 1778/18, 1779/18, 1780/18, 1781/18, 1782/18, 1783/18, 1784/18, 1785/18, 1786/18, 1787/18, 1788/18, 1789/18, 1790/18, 1791/18, 1792/18, 1793/18, 1794/18, 1795/18, 1796/18, 1797/18, 1798/18, 1799/18, 1800/18, 1801/18, 1802/18, 1803/18, 1804/18, 1805/18, 1806/18, 1807/18, 1808/18, 1809/18, 1810/18, 1811/18, 1812/18, 1813/18, 1814/18, 1815/18, 1816/18, 1817/18, 1818/18, 1819/18, 1820/18, 1821/18, 1822/18, 1823/18, 1824/18, 1825/18, 1826/18, 1827/18, 1828/18, 1829/18, 1830/18, 1831/18, 1832/18, 1833/18, 1834/18, 1835/18, 1836/18, 1837/18, 1838/18, 1839/18, 1840/18, 1841/18, 1842/18, 1843/18, 1844/18, 1845/18, 1846/18, 1847/18, 1848/18, 1849/18, 1850/18, 1851/18, 1852/18, 1853/18, 1854/18, 1855/18, 1856/18, 1857/18, 1858/18, 1859/18, 1860/18, 1861/18, 1862/18, 1863/18, 1864/18, 1865/18, 1866/18, 1867/18, 1868/18, 1869/18, 1870/18, 1871/18, 1872/18, 1873/18, 1874/18, 1875/18, 1876/18, 1877/18, 1878/18, 1879/18, 1880/18, 1881/18, 1882/18, 1883/18, 1884/18, 1885/18, 1886/18, 1887/18, 1888/18, 1889/18, 1890/18, 1891/18, 1892/18, 1893/18, 1894/18, 1895/18, 1896/18, 1897/18, 1898/18, 1899/18, 1900/18, 1901/18, 1902/18, 1903/18, 1904/18, 1905/18, 1906/18, 1907/18, 1908/18, 1909/18, 1910/18, 1911/18, 1912/18, 1913/18, 1914/18, 1915/18, 1916/18, 1917/18, 1918/18, 1919/18, 1920/18, 1921/18, 1922/18, 1923/18, 1924/18, 1925/18, 1926/18, 1927/18, 1928/18, 1929/18, 1930/18, 1931/18, 1932/18, 1933/18, 1934/18, 1935/18, 1936/18, 1937/18, 1938/18, 1939/18, 1940/18, 1941/18, 1942/18, 1943/18, 1944/18, 1945/18, 1946/18, 1947/18, 1948/18, 1949/18, 1950/18, 1951/18, 1952/18, 1953/18, 1954/18, 1955/18, 1956/18, 1957/18, 1958/18, 1959/18, 1960/18, 1961/18, 1962/18, 1963/18, 1964/18, 1965/18, 1966/18, 1967/18, 1968/18, 1969/18, 1970/18, 1971/18, 1972/18, 1973/18, 1974/18, 1975/18, 1976/18, 1977/18, 1978/18, 1979/18, 1980/18, 1981/18, 1982/18, 1983/18, 1984/18, 1985/18, 1986/18, 1987/18, 1988/18, 1989/18, 1990/18, 1991/18, 1992/18, 1993/18, 1994/18, 1995/18, 1996/18, 1997/18, 1998/18, 1999/18, 2000/18, 2001/18, 2002/18, 2003/18, 2004/18, 2005/18, 2006/18, 2007/18, 2008/18, 2009/18, 2010/18, 2011/18, 2012/18, 2013/18, 2014/18, 2015/18, 2016/18, 2017/18, 2018/18, 2019/18, 2020/18, 2021/18, 2022/18, 2023/18, 2024/18, 2025/18, 2026/18, 2027/18, 2028/18, 2029/18, 2030/18, 2031/18, 2032/18, 2033/18, 2034/18, 2035/18, 2036/18, 2037/18, 2038/18, 2039/18, 2040/18, 2041/18, 2042/18, 2043/18, 2044/18, 2045/18, 2046/18, 2047/18, 2048/18, 2049/18, 2050/18, 2051/18, 2052/18, 2053/18, 2054/18, 2055/18, 2056/18, 2057/18, 2058/18, 2059/18, 2060/18, 2061/18, 2062/18, 2063/18, 2064/18, 2065/18, 2066/18, 2067/18, 2068/18, 2069/18, 2070/18, 2071/18, 2072/18, 2073/18, 2074/18, 2075/18, 2076/18, 2077/18, 2078/18, 2079/18, 2080/18, 2081/18, 2082/18, 2083/18, 2084/18, 2085/18, 2086/18, 2087/18, 2088/18, 2089/18, 2090/18, 2091/18, 2092/18, 2093/18, 2094/18, 2095/18, 2096/18, 2097/18, 2098/18, 2099/18, 2100/18, 2101/18, 2102/18, 2103/18, 2104/18, 2105/18, 2106/18, 2107/18, 2108/18, 2109/18, 2110/18, 2111/18, 2112/18, 2113/18, 2114/18, 2115/18, 2116/18, 2117/18, 2118/18, 2119/18, 2120/18, 2121/18, 2122/18, 2123/18, 2124/18, 2125/18, 2126/18, 2127/18, 2128/18, 2129/18, 2130/18, 2131/18, 2132/18, 2133/18, 2134/18, 2135/18, 2136/18, 2137/18, 2138/18, 2139/18, 2140/18, 2141/18, 2142/18, 2143/18, 2144/18, 2145/18, 2146/18, 2147/18, 2148/18, 2149/18, 2150/18, 2151/18, 2152/18, 2153/18, 2154/18, 2155/18, 2156/18, 2157/18, 2158/18, 2159/18, 2160/18, 2161/18, 2162/18, 2163/18, 2164/18, 2165/18, 2166/18, 2167/18, 2168/18, 2169/18, 2170/18, 2171/18, 2172/18, 2173/18, 2174/18, 2175/18, 2176/18, 2177/18, 2178/18, 2179/18, 2180/18, 2181/18, 2182/18, 2183/18, 2184/18, 2185/18, 2186/18, 2187/18, 2188/18, 2189/18, 2190/18, 2191/18, 2192/18, 2193/18, 2194/18, 2195/18, 2196/18, 2197/18, 2198/18, 2199/18, 2200/18, 2201/18, 2202/18, 2203/18, 2204/18, 2205/18, 2206/18, 2207/18, 2208/18, 2209/18, 2210/18, 2211/18, 2212/18, 2213/18, 2214/18, 2215/18, 2216/18, 2217/18, 2218/18, 2219/18, 2220/18, 2221/18, 2222/18, 2223/18, 2224/18, 2225/18, 2226/18, 2227/18, 2228/18, 2229/18, 2230/18, 2231/18, 2232/18, 2233/18, 2234/18, 2235/18, 2236/18, 2237/18, 2238/18, 2239/18, 2240/18, 2241/18, 2242/18, 2243/18, 2244/18, 22

APÊNDICE C – ANUÊNCIA DO DEFENSOR TITULAR DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA REGIONAL DE ARAGUAÍNA



1ª Defensoria Pública de Araguaína/TO

Ofício n.º 39/2018 – 1ª Defensoria Pública de Araguaína/TO

R-hoje - Dada a grandiosidade e extrema relevância do Projeto em tela, que diz bem de perto com o objetivo maior das medidas socioeducativas, manifesto, com
 Araguaína (TO), 7 de dezembro de 2018.

Ao Ilmo. Sr. *Dr. Luís da Silva Sá* muito entusiasmo e alegria, minha plena *AQUIESCÊNCIA aos seus termos.*

Defensor Público (Titular da 14ª Defensoria Pública de Araguaína/TO)

Dê-se ciência à ilustre Defensora Pública subsidi-

Assunto: Anuência ao desenvolvimento da pesquisa de projeto de doutorado junto ao
 CEIP Norte. *tora, arquivando-se, em seguida, o expediente*

Ann. 10.12.2018.

Senhor Defensor Público,

Luís da Silva Sá
 Defensor Público

Apos cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me deste expediente para requerer anuência ao desenvolvimento do projeto de doutorado a ser realizado junto à Defensoria Pública de Infância e Juventude de Araguaína/TO (projeto em anexo).

Esclareço que esta Defensoria Pública doutoranda atua junto à 1ª Defensoria Pública de Família e Sucessões de Araguaína/TO, assim, em respeito à Resolução n.º 150 do Conselho Superior da Defensoria Pública, e considerando a equidade entre as Defensorias Públicas, solicito o consentimento de Vossa Senhoria para o desenvolvimento da mencionada pesquisa que tem como título: 'Leitura para Efectivação do Direito Fundamental à Educação e o Princípio da Prioridade Absoluta no Âmbito Infante-Juvenil: implementação do centro de internação provisória de Santa Fé do Araguaína (CEIP NORTE).

Elucido que o Poder Judiciário do Tocantins, representado pelo Juiz Dr. *Heriberto e Silva Furtado Colás*, titular do Juizado Especial da Infância e Juventude da

PROTOCOLO
 Def. Pública do Estado do Tocantins - Araguaína/TO
 Registrado no Livro nº 1117, folha nº 605
 no Livro competente de nº 3 de 20
 Araguaína-TO 07/12/18
Jenilson



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS
1ª Defensoria Pública de Araguaína/TO

Comarca de Araguaína/TO, está ciente e arui ao desenvolvimento do projeto de pesquisa de doutorado junto ao CEIP Norte (em anexo).

Aclaro ainda que a referida pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisas Humanas da Universidade Federal do Tocantins, e necessita do respaldo do Defensor Público natural para aprovação na mencionada Universidade.

Portanto, esta Defensoria Pública doutoranda requer a anuência de Vossa Senhoria, Defensor Público natural da 14ª Defensoria Pública de Infância e Juventude de Araguaína/TO.

No mais, antecipa protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Tessia Gomes Carneiro
Tessia Gomes Carneiro
Defensora Pública

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM A DRA. IRENE RIZZINI

<https://doi.org/10.4322/dilemas.v14n2.37747>

30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Entrevista com Irene Rizzini

Téssia Gomes Carneiro

Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

Valéria da Silva Medeiros

Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

Braz Batista Vas

Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

Nós, pesquisadores da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) e da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), tivemos o privilégio de entrevistar a professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Irene Rizzini. O estudo em campo sobre a criança, o adolescente e o jovem brasileiro, em suas diversidades, pauta as reflexões da fundadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi), que, associado à PUC-Rio, desenvolve pesquisas e projetos sociais no âmbito dos direitos da população infantil e juvenil e da proteção integral.

Rizzini é socióloga, doutora pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), mestre em serviço social pela Universidade de Chicago e graduada em psicologia pela Universidade Santa Úrsula (USU). Ela é conhecida no Brasil e no exterior por seus estudos na área dos direitos humanos e desenvolve pesquisas para subsidiar políticas sociais e políticas públicas dirigidas à população infantil e juvenil. É referência na questão social, sobretudo no cenário de emergência de conflitos sociais em que processos de vulnerabilização se acentuam. Seu engajamento científico e a qualidade de seus textos podem ser observados em suas várias obras, entre elas *O século perdido* (2011[1995]) e *Crianças e adolescentes em conexão com a rua: Pesquisas e políticas públicas* (2019).

Na conversa a seguir, realizada em 9 de julho de 2020, no mês de aniversário dos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a entrevistada compartilhou sua experiência e trajetória acadêmica como pesquisadora comprometida com a promoção e a defesa dos direitos do público infantojuvenil. Tratou da mudança de paradigma no âmbito infantojuvenil brasileiro e discorreu sobre a perspectiva histórica para a compreensão dos processos de vulnerabilização. O risco de redução da maioria penal também foi destacado, ao lado da aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto e da articulação intersetorial. A pobreza, a voz daqueles frequentemente invisibilizados e a participação popular foram lembrados ao discorrer sobre a ampliação de oportunidades equitativas por meio da execução de políticas públicas e sociais.



Irene, você é socióloga, professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Católica do Rio de Janeiro [PUC-Rio] e diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância [Ciespi]. Poderia nos contar um pouco sobre a sua história acadêmica?

Pois não, com o maior prazer. Eu comecei minha trajetória acadêmica muito, muito jovem. São mais de quatro décadas que eu sou professora universitária. Acho que eu já nasci com essa vocação, mas antes de entrar no universo acadêmico eu já tinha uma trajetória de militância, desde a adolescência, com crianças e adolescentes e instituições fechadas, naquelas que eram na época, ainda nos anos 1970, muito invisíveis. Não se falava sobre isso, em plena ditadura. Então eu tive a oportunidade de me aproximar desse campo e fui aprendendo muito jovem que as crianças que lá estavam não eram órfãs, embora elas soubessem que estavam em um orfanato... Então vinham crescendo com uma identidade de orfandade sem o serem. Tinham famílias, lembravam das famílias, e muito do ideário da própria instituição para facilitar a vida deles [*dos funcionários*] era evitar o contato com a família. E isso me tocava muito. Eu achava realmente um absurdo! Me passava muita indignação, e eu segui minha trajetória acadêmica pesquisando esse campo.

Eu comecei com a psicologia, depois parti para a sociologia, mais porque talvez até mesmo na época de ditadura a psicologia era um campo mais aberto do que a sociologia, a filosofia... As ciências sociais foram campos muitos perseguidos. E aí eu tomei essa decisão mesmo de que o meu lugar de trabalho e de participação social seria por meio da academia. Eu começo como professora de psicologia do desenvolvimento, já que me interessava muito pelo desenvolvimento infantil. É, eu acho que a minha primeira meta foi estudar a criança brasileira, porque na psicologia do desenvolvimento nós só trabalhávamos com autores internacionais, e aquilo é muito interessante, mas eu falava: “E as crianças brasileiras?! Elas não cabem necessariamente nesses perfis de crianças com esses autores”. Talvez as crianças de classe média, classe média alta, brancas, nas zonas ricas das cidades, onde elas já nascem com direitos praticamente assegurados, com acesso à educação de qualidade. Agora, a grande maioria da população brasileira não se encaixa nesse perfil. O quê que a gente tinha a dizer delas a partir dessa literatura? Muito pouco. Então eu já instituí desde o início pros meus alunos ir pra campo, descrever a criança brasileira na rua, na creche, no orfanato, onde fosse. E isso foi muito importante também para a minha própria trajetória, de ver o interesse dos alunos, né, [*de ver eles*] pesquisarem, fotografarem, filmarem essas crianças nessa diversidade das infâncias brasileiras. E nós começávamos a discutir [*Jean*] Piaget, René Spitz e outros autores, [*Donald Woods*] Winnicott, a partir da criança brasileira.

Assim começou minha trajetória acadêmica. Depois eu tive a oportunidade de fazer o mestrado na Universidade de Chicago, onde eu entrei mais na área de pesquisa e políticas públicas... então [*entrei*] no campo mais das ciências sociais e do serviço social. E, ao retornar ao Brasil, eu fundo o primeiro centro de pesquisa, ainda na Universidade Santa Úrsula, em 1984. E depois daí, em 2002 a

PUC me convida; eu parto pra lá [e] é onde estou até hoje. E trouxemos o centro, fizemos com que o centro de pesquisas se tornasse internacional porque já vinha trabalhando com um grande número de países. E de lá [do Ciespi] nós vamos trabalhando de forma bastante interdisciplinar, transdisciplinar, as questões relacionadas às múltiplas infâncias no Brasil.

Como e quando a temática da juventude passa a ser objeto de interesse na sua trajetória de estudos?

Eu acho que desde que eu me entendo por gente. Eu era quase criança. Então eu trago isso pra universidade, eu trago isso pros vários campos onde eu atuei, e começo a não só a trabalhar com a ideia da criança com as infâncias no Brasil e as infâncias de outras partes do mundo, mas também de aproximar a pesquisa ao campo da ação, que é a formação de estudantes e profissionais, no intuito mesmo de que a pesquisa servisse pra subsidiar os múltiplos campos onde no final da linha está a criança — a criança no seu contexto familiar e comunitário. São as pessoas que precisam dessas informações e que muitas vezes no universo acadêmico não chega lá. Não estou dizendo toda a parte necessária da formação dentro da universidade de forma bastante interdisciplinar, mas temos a preocupação de informar a mídia, de informar as lideranças comunitárias, entre outros atores. As instituições que atuam, por exemplo, com pais e responsáveis, todos os profissionais que estão na linha de frente que trabalham com a criança, o adolescente e o jovem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe em seu corpo legal [o princípio d]aproteção prioritária e integral, numa superação da doutrina da situação irregular. Em seu ponto de vista, quais são as principais dificuldades enfrentadas para a efetivação da mudança de paradigma no âmbito infanto-juvenil brasileiro?

Certo. Bom, primeiro, é [importante] dizer que a mudança de paradigma nos anos 1980, com a Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de fato constituiu uma mudança revolucionária. Eu participei dessa passagem. Eu já estava muito ativa, nacional e internacionalmente, nessa época. Embora a criação do Centro [Ciespi] fosse recente, eu já tinha mais de dez anos como professora universitária e fui muito ativa nas discussões do Estatuto, da Constituição Federal e também em outros espaços, como o Fórum de Direitos da Criança. Eu já estava bastante interconectada, nacional e internacionalmente, e essa passagem significou uma mudança de conceptualização, mas também de postura, que foi fundamental. Tudo isso está bem registrado na minha produção acadêmica; eu diria, sobretudo, no livro *O século perdido*[2011(1995)], [em] *A arte de governar crianças*[2011(1997)], escrito com Francisco Pilotti e

agora, mais recentemente, [n]o livro em que eu discuto a população infantil e juvenil em conexão com a rua, *Crianças e adolescentes em conexão com a rua: Pesquisas e políticas públicas*[2019]— porque aí eu faço uma retrospectiva de 40 anos olhando pra população em conexão com a rua, porque essa população, ou essa parcela da população, foi muito importante! É, [foi muito importante] na própria atuação política, na passagem do Estatuto quando foi necessário se ter forte mobilização política pra que o Código de Menores fosse substituído pelo Estatuto.

Eu acho que de primeira, assim, algo extremamente marcante é que a criança passa a ser sujeito de direitos. A criança e o adolescente [passam a ser vistos] como prioridade nacional, [algo] realmente inédito e superimportante. A mudança de paradigma pra ideia mesmo de proteção integral e o desenvolvimento integral da criança, e toda a mudança institucional que foi necessário fazer a partir daí, dando conta de fechar as portas das instituições totais. Nos orfanatos onde eu comecei a atuar, eu participei desse processo intensamente, de uma institucionalidade que usasse como referência os direitos das crianças e dos adolescentes. E toda uma ideia de que não eram “menores”, né? A discussão muito forte em torno da ideia do menor abandonado e delinquente, muito presente na legislação anterior e depois com a ideia da criança em situação irregular, do menor em situação irregular. Todo o questionamento disso eu tive a oportunidade de pesquisar muito, de discutir e depois divulgar nacional e internacionalmente, podendo contribuir pra mudanças significativas sobre a concepção de infâncias, mas também de todo o atendimento no campo das políticas públicas.

É, [as] dificuldades são muitas porque a lei não muda tudo, né? A lei, assim como a Constituição Federal, vem como um guia de mudanças de paradigmas, com recomendações e princípios e diretrizes. O fundamental será a implementação disso e esse processo é extremamente difícil. No Brasil é particularmente difícil porque — e aí já respondendo as limitações da legislação e das políticas públicas — nós temos uma história, uma história muito enraizada de um assistencialismo, de um tutelamento da população pobre. Então quando você tem, por exemplo, um programa importante como o Bolsa Família, que é um programa de transferência de renda cujo objetivo é diminuir a pobreza, é possibilitar que famílias tenham outros acessos e que as crianças possam não estar num trabalho infantil, possam estar na escola, enfim, aí vai se chamar de uma bolsa, quando na verdade é um direito do cidadão.

Então [há] essa dificuldade da possibilidade de olhar para a política pública como um direito dos cidadãos, da educação de qualidade, da moradia, das condições dignas de vida, que são aspectos fundamentais, obviamente, para que as famílias possam prover o que é necessário para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. E uma das grandes barreiras em nosso país tem a ver com uma cultura de não implementação, [com] o fato de termos muitas leis e políticas, mas de não conseguir[mos] implementá-las e orçar as prioridades e fazer com que elas funcionem, monitorando esses processos. E temos também a prática de que esse campo todo fica na mão da

política partidária. Então o partido tá ali, o partido sai ou Fulano/Fulana que são daquele partido, e aí parece que não se sustenta a continuidade dos programas e das ações que foram desenhados. Toda aquela discussão da crítica às políticas de governo, ao invés de políticas de Estado, e que deveria ter sua continuidade avaliada sistematicamente para que elas possam continuar se estiverem dando certo.

Então essas são talvez as principais barreiras que nós encontramos. E uma das mudanças mais importantes que o Estatuto vai trazer se refere à Constituição Federal, com novos paradigmas de direitos que lev[aram] a uma mudança na institucionalidade de múltiplos processos, onde a participação popular passa a ser incentivada. Então os conselhos de direito, a paridade dos conselhos, os conselhos deliberativos são questões muito novas, tão novas que nós também tivemos muitas dificuldades pra implementar. Então certamente há equívocos, e fomos aprendendo melhor a ideia dos conselhos. Para isso, a experiência prática dos conselhos foi fundamental. E aí nós vamos vendo que também esse campo fica muito sob o domínio da política partidária intervindo nesses espaços, como aconteceu no final de 2019, quando o presidente da República simplesmente cassa os direitos de atuação dos conselheiros legitimamente eleitos para o [*Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*] Conanda, e agora ele vem funcionando de forma bastante frágil com uma liminar. Mas esse é um exemplo de algo muito importante que aconteceu no país e que vem sendo, não por acaso, objeto de muita resistência.

Irene, qual a influência do percurso histórico na reflexão sobre o descumprimento e as violações aos direitos das crianças e adolescentes no Brasil?

Bom, eu falei um pouco sobre as raízes históricas de uma cultura que funciona de cima para baixo de uma forma autoritária. Muitos governos de direita, governos autoritários, um histórico de repressão... Nós temos uma trajetória política, histórica, que possibilita, ainda, [*a concentração d*]o poder nas mãos de certas famílias, e estamos vivendo isso na pele até hoje! Acho que a história, ela é fundamental para que a gente possa compreender o presente. Foi por isso que eu dediquei muitos anos ao estudo da história da legislação e da assistência à infância, e que eu acho que está melhor retratada no livro *O século perdido*. Nesse livro, [*eu*] trabalho com a passagem sobretudo do século XIX para o século XX, contando como [*se desenvolveu*] a ideia da importância da criança, vista como “futuro da nação”, e o significado disso para a construção nacional do país. E essa compreensão vai trazer muitas consequências importantes, sobretudo no início do século XX, com o exercício da construção de uma legislação específica para essa população que não existia antes [*e*] que vai resultar no Código de Menores, no Código de Melo Mattos de 1927.

É a primeira legislação especificamente voltada para a população de crianças e adolescentes, na época, sem problematização alguma, denominada de “menores”. Na época era um grande avanço,

porque não existia nenhuma regulamentação específica pra essa população, só que [a legislação era] muito focada na concepção de “o menor abandonado e delinquente”. Eram menores aqueles com características específicas de pobreza, de serem em sua maioria negros, vivendo nas periferias das cidades ou nas zonas rurais muito empobrecidas — aí se incluindo outros grupos, como conhecem, as populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Então a ideia era conhecer a história desse segmento da população, visto como alvo da legislação na época. E a história da assistência nos trouxe muitos elementos importantes para compreender justamente os gargalos onde não se conseguiu avançar, o que denominamos de raízes históricas das políticas públicas. Mas se consegue também perceber os vários avanços que aconteceram ao longo das décadas, principalmente nas últimas três décadas, após a aprovação do ECA e da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.

E como você vê o debate da redução da maioria penal no Brasil, quando a predominância de adolescentes internados em cumprimento de medida socioeducativa se compõe de pardos e negros, de origem pobre e com baixa escolaridade?

Nós publicamos muito sobre isso e volta e meia temos que voltar e discutir, principalmente com a mídia e com vários grupos que divulgam informações equivocadas. A questão dos adolescentes que hoje chamamos de adolescentes autores de atos infracionais é uma questão complicada no mundo inteiro. São pouquíssimos países que conseguem lidar de forma mais humanizada com a sua população que comete algum tipo de crime ou infração, sobretudo ainda na infância ou na adolescência ou na juventude. Sem dúvida, é preciso um investimento grande. É quase um atendimento mais individualizado e nosso país nunca conseguiu realizar isso. Então é uma questão delicada e, por mais que nós tenhamos uma legislação e uma política do [Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo] sinase muito clara, calcada na ideia de direitos dessa população, na prática não conseguimos prover cuidado humano como se espera essa população. Vemos que as instituições são absolutamente inadequadas e na sua própria constituição são como prisões onde se humilha, onde se violenta esse adolescente. Nós não conseguimos de fato avançar!

Então como fazer a defesa da redução da maioria penal? Em primeiro lugar, está mais que comprovado que o encarceramento não reabilita e nem reeduca ninguém, muito pelo contrário. Segundo, é extremamente oneroso manter essa população encarcerada, além de ser um imenso investimento. Se esse investimento fosse adequadamente utilizado nas políticas básicas, sobretudo na primeira infância, na gestação e nos primeiros anos de vida, nós teríamos uma redução dessa população. Se as famílias tivessem apoio, melhores condições pra educar seus filhos. Então nós produzimos uma máquina que acaba prejudicando a situação muitas vezes já dramática de adolescentes que estão perdidos, que não sabem pra onde ir, não tiveram acesso à educação de

qualidade, que se sentem discriminados. São muito fortemente expostos à violência e [a] múltiplas violações de direitos. Então o que esperar?! Mesmo assim, nós temos uma estatística que mostra claramente que a grande maioria comete menos de 1% dos crimes considerados graves. Então a proposta é encarcerar aos 14, 15, 16 anos? Vamos aumentar o tempo de internação para quê? O que eles precisam é [de] um atendimento adequado, que leve em conta as violações de direitos que já vivenciaram. Não, não só da assistência! Um atendimento também de saúde, da saúde mental, sobretudo, um suporte psicológico que esses meninos e meninas precisariam. Então, por isso, o discurso sobre a redução da maioridade penal é extremamente equivocado. Isso não resolverá, mas agravará o problema; e nem modificará o número de casos também. Então é uma dessas medidas imediatistas que continuam tramitando e esperamos que não leve a lugar nenhum.

Fale sobre o livro *Adolescência, direito e medidas socioeducativas em meio aberto* [2019, escrito com Aldaíza Sposati e Antonio Carlos de Oliveira] e a cultura punitiva em que estamos inseridos.

É, a cultura punitiva, ela é bem relacionada ao que nós acabamos de falar sobre defender a redução da maioridade penal e permitir que adolescentes que cometeram atos infracionais sejam tão maltratados — a perseguição aos adolescentes, sobretudo negros e pobres. Há um alto índice de homicídios, agressões e mortes violentas dessa população. Eles são na verdade as vítimas disso aí! As estatísticas são claríssimas, mas isso não convém, por isso é importante discutir muito. O livro que publicamos vai tratar da população em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. A ideia toda da socioeducação é muito interessante, se ela fosse posta em prática, [por] que é diferente da antiga ideia de reabilitação, de reeducação do passado, mas transvestida na ideia de educação e possibilidade de inclusão social.

Voltamos ao velho problema da cultura da não implementação das leis e políticas— problema também da qualificação e das condições de trabalho dos profissionais que não recebem o treinamento adequado. Talvez as seleções sejam equivocadas. Que pessoas podem trabalhar com essa população? Os profissionais deveriam ter um preparo especial, uma formação muito cuidadosa e um acompanhamento contínuo, porque o que se passa é que esses adolescentes vêm com uma história de vida de muitas rupturas, de muitas perdas, de muito sofrimento, abandonos, frustrações e muita violência. Eles aprenderam isso, viveram isso, né? E quando eles chegam no sistema socioeducativo, [aquele] deveria ser um espaço onde eles pudessem encontrar outros referenciais. Essa é a ideia da socioeducação, sobretudo pensando no meio aberto, ou seja, para todos aqueles que não cometeram atos infracionais que demandariam a internação.

O adolescente nessa situação está precisando de ajuda e os pais muito frequentemente estão precisando de orientação, pois podem estar perdidos também. Então esse é o momento de ter um

equipamento onde eles possam ser recebidos, ouvidos, onde possam ser orientados. Onde possam ter uma segunda chance, como muitos deles dizem: “Eu preciso de uma segunda chance! Eu errei! Eu não quero isso! Não é isso que eu quero pra minha vida!”. Mas a falta de oportunidades é tão forte que eles acabam ficando muitos sozinhos, e aí as histórias vão se tornando mais complexas à medida que eles estão chegando à maioridade. O livro *Adolescência, direito e medidas socioeducativas em meio aberto* resultou de um projeto que a gente desenvolveu no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, com apoio do [Ministério da Educação] MEC. E nós fomos chamados a participar, eu e o professor Antonio Carlos de Oliveira, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, e aí convidamos a professora Aldaíza Sposati, da PUC de São Paulo, porque ela tem uma experiência incrível nesse assunto. Juntos fomos discutindo sobre o conceito de adolescências, tendo em vista as especificidades dos e das adolescentes que acabam no sistema socioeducativo em meio aberto.

E, por último, conte-nos se há novos livros e/ou projetos vindo por aí.

Então, no ano passado, além desse livro sobre medidas socioeducativas, eu resolvi fazer uma retrospectiva das minhas quatro décadas de atuação junto à população em conexão com a rua. Essa publicação foi parte de um projeto de pesquisa com apoio da [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro] FAPERJ. A ideia da conexão com a rua se contrapõe ao uso do termo “meninos de rua”, porque não são de rua, ninguém é de rua, né? Parti da análise de suas trajetórias da casa para as ruas e [delas] para as instituições que deveriam protegê-los. Então é uma discussão com foco sobre toda essa população de crianças e adolescentes que não podem estar acolhidos na sua própria família ou comunidade por algum motivo. Os principais motivos são muito relacionados à pobreza. Por mais que o Estatuto tenha regulamentado que a pobreza não deveria ser, não pode ser, o único motivo para institucionalizar, para afastar uma criança da família, muitas vezes ela é o principal motivo! Porque associado à pobreza está o fato de a casa estar vazia, de que os pais têm que trabalhar, de que muitas vezes não tem ninguém para cuidar daquelas crianças, acompanhá-las, levá-las para a escola, perguntar se fez o dever de casa, [perguntar] “como foi o seu dia na escola?”, “você comeu alguma coisa?”.

O fenômeno da casa vazia, discutido por [Arno] Vogel e [Marco Antonio] Mello lá nos anos 1980, no livro *O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* [199], organizado por Ayrton Fausto e Ruben Cervini], aborda justamente essa conexão com a rua para mostrar o que acontece com a maioria dessas crianças e desses adolescentes que acabam saindo por motivos de pobreza e violências múltiplas ou sendo invisíveis onde estão. Tanto faz estar aqui ou estar na rua! Muitos deles nos têm dito isso ao longo dos anos: “Ir para casa pra quê? Ninguém está lá pra notar se eu estou lá ou não estou lá!”. E eles vão encontrando coisas na rua que inicialmente toda criança gosta,

né? Não tem hora pra estudar! Não tem ninguém mandando fazer isso! Não tem que arrumar aquilo! Não tem que obedecer a ninguém! Não tem que ir pra escola! Muitas crianças, se tivessem essa opção [riso] iriam dizer: “Ah, eu vou pra rua, eu vou brincar! Vou lá pro parque, não vou pra escola!”.

Ao analisar essas as trajetórias de vida dessa população, fui aprendendo muita coisa. Pude compreender os motivos de tanta vulnerabilidade, a vida e a passagem pelas ruas, as pessoas que encontram, como eles vão criando muitas vezes com o tempo uma cultura própria da rua e vão se sentindo mais em casa na rua do que em casa. Inclusive, produzimos um vídeo com esse título: “Quando a casa é a rua”. Porque os meninos diziam: “A gente com o tempo vai se acostumando mais na rua, e a rua é mais confortável do que a casa. A gente conhece melhor as regras da rua do que da própria casa”. No livro analiso também o que acontece no campo das políticas públicas a partir dos relatos dos meninos e meninas em situação de rua. Que instituições deram algum tipo de apoio para eles? As várias que não ofereceram coisa nenhuma e [onde os meninos e meninas], ao contrário, foram humilhados e maltratados; a ideia de proteção e segurança completamente distorcida daquilo que a gente pensa. “Eu me sinto mais seguro debaixo da ponte! Na rua somos perseguidos pela polícia, pelos agentes de segurança pública, pelos adultos que acham que somos bandidos!”. É muito triste o que acontece nas ruas, embora alguns se salvem de situações de muita violência ao saírem de casa.

E, ao mesmo tempo, esse exercício nos permite analisar o que poderia ser feito para evitar que as crianças entrassem numa trajetória de longa data ou nas ruas ou em instituições. Então quero dizer que continuo trabalhando com esse tema, tendo recentemente coordenado uma pesquisa inédita em âmbito nacional, incluindo as 17 cidades com mais de um milhão de habitantes [BRASIL, 2017]. Tenho trabalhado também internacionalmente com temas ligados aos primeiros anos de vida, ou seja, a primeira infância. Eu acho que olhar a criança que cresce em contextos de muita pobreza, nas favelas, por exemplo, nos primeiros anos de vida, tem nos ajudado a refletir sobre o que pode ser feito para evitar que as crianças tenham oportunidades tão desiguais em relação, por exemplo, às crianças de classe média. E [a refletir sobre] o que pode ser feito em nível da comunidade para que elas tenham melhores chances de acesso e recursos pro seu desenvolvimento integral.


Com a equipe de pesquisa do Ciespi/PUC-Rio venho trabalhando com vários países, olhando contextos diferentes, como na Palestina, África do Sul e Essuatíni, em parceria com a Universidade de Edimburgo. Além disso, continuamos trabalhando com crianças, adolescentes e jovens em outras situações de extrema vulnerabilidade. Recentemente, voltei a trabalhar com foco no tema da participação social, principalmente [com] adolescentes e jovens atuando em espaços públicos de tomada de decisão sobre suas vidas e sobre os direitos de crianças e adolescentes. Eu venho acompanhando um grupo de Volta Redonda [RJ] no Conselho Municipal de lá, que conseguiu mudar a legislação e tem eleito os conselheiros adolescentes há vários anos. Venho estudando os processos de participação e o que mudou a partir da presença de adolescentes no Conselho.

Penso que neste momento, em que nós vivemos tantas ideologias e práticas avessas aos direitos humanos, tantos desmontes das conquistas realizadas nos espaços participativos, trabalhar com os adolescentes e jovens é fundamental como uma contribuição à sua formação enquanto cidadãos atuando em espaços públicos, nas atuações políticas e coletivas. Acho que essa oportunidade de formação pra eles, ainda tão jovens, é extremamente rica para toda a sua vida. Entendo que é também um ato de resistência, um antídoto a práticas repressivas à onda punitiva, como diria [Loïc]Wacquant (1999) às ideologias da direita, da extrema direita, às ditaduras. Uma oportunidade para viver uma experiência de coletividade, de ação articulada com outros, de lutas e militância para provocar mudanças e impactar as políticas públicas. E isso [*esses adolescentes e jovens*] vão levar para toda a sua vida. Então tem sido muito lindo esse trabalho, nessa fase também final da minha carreira, pois em mais uns anos eu me aposentarei. Vejo assim como um legado que fica para a população mais jovem. É muito especial.

Referências


- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- BRASIL. **Edital de Chamamento Público Conanda 001/2017**: Conhecer para cuidar. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), 2017. Disponível em: http://www.ciespi.org.br/media/Projetos/Em%20andamento/Conhecer%20p%20cuidar_Acoes2018.pdf
- RIZZINI, Irene. **O século perdido**: Raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.
- RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.
- RIZZINI, Irene. **Crianças e adolescentes em conexão com a rua**: Pesquisas e políticas públicas. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2019.
- RIZZINI, Irene; SPOSATI, Aldaiza; OLIVEIRA, Antonio Carlos de. **Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto**. São Paulo: Cortez, 2019.
- VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio S. "Da casa à rua: A cidade como fascínio e descaminho". In: FAUSTO, Ayton; CERVINI, Ruben (orgs). **O trabalho e a rua**: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1991, pp.133-150.
- WACQUANT, Loïc. "A criminalização da pobreza". **Mais Humana**, Entrevista, dezembro de 1999.

TÉSSIA GOMES CARNEIRO
(tessia.gomes@uft.edu.br) é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT, Araguaína, Brasil). É mestre pelo Programa de Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPJDH) da Universidade Federal do Tocantins (UFT, Palmas, Brasil), especializada em direito penal pela Universidade Federal de Goiás (UFG, Goiânia, Brasil) e graduada em direito pela Universidade Salgado de Oliveira (Univero, Goiânia, Brasil). É defensora pública no estado do Tocantins.


 <https://orcid.org/0000-0002-6481-1430>

VALÉRIA DA SILVA MEDEIROS
(medeiros.vs@hotmail.com) é professora adjunta do curso de graduação e do Programa de Pós-

Graduação em Letras (PPGLetras) da UFNT e professora visitante sênior Capesda National University of Ireland (Nuig, Galway, Irlanda). É pesquisadora associada da Cátedra Unesco de Leitura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Brasil). Tem doutorado em Estudos da Literatura pela PUC-Rio e graduação em letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj, Brasil).

 <https://orcid.org/0000-0001-8289-9715>

BRAZ BATISTA VAS (brazbv@gmail.com) é professor associado da UFNT. É doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Estadual Paulista (Unesp, Franca, Brasil), e tem graduação em história pela mesma universidade.

 <https://orcid.org/0000-0003-0880-9712>

Recebido em: 26/08/2020
Aprovado em: 01/12/2020

ANEXO A - INFOPEN - DEZEMBRO DE 2014, PÁGINA 14

Quadro 2 - Países com maior população prisional do mundo

Posição	País	População Prisional	Ano de Referência
1	Estados Unidos da América	2.217.000	2013
2	China	1.657.812	2014
3	Rússia	644.237	2015
4	Brasil	622.202	2014
5	Índia	418.536	2014
6	Tailândia	314.858	2015
7	México	255.138	2015
8	Irã	225.624	2014
9	Turquia	176.268	2015
10	Indonésia	173.713	2015

Fonte: Elaboração própria, com dados do ICPR, último dado disponível para cada país.

ANEXO B - INFOPEN - ATUALIZAÇÃO JUNHO DE 2017, PÁGINA 7

Quadro 1. Pessoas privadas de liberdade no Brasil junho de 2017⁵

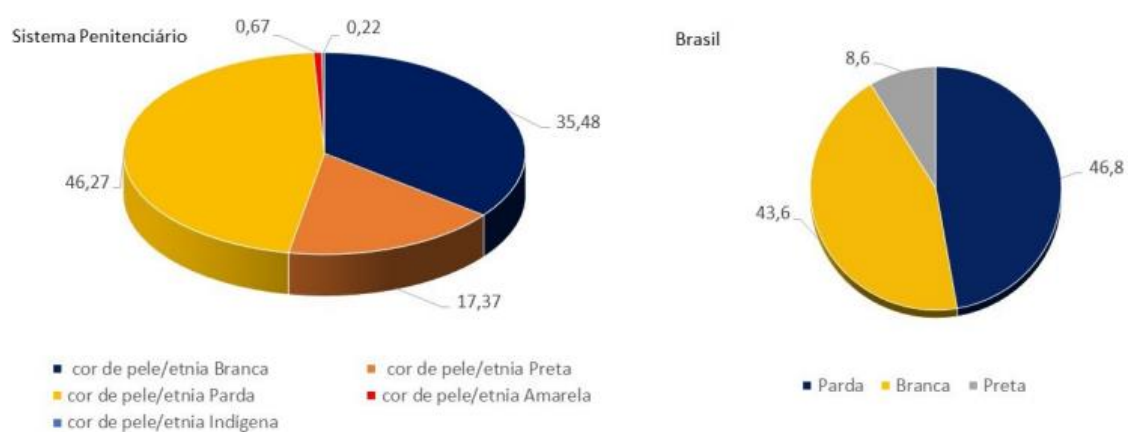
Brasil - Junho de 2017	
Total da população prisional	726.354
Sistema Penitenciário	706.619
Secretarias de Segurança e Carceragens*	19.735
Total de Vagas	423.242
Déficit de vagas	303.112
Taxa de Ocupação	171,62%
Taxa de Aprisionamento	349,78

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho /2017; IBGE, 2017.

* Dados referentes a dezembro de 2016.

ANEXO C – ETNIA/COR - INFOPEN – ATUALIZAÇÃO JUNHO DE 2017, PÁGINA
32

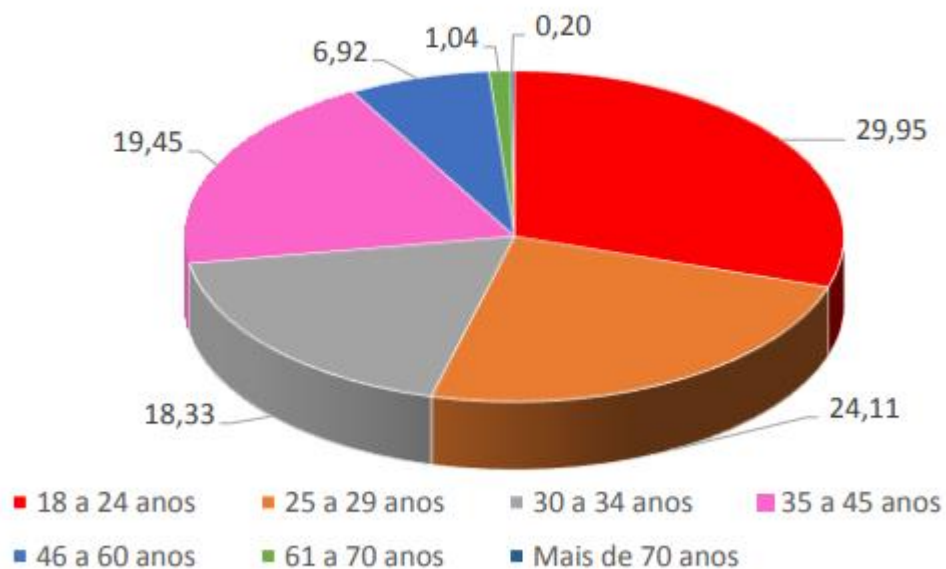
Gráfico 17. Etnia/ cor das pessoas privadas de liberdade e da população total¹²



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2017 e PNAD Contínua 2017

**ANEXO D – FAIXA ETÁRIA - INFOPEN – ATUALIZAÇÃO JUNHO DE 2017,
PÁGINA 30**

Gráfico 16. Faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2017

ANEXO F – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP/UFT)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: LEITURA PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO E O PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA NO ÂMBITO INFANTO-JUVENIL: IMPLEMENTAÇÃO NO CENTRO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA (CEIP NORTE).

Pesquisador: TESSIA GOMES CARNEIRO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 94746418.3.0000.5519

Instituição Proponente: TOCANTINS SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.146.672

Apresentação do Projeto:

A apresentação da Defensoria Pública como importante instrumento de efetivação dos direitos fundamentais na sociedade tocantinense, a qual é assolada pela desigualdade social e econômica, se faz necessária para reforçar, através de práticas de gestão e decisões políticas, a prioridade de atuação institucional no âmbito da infância e juventude. Nesse contexto, o trabalho conjunto do órgão supramencionado, da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Araguaína - TO, somar-se-ão para que se possa adquirir livros junto à comunidade local e disponibilizá-los aos adolescentes internados no Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte). O critério de seleção de obras a serem disponibilizadas aos adolescentes atenderá aos objetivos e diretrizes descritas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD (Decreto n 9.099/2017). O PNLD é executado no âmbito do Ministério da Educação e abrange a avaliação e a disponibilização de obras literárias às escolas públicas e acervos de bibliotecas. A partir de 2017, o programa passou a abranger entre suas ações a aquisição e distribuição dos materiais anteriormente vinculados ao âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Veja que a Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, do Ministério da Educação, ao dispor sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, já aponta a

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 3.146.672

possibilidade de as Universidades firmarem tais parcerias, senão vejamos: Art. 6º A gestão da educação no contexto prisional deverá promover parcerias com diferentes esferas e áreas de governo, bem como com universidades, instituições de Educação Profissional e organizações da sociedade civil, com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade. Parágrafo Único. As parcerias a que se refere o caput deste artigo dar-se-ão em perspectiva complementar à política educacional implementada pelos órgãos responsáveis pela educação da União, dos Estados e do Distrito Federal. (MEC, Resolução 2, 2010, p. 3) - (grifo nosso). Nessa direção, é necessário pensar no papel mobilizador que problematize a situação do adolescente em conflito com a lei, no intuito de que espaços de formação continuada possam ser construídos mediante parcerias (a exemplo da Universidade Federal do Tocantins) para que palestras e debates em escolas, nos conselhos tutelares, nas câmaras municipais, dentre outros, sejam realizadas de forma a apresentar o projeto de leitura que ora propomos. Afinal, "a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados" (CHARTIER, 1998, p. 77). O acesso ao livro possibilitará que tais jovens, na elaboração da subjetividade, se descubram e tenham um espaço de liberdade, bem como permitirá "se tornarem um pouco mais autores de suas vidas, sujeitos de seus destinos, mesmo quando se encontram em contextos sociais desfavorecidos" (PETIT, 2013, p. 31). Do exposto, depreende-se que o centro socioeducativo destinado à internação, além de um ambiente físico deverá apresentar proposta pedagógica, nos moldes do que determina o artigo 125 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É nessa direção que a promoção à leitura deverá ser contemplada no plano individual de atendimento (PIA) pela equipe de profissionais, tudo para que o processo ressocializador do adolescente se pautar também pela mediação da leitura permitindo o encontro daquele com o livro, o que por sua vez influenciará no curso de sua vida e na tomada de consciência. Pretende-se, assim, que a atividade de mediação da leitura seja incorporada ao PIA dos adolescentes internados no CEIP Norte.

Objetivo da Pesquisa:

Geral: Estimular a leitura dos adolescentes internados, disponibilizando variados títulos, que deverão ser alcançados através de campanhas de doação junto à comunidade e também com o recebimento dos acervos do PNL D, proporcionando momentos de cultura e lazer, para que possam estudar e aprimorar sua educação.

Específicos:

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3232-8023 **E-mail:** cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.146.672

- a) Desenvolver uma cultura de compartilhamento na comunidade através do incentivo à doação de livros ao Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte);
- b) Estimular a imaginação e a criatividade dos adolescentes internados através da leitura enriquecendo a linguagem oral e a escrita;
- c) Propor que os jovens elaborem textos para avaliação pela equipe multidisciplinar da unidade com a consequente inclusão no Plano Individual de Atendimento (PIA), analisado por aqueles que acompanham a execução da medida socioeducativa;
- d) Fazer com que a utilização dos livros no Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte) seja veículo de mediação de leitura, lazer e cultura, partindo da observação de que a internação pela prática de ato infracional deverá observar o respeito ao processo educacional proposto no artigo 205 da Constituição Federal e artigo 57, § 2º, inciso II, da Lei nº 12.594/2012, que instituiu o SINASE.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA AOS ADOLESCENTES/ALUNOS:

Nos moldes do que determina a Norma Operacional n 001/2013, o risco ao adolescente infrator deve-se à exposição da identificação em virtude da participação em entrevista gravada (nome, qualificação, voz) ou preenchimento de questionário escrito (nome e qualificação).

Desta forma, será garantido o sigilo à identificação e às informações referentes aos adolescentes participantes por meio de técnicas de anonimato pelo uso de códigos ou codinomes. Os riscos na execução da pesquisa também poderão eventualmente acontecer pelo desgaste emocional do adolescente/aluno, por contrariedade pelo uso de seu tempo e pela exposição de seus posicionamentos em relação às questões propostas no instrumento de pesquisa, de modo que, será esclarecida a possibilidade de interrupção ou cancelamento a qualquer momento.

RISCOS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA AOS PROFESSORES:

Nos moldes do que determina a Norma Operacional n 001/2013, o risco ao professor deve-se à exposição da identificação em virtude da participação em entrevista gravada (nome, qualificação, voz) ou preenchimento de questionário escrito (nome e qualificação). Desta forma, será garantido o sigilo à identificação e às informações referentes aos professores participantes por meio de técnicas de anonimato pelo uso de códigos ou codinomes. Os riscos na execução da pesquisa também poderão eventualmente acontecer pelo desgaste emocional do professor, por contrariedade pelo uso de seu tempo e pela exposição de seus posicionamentos em relação às questões propostas no instrumento de pesquisa, de modo que, será esclarecida a possibilidade

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado

Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090

UF: TO **Município:** PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 3.146.672

de interrupção ou cancelamento a qualquer momento.

Benefícios:

A adoção de um projeto de leitura no plano individual de atendimento (PIA) dos adolescentes internados no Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte) vai ao encontro das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de permitir a participação do adolescente no processo de responsabilização, o que implica em retorno social. A proposta visa promover o encontro do adolescente internado com um espaço de leitura permitindo que através do acesso aos livros possa se interessar pela atividade, viabilizando ao final a prevenção de reincidências e a oportunidade de traçar seu próprio caminho.

BENEFÍCIOS AOS PROFESSORES:

Nos moldes do que determina a Norma Operacional n 001/2013, os benefícios aos professores deve-se à aquisição de livros e à instalação da biblioteca na sede do CEIP Norte, o que pode beneficiar a educação local como um todo, ao melhor instrumentalizar a atividade de leitura dos alunos internados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante, pois busca estimular a leitura, disponibilizando vários títulos na unidade escolar Centro de Internação Provisória de Santa Fé do Araguaia (CEIP Norte).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados de maneira correta, no que se refere às exigências do CEP.

Recomendações:

Rever a data de Realização das entrevistas com alunos e professores;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo atende às exigências do CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_1154027.pdf	14/11/2018 11:17:05		Aceito
Outros	6ProjetoPB_assinado.pdf	14/11/2018 11:15:54	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado

Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090

UF: TO **Município:** PALMAS

Telefone: (63)3232-8023 **E-mail:** cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.146.672

Outros	5Roteiroentrevistasprofessorealuno.pdf	14/11/2018 11:15:17	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	4TCLEprofessor.pdf	14/11/2018 11:14:40	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	3TCLEaluno.pdf	14/11/2018 11:14:02	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	2TALÉaluno.pdf	14/11/2018 11:13:30	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
Outros	1cartaapresentacao.pdf	14/11/2018 11:12:52	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
Outros	Cartaapresentacao.pdf	20/07/2018 16:30:00	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
Outros	Declaracaoorientadora.pdf	20/07/2018 16:29:36	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPBassinado.pdf	28/06/2018 14:53:47	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEProfessorassinado.pdf	28/06/2018 14:25:38	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEAlunoassinado.pdf	28/06/2018 14:22:32	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
Outros	9AutorizacaopesquisaHerisberto.pdf	28/06/2018 14:16:41	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
Outros	8AnuenciaHerisberto.pdf	28/06/2018 14:16:20	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
Outros	7Roteiroentrevistasprofessor.pdf	28/06/2018 14:15:38	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
Outros	6Roteiroentrevistasaluno.pdf	28/06/2018 14:14:59	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
Outros	5Declaracaosobreresultadospesquisa.pdf	28/06/2018 14:14:25	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
Outros	4Declaracaopesquisafaseinicial.pdf	28/06/2018 14:13:50	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	28/06/2018 14:08:54	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
Cronograma	Cronogramaexecucao.pdf	28/06/2018 13:55:53	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado
 Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
 UF: TO Município: PALMAS
 Telefone: (83)3232-8023 E-mail: cep_uf@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.146.672

Folha de Rosto	FolhaderostoTessia.pdf	28/06/2018 13:27:22	TESSIA GOMES CARNEIRO	Aceito
----------------	------------------------	------------------------	--------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 14 de Fevereiro de 2019

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3232-8023 **E-mail:** cep_uf@uft.edu.br

ANEXO G – DIÁLOGOS EM UNIVERSIDADES NO NORTE E EXTREMO-NORTE DO ESTADO INTEGRAM O MAIO VERDE - 21.05.2018 (NOTÍCIAS VEICULADAS SOBRE O PROJETO ‘LEITURA: ESPAÇO DE LIBERDADE’)

Defensoria Pública do Estado do Tocantins

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/27687>

Buscar no site



Diálogos em universidades no Norte e Extremo-Norte do Estado integram o Maio Verde

As atividades foram realizadas em três instituições de ensino superior.

Publicado em 21/05/2018 10:29

Kelliane Vale

Contemplar os espaços universitários com a presença da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), levando ao ambiente acadêmico a realidade em que a instituição lida com diversas questões de interesse da sociedade, a programação do Maio Verde também abrangeu a participação da Defensoria em eventos acadêmicos.



Em Araguaína, a defensora pública Têssia Gomes Carneiro ministrou o minicurso "Família é Família até no Conflito", no sábado, 19, no Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Unitpac), a convite da professora e conciliadora Vanessa Rossi Pereira. A Defensoria Pública também participou da edição XII Encontro Jurídico com o tema "Direito, Educação e Arte", na Faculdade Católica Dom Orione (Facdo), em Araguaína, na sexta-feira, 18.

Já o coordenador do Núcleo Aplicado das Minorias e Ações Coletivas (NUAmac) de Araguaína, defensor público Sandro Ferreira Pinto, participou da IV Jornada Universitária pela Reforma Agrária e I Encontro Norte-Tocantinense da Escola da Terra, na quinta-feira, 17, em Tocantinópolis.

Direito de Família

O minicurso sobre direito de Família esclareceu sobre os paradigmas da família, desde o divórcio à guarda compartilhada. "A dignidade é o norte de todo ordenamento da constituição da família, passando à frente de uma visão patrimonial para uma observância maior do afeito", disse Têssia Carneiro.

A palestrante também destacou em sua fala a visão multidisciplinar do Direito. "Uma releitura do direito é necessário, amparados nos diferentes campos do conhecimento. As ações ajuizadas na família necessitam de um estudo realizado por uma equipe multidisciplinar para entender o contexto da família", orientou.

Para a professora Vanessa Rossi, a importância do estudo do direito de Família reside na necessidade de regular as relações existentes e as influências que exercem sobre as pessoas. "Sua relevância inquestionável social, ética e histórica diferenciam o direito de família dos demais ramos do direito", comentou.

Sistema Prisional

Em Araguaína, na mesa de debates com o tema "Educação e Encarceramento" compuseram a mesa os professores da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Braz Batista Vas e Valéria Medeiros Reichert e o professor Walter Viana, do Colégio Estadual Sonho de Liberdade da Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota, e o juiz de Direito e professor da Facdo, Herisberto e Silva Furtado Caldas.

A defensora pública Têssia Gomes Carneiro ponderou sobre diversas questões afetas ao tema, como a redução da idade penal, apresentando uma reflexão sobre a necessidade de se investir em uma educação de qualidade, que seria mais eficaz que o encarceramento massivo.

No evento, a Defensora – que também é doutoranda da UFT – apresentou sua pesquisa, que se relaciona à educação no sistema socioeducativo, uma das preocupações do órgão. “O nosso interesse é instalar uma biblioteca no Centro de Internação Provisória, em Santa Fé do Araguaia, e permitir o acesso de adolescentes infratores à obras literárias e desenvolvendo através da formação de leitores o seu alcance social”, explicou.

Para a professora da UFT, Valéria Medeiros Reichert, o desafio é implementar políticas públicas de educação em condições de superlotação. “Tem que ter educação prisional não como programa eventual de governo. A gente tem que olhar para o que há, e talvez a leitura possa substituir a educação formal”, destacou Valéria, também reforçando que a formação de mediadores de leitura seria uma estratégia para alcançar os objetivos de reinserção social.

Agrário

Em Tocantinópolis, a temática do evento destacou “As lutas dos Povos do Campo no Contexto Atual: Terra, Água e Território”. Em sua fala, o defensor público Sandro Ferreira Pinto destacou as estruturas da Justiça: “Na concepção do Direito como estrutura que mantém as relações de poder, de legitimação das injustiças e violências, o papel da Defensoria Pública e advocacia popular se efetiva como resistência, como uma instância de defesa e promoção dos Direitos Humanos, de criações de estratégia para tentar galgar posições melhores para as categorias vulneráveis, reagindo dentro do sistema utilizando as próprias ferramentas”, teceu essa crítica social Sandro Ferreira.

Autor(a): Keliane Vale

Tags: Vanessa Rossi, Tessia Carneiro, Sandro Ferreira, Unitpac, UFT, FACDO, Tocantinopolis, Araguaia



DEFENSORA TÊSSIA CARNEIRO PARTICIPA DO XII ENCONTRO JURÍDICO DA FACDO.

Foto : Keliane Vale



DEFENSORA TÊSSIA CARNEIRO PARTICIPA DO XII ENCONTRO JURÍDICO DA FACDO.

Foto : Keliane Vale



DEFENSOR SANDRO FERREIRA PARTICIPA DE EVENTO SOBRE DIREITO AGRÁRIO.

Foto : NUAmac Araguaína



DEFENSOR SANDRO FERREIRA FALA COM ACADÊMICOS.

Foto : NUAmac Araguaína



PARTICIPANTES DE EVENTO NO CÂMPUS DA UFT EM TOCANTINÓPOLIS.

Foto : NUAmac Araguaína

ANEXO H – NOTÍCIA: EM PROGRAMAÇÕES EM ARAGUAÍNA, DEFENSORES PÚBLICOS DIALOGAM SOBRE GÊNERO E SISTEMA CARCERÁRIO - 21.09.2018

Defensoria Pública do Estado do Tocantins

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/29751>

Buscar no site



Em programações em Araguaína, defensores públicos dialogam sobre gênero e sistema carcerário

Os Defensores foram convidados a palestrar, sendo reconhecidos como fontes especializadas.

Publicado em 21/09/2018 17:07

Keliane Vale

Contemplar os espaços universitários e da comunidade em geral com a presença da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), levando a discussão sobre os posicionamentos da Instituição sobre diversas questões de interesse da sociedade. Em Araguaína, a defensora pública Têssia Gomes Carneiro e o defensor público Sandro Ferreira foram convidados a palestrar, sendo reconhecidos como fontes especializadas.



Nesta sexta-feira, 21, Têssia Carneiro ministrou a palestra "Educação: Reflexões no Sistema Socioeducativo", no I Simpósio Regional de Educação em Contexto de Privação de Liberdade. No evento, a Defensora – que também é doutoranda da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – apresentou sua pesquisa, que se relaciona à educação no sistema socioeducativo, uma das preocupações do órgão. "Diante deste contexto de mitigação de direitos humanos e o crescente debate midiático para um enrijecimento penal, acreditamos que a solução passa pela educação e pela afetividade social, visto que a justiça restaurativa também é prevista no sistema socioeducativo", considerou Têssia.

Prestigiou o evento, a equipe da 16ª Defensoria Pública das Execuções Penais, que tem como titular a defensora pública Michele Vanessa do Nascimento.

Já o coordenador do Núcleo Aplicado das Minorias e Ações Coletivas (Nuamac) de Araguaína, defensor público Sandro Ferreira, foi convidado pela professora Carmem Hannud Adsuara, para apresentar a atuação da DPE-TO em relação às pessoas transexuais durante a mesa-redonda "Identidades, estudos de gênero e mulheres no Tocantins", realizada na quinta-feira, 20, na UFT. Para a professora Carmem, o gênero é um objeto de disputa de poder.

Em sua fala, o Defensor Público destacou as violências e crimes envolvendo pessoas transexuais em Araguaína, casos que estão sendo acompanhados pelo Nuamac: "Temos poucos dados estatísticos porque é uma violência invisibilizada, que até quando vítima, o protagonismo é do homem, onde a mulher não é escutada sobre suas necessidades", destacou.

Autor(a): Keliane Vale

Tags: Michele Vanessa Nascimento, Têssia Carneiro, Sandro Ferreira, Araguaína



FORMATURA PROERD
Foto : Nuamac Araguaína



FORMATURA PROERD
Foto : Nuamac Araguaína



FORMATURA PROERD
Foto : Nuamac Araguaína



Foto : Keliane Vale



Foto : Keliane Vale

ANEXO I – NOTÍCIAS VEICULADAS SOBRE O PROJETO ‘LEITURA: ESPAÇO DE LIBERDADE’ - DPE-TO ARRECADA KITS DE MATERIAIS ESCOLARES QUE SERÃO DOADOS PARA INTERNOS DO CEIP NORTE - 21.02.2019

DPE-TO arrecada kits de materiais escolares que serão doados para int...

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/32027>

DPE-TO arrecada kits de materiais escolares que serão doados para internos do CEIP Norte

Material foi arrecadado em debate universitário que contou com a participação da defensora pública Tércia Gomes Carneiro

Publicado em 21/02/2019 16:48

Arquivo Seoju



A defensora pública Tércia Gomes Carneiro arrecadou kits de materiais escolares que serão doados para internos do Centro de Internação Provisória Norte (CEIP Norte), localizado na cidade de Santa Fé do Araguaia, a 470 km de Palmas. A entrega será feita nesta sexta-feira, 22, na unidade de internação de adolescentes infratores e também na Escola Castro Alves, que ministra as aulas dentro da unidade.

As doações foram feitas por universitários da Faculdade UNITPAC de Araguaína, como forma de inscrição em um debate sobre Direito de Família, focando assuntos como guarda e alienação parental. O debate aconteceu na quarta-feira, 20, foi organizado pela professora da universidade Vanessa Rossi e contou com mediação da defensora pública.

Material

Segundo Tércia, foram arrecadados 59 cadernos, 46 lápis, 26 canetas, 5 apontadores, 2 réguas, 2 colas brancas, 7 borrachas escolares, 1 corretivo, 3 caixas de lápis de cor de 12 cores cada, 02 caixas de canetinhas, 01 caixa de giz de cera e 4 estojos escolares.

A unidade atende cerca de 20 alunos matriculados do 5º ao 8º ano do Ensino Fundamental. As aulas são ofertadas por meio de uma extensão da Escola Estadual Castro Alves.

Autor(a): Cinthia Abreu

Tags: Santa Fe do Araguaia, norte, CEIP, kits escolares



DPE-TO arrecada kits de materiais escolares que serão doados para int...

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/32027>



Foto : Divulgação



Foto : Divulgação



Foto : Divulgação



Foto : Divulgação

.....
.....

ANEXO J – NOTÍCIA: DPE-TO ENTREGA KITS DE MATERIAIS ESCOLARES PARA INTERNOS DO CEIP DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA - 25.02.2019

DPE-TO entrega kits de materiais escolares para internos do CEIP de ...

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/32068>

DPE-TO entrega kits de materiais escolares para internos do CEIP de Santa Fé do Araguaia

Publicado em 26/02/2019 09:13

Reprodução internet



Os kits de materiais escolares arrecadados pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins em Araguaína foram doados aos internos do Centro de Internação Provisória Norte (CEIP Norte), da cidade de Santa Fé do Araguaia, a 470 km de Palmas. A entrega aconteceu na sexta-feira, 22, na unidade de internação de adolescentes infratores e também na Escola Castro Alves, que ministra as aulas dentro da unidade.

As doações foram feitas por universitários da Faculdade UNITPAC de Araguaína, como forma de inscrição em um debate sobre Direito de Família, focando assuntos como guarda e alienação parental. O debate aconteceu na quarta-feira, 20, foi organizado pela professora da universidade Vanessa Rossi e contou com mediação da defensora pública Têssia Gomes Carneiro.

Material

Segundo Têssia, foram arrecadados 59 cadernos, 46 lápis, 26 canetas, 5 apontadores, 2 réguas, 2 colas brancas, 7 borrachas escolares, 1 corretivo, 3 caixas de lápis de cor de 12 cores cada, 02 caixas de canetinhas, 01 caixa de giz de cera e 4 estojos escolares.

A unidade atende cerca de 20 alunos matriculados do 5º ao 8º ano do Ensino Fundamental. As aulas são ofertadas por meio de uma extensão da Escola Estadual Castro Alves.

Autor(a): Ascom DPE-TO



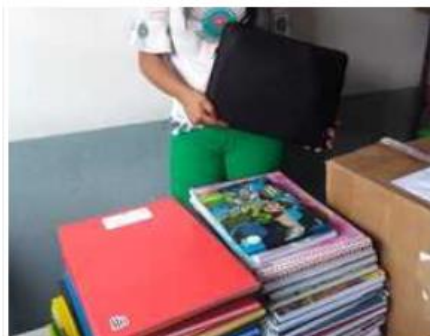


Foto : DPE-TO Araguaína / Divulgação



Foto : DPE-TO Araguaína / Divulgação



Foto : DPE-TO Araguaína / Divulgação

ANEXO K – NOTÍCIA: PROJETO DA DPE QUE BENEFICIA CENTRO DE INTERNAÇÃO DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA TEM APOIO DO MPT – 30.04.2019

Projeto da DPE que beneficia Centro de Internação de Santa Fé do Araguaia tem apoio do MPT

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/33610>

Projeto da DPE que beneficia Centro de Internação de Santa Fé do Araguaia tem apoio do MPT

Mais de 20 adolescentes são acolhidos no Ceip Norte.

Publicado em 30/04/2019 10:09

Keliana Vale/ Ascom DPE-TO



Um projeto de leitura com adolescentes em conflito com a lei, de iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), recebeu apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Araguaína, com a assinatura de um convênio que vai destinar verbas oriundas de acordos judiciais para execução do projeto "Leitura: espaço de liberdade". A defensora pública Têssia Gomes Carneiro e a procuradora Cecília Santos firmaram a parceria nesta terça-feira, 30.

A iniciativa é da defensora pública, que é titular da 1ª Defensoria de Família e Sucessões da DPE em Araguaína. O objetivo é executar melhorias na biblioteca da Escola Estadual Castro Alves, que além dos alunos regulares do município de Santa Fé do Araguaia atende aos adolescentes acolhidos no Centro de Internação Provisória Norte (Ceip) do município.

Paralelamente, uma campanha de arrecadação de livros literários será realizada durante o Maio Verde – mês das Defensorias, para ampliar o catálogo de obras literárias na biblioteca que será beneficiada. Em visitas

1 de 3

28/05/2019 11:05

Projeto da DPE que beneficia Centro de Internação de Santa Fé do Araguaia tem apoio do MPT

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/33610>

realizadas pela idealizadora do projeto, na ocasião do desenvolvimento da pesquisa científica, ela verificou as deficiências na oferta de leitura como instrumento de ressocialização, tomando frente na mobilização por melhorias, com a doação de um notebook e providências para informatização do acervo, conforme demandas apresentadas pela unidade escolar, em constantes reuniões que vem sendo realizadas.

O MPT, que já realiza vários projetos beneficiando pessoas vulneráveis que são direta e indiretamente assistidas pela DPE-TO, também apoia a ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei. Para a procuradora Cecília Santos, a leitura é um caminho de engrandecimento, importante para a formação e reintegração desses jovens à sociedade.

Segundo Têssia Carneiro, as ações vão propiciar o melhor cumprimento da medida socioeducativa, além de permitir a participação do adolescente no processo de responsabilização. "Com a anuência do judiciário e empenho de todos os envolvidos, como o MPT, UFT e a 14ª Defensoria de Infância e Juventude, queremos propor que os jovens elaborem textos para avaliação pela equipe multidisciplinar da unidade com a consequente inclusão no Plano Individual de Atendimento, já previsto na legislação, possibilitando que os adolescentes se descubram e tenham um espaço de liberdade na elaboração de suas subjetividades", explicou a defensora pública.

O Projeto

A execução do projeto se dará em até 60 dias, com a aquisição de equipamentos e obras literárias para a unidade escolar, sendo em maio a arrecadação de livros e em junho, entrega das melhorias e visita das instituições parceiras na biblioteca da Escola Estadual Castro Alves e na unidade Ceip Norte.

O "Leitura: espaço de liberdade" surgiu a partir do doutorado da defensora pública, na linha que contempla a pesquisa sobre educação prisional, que tem como orientadora a professora doutora Valéria Medeiros da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Ações

No início do período letivo deste ano, a DPE-TO entregou kits de materiais escolares para os internos do Centro, após receber doações feitas por universitários durante inscrições de um debate sobre Direito de Família. Foram arrecadados cadernos, lápis, canetas, apontadores, régua, colas brancas, borrachas escolares, corretivo, caixas de lápis de cor, caixas de canetinhas, caixa de giz de cera e estojos escolares.

2 de 3

28/05/2019 11:05

Autor(a): Keliene Vale/ Ascom DPE-TO



Foto : Keliene Vale/
Ascom DPE-TO

ANEXO L – NOTÍCIA: OBRAS LITERÁRIAS PODEM SER DOADAS PARA O PROJETO DPE-TO QUE BENEFICIA CEIP NORTE, EM SANTA FÉ – 22.05.2019

Obras literárias podem ser doadas para projeto da DPE-TO que benefic...

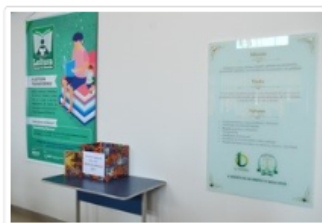
<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/34275>

Obras literárias podem ser doadas para projeto da DPE-TO que beneficia Ceip Norte, em Santa Fé

Mais de 20 adolescentes são acolhidos no Centro de Internação Provisória Norte (Ceip).

Publicado em 22/05/2019 09:28

Keliane Vale



Pontos de coleta de obras literárias foram espalhados em várias instituições em Araguaína para arrecadar livros durante o Maio Verde – mês das Defensorias, com o objetivo de ampliar o catálogo de obras literárias para consulta na biblioteca da Escola Estadual Castro Alves, que além dos alunos regulares do município de Santa Fé do Araguaia, atende aos adolescentes acolhidos no Centro de Internação Provisória Norte (Ceip), que fica localizado naquela cidade.

As doações vão para o projeto “Leitura: espaço de liberdade”, realizado junto a adolescentes em conflito com a lei, de iniciativa da defensora pública Têssia Gomes Carneiro, que é titular da 1ª Defensoria de Família e Sucessões da DPE em Araguaína e também doutoranda da (UFT) na linha que contempla a pesquisa sobre educação prisional.

O objetivo é propor o uso dos livros pelos jovens para elaborarem textos, que serão avaliados pela equipe multidisciplinar da unidade, para inclusão no Plano Individual de Atendimento, já previsto na legislação. A iniciativa possibilitará que os adolescentes se descubram e tenham um espaço de liberdade na elaboração de suas subjetividades, segundo a defensora pública.

Pontos de Doação

Além da Defensoria Pública, que fica na Avenida Filadélfia, nº2.835, setor Jardim América, são mais cinco locais de entrega dos livros:

Faculdade Católica Dom Orione: Rua Santa Cruz, 557 - Centro. (entregar no hall de entrada da faculdade)

Fórum: Av. Filadélfia, Jardim Filadélfia. (entregar na recepção)

Ministério Público do Trabalho: na Avenida Neief Murad, Quadra 01, Lote 01-A nº 895, Bairro-022 - Jardim Goiás. (entregar na recepção)

Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (Unitpac): Rua 07 de Setembro, nº 466, Centro. (entregar na recepção)

UFT: Av. Paraguai, Setor Cimba. (entregar na área de estudo geral da biblioteca)

Autor(a): Keliane Vale

Obras literárias podem ser doadas para projeto da DPE-TO que benefic...

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/34275>

Tags: UFT, Ceip Norte, Tessia Carneiro, Santa Fe do Araguaia, Araguaia



PONTO DE COLETA NA FACDO
Foto : Divulgação



PONTO DE COLETA NA UFT, CAMPUS CIMBA,
EM ARAGUAÍNA
Foto : Keliene Vale



PONTO DE COLETA NO UNITPAC
Foto : Divulgação



Obras literárias podem ser doadas para projeto da DPE-TO que benefic...

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/34275>



PONTO DE COLETA NO MPT DE ARAGUAÍNA

Foto : Divulgação

ANEXO M – NOTÍCIA: #DPENAMIDIA – PROJETO DE LEITURA DA DEFENSORIA É DESTAQUE NA MÍDIA - 03.06.2019

#DPENamidia – Projeto de leitura da Defensoria é destaque na mídia

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/34493>

#DPENamidia – Projeto de leitura da Defensoria é destaque na mídia

Publicado em 03/06/2019 09:00

Keliane Vale



Um projeto de leitura junto a adolescentes em conflito com a lei, de iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), repercutiu em veículos de comunicação. A entrevista foi com a defensora pública Têssia Gomes Carneiro, que idealizou o projeto como produto do doutoramento dela na Universidade Federal do Tocantins (UFT) – linha de pesquisa que contempla a educação prisional.

O projeto "Leitura: espaço de liberdade" foi tema do programa Viver Bem, da TV Amazônia (Band em Araguaína). A entrevista na íntegra está disponível na fanpage do programa no link <https://www.facebook.com/viverbemtocantins/videos/404633506793588/>

A rádio CBN também veiculou entrevista, que pode ser ouvida no link: <http://www.cbntocantins.com.br/programas/cbn-tocantins/cbn-tocantins-1.318013/projeto-incentiva-o-gosto-pela-leitura-em-adolescentes-do-ceip-norte-1.1807152>

Já a TV Anhanguera deu enfoque na arrecadação de livros para o projeto. Confira a reportagem no link: <http://g1.globo.com/to/tocantins/jatv-1-edicao/videos/1-edicoes/v/projeto-busca-ajudar-atraves-da-leitura->

1 de 2

24/07/2019 14:20

#DPENamidia – Projeto de leitura da Defensoria é destaque na mídia

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/34493>

[adolescentes-em-conflito-com-a-lei/7660480/](#)

O objetivo do projeto é executar melhorias estruturais na biblioteca da Escola Estadual Castro Alves, bem como ampliar o catálogo de obras literárias para consulta na unidade, que além dos alunos regulares do município de Santa Fé do Araguaia atende os adolescentes acolhidos no Centro de Internação Provisória Norte (Ceip). A iniciativa possibilita que os jovens usem os livros para elaborarem textos, que serão avaliados pela equipe multidisciplinar da unidade, para inclusão no Plano Individual de Atendimento, já previsto na legislação.

Segundo Têssia Carneiro, o projeto vai garantir o melhor cumprimento da medida socioeducativa, além de permitir a participação do adolescente no processo de responsabilização e para que se descubram e tenham um espaço de liberdade na elaboração de suas subjetividades.

O projeto conta com a anuência do judiciário e empenho de todos os envolvidos, como o Ministério Público do Trabalho, UFT e a 14ª Defensoria de Infância e Juventude.

Campanha

A divulgação ajuda na campanha para arrecadar livros literários, informando os pontos de coleta espalhados em várias instituições em Araguaína. Além da Defensoria Pública, que fica na Avenida Filadélfia, nº2.835, setor Jardim América, há mais cinco locais de entrega dos livros: Faculdade Católica Dom Orione, Fórum, Ministério Público do Trabalho, Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (Unitpac) e UFT.

Autor(a): Keliane Vale

Tags: MPT, UFT, Têssia Carneiro, Santa Fé do Araguaia, Araguaína

2 de 2

24/07/2019 14:20

ANEXO N – NOTÍCIA: PROJETO DPE-TO ARRECADADA CENTENAS DE OBRAS LITERÁRIAS PARA FORMAR LEITORES NO CEIP NORTE - 29.07.2019

Projeto da DPE-TO arrecada centenas de obras literárias para formar leitores no Ceip Norte

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/35878>

Projeto da DPE-TO arrecada centenas de obras literárias para formar leitores no Ceip Norte

Os livros vão para a biblioteca que abrange a unidade escolar regular de Santa Fé do Araguaia e do Centro de Internação.

Publicado em 29/07/2019 16:02

Keliane Vale



Mais de 600 obras literárias foram arrecadadas durante campanha do projeto "Leitura: espaço de liberdade", realizado pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) e parceiros. Os livros serão entregues nesta sexta-feira, 2, à biblioteca da Escola Estadual Castro Alves, em Santa Fé do Araguaia.

A unidade escolar atende aos adolescentes em conflito com a lei, do Centro de Internação Provisória Norte (Ceip), e alunos regulares do município. Além do acesso recreativo aos livros para todos os estudantes, o objetivo é propor o uso dos livros no Plano Individual de Atendimento para que os internos do Ceip elaborem textos que serão avaliados pela equipe multidisciplinar da unidade, conforme previsto na legislação.

O projeto é de iniciativa da defensora pública Têssia Gomes Carneiro, que é titular da 1ª Defensoria de Família e Sucessões da DPE em Araguaína e também doutoranda da Universidade Federal do Tocantins (UFT) na linha

1 de 2

31/07/2019 08:50

Projeto da DPE-TO arrecada centenas de obras literárias para formar leitores no Ceip Norte

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/35878>

que contempla estudos sobre educação prisional, sendo que a pesquisa foi validada na Plataforma Brasil, após aprovação do Comitê de Ética da Universidade.

Para a defensora, a iniciativa possibilitará que os adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas e muitas vezes não tiveram contato com a literatura em suas casas, em sua trajetória escolar ou familiar, agora tenham acesso. "Talvez seja o primeiro contato literário que eles terão com essa proposta e incentivo de formação de leitores através da mediação de leitura. O que a gente está tentando trazer é a efetivação da remissão pela leitura, para que possam ressignificar suas vidas, para que se identifiquem com a leitura, escrevam, se descubram e tenham um espaço de liberdade na elaboração de suas subjetividades", refletiu Têssia.

Parceria

O projeto recebeu apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Araguaína, que assinou um convênio para destinar verbas oriundas de acordos judiciais para aquisição de mobiliário, equipamento e reforma da biblioteca. A verba de R\$ 10 mil possibilitou a aquisição de um notebook, uma impressora multifuncional, três conjuntos de mesas com quatro cadeiras, um ar-condicionado e obras literárias. Também foi doado um notebook pela idealizadora do projeto, no início da ação, para informatização do acervo.

Autor(a): Keliane Vale

Tags: Ceip Norte, MPT, Têssia Carneiro, Santa Fé do Araguaia

2 de 2

31/07/2019 08:50

ANEXO O – NOTÍCIA: PROJETOS DA DEFENSORIA PÚBLICA E MPT VÃO INVESTIR NA EDUCAÇÃO DOS INTERNOS DO CEIP NORTE - 02.08.2019

07/06/2019

Projetos da Defensoria Pública e MPT vão investir na educação de internos do Ceip Norte

Projetos da Defensoria Pública e MPT vão investir na educação de internos do Ceip Norte

Um dos projetos arrecadou centenas de livros para a biblioteca que abrange uma unidade escolar regular e o Centro de Internação.

Publicado em 02/08/2019 19:41

Kelliane Vale



A leitura pode ser algo distante para quem não dispõe de livros e não teve o incentivo como de familiares leitores ou contadores de histórias. Os livros podem se apresentar como algo distante, principalmente àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. Permitir o encontro com obras literárias significa um passo ao manuseio e à leitura. Esse foi o convite ao entregar nesta sexta-feira, 2, mais de 600 obras literárias e melhorias estruturais na biblioteca da Escola Estadual Castro Alves, em Santa Fé do Araguaia, no projeto intitulado "Leitura: espaço de liberdade, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO).

Segundo a defensora pública Têssia Carneiro, que é titular da 1ª Defensoria de Família e Sucessões da DPE em Araguaia e também doutoranda da Universidade Federal do Tocantins (UFT), as ações vão propiciar o melhor cumprimento da medida socioeducativa, além de permitir a participação do adolescente no processo de responsabilização.

Segundo o diretor do Ceip, Willierkens Macedo dos Santos, os internos serão levados até a biblioteca. "Assim como outras atividades externas, como a participação nos jogos interclasse e feira de ciências, os adolescentes também poderão usar a sala da biblioteca como atividade externa, sob supervisão dos agentes socioeducativos", explicou Santos.

Antes, com uma pequena quantidade de obras doadas pelos próprios funcionários, a equipe multidisciplinar desenvolvia atividades de incentivo, que serão aperfeiçoadas com a variedade de livros disponíveis a partir de agora. Um dos adolescentes do Ceip, com 16 anos, disse que o livro que mais gosta é "O poder da Esperança", título que ganhou em um prêmio de leitura na unidade. "Tem muitos assuntos que a gente se identifica no livro", disse.

Além dos adolescentes acolhidos no Ceip Norte, que hoje tem 13 internos, a biblioteca vai atender a cerca de 500 alunos regulares do município.

Para a estudante da Escola Castro Alves, Clarice de Maria Costa, 11 anos, os alunos terão mais opção de livros para levar para casa. Já a estudante Giovana Rabelo Marques, destaca que a Escola a elegeu leitora do ano em 2017 e esse ano já leu bastante. "Foi uma boa ação para a escola porque muita gente gosta de ler e não tem livro em casa, então, a biblioteca ajuda bastante", disse a menina.

Parceria

A reforma da biblioteca foi um dos pontos do projeto, que recebeu apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Araguaia, com destinação de verbas oriundas de acordos judiciais para aquisição de mobiliário, equipamento e reforma da biblioteca. A verba de 10 mil reais possibilitou a aquisição de um notebook, uma impressora multifuncional, três conjuntos de mesas com quatro cadeiras, um ar-

07/06/2019

Projetos da Defensoria Pública e MPT vão investir na educação de internos do Ceip Norte

condicionado e obras literárias. Também foi doado um notebook pela idealizadora do projeto, no início da ação, para informatização do acervo.

A diretora da Escola, Thaminne Barbosa Rodrigues, demonstrou satisfação com as melhorias da biblioteca. "Os alunos aprovaram as novidades do espaço, que é resultado da decisão dessas instituições que escolheram a nossa escola para beneficiar", falou. Segundo o pedagogo Edson Vilela, responsável pelo setor, "diante da concorrência com a tecnologia, os alunos vão ter um incentivo a mais para a leitura".

Profissionalização

Além deste projeto, o MPT destinou outro convênio para proporcionar formação em informática básica para até 30 alunos. Assim, serão incluídos os internos do Ceip e alunos da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), também da Escola Castro Alves. A carreta do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) vai atender, *in loco*, duas turmas de 15 alunos cada, em cursos com duração de 20 dias, e também instalar dois pontos de acesso aos cursos de educação à distância nas instalações do Ceip Norte.

Conforme explicou a procuradora Cecília Santos, a programação foi elaborada de acordo com o tempo de cumprimento das medidas socioeducativas, permitindo o início e fim da profissionalização dos participantes. "Concluindo toda a carga horária, vocês vão poder colocar no currículo todo o conhecimento adquirido. Quanto mais cursos fizerem, melhor para quando saírem", falou aos adolescentes a procuradora.

Pesquisa

O projeto foi idealizado durante a pesquisa de doutoramento da defensora Têssia Carneiro, na linha que contempla a pesquisa sobre educação prisional do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) na UFT, sob orientação da professora doutora Valéria Medeiros, pesquisadora associada junto a Rede de Estudos Avançados em Leitura (Reler) e coordenadora do convênio com a Cátedra UNESCO de Leitura – PUC-Rio. Inclusive, o projeto vai integrar um mapeamento - cartografia da Unesco - que identificará ações que promovem o intercâmbio de desenvolvimento cultural e educacional para construção de uma ampla sociedade de leitores, tal qual a missão da Cátedra, que busca contribuir para a transformação da vida social através da leitura.

Autor(a): Keliene Vale

Tags: Têssia Carneiro, Ceip Norte, Santa Fe do Araguaína



BIBLIOTECA REFORMADA NA ESCOLA
CASTRO ALVES

Foto : Keliene Vale

07/06/2019

Projetos da Defensoria Pública e MPT vão investir na educação de internos do Ceip Norte



OBRAS LITERÁRIAS DOADAS

Foto : Keliene Vale



SALA DE AULA NO CEIP.

Foto : Keliene Vale

www.defensoria.to.def.br/noticia/36073

07/06/2019

Projetos da Defensoria Pública e MPT vão investir na educação de internos do Ceip Norte

ESPAÇO DE LEITURA NO CEIP.

Foto : Divulgação Ceip Norte



PARCEIROS DO PROJETO EM VISITA NO
CEIP NORTE

Foto : Keliane Vale

ANEXO P – NOTÍCIA: #DPENAMIDIA - ENTREGA DE LIVROS DE PROJETO DA DPE GANHA ESPAÇO NA MÍDIA - 13.08.2019

14/08/2019

#Do Enamidia - Entrega De Livros De Projeto Da Dpe Ganha Espaço Na Mídia



Saiba sobre o Portal

Institucional

Conselho Superior

Corregedoria

Áreas Administrativas

Racionalize

Equipe Multidisciplinar

Escritório de Projetos

Contatos/ Links úteis

Abrace Uma Causa

Escola Superior - ESDEP

Envio de Sugestões

WEBMAIL

SOLAR

SISREF

HELPDESK

SEI

ATHENAS

SAED

ODIN

#DPEnamidia – Entrega de livros de projeto da DPE ganha espaço na mídia

Publicado em 13/08/2019 14:30h

A entrega de mais de 600 obras literárias e melhorias estruturais na biblioteca da Escola Estadual Castro Alves, em Santa Fé do Araguaia, no projeto "Leitura: espaço de liberdade", da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), tem repercutido em veículos de comunicação.

A defensora pública Têssia Gomes Carneiro, que idealizou o projeto como produto do doutorado dela na Universidade Federal do Tocantins (UFT), foi entrevistada no dia da entrega pela TV Anhanguera (Globo). Link da entrevista:

<http://g1.globo.com/fo/ocantins/bom-dia-tocantins/videos/edicoes/v/defensoria-publica-realiza-projeto-que-incentiva-menores-infrações-a-leitura/7813120/>



Uma entrevista no programa Viver Bem, da TV Amazônia (Band em Araguaia), está disponível na íntegra na fanpage do programa no link <https://www.facebook.com/viverbemtocantins/videos/2399384923641537/>

Uma nota também foi veiculada nos programas Araguaia Urgente e Programa Comunidade (Band em Araguaia), nos links: <http://monitoramento.precisaassessoria.com.br/conteudos/545187> e <http://monitoramento.precisaassessoria.com.br/conteudos/543688>.

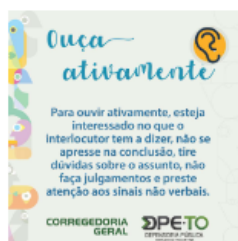
Além do acesso recreativo aos livros, o objetivo é propor o uso dos livros no Plano Individual de Atendimento do Centro de Interação Provisória (Ceip Norte, em Santa fé do Araguaia), para que os internos se identifiquem com a leitura, escrevam, se descubram e tenham um espaço de liberdade na elaboração de suas subjetividades. Os textos poderão ser avaliados pela equipe multidisciplinar da unidade, conforme previsto na legislação.

Autor(a): Keliene Vale/ Ascom DPE-TO

0 comentário(s)

Adicionar comentário

Comentar



ANEXO Q – NOTÍCIA: CORAL CANTO LIVRE REALIZA PRIMEIRA APRESENTAÇÃO EXTERNA DE REEDUCANDAS NO TOCANTINS [SEMINÁRIO MIRACEMA UFT] - 16.09.2019

Coral Canto Livre realiza primeira apresentação externa de reeducanda...

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/37623>

Coral Canto Livre realiza primeira apresentação externa de reeducandas no Tocantins

Publicado em 16/09/2019 14:37

Marcus Mesquita / Ascom DPE-TO



Uma iniciativa da Defensoria Pública, em parceria com a Seciju, o grupo formado por detentas da UPF de Palmas foi até Miracema para se apresentar

“Eu me emocionei ao ver todas as pessoas de pé, aplaudindo, chorando com a gente; isto demonstra que a gente não é vista com um olhar diferente, que as pessoas acreditam na nossa ressocialização”. Assim desabafou uma das reeducandas do sistema prisional tocantinense que integra o Coral Canto Livre e que participou da primeira apresentação externa de detentas do regime fechado da história do Estado. A atividade do grupo, que é uma iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), aconteceu durante o I Seminário Estadual de Práticas Educativas em Contexto de Restrição e Privação de Liberdade do Tocantins da Universidade Federal do Tocantins (UFT), na última sexta-feira, 13, em Miracema do Tocantins, município localizado a 75 km de Palmas.

Ao todo, nove das 20 integrantes do Canto Livre, formado apenas por reeducandas que cumprem pena em regime fechado, na Unidade Prisional Feminina de Palmas (UPF), se apresentaram para as cerca de 100 pessoas que participavam do evento acadêmico, dentre estudantes universitários, docentes e representantes de instituições públicas, de ensino ou de grupos comunitários. Ainda de acordo com a componente do Coral, a experiência inédita mexeu, positivamente, com a cabeça das participantes.

“Esta foi a primeira oportunidade que a gente, do regime fechado, teve de sair para uma apresentação fora da Unidade. Isto abre portas para outras pessoas também. Foi muito importante. A gente tem muita satisfação de fazer parte deste coral, de abrir portas para a ressocialização. Eu e as minhas colegas estamos saindo daqui mudadas, com outros pensamentos”, destacou a reeducanda cantora.

Conquista imensurável

Com sete anos de experiência na Defensoria de Execução Penal, a defensora pública Maurina Jácome Santana, que atualmente coordena a Central de Atendimento à Família (CAF) da DPE-TO, revelou que nos dias que antecederam a apresentação, o parecer do Ministério Público do Tocantins (MP-TO) apontava para um indeferimento à solicitação da Defensoria Pública para realizar a atividade, afirmando que não havia previsão legal para ela. Com a conquista da autorização, conforme ressaltou Maurina Santana, o ineditismo da ação se tornou algo imensurável.

“Não dá nem para mensurar, em palavras, a grandeza do que foi realizado. É um marco! Eu me emocionei ao ver as meninas se encaminhando para a apresentação, principalmente porque eu trabalhei sete anos na

Execução Penal, sempre quis fazer este tipo de projeto, mas nunca consegui; era muito difícil. Eu fico muito feliz por este momento e espero que, a partir desta conquista, as pessoas possam enxergar, de uma nova forma, as pessoas que estão presas, entender que elas são pessoas de direito que podem e devem fazer outras atividades. Geralmente, quem está no sistema prisional cometeu erros no passado e muito porque, antes deles, todas as políticas públicas, de alguma forma, foram falhas com estas pessoas", afirmou Maurina Santana, que, na ocasião, representou a defensora pública e coordenadora do Núcleo Especializado de Assistência e Defesa do Preso (Nadep), Napociani Pereira Póvoa.

Educação prisional

Diretor do campus Miracema da UFT e coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação nas Prisões (Nepeep), que realizou o Seminário, André Luiz Augusto da Silva enfatizou que é de fundamental importância abordar o assunto e, principalmente, aproximar os agentes que atuam em prol da educação prisional.

"Este assunto afeta a sociedade e tem grande incidência no contexto da convivência social. Por isto, o Seminário teve como objetivo articular as várias práticas que estão ocorrendo no estado, visto que a gente entende que elas, muitas das vezes, não dialogam. A ideia é que, a partir deste primeiro evento, a gente possa juntar as pessoas de forma mais planejada, para fortalecermos a rede e termos uma ação mais efetiva no Estado na área da educação nas prisões. E a Defensoria é uma grande parceira neste sentido, visto o papel preponderante que tem na execução penal e no contexto da defesa dos Direitos Humanos", explicou o diretor André da Silva.

Diretora da Unidade Prisional Feminina (UPF) de Palmas, Cristiane Rodrigues evidenciou que, após a implantação do Coral Canto Livre da DPE-TO, a conduta das reeducandas melhorou bastante, até porque um dos critérios de participação, segundo ela, é a questão do bom comportamento, o que envolve, diretamente, a educação prisional e a ressocialização das detentas.

"A evolução delas é significativa. A educação é a base de tudo; e a educação nas prisões é um recomeço para quem está cumprindo pena. Sem dúvida nenhuma, a apresentação do coral foi de suma importância para a elevação da autoestima destas mulheres e para o cumprimento da Lei de Execução Penal, que, por princípio, destaca a execução da pena, mas sempre considerando que o mais importante é a ressocialização destas mulheres", pontuou a diretora da UPF de Palmas.

Coral Canto Livre

A iniciativa do Coral Canto Livre é da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), por meio do Núcleo Especializado de Assistência e Defesa do Preso (Nadep), do Núcleo Especializado de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) e da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep), isto em parceria com a Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça (Seciju). Os encontros acontecem uma vez por semana na UPF de Palmas, com aulas de música e expressão corporal.

Atualmente, o Coral Canto Livre conta com 20 integrantes, porém, no dia da apresentação, apenas nove delas optaram por participar da atividade, que contou com a atuação da coordenadora do grupo, Catarina Maria de Lima Lopes, e com o regente do coral, Anderson Cleiton Silva Menezes, ambos servidores da DPE-TO. Também colaboraram com a ação a servidora do Nadep Letícia Damascena Rosa do Amaral e do servidor da Diretoria de Palmas Silas Araújo.

As cantoras do Canto Livre interpretaram as canções "Canto Livre", de autoria de Bené Nunes e Dulce Nunes; e "Coco Livre S/A", de Genésio Tocantins. Ambas as músicas cantadas contaram com coreografias.

O Seminário

Uma realização da Universidade Federal do Tocantins (UFT) por meio do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação nas Prisões (Nepeep) e da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex), o I Seminário Estadual de Práticas Educativas em Contexto de Restrição e Privação de Liberdade do Tocantins aconteceu nos dias 13 e 14 de setembro, no campus Miracema da Universidade.

O evento contou com apresentações culturais, palestras, mesas-redondas, com grupos de trabalhos e uma plenária que definiu os encaminhamentos a serem realizados a partir dos dois dias de debates ocorridos durante o Seminário. No segundo dia do evento, a defensora pública Têssia Carneiro, que atua na DPE-TO em

Coral Canto Livre realiza primeira apresentação externa de reeducanda...

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/37623>

Araguaína, apresentou o projeto que desenvolve na Instituição, o "Leitura: Espaço de liberdade".

Além da DPE-TO e da UFT, também contaram com representantes nas atividades a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju); a Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esporte (Seduc); instituições de ensino e a sociedade civil organizada.

Autor(a): Marcus Mesquita / Ascom DPE-TO



Foto : Divulgação



Foto : Divulgação



Foto : Marcus Mesquita / Ascom DPE-TO



Foto : Marcus Mesquita / Ascom DPE-TO



Coral Canto Livre realiza primeira apresentação externa de reeducanda...

<http://www.defensoria.to.def.br/noticia/37623>



Foto : Marcus Mesquita / Ascom DPE-TO



Foto : Marcus Mesquita / Ascom DPE-TO



Foto : Marcus Mesquita / Ascom DPE-TO



Foto : Marcus Mesquita / Ascom DPE-TO

ANEXO R – NOTÍCIA: POR MEIO DE PROJETO E PARCERIAS, DPE-TO PROMOVE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS NO CEIP NORTE [CARRETA INFORMÁTICA] - 18.11.2019

Por meio de projeto e parcerias, DPE-TO promove ações socioeducativ...

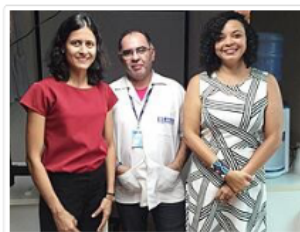
<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/39641>

Por meio de projeto e parcerias, DPE-TO promove ações socioeducativas no Ceip Norte

Adolescentes do Centro de Internação Provisória do município de Santa Fé do Araguaia serão capacitados em curso profissionalizante de informática

Publicado em 18/11/2019 16:27

Divulgação



Visando otimizar o cumprimento de medidas socioeducativas e de ressocialização dos adolescentes do Centro de Internação Provisória (Ceip) de Santa Fé do Araguaia, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) tem investido em ações e parcerias. Inicialmente, ainda em agosto, por meio do projeto "Leitura: espaço de liberdade", a Defensoria Pública doou mais de 600 obras literárias para a biblioteca da Escola Estadual Castro Alves, que é acessível aos acolhidos pelo Ceip Norte e passou por uma reforma estrutural e mobiliária viabilizada pelo apoio financeiro do Ministério Público do Trabalho (MPT). Por fim, a Instituição se tornou parceira do próprio MPT na promoção de um curso profissionalizante para os internos do Centro, capacitação esta que teve início no último dia 5 de novembro.

A formação em "Informática Básica" é fruto do convênio firmado entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Ministério Público do Trabalho, contando com a parceria da DPE-TO. O curso contempla tanto os adolescentes que se encontram internados no Ceip Norte quanto a alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da unidade pública de ensino Castro Alves, totalizando 30 matrículas efetuadas.

As aulas estão sendo oferecidas na Carreta do Senai e terão duração de 20 dias. A ação promoveu, ainda, a instalação de dois pontos de acesso aos cursos de educação à distância nas dependências do Ceip de Santa Fé do Araguaia, município localizado a 438 km de Palmas.

Acompanhamento institucional

Para acompanhar o andamento da atividade, a defensora pública Têssia Gomes Carneiro, titular da 1ª Defensoria de Família e Sucessões da DPE-TO em Araguaia e autora do projeto "Leitura: espaço de liberdade", e a procuradora do trabalho Cecília Amália Cunha Santos visitaram, nesta segunda-feira, 18, a Carreta Senai.

Para a defensora pública Têssia Carneiro, a educação é uma importante ferramenta na promoção da ressocialização daqueles que, de alguma forma, se encontram marginalizados da sociedade. "A carreta da informática instalada no Ceip Norte tem proporcionado ânimo nos estudos dos participantes. O projeto, de autoria do MPT com parceria do Senai e da DPE, visa justamente proporcionar atividades educativas dentro da unidade de internação. E aproveitando esta ação, a Defensoria ajudou na emissão das cédulas de identidade daqueles adolescentes que não tinham esta referida documentação, que se faz necessária para a expedição do diploma ao término da formação", disse a Defensora Pública.

Por meio de projeto e parcerias, DPE-TO promove ações socioeducativ...

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/39641>

Já para a procuradora do trabalho Cecília Santos, as ações em parceria com a DPE-TO são uma alternativa para a melhor ocupação do tempo dos adolescentes durante o cumprimento das internações, atendendo ao que é preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), possibilitando a eles, assim, a quebra do ciclo infracional.

"Estas ações são uma alternativa que gera crescimento pessoal e desenvolvimento profissional a estes adolescentes. Com isto, eles têm acesso a uma forma mais interessante de cumprir o tempo de internação, atendendo ao escopo do ECA, que prevê que as medidas a serem cumpridas por este público devam ser educacionais, formativas, para que, de algum modo, os internos saiam melhores do que entraram. E com a capacitação e a reforma da biblioteca, parceria também com a Defensoria Pública e que os coloca em contato com a leitura e com o ambiente escolar, eles voltarão para a sociedade em condições de ingressar no mercado de trabalho, não retornando para o ciclo de pobreza e dos atos infracionais", enfatizou a Procuradora do Trabalho.

O curso

De acordo com a cartilha do Senai, o curso "Informática básica" visa "capacitar profissionais para o desenvolvimento de competências referentes à Informática Básica por meio do uso do Sistema Operacional Windows, de forma a permitir a sua utilização e de seus aplicativos para o desenvolvimento de textos, planilhas eletrônicas, apresentação de slides e utilização da internet em condições de qualidade, higiene e segurança".

Leia também

Projetos da Defensoria Pública e MPT vão investir na educação de internos do Ceip Norte:
<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/36073>

Autor(a): Marcus Mesquita / Ascom DPE-TO

Tags: Acao Socioeducativa, Senai, MPT, DPE-TO, Santa Fe do Araguaia, Centro de Internacao Provisoria



Foto : Divulgação



Foto : Divulgação



Por meio de projeto e parcerias, DPE-TO promove ações socioeducativ...

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/39641>



Foto : Divulgação

ANEXO S – NOTÍCIA: DEFENSORIA PÚBLICA REQUER CONTINUIDADE DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES NO CEIP NORTE – 15.06.2020

Defensoria Pública requer continuidade de cursos profissionalizantes no Ceip Norte

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/43715>

Defensoria Pública requer continuidade de cursos profissionalizantes no Ceip Norte

Publicado em 15/06/2020 13:05

ASCOM



Nudeca e DPE-TO em Araguaína sugerem a oferta de cursos na modalidade EAD aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa

A Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), por intermédio do Núcleo Especializado de Defesa da Criança e do Adolescente (Nudeca) e a regional da DPE-TO em Araguaína, requer a continuidade dos cursos profissionalizantes no Centro de Internação Provisória de Araguaína (Ceip Norte). O Ofício foi encaminhado à Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça (Seciju) e reforça que a inclusão profissional é um direito do socioeducando que visa proporcionar aprendizado, independência, autoconfiança e o senso de responsabilidade.

Por meio de uma parceria com o Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública do Estado do Tocantins em Araguaína e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, um curso de informática básica já teve a sua primeira etapa realizada para os adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Ceip Norte. Porém, a

1 de 2

Defensoria Pública requer continuidade de cursos profissionalizantes no Ceip Norte

17/06/2020 14:59

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/43715>

segunda não foi cumprida.

Além do curso de informática básica, a plataforma permite, ainda, a realização de cursos de Desenho Arquitetônico, Inteligência Artificial, Consumo Consciente de Energia, Educação Ambiental, Empreendedorismo, Finanças Pessoais, Metrologia, Mecânica Automotiva e Tecnologia da Informação, dentre outros.

A DPE-TO ressalta que os cursos já foram disponibilizados na plataforma online para utilização dos socioeducandos da unidade, aguardando o início do cumprimento da segunda etapa do objeto do Termo de Cooperação Técnica. Para isso, cumpre à direção da unidade enviar os dados pessoais de cadastro da pedagoga do Ceip Norte ao Senai. "A pedagoga receberá treinamento virtual (em razão da pandemia) de capacitação, ministrado pelo Senai, de como proceder as matrículas e acompanhar os adolescentes na realização dos cursos ofertados na modalidade de Ensino à Distância (EAD)", explica o Ofício. Segundo o documento, o Senai já deixou instalado na unidade, à título de empréstimo, dois computadores para a implementação dos cursos pelo período de um ano.

Para a defensora pública de Araguaína que desenvolve esse projeto, Téssia Gomes Carneiro, os cursos visam permitir um mínimo de formação profissional como alternativa à ruptura dos processos de exclusão social dos adolescentes, já que contarão com certificação e deverão ser acompanhados pelo profissional da pedagogia do CEIP Norte, ainda que como um desafio à atual estrutura.

O Ofício foi encaminhado no dia 4 de junho à Seciju e é assinado pela defensora pública Téssia Gomes Carneiro, responsável pelo atendimento da DPE-TO de Araguaína no Ceip, e pela coordenadora do Nudeca, defensora pública Fabiana Razera.

Autor(a): Cinthia Abreu/ Comunicação DPE-TO

2 de 2

17/06/2020 14:59

ANEXO T – NOTÍCIA: DEFENSORIA PÚBLICA REQUER CONTINUIDADE DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES NO CEIP NORTE – 15.06.2020

27/07/2020

Projeto da DPE-TO, no Norte do Estado, passa por avaliação de consultor do Prêmio Innovare

Projeto da DPE-TO, no Norte do Estado, passa por avaliação de consultor do Prêmio Innovare

Nesta segunda-feira, 20, um consultor do prêmio entrevistou, via internet, a defensora Têssia Carneiro, autora da prática

Publicado em 21/07/2020 11:47

Arquivo pessoal da defensora Têssia Carneiro



A 17ª edição do Prêmio Innovare conta com um projeto executado pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) no norte do estado, o "Leitura: Espaço de Liberdade". Ele concorre com outros 646 projetos, sendo 44 na categoria "Defensoria Pública". Nesta segunda-feira, 20, a autora do projeto, a defensora pública de Araguaína Têssia Gomes Carneiro passou pela fase de avaliação de consultores do Instituto Innovare.

Pela internet, o consultor Altivo José da Silva Júnior, responsável pelos Estados de Goiás e Tocantins, entrevistou a defensora pública. Os relatórios preparados pelo consultor vão auxiliar na próxima etapa, que é a avaliação dos jurados e escolha dos vencedores. Segundo o Instituto Innovare, fotografias e vídeos também serão solicitados como forma de verificação das práticas inscritas.

O projeto, inscrito na categoria Defensoria Pública e na subcategoria segurança pública, executou melhorias estruturais e ampliou o catálogo de obras da biblioteca da Escola Estadual Castro Alves, em Santa Fé do Araguaia, norte do Estado. Parceiro do Projeto, o Ministério Público do Trabalho (MPT) em Araguaína destinou 10 mil reais de verbas oriundas de acordos judiciais.

As ações beneficiam mais de 500 alunos regulares da unidade e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Centro de Internação Provisória (Ceip Norte), que podem visitar a biblioteca durante atividades externas.

"Nesse ano destacou-se a liberdade e a leitura permite, pela construção do sentido, a leitura do mundo. A promoção da liberdade pode também ser observada no fato de que a leitura, vista como meio de transformação pessoal e social, transforma vidas ao tocar afetivamente cada um que adentra nesse campo repleto de fantasia e emoção, rompendo assim com o ciclo da violência e da reincidência", comentou a defensora pública sobre o tema do prêmio.

Segundo a Defensora Pública, numa perspectiva educativa, a adoção do projeto de leitura no Plano Individual de Atendimento (PIA) dos internos vai ao encontro das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). "Além de o projeto tornar-se permanente à medida que são realizadas as rodas de leitura, o projeto permite a participação do adolescente no processo de responsabilização", destacou a autora.

"A elaboração de projetos na Defensoria Pública soma esforços no atendimento da população hipossuficiente ao viabilizar a aproximação da Instituição à comunidade", finalizou.



27/07/2020

Projeto da DPE-TO, no Norte do Estado, passa por avaliação de consultor do Prêmio Innovare

Autor(a): Keliene Vale

Tags: Leitura, Ceip Norte, Tessia Carneiro, innovare



ANEXO U – NOTÍCIA: DEFENSORA FALA EM LIVE NESTA TERÇA, 4, SOBRE RESULTADOS DO PROJETO LEITURA ESPAÇO DE LIBERDADE – 04.08.2020

Defensora Fala Em Live Nesta Terça, 4, Sobre Resultados Do Projeto "Leitura: Espaço De Liberdade"

<https://conhecimento.defensoria.to.def.br/noticia/4448/>

Saiba sobre o Portal

Institucional

Conselho Superior

Corregedoria

Áreas Administrativas

Racionalize

Equipe Multidisciplinar

Escritório de Projetos

Núcleos Especializados

Contatos/ Links úteis

Abrace Uma Causa

Escola Superior - ESDEP

Envio de Sugestões



WEBMAIL	SOLAR	SISREF	SEI
HELPDESK	EVENTOS	ATHENAS	ODIN



Defensora fala em live nesta terça, 4, sobre resultados do projeto "Leitura: Espaço de Liberdade"

Publicado em 04/08/2020 16:15h

O projeto da Defensoria Pública "Leitura: Espaço de Liberdade", coordenado pela defensora pública de Araguaína Têssia Carneiro, será assunto de um live nesta terça-feira, 4. A defensora pública falará sobre os resultados do projeto em uma entrevista ao "Papo com Diego Sobrinho", às 20 horas, nas redes sociais do apresentador.

O bate papo terá como tema "DPE-TO e os 30 Anos do ECA: Leitura em pauta", quando também serão abordados os direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A entrevista pode ser assistida pelo [Youtube](#), [Facebook](#) e no [Instagram](#).



Divulgação

ANEXO V – NOTÍCIA: PARCERIA DA DPE-TO COM O MPT DOA KITS DE HIGIENE PARA INTERNOS DO CEIP NORTE - 25.08.2020

Parceria da DPE-TO com o MPT doa kits de higiene para internos do Ceip Norte

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/44814>

Parceria da DPE-TO com o MPT doa kits de higiene para internos do Ceip Norte

Cem kits foram entregues nesta terça-feira, 25, para uso dos adolescentes internados na unidade.

Publicado em 25/08/2020 16:10

DPE-TO



Nesta terça-feira, 25, foram entregues produtos de higiene para os adolescentes internos do Centro de Internação Provisória (Ceip) Norte, situado em Santa Fé do Araguaia, no norte do Estado, por meio de uma parceria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) com o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Os 100 kits de higiene, que foram produzidos pelo Senai em um projeto de combate ao covid-19 coordenado pelo MPT, contêm cinco máscaras, álcool gel e detergente. Segundo a procuradora do trabalho, Cecília Amália Cunha Santos, a ação tá alcançando vários grupos em vulnerabilidade como indígenas, trabalhadores em assentamentos. "Quando eu soube da situação do Ceip, imediatamente articulamos com a Defensoria para que uma parte dos kits fosse entregue na unidade, para que fossem feitos os atos de higiene, que são essenciais nessa pandemia", afirmou a procuradora.

A parceria contou com a participação da defensora pública Têssia Gomes Carneiro. "A atenção do MPT nas questões de saúde dos adolescentes e funcionários vai possibilitar um mínimo de higienização do local frente à omissão do Estado que rotineiramente deixa de fornecer materiais primários", disse a defensora.

1 de 2

26/08/2020 15:50

Parceria da DPE-TO com o MPT doa kits de higiene para internos do Ceip Norte

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/44814>

Autor(a): Keliene Vale

Tags: Ceip Norte, Têssia Carneiro, MPT/TO



ENTREGA DOS KITS NO CEIP NORTE
Foto : DPE-TO



ITENS DO KIT DE HIGIENE PESSOAL
Foto : DPE-TO



KITS DE HIGIENE PESSOAL
Foto : Divulgação Senai-TO



KITS DE HIGIENE
Foto : Divulgação Senai-TO

2 de 2

26/08/2020 15:50

ANEXO W – NOTÍCIA: ADOLESCENTES PARTICIPAM DE CURSOS ONLINE NO CEIP NORTE, VIA PARCERIA DA DPE-TO E MPT-TO - 03.09.2020

Adolescentes participam de cursos online no Ceip Norte, via parceria da DPE-TO e MPT-TO

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/44950>

Adolescentes participam de cursos online no Ceip Norte, via parceria da DPE-TO e MPT-TO

Com a parceria, o MPT viabilizou um convênio com o Senai para instalar duas estações de computadores no Ceip Norte.

Publicado em 03/09/2020 16:39

DPE-TO



Atividades extracurriculares têm sido implementadas no Centro de Internação Provisória (Ceip) Norte através de projetos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), com a parceria do Ministério Público do Trabalho (MPT). Por meio de verbas indenizatórias da justiça do trabalho foram instaladas duas estações de computadores dentro da unidade, que fica em Santa Fé do Araguaia, município localizado a 438 km de Palmas. Os computadores serão utilizados em cursos de educação à distância do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

A defensora pública Têssia Gomes Carneiro, articuladora da parceria, lembra que os cursos online vêm em momento oportuno. "A Defensoria está empenhada que as atividades educacionais ocorram de forma adequada e sempre tenta levar projetos com essa finalidade ao Ceip, como já tivemos o projeto de leitura e de informática básica com aulas presenciais. Considerando que agora estamos em momento de pandemia, as aulas à distância se somam ao projeto pedagógico", ressaltou.

O acesso aos cursos é acompanhado pela equipe técnica da unidade, sob supervisão da pedagoga Maria José dos Santos Silva. Segundo a técnica, os temas de maior interesse foram noções básicas de informática e noções de mecânica automotiva. O prazo para estudo e finalização, conforme o curso e previsão na plataforma

1 de 3

04/09/2020 14:31

Adolescentes participam de cursos online no Ceip Norte, via parceria da DPE-TO e MPT-TO

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/44950>

do Senai, é de 30 a 90 dias .

"O sistema socioeducativo do Estado é muito precário e parceria como essa faz a diferença no atendimento pedagógico. Essa ação é de fundamental importância no sentido de possibilitar aos adolescentes outras leituras da realidade em que estão inseridos. Momento não apenas de profissionalizá-los, mas de reflexão sobre as perspectivas de vida e escolhas como pessoa", disse a pedagoga Maria José.

A procuradora do trabalho Cecília Santos falou do fomento à capacitação dos internos do Ceip Norte. "Acreditamos que falta para o adolescente em conflito com a lei essa possibilidade de enxergar um futuro onde eles possam trabalhar e se capacitar. Por conta disso que a gente oferece essa oportunidade, em parceria com a Defensoria e Senai, para que eles olhem para o futuro com esperança, para que quando saírem do cumprimento da medida socioeducativa tenham alguma possibilidade de entrar no mercado de trabalho", analisou.



Autor(a): Kelliane Vale / Comunicação DPE-TO

Tags: Senai, MPTTO, Têssia Carneiro, Ceip Norte

2 de 3

04/09/2020 14:31

ANEXO X – NOTÍCIA: CINE DEFENSORIA COLOCA A EDUCAÇÃO COMO PERSPECTIVA DE VIDA PARA ADOLESCENTES DO CEIP NORTE - 05.11.20201

Cine Defensoria coloca a educação como perspectiva de vida para adolescentes do Ceip Norte

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/45831>

Cine Defensoria coloca a educação como perspectiva de vida para adolescentes do Ceip Norte

Publicado em 05/11/2020 12:50

Keliane Vale / Comunicação DPE-TO



Com as restrições impostas pela pandemia também no Sistema Socioeducativo, uma programação fora do cotidiano e educativa foi a proposta da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), que levou o projeto Cine Defensoria aos nove Internos do Centro de Internação Provisória (Ceip) Norte, em Santa Fé do Araguaia, município localizado a 438 km de Palmas. A sessão contou com a exibição de dois filmes curtas-metragens na quarta-feira, 4.

A defensora pública Têssia Gomes Carneiro, executora da edição do projeto na unidade, disse que os filmes *Meu Amigo Nietzsche* (2012) e o programa *Melanina Sim* (2017) foram escolhidos por destacarem a leitura e a superação do racismo na educação. "O Cine realizado na unidade soma-se ao projeto 'Leitura: espaço de liberdade', sendo que neste momento a leitura proposta foi a da linguagem cinematográfica visando a educação em direitos, visto que os dois curtas foram escolhidos a partir dos catálogos das mostras de Direitos Humanos", explicou a Defensora Pública.



1 de 3

05/11/2020 14:41

Cine Defensoria coloca a educação como perspectiva de vida para adolescentes do Ceip Norte

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/45831>

Uma roda de conversa após a exibição dos filmes foi conduzida pela professora Valéria Medeiros, da Universidade Federal do Tocantins e da Cátedra Unesco de Leitura, e também pela pedagoga Gislene Moreira, da DPE em Araguaína. "Proporcionar esses momentos de educação e reflexão são primordiais para a ressocialização dos adolescentes, pois podemos repensar o futuro, como algo melhor que hoje, considerando as diversas possibilidades de mudança que a educação traz. Também não falamos de modo utópico, mas bem dentro da realidade, onde é necessário o esforço pessoal e o desejo de mudar de vida através do ensino", disse Gislene.

"Cada vez que vocês 'tenta' botar em nossa cabeça que a gente pode, a gente acredita que pode. Muitas vezes o sistema bota dificuldade na vida da gente, mas a gente ainda pode conseguir", disse um dos adolescentes. "É uma força maior, porque muitas vezes a pessoa já desiste da vida. Quando tem essas palestras a gente vê que ainda tem uma força para seguir em frente, que ainda dá tempo de mudar", falou um outro interno.

A Equipe Multidisciplinar do Ceip Norte esteve presente na sessão junto aos nove adolescentes acolhidos na unidade.

Filmes

Ainda segundo a defensora pública Têssia Carneiro, os curtas-metragens têm roteiros que dialogam entre si e trazem uma proximidade com a realidade dos adolescentes, conforme a sinopse dos filmes:

Meu Amigo Nietzsche (2012), direção de Fáusto da Silva – A trama mostra o improvável encontro entre o menino Lucas e o filósofo alemão Friedrich Nietzsche, provocando uma violenta revolução na mente do jovem, em sua família e na sociedade. Disponível em: <https://youtu.be/FroyMvgYfm0>.

Melanina Sim - Episódio "Superação do racismo pela educação" (2017), direção de Guilherme Bacalhau – No programa *Melanina Sim*, jovens negros narram suas vivências de racismo e as ações que empreendem de forma coletiva ou individual para superar o preconceito e as situações de vulnerabilidade social que atingem a juventude negra. No episódio, Marivaldo refaz a trajetória que lhe permitiu superar a exclusão social e como chegou a substituir interinamente o Ministro da Justiça. Disponível em: <https://youtu.be/Zd7xt9jdnk>

Autor(a): Keliane Vale / Comunicação DPE-TO



2 de 3

05/11/2020 14:41

Cine Defensoria coloca a educação como perspectiva de vida para adolescentes do Ceip Norte

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/45831>



Foto : Keliane Vale
/Comunicação DPE-
TO



Foto : Keliane Vale
/Comunicação DPE-
TO

ANEXO Y – NOTÍCIAS: CINE DEFENSORIA PRESENTS EDUCATION AS A PERSPECTIVE FOR LIFE FOR ADOLESCENTS AT CEIP NORTE, SANTA FÉ DO ARAGUAIA, BRAZIL - NOTÍCIA EPEA

12/06/2021

Cine Defensoria presents education as a perspective for life for adolescents at CEIP Norte, Santa Fé do Araguaia, Brazil



News

Cine Defensoria presents education as a perspective for life for adolescents at CEIP Norte, Santa Fé do Araguaia, Brazil

With the restrictions imposed by the pandemic also in the socio-educative system, a programming out of everyday life and educational was the proposal of the public defender of the State of Tocantins (DPE-TO), which carried the project Cine Defensoria to nine inmates of the Provisional Detention Center CEIP Norte, in Santa Fé do Araguaia, municipality located 438 km from Palmas. The session included the screening of two short films on Wednesday, May 4th. The public defender Têssia Gomes Carneiro, executor of the project edition in the unit, said that the films *My Friend Nietzsche* (2012) and the series *Melanina Sim* (2017) were chosen because they highlight reading and overcoming racism in education. "The cine held in the unit adds to the project 'Reading: a space for truth', and at this time the proposed reading was the cinematographic language aimed at rights education, since the two short films were chosen from the catalogues of the Human Rights exhibitions," explained the public defender.



A panel discussion after the screening of the films was led by Professor Valéria Medeiros, from the Federal University of Tocantins and the UNESCO Chair for Reading, and also by pedagogue Gislene Moreira from the DPE in Araguaína. "Providing these moments of education and reflection are essential for the socialization of adolescents, as we were able to rethink the future, as something better than today, considering the various possibilities for change that education brings. We do not speak in a utopian way, but within reality, where personal effort and the desire to change one's life through education is necessary," said Gislene. "Many times the system puts difficulties in our lives, but we can still succeed," said one of the

By navigating further in the site or hiding this message, you accept our [Cookie policy](#) and our [Disclaimer](#) [Hide message](#)

<https://www.epea.org/cine-defensoria-presents-education-as-a-perspective-for-life-for-adolescents-at-ceip-norte-santa-fe-do-araguaia-brazil/>

1/5

12/06/2021

Cine Defensoria presents education as a perspective for life for adolescents at CEIP Norte, Santa Fé do Araguaia, Brazil

adolescents. "It is a great power, because many times the person has already given up on life. When we have these lectures we see that we still have strength to move forward, that there is still time to change," said another intern. The Multidisciplinary Team of CEIP Norte was present at the session with the nine adolescents housed in the unit.



Films. According to the public defender Tércia Carneiro, the short films have scripts that dialogue with each other and bring a proximity with the reality of adolescents, according to the synopsis of the films:

My Friend Nietzsche (2012), directed by Fáusto da Silva – The plot shows the unlikely meeting between the boy Lucas and the German philosopher Friedrich Nietzsche, causing a violent revolution in the young man's mind, in his family and in society.

Meu Amigo Nietzsche (My Friend Nietzsche) - by Fáuston da Silva a...



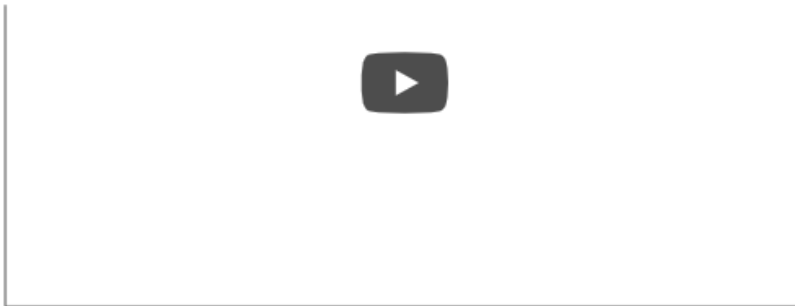
Melanina Sim – Episode "Overcoming racism through education" (2017), directed by Guilherme Bacalhao – In the series *Melanina Sim*, young black men narrate their experiences of racism and the actions they undertake collectively or individually to overcome prejudice and situations of social vulnerability that affect black youth. In the episode, Marivaldo retraces the trajectory that allowed him to overcome social exclusion and how he replaced the Minister of Justice on an interim basis.

Melanina Sim: superação do racismo na Educação (com audiodesc...

By navigating further in the site or hiding this message, you accept our [Cookie policy](#) and our [Disclaimer](#) [Hide message](#)

12/06/2021

Cine Defensoria presents education as a perspective for life for adolescents at CEIP Norte, Santa Fé do Araguaia, Brazil



Author and Fotos: Keliene Vale

See the original article in Portuguese with a short video on:

<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/45831-cine-defensoria-coloca-a-educacao-como-perspectiva-de-vida-para-adolescentes-do-ceip-norte>

[Share / Save](#) [f](#) [t](#) [+](#)

■ News

Previous Post


Next Post

Similar Posts




[Ended] – Webinar – 30/4 20.00 (CEST) – What have you learned lately.

The webinar will have the theme Sharing stories on prison education: What have you learned... [Read More](#)

 2018 International Day of Prison Education – Avlonas Prison for Young Offenders, Greece

2018 International Day of Prison Education – Avlonas Prison for Young Offenders, Greece

November 2018 – Larisas Prison, Greece On Monday 15th October, the teachers and students of... [Read More](#)

 International Day of Education in Prison (2018) – Announcement of the Winner

International Day of Education in Prison (2018) – Announcement of the Winner

December 2018 EPEA would like to inform that the 2018 International Day of Education in... [Read More](#)

Webinars

EPEA: LP and CP presenting in the site or hiding this message, you accept our [Cookie policy](#) and our [Disclaimer](#) [Hide message](#)

ANEXO Z – SELO CÁTEDRA UNESCO – O BRASIL QUE LÊ

